

Laços e Fronteiras

Guia de Recursos no Combate ao TSH

Títulos | Titles

Laços e Fronteiras: Guia de Recursos no combate ao TSH | [Laces and Borders: Resources Guide in the fight against THB](#)
Laços e Fronteiras: Cronologia de um Projecto (CD-ROM) | [Laces and Borders: Project Chronology \(CD-ROM\)](#)

© UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta/Projecto Laços e Fronteiras. Novas Metodologias de Apoio às Mulheres Vítimas de Tráfico (Projecto 011650/2008/973 financiado pelo POPH/QREN/FSE)

© Women's Collective Alternative and Answer/Project Laces and Borders. New Methodologies to Support Trafficked Women (Project 011650/2008/973 financed by POPH/NSRF/ESF)

Equipa do Projecto Laços e Fronteiras | Laces and Borders Team

Catarina Moreira, Catarina Paiva e Irene Rodrigues

Tradução | Translated by

Almerinda Bento, Ana Pessoa Pinharanda, Catarina Paiva e Ricardo Monteiro

Revisão | Review

Catarina Moreira, Catarina Paiva e Irene Rodrigues

Comissão Científica | Scientific Committee

Elisabete Brasil, Filipa Alvim e Madalena Duarte

Design

Gasosa

Impressão | Printer

A Triunfadora – Artes Gráficas, Lda

Gravação e duplicação de CD-ROM | CD-ROM Record and Duplication Services

Staff.

Depósito Legal | Legal Copyright**ISBN**

978-989-95693-4-8

Dezembro de 2010 | [December 2010](#)

Índice

9 **Introdução**

17 **Listagem das entidades/estruturas governamentais e intergovernamentais | Portugal**

- 19** ARS Norte – Programa Autoestima
- 19** ACIDI, I.P. – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.
 Linha SOS Imigrante
- 21** ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho
- 23** CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
- 24** ISS, I.P. – Instituto de Segurança Social
 LINES – Linha Nacional de Emergência Social
- 26** OTSH – Observatório do Tráfico de Seres Humanos
- 27** OIM – Organização Internacional para as Migrações

29 **Listagem dos órgãos de polícia criminal | Portugal**

- 31** GNR – Guarda Nacional Republicana
- 31** PJ – Polícia Judiciária
- 32** PSP – Polícia de Segurança Pública
- 33** SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

35 Listagem das organizações da sociedade civil | Portugal

37 APF – Associação para o Planeamento da Família
CAP – Centro de Acolhimento e Protecção a Vítimas de TSH

37 Região Norte

37 APF – Associação para o Planeamento da Família
Projecto Espaço Pessoa

38 APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

38 SOS Racismo

39 UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta
P’RA TI

39 Região Centro

39 APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

39 Equipa de Intervenção Social ERGUE-TE

40 Saúde em Português
Projecto Mercadoria Humana

41 Região Lisboa

41 AI – Amnistia Internacional

41 ALCC – Associação Lusofonia, Cultura e Cidadania
Projecto Rede Cidadã

42 AMCV – Associação de Mulheres Contra a Violência

42 APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
UAVIDRE – Unidade de Apoio às Vítimas Imigrantes e
de Discriminação Racial ou Étnica

- 44** Associação Positivo
Projecto Redlight
- 45** Casa do Brasil
- 45** CAVITP – Comissão de Apoio às Vítimas do Tráfico de Pessoas
- 46** IAC – Instituto de Apoio à Criança
SOS Criança
Projecto Trabalho de Rua – Família para Crescer
- 47** JRS Portugal – Serviço Jesuíta aos Refugiados
- 47** Lar Jorbalán
- 48** OSIOR – Obra Social das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor
- 48** O Ninho
- 49** Panteras Rosa
- 50** Solidariedade Imigrante
- 50** SOS Racismo
- 51** UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta
CAM – Centro de Atendimento Mulher

- 52** **Região Alentejo**
- 52** APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
- 52** Lar de Santa Helena

53 Região Algarve

53 APF – Associação para o Planeamento da Família
Projecto Outras Margens

54 APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
Projecto Sul

55 Região Autónoma dos Açores

55 APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
UAVMD - Unidade de Apoio à Vítima Migrante e Discriminação

56 UMAR – Açores

57 Listagem das entidades estrangeiras

59 Bélgica

59 PAG ASA

59 PAYOKE

60 Brasil

60 SMM – Serviço de Prevenção ao Tráfico de Mulheres e Meninas

60 Guiné-Bissau

60 AMIC – Associação dos Amigos das Crianças

61 Programa de Prevenção, Reinserção Social e Profissional
de Menores Vítimas de TSH e de Migração de Risco ao Nível
da África Ocidental (PAO):

61 Burkina Faso | Association KEOOGO

- 61** **Costa do Marfim** | BICE – International Catholic Child Bureau
- 61** **Gâmbia** | CEDAG – Child and Environmental Development Association
- 61** **Guiné-Conacri** | Sabou Guinée
- 61** **Mali** | Enda – Environmental Development Action in the Third World
- 61** **Níger** | EPAD
- 61** **Senegal** | Enda Jeunesse Action

62 AJUFES – Associação Juvenil Feminina da Solidariedade

62 IMC – Instituto da Mulher e da Criança

63 **Moçambique**

63 Rede CAME

63 **Nigéria**

63 HDI – Human Development Initiatives

65 **Descrição das entidades/estruturas governamentais e intergovernamentais | Portugal**

83 **Descrição dos órgãos de polícia criminal | Portugal**

97 **Descrição das organizações da sociedade civil | Portugal**

133 **Descrição das entidades estrangeiras**

285 **Siglas e Acrónimos**

Introdução

Laços e Fronteiras

Para quem, em Portugal, tem trabalhado na área do Tráfico de Seres Humanos (TSH) ou em áreas próximas (imigração/emigração; prostituição; direitos sexuais e reprodutivos; violência de género, etc.), ou tem-se interessado por esta temática, a listagem das entidades que aqui se apresenta não deverá ser uma novidade. Apesar de, até ao momento, a Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Tráfico - RAPVT¹ - ainda não ter sido oficialmente constituída a verdade é que as entidades portuguesas (governamentais, inter-governamentais, forças policiais e organizações da sociedade civil) que operam no terreno, no combate ao TSH e no apoio às suas vítimas, (re)conhecem-se entre si. Este (re)conhecimento é fruto do trabalho de cooperação e articulação institucional que se tem vindo a sedimentar nesta área desde o Projecto CAIM². Este Projecto revelou-se fundamental para que se possuísse, em Portugal, conhecimento sobre o fenómeno do TSH e para que este fosse reconhecido como um problema social. Igualmente importante foram as formações (de formadoras/es; a técnicas/os de intervenção, a órgãos de polícia criminal, a mediadoras/es culturais) ministradas no decorrer do CAIM, vitais para que se começasse a estruturar uma rede de apoio e protecção a vítimas de TSH e para que as diferentes instituições se fossem conhecendo, interagindo nos mesmos espaços e trocando impressões e dúvidas sobre a sua intervenção. Neste sentido, porquê, este pequeno livro? Quais as razões que o justificam?

Se é verdade que as diferentes entidades, em Portugal, reconhecem aquelas outras que também estão a trabalhar na área do TSH ou em áreas próximas, a verdade é que, por vezes, não se possui um completo conhecimento sobre a amplitude da sua esfera de intervenção ou sobre o que em concreto desenvolvem. Ou seja, sabe-se que trabalham na área, mas o que fazem exactamente acaba por não ser inteiramente (re)conhecido. Pode parecer paradoxal, mas não o é de facto. Quem está no terreno sabe bem como as

¹ Modelo interinstitucional de trabalho em rede que resulta de uma parceria alargada coordenada pela CIG com o intuito de promover a reintegração das vítimas de TSH. A formalização da RAPVT constitui uma das medidas (medida 30 da Área Estratégica de Intervenção 3 - Proteger e Assistir) do II Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos (2011-2013). Constitui ainda uma das medidas (medida 88 da Área Estratégica – Tráfico de Seres Humanos) do II Plano para a Integração dos Imigrantes (2010-2013).

² Projecto-piloto na área da prostituição e tráfico de mulheres em Portugal, financiado pelo Projecto da União Europeia EQUAL II com início em 2005 e fim em Julho de 2007. O Projecto CAIM resultou de uma parceria interinstitucional: ACIDI, APF, CIG, MAI, MJ, MTSS/ISS, OIM e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Mais informação sobre o Projecto CAIM em: <http://www.aim.com.pt> (último acesso a 13/12/2010).

Laços e Fronteiras

exigências e as solicitações do quotidiano retiram disponibilidade para comparecer a reuniões/encontros/seminários sobre o tema por forma a actualizar conhecimentos e contactos. Deste modo, este livro pretende, então, visibilizar as entidades que em Portugal estão a trabalhar na área do TSH e/ou em áreas próximas para que o (re)conhecimento seja ainda maior e se consolide com ainda maior vigor esta RAPVT.

Este Guia, ao estar também em inglês, possibilita que outras entidades, de outros países, (re)conheçam as e os protagonistas do combate ao TSH e apoio às suas vítimas em Portugal. Do mesmo modo, listam-se as entidades estrangeiras com as quais o Projecto Laços e Fronteiras³ (Projecto 011650/2008/973, financiado pelo POPH/QREN/FSE), no seu tempo de execução (Março de 2009 a Dezembro de 2010), estabeleceu mais fortemente contactos e canais privilegiados de comunicação, sobretudo intensificados aquando do processo de organização e realização do Seminário Laços e Fronteiras. Metodologias de Apoio a Vítimas de Tráfico⁴.

Esses contactos, bem como a informação disponibilizada sobre cada entidade, podem revelar-se como muito úteis para as entidades portuguesas e podem potenciar futuras parcerias. Poderão ser igualmente uma mais-valia nas situações de retorno ao país de origem de algumas das vítimas de TSH (pois algumas das entidades listadas localizam-se em alguns países identificados como de origem para Portugal, como o Brasil, Moçambique e Nigéria), bem como de deslocação para um país terceiro (por exemplo, para a Bélgica). Salientamos que as entidades listadas neste Guia – portuguesas ou não - não esgotam o universo das entidades que em Portugal ou em alguns países do Mundo trabalham no combate ao TSH e no apoio às suas vítimas.

Chegou-se a estas entidades, pois foi com estas que a UMAR/Projecto Laços e Fronteiras se foi encontrando em inúmeras ocasiões em que o TSH foi mote para o encontro. Poder-se-ia ter chegado a outras mais entidades, caso o Projecto Laços e Fronteiras se prolongasse mais no tempo. Neste sentido, entendemos que este Guia é um “pontapé de saída”, não se esgota em si mesmo, é portanto um instrumento a actualizar

³ Poderá obter mais informações sobre o Projecto Laços e Fronteiras no CD-ROM que acompanha este Guia de Recursos.

⁴ Seminário realizado nos dias 24 e 25 de Junho de 2010 na Fundação Calouste Gulbenkian. Poderá obter mais informação sobre o Seminário no CD-ROM que acompanha este Guia de Recursos.

Laços e Fronteiras

permanentemente com novos dados relativos à introdução de outros/as protagonistas no combate ao TSH e apoio às suas vítimas e com novos dados referentes ao trabalho desenvolvido pelas entidades já aqui presentes. Neste sentido, é desejo do Projecto Laços e Fronteiras disponibilizar a informação contida neste Guia de Recursos no site da UMAR podendo, no futuro, cada uma das entidades nele listadas, e outras que entretanto surjam, actualizar a informação relativa ao trabalho desenvolvido. Pretende-se, deste modo, que no futuro, o site da UMAR visibilize as entidades que trabalham na área do TSH e/ou áreas próximas em Portugal e no estrangeiro. Sendo o TSH um fenómeno em permanente mutação é, portanto, desejável que as entidades que intervêm no seu combate actualizem a sua intervenção e a visibilizem.

O Guia de Recursos destina-se a todas as pessoas que trabalham na área do combate ao TSH (ou em áreas próximas) e no apoio às suas vítimas. Interessa, pois, a todas as pessoas que queiram possuir conhecimento sobre quem são as e os protagonistas no combate ao TSH em território nacional e em alguns outros países do mundo.

O Guia de Recursos, bilingue (português e inglês), encontra-se dividido em várias partes. Primeiramente, listam-se as entidades portuguesas - as entidades governamentais e intergovernamentais, os OPC e, por fim, as organizações da sociedade civil - que trabalham na área do TSH e/ou em áreas próximas oferecendo-se aqui apenas uma breve descrição sobre cada uma e respectivos contactos, podendo depois o/a leitor/a obter uma descrição mais pormenorizada na segunda parte do Guia. Optou-se por dividir algumas das entidades governamentais (ACIDI, I.P.; ACT; CIG; ISS, I.P.) por regiões⁵ uma vez que possuem serviços de âmbito regional/local. Porém, quer no caso destas quer no caso das restantes entidades governamentais, intergovernamentais e OPC estão destacados os serviços centrais de âmbito nacional. Por seu turno, no que concerne às entidades da sociedade civil, e de modo a tornar a consulta deste Guia mais rápida e fácil, optou-se, então, por dividi-las por regiões.

As entidades internacionais que trabalham na área do TSH e/ou em áreas próximas estão listadas por país sendo todas, excepto uma (IMC da Guiné-Bissau), pertencentes à sociedade civil. Relativamente a

⁵ Foi adoptada neste Guia de Recursos a nomenclatura das NUTS II (Região Norte; Região Centro; Região Lisboa; Região Alentejo; Região Algarve; Região Autónoma dos Açores; Região Autónoma da Madeira). Saliente-se que neste Guia de Recursos não existe nenhuma entidade reportada na região autónoma da Madeira.

Laços e Fronteiras

estas, também se oferece, numa primeira fase, uma descrição breve sobre o trabalho que desenvolvem e respectivos contactos, podendo depois obter-se, numa segunda parte, uma descrição mais apurada sobre cada uma das entidades. Saliente-se, ainda, que se procurou que a informação sobre cada uma das entidades obedecesse à mesma estrutura (apresentação; objectivos; actividades; população alvo; parcerias; contactos) e que cada uma enfatizasse o trabalho realizado na área concreta do TSH. Apesar disto, alguma liberdade lhes foi dada e o resultado foi que algumas descrições apresentam-se mais extensas do que outras em virtude do que cada entidade quis desenvolver e destacar.

É necessário salientar que as entidades listadas neste Guia de Recursos possuem diferentes valências e diferenciados graus de intervenção no combate ao TSH e no apoio às suas vítimas. Apesar disto, optou-se, neste Guia, por não distinguir as entidades que trabalham mais directamente a temática do TSH das que a trabalham de forma mais indirecta. Proceder a esta diferenciação poderia implicar uma hierarquização que não cumpre os propósitos do próprio Guia. Até porque, em Portugal, o combate ao TSH está ainda a dar os primeiros passos. Assim sendo, a informação que consta sobre cada entidade resulta, antes de mais, do entendimento que a própria possui sobre o trabalho que desenvolve no domínio específico do TSH.

Esperamos que o Guia possa ser um instrumento útil de trabalho e que sirva para:

- se perceberem - em termos de valências e localização geográfica - quais as entidades (governamentais, intergovernamentais, OPC ou da sociedade civil) nacionais e internacionais (de países como a Bélgica, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique ou Nigéria) que trabalham no combate ao TSH e/ou áreas próximas e no apoio às suas vítimas;
- visibilizar o trabalho realizado por cada entidade na área do combate ao TSH e/ou áreas próximas e no apoio às suas vítimas fortalecendo os laços e abolindo as fronteiras;
- potenciar e fortalecer o conhecimento e a cooperação entre as entidades portuguesas e entre estas e as congéneres internacionais (sobretudo dos países identificados enquanto de origem) por forma a consolidar uma efectiva rede de apoio e protecção a vítimas de tráfico;
- contribuir para sedimentar uma rede lusófona, constituída por diferentes entidades dos países de expressão portuguesa, que possam desenvolver em conjunto campanhas e mecanismos de prevenção do TSH e de apoio às suas vítimas.

Laços e Fronteiras

Este Guia só foi tornado possível graças ao envolvimento de todas as entidades nele elencadas, a todas elas agradecemos a disponibilidade em atender ao nosso pedido e a confiança em nós depositada. Um agradecimento muito especial à Comissão Científica que apoiou a equipa do Laços e Fronteiras na feitura deste Guia tecendo considerações que aprimoraram o conteúdo do mesmo.

A equipa do Laços e Fronteiras,
Dezembro de 2010

**Listagem das
entidades/estruturas
governamentais
e intergovernamentais
Portugal**

ARS NORTE | PROGRAMA AUTOESTIMA

O Autoestima é um programa de saúde, da responsabilidade da ARS Norte, I.P.. Iniciou a sua actividade na zona de Matosinhos, em Fevereiro de 1998, expandindo-se progressivamente a outras áreas geográficas da região Norte. Tendo em conta a existência de dificuldades de acesso das mulheres que se prostituem aos cuidados de saúde dos serviços organizados para a população geral, o Autoestima centra a sua actividade no contacto directo no local onde a prostituição se pratica e no desenvolvimento de serviços específicos para esta população.

CONTACTOS

CENTROS DE ACONSELHAMENTO

MATOSINHOS: R. do Godinho nº 769, 4450-145 Matosinhos, Portugal | T/F: (+351) 229 379 222 | E-mail: autoestima_mato@sapo.pt | Horário: aberto de 2ª a 6ª feira das 15h00m às 20h00m

BRAGA: Largo das Carvalheiras, 52, 4700-027 Braga, Portugal | T: (+351) 253 278 206 | Horário: aberto de 2ª a 6ª feira das 17h00m às 20h00m

VIANA DO CASTELO: Centro de Saúde de Darque, Urbanização Cidade Nova, 4900-087 Darque, Portugal | T: (+351) 258 320 120 | Horário: aberto à 2ª feira das 14h00m às 18h00m e de 3ª a 5ª das 12h00m às 13h00m

GUIMARÃES: Centro de Saúde; R. Dr. José Pinto Rodrigues (Amorosa), 4800-015 Azurém, Portugal | T: (+351) 223 421 340 | Horário: aberto de 2ª a 5ª feira das 10h00m às 12h00m; 4ª feira das 16h00m às 20h00m

Para uma descrição mais pormenorizada sobre o Programa Autoestima consulte a página 67.

ALTO COMISSARIADO PARA A IMIGRAÇÃO E DIÁLOGO INTERCULTURAL - ACIDI, I.P.

O ACIDI, I.P., é um instituto público que prossegue atribuições da Presidência do Conselho de Ministros em matéria de imigração, minorias étnicas e diálogo entre culturas e religiões. Tem como missão colaborar na concepção, execução e avaliação das políticas públicas relevantes para a integração dos/as imigrantes e das minorias étnicas, bem como promover o diálogo entre as diversas culturas, etnias e religiões. Em 2004, o ACIDI, I.P. criou os Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI), em Lisboa e no Porto, e em 2009 abriu uma Extensão em Faro, de modo a dar resposta a várias dificuldades sentidas pelos/as imigrantes no seu processo de integração em Portugal. No âmbito do I PNCTSH, o ACIDI, I.P. surgiu como entidade

Laços e Fronteiras

que, na tutela da PCM, é responsável pela execução de medidas do Plano (nesse sentido, também integra a Comissão Técnica de Apoio ao Coordenador). No âmbito do II Plano para a Integração dos Imigrantes – que integra o Tráfico de Seres Humanos enquanto área de intervenção – o ACIDI, I.P. desempenha o papel de Coordenador da Rede de Pontos Focais de Acompanhamento do Plano, constituída por dois representantes de cada ministério, que apresenta ao Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração um relatório anual de execução das medidas previstas no Plano.

CONTACTOS

REGIÃO NORTE

CNAI Porto | Rua do Pinheiro, 9 4050-484 Porto | T: (+351) 22 207 38 10 | F: (+351) 22 207 38 17 |
Horário: 2ª a 6ª das 08h30 às 16h30 e Sábado das 09h00 às 13h00

REGIÃO LISBOA

ACIDI, I.P. | CNAI Lisboa | Rua Álvaro Coutinho n.º 14, 1150-025 Lisboa, Portugal | T: (+351) 218 106 100
| F: (+351) 218 106 117 | Horário: 2ª a 6ª das 08h30 às 18h30 | E-mail: informacoes@cnai.acidi.gov.pt |
Site: www.acidi.gov.pt

REGIÃO ALGARVE

CNAI Faro | Loja do Cidadão, Mercado Municipal, 1º Piso, Largo Dr. Francisco Sá Carneiro, 8000-151 Faro, Portugal | E-mail: informacoes@cnai.acidi.gov.pt | Horário: 2ª a 6ª das 08h30 às 19h00 e Sábado das 9h00 às 13h00

Para uma descrição mais pormenorizada sobre o ACIDI, I.P. consulte a página 68.

LINHA SOS IMIGRANTE

A Linha SOS Imigrante foi inaugurada a 13 de Março de 2003. Trata-se de um serviço telefónico, disponibilizado pelo ACIDI I.P., que presta informação geral sobre as problemáticas da imigração e está preparado para aconselhar e prestar informações num quadro de situações graves (por exemplo: atentados à integridade física, situações de exploração laboral, de abusos no alojamento ou atitudes de discriminação, TSH, entre outros). Em Outubro de 2006, a Linha SOS Imigrante passou a ter como objectivo sinalizar e apoiar vítimas de tráfico, prestando um serviço aos níveis de apoio emocional, informativo e de encaminhamento. A Linha SOS utiliza o Guião de Sinalização para as Situações de Tráfico, o qual contém indicadores claramente definidos e assegura a confidencialidade da informação recolhida e a não identificação da pessoa vítima de tráfico.

CONTACTOS

Linha SOS Imigrante | de qualquer ponto do país, a partir de rede fixa: (+351) 808 257 257 e a partir de rede móvel: (+351) 21 810 61 91 | Horário: dias úteis das 08h30 às 20h30

Para uma descrição mais pormenorizada sobre a Linha SOS Imigrante consulte a página 72.

AUTORIDADE PARA AS CONDIÇÕES DO TRABALHO – ACT

A ACT é um serviço do Estado que visa a promoção da melhoria das condições de trabalho através do controlo do cumprimento do normativo laboral no âmbito das relações laborais privadas e pela promoção da segurança e saúde no trabalho em todos os sectores de actividade públicos ou privados. A ACT, que assumiu as atribuições da Inspeção-Geral do Trabalho e do Instituto para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, tem a sede em Lisboa, dispõe de serviços regionais e locais e tem jurisdição sobre todo o território continental. Três eixos estratégicos norteiam a actividade inspectiva da Autoridade para as Condições do Trabalho, sendo um deles a Promoção do Trabalho Digno. É, pois, neste eixo que o combate ao Tráfico de Seres Humanos e a protecção de grupos vulneráveis (mulheres, crianças, deficientes, estrangeiros) encontra desígnio.

CONTACTOS

SERVIÇOS CENTRAIS

Serviço Central | Avenida Casal Ribeiro, 18-A, 1000-092 Lisboa, Portugal | T: (+351) 213 308 800 | F: (+351) 213 308 710 | E-mail: geral@act.gov.pt | Site: <http://www.act.gov.pt>

SERVIÇOS DESCONCENTRADOS

REGIÃO NORTE

Centro Local do Alto Minho | R. Aveiro, 116, 4900-495 Viana do Castelo, Portugal | T: (+351) 258 809 100
Centro Local do Ave | Av. Conde Margaride, 822 - 1.º, 4814-518 Guimarães, Portugal | T: (+351) 253 421 760
Centro Local do Baixo Vouga | Av. Dr. Lourenço Peixinho, 98 - 1.º, 3800-159 Aveiro, Portugal | T: (+351) 234 424 469

Centro Local do Douro | Av. Carvalho Araújo, 1, 5000-657 Vila Real, Portugal | T: (+351) 259 322 083

Centro Local de Entre Douro e Vouga | Av. Combatentes Grande Guerra, 117, 3700-088 São João da Madeira, Portugal | T: (+351) 256 201 760

Laços e Fronteiras

Centro Local do Grande Porto | Av. Boavista, 1311, 4149-005 Porto, Portugal | T: (+351) 226 085 300

Centro Local do Nordeste Transmontano | R. Alexandre Herculano, 138 - 2.º e 3.º, 5300-075 Bragança, Portugal | T: (+351) 273 331 621

Unidade de Apoio ao Centro Local do Douro | R. Dr. Justino Pinto de Oliveira, 5100-140 Lamego, Portugal | T: (+351) 254 609 400

Unidade Local de Braga | Rossio da Sé, 4704-506 Braga, Portugal | T: (+351) 253 613 365

Unidade Local de Penafiel | Av. José Júlio, 263, 4560-547 Penafiel, Portugal | T: (+351) 255 729 600

REGIÃO CENTRO

Centro Local da Beira Alta | R. Vasco Borges, 22, 6300-771 Guarda, Portugal | T: (+351) 271 211 141

Centro Local da Beira Interior | R. Rei D. Dinis, 10 - 1.º, 6000-272 Castelo Branco, Portugal | T: (+351) 272 340 530

Centro Local da Lezíria e Médio Tejo | R. Dr. Virgílio Arruda, Lote 6 - r/c Dtº, 2000-217 Santarém, Portugal | T: (+351) 243 330 500

Centro Local do Lis | R. Egas Moniz, Bloco 4, 2410-100 Leiria, Portugal | T: (+351) 244 812 805

Centro Local do Mondego | Av. Fernão Magalhães, 447 - 1.º, 3000-177 Coimbra, Portugal | T: (+351) 239 828 021

Centro Local do Oeste | Av. 5 Outubro, 23 - 1º Esq., 2560-270 Torres Vedras, Portugal | T: (+351) 261 339 350

Unidade de Apoio ao Centro Local da Lezíria e Médio Tejo | R. Serpa Pinto, 91 - 2º Dtº, 2300-592 Tomar, Portugal | T: (+351) 249 310 380

Unidade de Apoio ao Centro Local do Mondego | R. da República, 202 r/c esq. - Edif. Fozcenter, 3080-036 Figueira da Foz, Portugal | T: (+351) 233 407 600

Unidade de Apoio ao Centro Local do Oeste | Rotunda dos Arneiros, 6-C, 2500-073 Caldas da Rainha, Portugal | T: (+351) 262 840 470

Unidade Local da Covilhã | R. Dr. Almeida Eusébio, 10, 6200-043 Covilhã, Portugal | T: (+351) 275 319 110

Unidade Local de Viseu | Av. Dr. António José de Almeida, 23 - 1º, 3510-046 Viseu, Portugal | T: (+351) 232 424 121

REGIÃO LISBOA

Centro Local de Lisboa Ocidental | R. Guilherme de Almeida, 11, 2710-573 Sintra, Portugal | T: (+351) 219 236 730

Centro Local de Lisboa Oriental | Av. 5 de Outubro, 321, 1600-035 Lisboa, Portugal | T: (+351) 217 808 700

Unidade Local do Barreiro | Av. do Bocage, 14, 2830-002 Barreiro, Portugal | T: (+351) 212 170 510

Unidade Local de Vila Franca de Xira | Rua João de Deus, 62 a 66, 2600-160 Vila Franca de Xira, Portugal | T: (+351) 263 280 380

Laços e Fronteiras

REGIÃO ALENTEJO

Centro Local do Alentejo Central | R. Miguel Bombarda, 58 - 1º, 7000-919 Évora, Portugal | T: (+351) 266 749 620

Centro Local do Alto Alentejo | Av. Pio XII, Lote 11 - 2º Dtº, 7301-856 Portalegre, Portugal | T: (+351) 245 300 030

Centro Local da Península de Setúbal | Av. D. Nuno Álvares Pereira, 68, 2800-177 Almada, Portugal | T: (+351) 212 721 020

Unidade Local do Litoral e Baixo Alentejo | Largo Escritor Manuel Ribeiro, 7, 7800-421 Beja, Portugal | T: (+351) 284 323 131

Unidade Local de Setúbal | R. Aviadores, 6, 2900-257 Setúbal, Portugal | T: (+351) 265 534 901

REGIÃO ALGARVE

Centro Local de Portimão | R. Angola, 12 - r/c Esq., 8500-547 Portimão, Portugal | T: (+351) 282 420 660

Unidade Local de Faro | R. Baptista Lopes, 34-36, 8000-225 Faro, Portugal | T: (+351) 289 880 200

Para uma descrição mais pormenorizada sobre a ACT consulte a página 73.

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE DE GÉNERO - CIG

Integrada na Presidência do Conselho de Ministros e actualmente sob a tutela do Gabinete da Secretária de Estado da Igualdade, a CIG é um dos mecanismos governamentais para a Igualdade de Género. A CIG tem a missão de garantir a execução das políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género. Neste sentido, a CIG é responsável pela coordenação geral da execução dos 3 Planos Nacionais: Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não-Discriminação; Plano Nacional Contra a Violência Doméstica e Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos.

CONTACTOS

REGIÃO NORTE

CIG Delegação Regional | R. Ferreira Borges, 69 - 2º C, 4050-253 Porto, Portugal | T: (+351) 222 074 370 | F: (+351) 222 074 398 | E-mail: cignorte@cig.gov.pt

REGIÃO LISBOA

CIG Sede | Av. da República, 32 - 1º, 1050-193 Lisboa, Portugal | T: (+351) 217 983 000 | F: (+351) 217 983 098 | E-mail: cig@cig.gov.pt | Site: www.cig.gov.pt

Para uma descrição mais pormenorizada sobre a CIG consulte a página 77.

INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL, I.P. - ISS, I.P.

O Instituto da Segurança Social, I.P. é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com natureza de Instituto Público, sob a tutela do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Desenvolve a sua actividade em todo o território nacional continental através dos Serviços Centrais, dos 18 Centros Distritais, do Centro Nacional de Pensões, do Centro Nacional de Protecção Contra os Riscos Profissionais e conta com uma rede alargada de serviços de atendimento permanentes. Presta atendimento, informação, orientação e apoio técnico aos/às indivíduos/famílias com problemas sociais complexos. Complementarmente, presta em regime de permanência, actuações em situações de emergência, através da Linha Nacional de Emergência Social – LNES – 144. No âmbito da luta contra o TSH, o ISS, I.P. assumiu um papel de mediador/facilitador junto dos Centros Distritais e Redes Sociais, com a organização e realização de 5 Encontros com entidades das Redes Sociais nos distritos identificados com uma maior preponderância de situações de tráfico; contribuiu para a criação e manutenção do Centro de Apoio e Protecção às Vítimas de Tráfico destinado ao acolhimento de mulheres vítimas de tráfico acompanhadas ou não de filhos menores.

CONTACTOS

SERVIÇO CENTRAL

Instituto da Segurança Social, I.P. | Rua Rosa Araújo, n.º 43, 1250-194 Lisboa, Portugal | T: (+351) 213 102 000 | F: (+351) 213 102 090 | E-mail: iss@seg-social.pt

CENTROS DISTRITAIS DO ISS, I.P.

REGIÃO NORTE

Centro Distrital de Aveiro | Rua Dr. Alberto Soares Machado, 3804-504 Aveiro, Portugal | T: (+351) 234 401 600 | Fax: (+351) 234 427 460 | E-mail: CDSSAveiro@seg-social.pt

Centro Distrital de Braga | Praça da Justiça, 4714-505 Braga, Portugal | T: (+351) 253 613 080 | F: (+351) 253 613 090 | E-mail: CDSB Braga@seg-social.pt

Laços e Fronteiras

Centro Distrital de Bragança | Avenida General Humberto Delgado, 5301-859 Bragança, Portugal |

T: (+351) 273 302 000 | F: (+351) 273 302 001 | E-mail: CDSSBraganca@seg-social.pt

Centro Distrital do Porto | Rua António Patrício n.º 262, 4199-001 Porto, Portugal | T: (+351) 220 908

100/9 | F: (+351) 220 908 160 | E-mail: CDSSPorto@seg-social.pt

Centro Distrital de Viana do Castelo | Rua da Bandeira, 600, 4901-866 Viana do Castelo, Portugal |

T: (+351) 258 810 300 | F: (+351) 258 810 301/2 | E-mail: CDSSViana-do-castelo@seg-social.pt

Centro Distrital de Vila Real | Rua D. Pedro de Castro, n.º 110 – Apartado 208, 5000-669 Vila Real, Portugal

| T: (+351) 259 308 700 | F: (+351) 259 308 733 | E-mail: CDSSVReal@seg-social.pt

REGIÃO CENTRO

Centro Distrital de Castelo Branco | Rua da Carapalha, n.º 2 – A, 6000-164 Castelo Branco, Portugal |

T: (+351) 272 330 499 | F: (+351) 272 330 494 | E-mail: CDSSCastelobranco@seg-social.pt

Centro Distrital de Coimbra | Rua Abel Dias Urbano, n.º 2 R/C, 3004-519 Coimbra, Portugal | T: (+351) 239

410 700 | F: (+351) 239 410 701 | E-mail: CDSSCoimbra@seg-social.pt

Centro Distrital da Guarda | Avenida Coronel Orlindo de Carvalho, 6300-680 Guarda, Portugal | T: (+351)

271 232 600 | F: (+351) 271 232 635 | E-mail: CDSSGuarda@seg-social.pt

Centro Distrital de Leiria | Largo da República, n.º 3, 2414-001 Leiria, Portugal | T: (+351) 244 890 700 |

F: (+351) 244 890 701/91 | E-mail: CDSSLeiria@seg-social.pt

Centro Distrital de Santarém | Largo do Milagre, 49-51 – Apartado 28, 2000-069 Santarém, Portugal |

T: (+351) 243 330 400 | F: (+351) 243 333 413 | E-mail: CDSSSantarem@seg-social.pt

Centro Distrital de Viseu | Avenida Dr. António José Almeida, n.º 35, 3514-509 Viseu, Portugal |

T: (+351) 232 439 400 | F: (+351) 232 422 155 | E-mail: CDSSViseu@seg-social.pt

REGIÃO LISBOA

Centro Distrital de Lisboa | Avenida Afonso Costa, 6/8, 1900-020 Lisboa, Portugal | T: (+351) 218 424 200

| F: (+351) 218 460 484 | E-mail: CDSSLisboa@seg-social.pt

REGIÃO ALENTEJO

Centro Distrital de Beja | Rua Prof. Bento de Jesus Caraça n.º 25, 7801-951 Beja, Portugal |

T: (+351) 284 312 700 | F: (+351) 284 329 618 | E-mail: CDSSBeja@seg-social.pt

Centro Distrital de Évora | Avenida Combatentes da Grande Guerra – Apartado 163,, 7002-502 Évora,

Portugal | T: (+351) 266 760 430 | F: (+351) 266 744 426 | E-mail: CDSSEvora@seg-social.pt

Centro Distrital de Portalegre | Praça João Paulo II, n.º 7 – Apartado 18, 7301-959 Portalegre, Portugal |

T: (+351) 245 339 800 | F: (+351) 245 330 278 | E-mail: CDSSPortalegre@seg-social.pt

Centro Distrital de Setúbal | Praça da República – Apartado 47, 2901-860 Setúbal, Portugal |

T: (+351) 265 530 300 | F: (+351) 265 228 018 | E-mail: CDSSSetubal@seg-social.pt

REGIÃO ALGARVE

Centro Distrital de Faro | Rua Pintor Carlos Porfírio, nº 35, 8000-241 Faro, Portugal | T: (+351) 289 891 400
| F: (+351) 289 891 409 | E-mail: CDSSFaro@seg-social.pt

Para uma descrição mais pormenorizada sobre o ISS, I.P., consulte a página 78.

LINHA NACIONAL DE EMERGÊNCIA SOCIAL – LNES

A Linha Nacional de Emergência Social - LNES é um serviço público gratuito, de âmbito nacional, com funcionamento contínuo e ininterrupto para protecção e salvaguarda da segurança dos cidadãos e das cidadãs em situação de emergência social – 24 horas por dia, 365 dias por ano – disponível através do número de telefone 144. Tem como objectivo principal o accionar uma resposta social imediata às situações de emergência social e assegurar a acessibilidade a um posterior encaminhamento/acompanhamento social, numa perspectiva de inserção e autonomia.

Para uma descrição mais pormenorizada sobre a LNES consulte a página 79.

OBSERVATÓRIO DO TRÁFICO DE SERES HUMANOS – OTSH

Criado em 2008 pelo Decreto-Lei nº 229/2008 de 27 de Novembro do Ministério da Administração Interna no âmbito do I Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos (I PNCTSH)⁶, o OTSH surgiu como resposta a recomendações europeias e internacionais e é já um centro de referência nacional e internacional no que toca à análise, conhecimento e intervenção sobre o tráfico de seres humanos e outras formas de violência de género. Tem como missão produzir, recolher, tratar e disseminar informação e conhecimento sobre tráfico de seres humanos e outras formas de violência de género, em colaboração com a coordenação dos PNCTSH.

CONTACTOS

OTSH | Av. D. Carlos I, 134, 6, 1249-104 Lisboa, Portugal | T: (+351) 213 913 305 |
E-mail: otsh@otsh.mai.gov.pt | Site: www.otsh.mai.gov.pt

Para uma descrição mais pormenorizada sobre o OTSH consulte a página 80.

⁶ A criação do Observatório do Tráfico de Seres Humanos constituiu ainda uma medida do I Plano para a Integração dos Imigrantes – 2007-2009 (medida 121 da área Estratégica – Tráfico de Seres Humanos).

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES - OIM

A Organização Internacional para as Migrações, criada em 1951, é a principal organização intergovernamental dedicada à área das migrações. De acordo com o seu mandato, a organização tem por objectivo promover uma migração humana e regulada, identificar soluções práticas em resposta aos desafios operacionais colocados pelos fenómenos migratórios e proporcionar assistência humanitária aos migrantes em situação de necessidade. O combate ao TSH é uma das principais áreas de intervenção da OIM e é encarado no contexto mais amplo da gestão das migrações. Todas as actividades baseiam-se em três princípios chave: o respeito pelos direitos humanos, o bem-estar físico, psicológico e social das vítimas e da sua comunidade e, por último, a sustentabilidade das intervenções através da capacitação das instituições e da sociedade civil. Graças à sua presença global, a OIM oferece protecção a mulheres, homens e jovens vítimas de tráfico, procura sensibilizar e aprofundar o conhecimento sobre o tema do TSH e proporciona apoio técnico aos governos em termos de formação e na elaboração de instrumentos legislativos e políticos de combate ao TSH.

CONTACTOS

OIM | Rua José Estevão, nº137 - 8º, 1150-201, Lisboa, Portugal | T: (+351) 213 242 940 |
F: (+351) 213 242 949 | E-mail: iomlisbon@iom.int | Site: www.iom.int

Para uma descrição mais pormenorizada sobre a OIM consulte a página 81.

**Listagem
dos órgãos
de polícia criminal
Portugal**

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA – GNR

A Guarda Nacional Republicana é uma Força de Segurança de natureza militar, com jurisdição em todo o Território Nacional e no Mar Territorial, que tem por missão assegurar a defesa dos direitos e liberdades dos cidadãos e das cidadãs, garantindo a legalidade e os mais elevados padrões de segurança e de tranquilidade públicas, nas respectivas áreas e nas matérias da sua responsabilidade. As Unidades Territoriais da GNR, por intermédio das suas Subunidades, em particular dos Postos Territoriais e dos Núcleos de Investigação Criminal, têm o encargo de proceder à sinalização, identificação e acompanhamento das situações criminais, incluindo o crime de tráfico de pessoas, promovendo quando necessário, o atendimento especializado e personalizado e as adequadas e possíveis acções de protecção às vítimas. O sistema de patrulhamento orientado para o problema permite que determinadas situações sejam alvo de uma abordagem policial específica, por militares conscientes e alertados/as para as problemáticas, capazes de identificar as situações, sinalizando-as junto dos respectivos Comandantes, para que seja possível um acompanhamento preventivo e antecipado. Nos casos específicos da temática do tráfico de pessoas, esta acção traduz-se numa orientação de acções de policiamento e operações, frequentemente conjuntas com outras Forças e Serviços de Segurança, para locais e horários onde são passíveis de ocorrer casos de tráfico para fins de exploração sexual (bares, casas de alterne e outros estabelecimentos de diversão nocturna) e de exploração laboral (actividades de construção civil e obras públicas, actividades sazonais e serviços domésticos).

CONTACTOS

GNR | Direcção de Informações - Comando Operacional da Guarda Nacional Republicana | Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa, Portugal | T: (+351) 213 217 237 | F: (+351) 213 473 924 | E-mail: co.di@gnr.pt

Para uma descrição mais pormenorizada sobre a GNR consulte a página 85.

POLÍCIA JUDICIÁRIA – PJ

A Polícia Judiciária, corpo superior de polícia criminal organizado hierarquicamente na dependência do Ministro da Justiça e fiscalizado nos termos da lei, é um serviço central da administração directa do Estado, dotado de autonomia administrativa. No âmbito da prevenção criminal, a PJ procede à detecção e dissuasão de situações conducentes à prática de crimes, nomeadamente através de fiscalização e vigilância de locais susceptíveis de propiciarem a prática de actos ilícitos criminais, sem prejuízo das atribuições dos restantes órgãos de polícia criminal. São ainda da competência da PJ, sem prejuízo da competência das competências de outros OPC, a investigação do auxílio à imigração ilegal e associação de auxílio a

imigração ilegal, do tráfico de pessoas e da falsificação ou contrafacção de documentos de identidade ou de viagem conexos com estes. **Qualquer vítima de TSH ou qualquer pessoa que seja detentora de informação relevante sobre crimes, indícios ou meras suspeitas de qualquer tipo de crime e, em particular, de tráfico de seres humanos pode dirigir-se a qualquer das Unidades orgânicas abaixo assinaladas e transmitir a informação que possui, podendo igualmente dirigir-se à PJ através da funcionalidade “queixa electrónica” disponível em www.pj.pt.**

CONTACTOS

Direcção Nacional | Rua Gomes Freire, 174, 1169-007 Lisboa, Portugal | T: (+351) 218 641 000 | F: (+351) 213 304 260 | Site: www.policiajudiciaria.pt

Directoria do Centro | Rua Venâncio Rodrigues, 16/18, 3000-409 Coimbra, Portugal | T: (+351) 239 863 000 | F: (+351) 239 833 627 | Piquete: (+351) 239 828 130 | E-mail: direccao.coimbra@pj.pt

Directoria de Lisboa e Vale do Tejo | Rua Gomes Freire, 174, 1169-007 Lisboa, Portugal | T: (+351) 218 641 000 | F: (+351) 213 304 260 | Piquete: (+351) 213 574 566 | E-mail: directoria.lisboa@pj.pt

Directoria do Norte | Rua Assis Vaz, 113, 4200-096 Porto, Portugal | T: (+351) 225 582 000 | F: (+351) 225 023 642 | Piquete: (+351) 225 088 644 | E-mail: directoria.porto@pj.pt

Directoria do Sul | Rua do Município, 15, 8004-003 Faro, Portugal | T: (+351) 289 884 500 | F: 289 802 296 | Piquete: 289 829 621 | E-mail: directoria.faro@pj.pt

Unidade Nacional de Combate à Corrupção | Rua Alexandre Herculano, 42-A, 1250-011 Lisboa, Portugal | T: (+351) 218 643 900 | F: (+351) 213 160 131 | E-mail: dciccef@pj.pt

Unidade Nacional Contra-Terrorismo | Av. José Malhoa, lote 1680, 1070-157 Lisboa, Portugal | T: (+351) 217 243 300 | F: (+351) 217 263 050 | E-mail: unct.terrorismo@pj.pt

Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes | Av. Duque de Loulé, 39, 1050-085 Lisboa, Portugal | T: (+351) 218 643 600 | F: (+351) 213 141 540 | E-mail: dcite@pj.pt

Para uma descrição mais pormenorizada sobre a PJ consulte a página 87.

POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA – PSP

A Polícia de Segurança Pública, designada por PSP, é uma força de segurança, que tem por missão assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos e das cidadãs, nos termos da Constituição e da lei. As atribuições da PSP são prosseguidas em todo o território nacional, com exclusão das áreas legalmente cometidas a outras forças e serviços de segurança. Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, as referidas atribuições são prosseguidas com carácter de exclusividade.

Laços e Fronteiras

CONTACTOS

Direcção Nacional da PSP – Departamento de Investigação Criminal | Unidade Especial de Polícia |
Quinta das Águas Livres – 2605-197 Belas, Portugal | T: (+351) 218 111 000 | F: (+351) 219 809 813 |
E-mail: contacto@psp.pt | Site: www.psp.pt

Para uma descrição mais pormenorizada sobre a PSP consulte a página 90.

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS – SEF

O SEF é um serviço de segurança, integrado no MAI, e tem por missão, entre outras, o controlo da circulação das pessoas nas fronteiras, da entrada, da permanência da actividade de estrangeiros em território português e a prevenção e repressão da criminalidade relacionada com a imigração ilegal, crimes conexos e o TSH.

CONTACTOS

SEF | Direcção Central de Investigação, Pesquisa e Análise da Informação (DCIPAI) | Rua Passos Manuel nº 40, 1169-089 Lisboa, Portugal | T: (+351) 213 189 900 | Tlm: (+351) 967 423 119 | E-mail: dcipai@sef.pt | Site: www.sef.pt

Para uma descrição mais pormenorizada sobre o SEF consulte a página 93.

**Listagem
das organizações da
sociedade civil
Portugal
(por região)**

ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA - APF | CENTRO DE ACOLHIMENTO E PROTECÇÃO A VÍTIMAS DE TRÁFICO DE SERES HUMANOS - CAP⁷

A APF é a entidade responsável pela gestão, funcionamento e equipa técnica do CAP, projecto destinado a mulheres e jovens do sexo feminino e seus/suas filhos/as menores que se encontrem em situação de vulnerabilidade, sinalizadas e/ou identificadas pelas entidades competentes como vítimas de tráfico. Este Centro foi criado no âmbito do Projecto CAIM - Cooperação, Acção, Investigação e Mundivisão, Projecto-piloto na área da prostituição e tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, financiado pela Iniciativa Comunitária EQUAL. Assegurar o acolhimento temporário a mulheres e seus/suas filhos/as menores, em local securizante, proporcionando-lhes um ambiente acolhedor, promotor do seu equilíbrio físico e emocional, e promovendo a sua integração social é o objectivo do CAP.

CONTACTOS

CAP | Tlm: (+351) 964 608 288 | E-mail: cap.apf@gmail.com

Para uma descrição mais pormenorizada sobre o CAP consulte a página 103.

Região norte

ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA - APF NORTE | PROJECTO ESPAÇO PESSOA - CENTRO DE ENCONTRO E APOIO A PROSTITUTOS/AS DA CIDADE DO PORTO

O Projecto Espaço Pessoa, sob a orientação da Delegação Norte da APF, está a funcionar desde 1997, e funciona de forma articulada com outros projectos e instituições de retaguarda que, directa ou indirectamente, se dedicam ao “trabalho sexual”, concorrendo, deste modo, para um trabalho concertado de enfrentamento aos problemas que se colocam às pessoas que se prostituem.

⁷ Por razões de segurança, opta-se por não situar em termos regionais o CAP. Pretende-se, com isto, que esta estrutura de apoio a vítimas de TSH continue anónima.

CONTACTOS

APF-Norte | Rua Anselmo Braancamp, 501, 4000-084 Porto, Portugal | T: (+351) 222 085 869 | E-mails: apfnorte@apf.pt e espacopessoa@gmail.com | Site: www.apf.pt | Horário de funcionamento do Projecto: Segunda-Feira e Sexta-Feira: 16h00 – 24h00; Terça-Feira a Quinta-feira: 18h30 – 24h00; Sábado: 19h00 – 24h00

Para uma descrição mais pormenorizada sobre o Espaço Pessoa consulte a página 106.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA – APAV

CONTACTOS

GAV BRAGA | Rua S. Vítor, 11, 4710-439 Braga, Portugal | T: (+351) 253 610 091 | F: (+351) 253 610 920 | E-mail: apav.braga@apav.pt | Horário: dias úteis das 14h00-18h00 (os horários de atendimento estão sujeitos a sofrer alterações)

GAV PORTO | Rua Antero de Quental, 166, 4050- 52 Porto, Portugal | T: (+351) 225 502 957 | F: (+351) 225 502 959 | E-mail: apav.porto@apav.pt | Horário: dias úteis das 10h00-13h00 e das 14h30-18h00 (os horários de atendimento estão sujeitos a sofrer alterações)

GAV VILA REAL | Governo Civil de Vila Real, Largo Conde de Amarante, 5000-529 Vila Real, Portugal | T: (+351) 259 375 521 | F: (+351) 259 375 521 | E-mail: apav.vilareal@apav.pt | Horário: dias úteis das 10h00-12h30 e das 14h00-17h30 (os horários de atendimento estão sujeitos a sofrer alterações)

Para uma descrição mais pormenorizada sobre a APAV consulte a página 107.

SOS RACISMO

CONTACTOS

SOS RACISMO | Rua do Almada, 254, 3.º Dto, Sala 34, 4300-254 Porto, Portugal | E-mail: sosracismoporto@gmail.com | Blogue: sosracismoporto.blogspot.com | Site: www.sosracismo.pt

UNIÃO DE MULHERES ALTERNATIVA E RESPOSTA - UMAR

CONTACTOS

P'RA TI – Centro de Atendimento e Acompanhamento a Mulheres Vítimas de Violência | Rua do Paraíso, n.º 250, 4000-376 Porto, Portugal | T: (+351) 222 025 048 | Tlm: (+351) 910 504 600 | F: (+351) 222 018 245 | E-mail: umarporto@sapo.pt

Para uma descrição mais pormenorizada sobre a UMAR consulte a página 129.

Região centro

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA - APAV

CONTACTOS

GAV COIMBRA | Rua do Teodoro, 1 (São José), 3030-213 Coimbra, Portugal | T: (+351) 239 702 363 ou 239 781 545/6 | F: (+351) 239 406 148 | E-mail: apav.coimbra@apav.pt | Horário: dias úteis das 10h00-12h30 e das 14h00-17h30 (os horários de atendimento estão sujeitos a sofrer alterações)

GAV SANTARÉM | ex Escola Prática de Cavalaria, Largo Infante Santo, 2009-002 Santarém, Portugal | T: (+351) 243 356 505 | F: (+351) 243 356 506 | E-mail: apav.santarem@apav.pt | Horário: dias úteis das 14h00 às 19h00 (os horários de atendimento estão sujeitos a sofrer alterações)

Para uma descrição mais pormenorizada sobre a APAV consulte a página 107.

EQUIPA DE INTERVENÇÃO SOCIAL ERGUE-TE: UM PRESENTE COM FUTURO

A Equipa de Intervenção Social Ergue-te é uma das valências da Fundação Madre Sacramento, pertencente às Irmãs Adoradoras. Trata-se de uma resposta social inovadora, existente desde Novembro de 2009 e tem como população alvo pessoas que se prostituem, e seus agregados familiares. A Equipa tem como princípios orientadores: a intervenção específica para cada situação; a participação activa da Pessoa e sua

família; a criação de um espaço de escuta, seguro, confidente e de respeito pela liberdade da Pessoa. O seu âmbito geográfico é o distrito de Coimbra.

CONTACTOS

Sede da Equipa/Gabinete de Atendimento | Avenida Fernão de Magalhães, n.º 136, 3º-Z (Edifício Azul), 3000-171 Coimbra, Portugal | T: (+351) 239 820 090 | F: (+351) 239 821 202 | Tlm: (+351) 917 099 202 ou (+351) 927 108 274 | E-mail: equipa.erguete@gmail.com

Para uma descrição mais pormenorizada sobre o Ergue-te consulte a página 115.

SAÚDE EM PORTUGUÊS | MERCADORIA HUMANA - PROJECTO DE SENSIBILIZAÇÃO EM TRÁFICO DE SERES HUMANOS

A Saúde em Português desenvolve, desde 1 de Abril de 2010 e até 18 de Outubro de 2011, o Projecto Mercadoria Humana. O Projecto pretende quebrar o silêncio, opacidade e convivência da sociedade da região Centro com este crime, combatendo o défice de informação e sensibilizando sobre o que é o TSH e as suas características. Pretende, ainda, reconhecer e evitar o crime e informar sobre o que fazer para ajudar na prevenção e combate. Devidamente informados/as, os/as destinatários/as directos e indirectos deste Projecto serão estimulados/as a denunciar situações, reconhecer vítimas a fim de as apoiarem ou encaminharem, ajudando assim na prevenção e caracterização do fenómeno na região Centro. Este Projecto é financiado pelo POPH/QREN/FSE, através da CIG.

CONTACTOS

Saúde em Português - Mercadoria Humana | Avenida Elísio de Moura 417, 1º E, 3030-183 Coimbra, Portugal | T: (+351) 239 702 723 | F: (+351) 239 705 186 | Tlm: (+351) ou 960 092 989 | E-mail: mercadoriahumana@saudeportugues.org; info@saudeportugues.org | Blogue: www.mercadoriahumana.blogspot.com | Site: www.saudeportugues.org

Para uma descrição mais pormenorizada sobre a Saúde em Português e o Projecto Mercadoria Humana consulte a página 124.

Região Lisboa

AMNISTIA INTERNACIONAL PORTUGAL – AI

Desde 1961 que a AI luta para acabar com os abusos de direitos humanos, estando atenta ao rumo dos acontecimentos, às conjunturas nacionais, regionais e internacionais. A AI dirige-se aos governos, organizações intergovernamentais e outros agentes estatais ou não, exigindo o respeito pelos direitos humanos e, para tal, desenvolve um trabalho de investigação profundo por todo o mundo. A AI tem preocupações concretas sobre cada país, sendo que uns são mais apelativos ao tráfico humano do que outros, quer seja pelas características económicas, sociais, culturais, pela legislação ou pelo estrito (ou não) cumprimento das normas. A AI quer disseminar uma consciência global sobre a gravidade do fenómeno do tráfico humano, no seu todo, pois só conhecendo as raízes, os comportamentos mais ou menos padrão, o ambiente em que opera, é que será possível reconhecer uma vítima e perceber a importância da denúncia e de afastar o preconceito. A AI quer igualmente reforçar a consciência das pessoas para o consumo responsável, ter a noção que, por vezes, se pode estar a comprar um produto de exploração humana só porque é mais barato.

CONTACTOS

Aministia Internacional Portugal | Av. Infante Santo, 42, 2º, 1350-179 Lisboa, Portugal | T: (+351) 213 861 664 ou (+351) 213 861 652 | F: (+351) 213 861 782 | E-mail: aiportugal@amnistia-internacional.pt | Site: www.amnistia-internacional.pt

Para uma descrição mais pormenorizada sobre a AI consulte a página 99.

ASSOCIAÇÃO LUSOFONIA CULTURA E CIDADANIA – ALCC | PROJECTO REDE CIDADÃ

A ALCC é uma associação sem fins lucrativos que iniciou as suas actividades em 2000 e que foi constituída legalmente em 2007. Tem como principal objectivo fornecer todo o apoio aos/às Imigrantes de Língua Portuguesa que residam em Portugal. Nasceu da vontade de intervir em situações que envolvessem imigrantes de língua lusófona com a finalidade de promover a integração legal e social desta população. Tendo como objectivo primordial a inserção do/a imigrante na sociedade Portuguesa de modo a facilitar

Laços e Fronteiras

o acesso aos serviços necessários à sua sobrevivência, à manutenção dos seus direitos e à sua inserção social. No âmbito das suas actividades, e por carência na comunidade onde se insere, criou em 2010, em protocolo com a Gebalis, o Projecto Rede Cidadã, que tem como principal objectivo apoiar vítimas e familiares de Violência Doméstica.

CONTACTOS

ALCC – Associação Lusofonia Cultura e Cidadania | Rua Varela Silva lote 3 loja A, 1750-403 Lisboa, Portugal | T: (+351) 218 031 921 | E-mails: geral@lusofonia.com.pt e rcidada@gmail.com | Site: www.lusofonia.com.pt

Para uma descrição mais pormenorizada sobre a ALCC e o Projecto Rede Cidadã consulte a página 100.

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES CONTRA A VIOLÊNCIA - AMCV

A AMCV é uma ONG independente, laica e sem fins lucrativos cujo objecto é a promoção dos Direitos Humanos, nomeadamente ao nível dos Direitos das Mulheres, Jovens e Crianças, e o combate a todas as formas de Violência e Discriminação. A violência contra as mulheres, nas suas várias formas, constitui-se como uma das suas principais áreas de intervenção.

CONTACTOS

Sede | Rua João Villaret – Edifício J. F. S. João de Deus, 1000-182 Lisboa, Portugal | T: (+351) 213 802 160 | F: (+351) 213 802 168 | E-mail: sede@amcv.org.pt | Site: www.amcv.org.pt
Centro Anti-Violência | T: (+351) 213 802 165 | F: (+351) 213 802 169 | E-mail: ca@amcv.org.pt

Para uma descrição mais pormenorizada sobre a AMCV consulte a página 101.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA - APAV

A APAV, fundada em 1990, é uma IPSS, pessoa colectiva de utilidade pública, de âmbito nacional e com sede em Lisboa, que tem como objectivo estatutário promover e contribuir para a informação, protecção e apoio aos cidadãos e às cidadãs vítimas de infracções penais. É uma organização sem fins lucrativos e de voluntariado que apoia de forma individualizada, qualificada e humanizada, vítimas de crimes (como

Laços e Fronteiras

o TSH) através da prestação de serviços gratuitos e confidenciais prestando-lhes, deste modo, apoio emocional, jurídico, psicológico, social e prático.

CONTACTOS

APAV - Serviços centrais de Sede | Rua José Estêvão, 135 A, Pisos ½, 1150-201 Lisboa, Portugal | T: (+351) 21 358 79 00 | F: (+351) 21 887 63 51 | E-mail: apav.sede@apav.pt | Site: www.apav.pt

GABINETES DE APOIO À VÍTIMA

(os horários de atendimento estão sujeitos a sofrer alterações)

GAV CASCAIS | Centro Comercial S. Pedro, Rua Nunes dos Santos, 2º Piso - Loja 28, São Pedro do Estoril, 2765 - 546 Estoril, Portugal | T: (+351) 214 664 271 | F: (+351) 214 681 727 | E-mail: apav.cascais@apav.pt | Horário: dias úteis das 10h00-13h00 e das 14h00 às 19h00; Sábado das 10h00-14h00

GAV LISBOA | Rua José Estêvão 135-A, Piso 0, 1150-201 Lisboa, Portugal | T: (+351) 213 587 900 | F: (+351) 218 876 351 | E-mail: apav.lisboa@apav.pt | Horário: dias úteis das 10h00 -13h00 às 14h00-17h30

GAV ODIVELAS | Av. Amália Rodrigues, 10-A, Urbanização da Ribeirada, 2675-623 Odivelas, Portugal | T: (+351) 219 328 382 | F: (+351) 219 328 382 | E-mail: apav.odivelas@apav.pt | Horário: dias úteis das 14h00-17h30

GAV SETÚBAL | Edifício do Tribunal de Família e Menores de Setúbal | Rua Manuel Livério Edifício Esplanada, 2900-541 Setúbal, Portugal | T: (+351) 265 534 598 | F: (+351) 265 534 598 | E-mail: apav.setubal@apav.pt | Horário: dias úteis das 09h30-12h30 e das 13h30-16h00

Para uma descrição mais pormenorizada sobre a APAV consulte a página 107.

APAV | UNIDADE DE APOIO À VÍTIMA IMIGRANTE E DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL OU ÉTNICA - UVAIDRE

A UVAIDRE é uma unidade criada, em 2005, pela APAV e co-financiada pelo Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros. A sua criação insere-se numa estratégia global que visa a promoção dos direitos dos/as imigrantes em território português e o aprofundamento e actualização. Algumas

Laços e Fronteiras

das problemáticas tratadas pela UVIDRE: situações de exploração sexual e laboral, de burla relativa a trabalho ou emprego, de extorsão ou subtração de documentos, de não pagamento de salários, de ameaças, de injúrias, de discriminação racial ou étnica em diversos contextos (por ex: arrendamento e em estabelecimentos comerciais), de TSH, entre muitas outras. Apesar de estar fisicamente em Lisboa, tem competência de intervenção a nível nacional através da estreita articulação com os Gabinetes de Apoio à Vítima da APAV.

CONTACTOS

UVIDRE | Rua José Estêvão 135-A, 1150-201 Lisboa, Portugal | T: (+351) 213 587 914 | F: (+351) 218 876 351 | E-mail: uavidre@apav.pt | Horário: dias úteis das 10h00-13h00 e das 14h00-18h00

Para uma descrição mais pormenorizada sobre a UVIDRE consulte a página 110.

ASSOCIAÇÃO POSITIVO | PROJECTO REDLIGHT

O Projecto Redlight, desenvolvido pela Associação Positivo, apoia pessoas que se prostituem na freguesia de S. Paulo e áreas abrangentes da cidade de Lisboa, desde 2003. Pretende promover a saúde física e mental em geral e, mais especificamente, fornecer conhecimento acerca das infecções sexualmente transmissíveis. Das actividades do Redlight destacam-se as visitas de rua realizadas em zonas de Lisboa com incidência de prostituição.

CONTACTOS

Associação Positivo - Projecto Redlight | Rua de S. Paulo nº 216, 1º A/B, 1200-429 Lisboa, Portugal | T: (+351) 213 421 69/70 | F: (+351) 213 424 346 | E-mail: info@positivo.org.pt | Site: www.positivo.org.pt

Para uma descrição mais pormenorizada sobre a Associação Positivo e o Projecto Redlight consulte a página 111.

CASA DO BRASIL DE LISBOA – CBL

A CBL é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada oficialmente em Janeiro de 1992 por brasileiros/as residentes em Portugal e portugueses/as amigos/as do Brasil, aberta a todas as nacionalidades. A CBL defende os interesses de todos/as os/as imigrantes em Portugal, em especial dos/as brasileiros e dos/as de origem lusófona, dentro de uma óptica de integração e de luta pela igualdade de direitos e responsabilidade cidadã. A CBL tem participado, juntamente com outras organizações, nas iniciativas referentes à denúncia e combate do tráfico de seres humanos. Tem também contactado com vários órgãos do Estado brasileiro envolvidos neste mesmo tema. Em Setembro de 2010 reuniu-se, em Lisboa, com a Comissão Interministerial criada pelo governo brasileiro para acompanhamento das questões de TSH e construção de políticas de reintegração dos emigrantes no Brasil.

CONTACTOS

Casa do Brasil de Lisboa | Rua Luz Soriano, 42, 1200 - 248 Lisboa, Portugal | T: (+351) 213 400 000 | F: (+351) 213 400 001 | E-mail: secretaria@casadobrasildelisboa.pt | Site: www.casadobrasilnelisboa.pt | Horário: dias úteis das 16h00 às 21h00

Para uma descrição mais pormenorizada sobre a CBL consulte a página 113.

COMISSÃO DE APOIO ÀS VÍTIMAS DO TRÁFICO DE PESSOAS – CAVITP

A CAVITP faz parte da CIRP (Conferência dos Institutos Religiosos em Portugal) e foi criada no seguimento de várias acções de formação propostas pela UISG (União Internacional de Superiores Gerais) para assumir novos espaços sociais e teológicos, através de uma presença solidária e de acções concretas em defesa da dignificação das vítimas de tráfico. Os Institutos Religiosos são “redes naturais” que podem desempenhar um bom serviço contra o tráfico de pessoas, unindo esforços para resgatar as vítimas e ajudando-as a reencontrar a vida, e a “vida em abundância” (Jo 10,10).

CONTACTOS

CAVIPT | Av. 5 de Outubro, 156 - 5º, 1050-062 Lisboa, Portugal | E-mail: cavitp.cirp@gmail.com

Para uma descrição mais pormenorizada sobre a CAVITP consulte a página 114.

INSTITUTO DE APOIO À CRIANÇA - IAC

É uma associação sem fins lucrativos que tem por objectivo principal contribuir para o desenvolvimento integral da criança, na defesa e promoção dos seus direitos, sendo a criança encarada na sua globalidade, como total sujeito dos seus direitos nas diferentes áreas, quer seja na saúde, educação, segurança social ou nos seus tempos livres.

CONTACTOS

IAC Sede | Largo da Memória, 14, 1349-045 Lisboa, Portugal | T: (+351) 213 617 880 | F: (+351) 213 617 889 | Tlm: (+351) 919 000 315, (+351) 939 105 280, (+351) 969 192 738 | E-mail: iacsede@netcabo.pt | Site: www.iacrianca.pt

Para uma descrição mais pormenorizada sobre o IAC consulte a página 116.

IAC | SOS CRIANÇA

O IAC criou em 1988 o SOS – Criança, um serviço anónimo e confidencial que tem como finalidade dar voz à Criança e ao/à Jovem, promovendo e defendendo os seus direitos. É um serviço de âmbito nacional e internacional que tem como população alvo Crianças e Jovens até aos 18 anos e suas famílias, assim como os/as profissionais que trabalham nestas áreas e cidadãos/cidadãs com preocupações neste âmbito. Do SOS Criança fazem parte as seguintes linhas telefónicas gratuitas: Linha SOS Criança e Linha SOS Criança Desaparecida.

CONTACTOS

IAC SOS Criança | T: (+351) 217 931 617, (+351) 116 111* (Linha SOS Criança), (+351) 116 000* (Linha SOS Criança Desaparecida) *chamadas grátis | E-mail: soscrianca@net.sapo.pt

Para uma descrição mais pormenorizada sobre o SOS Criança consulte a página 117.

IAC | PROJECTO TRABALHO DE RUA – EM FAMÍLIA PARA CRESCER

O IAC iniciou em 1989 o Projecto Trabalho de Rua – Em Família para Crescer com o objectivo de recuperar crianças e jovens que vivem na rua e sem esquecer as vítimas das mais graves formas de exploração do trabalho infantil.

CONTACTOS

IAC - Projecto Trabalho de Rua – Em Família para Crescer | Rua António Patrício, 20 2º Esq., 1700-048 Lisboa, Portugal | T: (+351) 217 818 590 | F: (+351) 217 818 599 | E-mail: iacprua@netcabo.pt

Para uma descrição mais pormenorizada sobre o Projecto Trabalho de Rua consulte a página 118.

JRS PORTUGAL – SERVIÇO JESUÍTA AOS REFUGIADOS

O Serviço Jesuíta aos Refugiados, é uma organização internacional da Igreja Católica, fundada em 1980, sob responsabilidade da Companhia de Jesus. Actualmente está presente em cerca de 60 países e celebra este ano (2010) 30 anos no mundo. Em Portugal, desde 1992, tem a missão de “Acompanhar, Servir e Defender” os/as refugiados/as, deslocados/as à força e todos/as os/as migrantes em situação de particular vulnerabilidade, desenvolvendo diversos projectos e serviços de apoio a esta população.

CONTACTOS

JRS Portugal | Rua 8 ao Alto do Lumiar, nº 59, 1750 Lisboa, Portugal | T: (+351) 217 552 790 | F: (+351) 217 552 799 | Tlm: (+351) 937 541 620 | E-mail: jrs@jrspportugal.pt | Site: www.jrspportugal.pt

Para uma descrição mais pormenorizada sobre o JRS Portugal consulte a página 119.

LAR JORBALÁN

A Fundação Madre Sacramento é uma IPSS de cariz religioso, pertencente à Congregação das Irmãs Adoradoras Escravas do Santíssimo Sacramento e da Caridade. Esta Congregação está presente em Portugal desde o ano de 1936, com o objectivo de albergar mulheres/jovens que se encontravam em situação de vulnerabilidade social. A Fundação, além de outras respostas sociais, tem no momento em funcionamento uma Comunidade de Inserção que acolhe mulheres em situação de vulnerabilidade social (vítimas de

Laços e Fronteiras

prostituição, tráfico, exploração, violência, etc.). Esta resposta social denomina-se de Lar Jorbalán e tem como principal objectivo reinserir as mulheres/jovens na sociedade, proporcionando-lhes o desenvolvimento das suas capacidades e a aquisição de competências aos níveis pessoal, social, afectivo e profissional, com vista à organização e concretização do seu projecto de vida e permitindo a sua autonomia.

CONTACTOS

Lar Jorbalán | T: (+351) 213 968 435 | F: (+351) 213 951 631 | E-mail: fundacaomsacramento@gmail.com

Para uma descrição mais pormenorizada sobre o Lar Jorbalán consulte a página 120.

OBRA SOCIAL DAS IRMÃS OBLATAS DO SANTÍSSIMO REDENTOR - OSIOR

O objectivo principal da OSIOR é o desenvolvimento de um processo de dignificação da Mulher em contexto de prostituição. Ao longo deste processo, visa-se promover a autonomia das mulheres expandindo as alternativas possíveis nas suas vidas, sendo elas as protagonistas. Todo este acompanhamento é feito em parceria com elas e é orientado em função das necessidades e avaliações apresentadas pelas mesmas.

CONTACTOS

CAOMIO | Rua Antero de Quental, n.º 6-A, 1150-043 Lisboa, Portugal | T: (+351) 218 880 192 | F: (+351) 218 880 206 | E-mail: centrocaomio@sapo.pt

ENCONTRO NA RUA - Equipas de Rua | Tlm: (+351) 961 793 225 | E-mail: equipasruaoblatas@gmail.com

Para uma descrição mais pormenorizada sobre a OSIOR consulte a página 122.

O NINHO

O Ninho é uma IPSS que tem por objectivo a promoção humana e social de mulheres vítimas de prostituição e de mulheres traficadas para fins de exploração sexual. Foi fundado em Portugal em 1967 seguindo o modelo d' O Ninho Francês, criado em Paris pelo Padre André Marie Talvas, em 1936. O Ninho nasce a partir das necessidades sentidas pelas mulheres prostituídas e estrutura uma metodologia de intervenção que se vai adequando à realidade.

Laços e Fronteiras

CONTACTOS

O Ninho | Rua Luciano Cordeiro 59, 4º, 1150-212 Lisboa, Portugal | T: (+351) 213 530 273 | F: (+351) 213 527 444 | E-mail: geral@oninho.pt | Site: www.oninho.pt

Para uma descrição mais pormenorizada sobre O Ninho consulte a página 123.

PANTERAS ROSA – MOVIMENTO DE COMBATE À LESBIGAY TRANSFOBIA

Mantendo desde 2007 uma presença regular numa zona de prostituição (de rua e em bares) em Lisboa, e tendo estreitado laços com outras organizações que trabalham junto de trabalhadorxs⁸ sexuais, as Panteras Rosa têm sentido necessidade de trabalhar questões indissociáveis da prostituição, como a exploração laboral, o abuso sexual, os crimes por agentes policiais, ou a exploração por empresas ilegais de auxílio à imigração. Conhecendo de perto alguns dos efeitos da mercadorização das pessoas, as Panteras Rosa entendem necessário combater de forma integrada preconceitos e processos marginalizantes, articulando o seu trabalho com o de outras organizações e procurando potenciar e aproveitar sinergias nos movimentos sociais.

CONTACTOS

Panteras Rosa | E-mails: panteras.lisboa@gmail.com e panterasporto@gmail.com |
Blogue: panterasrosa.blogspot.com

Para uma descrição mais pormenorizada sobre as Panteras Rosa consulte a página 124.

⁸ Com o uso do «x» pretende-se evitar o reforço do masculino como (pretensão) “neutro” da norma linguística e propor uma solução inclusiva de géneros para além do modelo ideológico binarista “tradicional”. Optou-se por não explicitar várias possibilidades de género («mulheres, homens e outras pessoas» ou «...a/o/x») para não comprometer a legibilidade.

SOLIDARIEDADE IMIGRANTE - ASSOCIAÇÃO PARA A DEFESA DOS DIREITOS DOS/AS IMIGRANTES

A Solidariedade Imigrante é uma associação de âmbito nacional, sem fins lucrativos e de reconhecido interesse público. Foi constituída em Junho de 2001 e desenvolve actividades em torno da defesa dos direitos e dos interesses dos/as imigrantes e seus descendentes. A Solidariedade Imigrante presta apoio aos/às imigrantes sobre os seus direitos e deveres e agiliza com os/as próprios/as a resolução dos seus problemas documentais, procura de emprego, conflitos laborais, habitação, segurança social, reagrupamento familiar, educação, ajuda humanitária e tantos outros casos com que diariamente são confrontados/as, indo ao encontro das suas necessidades nas mais variadas áreas.

CONTACTOS

Sede Nacional | Rua da Madalena n.º 8 - 2ªAndar, 1100-321 Lisboa, Portugal | T/F: (+351) 218 870 713 | E-mail: solidariedade_imigrante@hotmail.com | Site: www.solimigrante.org/

Para uma descrição mais pormenorizada sobre a Solidariedade Imigrante consulte a página 126.

SOS RACISMO

O movimento SOS Racismo surgiu em resposta ao crescimento do neonazismo em Portugal. Nos últimos 20 anos o SOS Racismo tem observado, documentado e denunciado as manifestações de racismo em Portugal e promovido eventos e acções de educação. O tráfico de seres humanos, o abuso laboral e/ou sexual de pessoas migrantes e o uso de preconceitos racistas (e outros) por parte de partidos políticos e movimentos racistas e/ou “nacionalistas” marcam a actualidade, são indissociáveis da ideologia das “fronteiras fechadas” (e de outras formas de segregação dx⁹ outx) e exigem respostas urgentes. A mercadorização das pessoas desumaniza-as, fragiliza-as, e facilita o exercício de actos violentos. Exemplos disso são os casos de abuso laboral e/ou sexual e/ou físico e mental de pessoas migradas e/ou socialmente marginalizadas. A violência tanto serve de escape para as frustrações como é forma de expressão de uma hierarquia social.

⁹ Com o uso do «x» pretende-se evitar o reforço do masculino como (pretenso) “neutro” da norma linguística e propor uma solução inclusiva de géneros para além do modelo ideológico binarista “tradicional”. Optou-se por não explicitar várias possibilidades de género («mulheres, homens e outras pessoas» ou «...a/o/x») para não comprometer a legibilidade.

CONTACTOS

SOS RACISMO | Rua Dom Luís de Noronha, 17, 1.º Esquerdo, 1069-081 Lisboa, Portugal | T: (+351) 217 552 700 | F: (+351) 217 552 709 | E-mail: sosracismo@gmail.com

Para uma descrição mais pormenorizada sobre o SOS RACISMO consulte a página 128.

UNIÃO DE MULHERES ALTERNATIVA E RESPOSTA - UMAR

A UMAR é uma associação de mulheres, feminista, sem fins lucrativos, que se constituiu formalmente a 12 de Setembro de 1976. É, desde 2010, uma instituição de utilidade pública. Com sede nacional em Lisboa, o trabalho de intervenção da UMAR cobre o território de Portugal Continental (Braga, Lisboa e Península de Setúbal, Porto) e Arquipélagos da Madeira e dos Açores. Actualmente, a UMAR dispõe, no Continente, de estruturas de apoio - atendimento (presencial e telefónico) e acompanhamento (psicológico, psicossocial e jurídico) - a mulheres vítimas de violência doméstica no Monte de Caparica (CAM) e no Porto (P'RA TI). Gere ainda duas Casas de Abrigo da rede pública. Com o Projecto Laços e Fronteiras, responsável pela elaboração do presente Guia de Recursos, a UMAR alarga a sua esfera de intervenção no âmbito da violência contra as mulheres para incluir o tráfico de mulheres. Ainda no âmbito do TSH destaca-se o trabalho que a UMAR tem desenvolvido com o SEF na intervenção e apoio a mulheres vítimas deste crime. Da parceria estabelecida entre a UMAR/Projecto Laços e Fronteiras, a Solidariedade Imigrante e o Dinâmia-CET resultou o GAMI – Mãos Seguras. Grupo de Apoio às Mulheres Imigrantes. Mediante o trabalho desenvolvido pelo GAMI, a UMAR/Projecto Laços e Fronteiras tem sedimentado o seu conhecimento na área da exploração laboral das mulheres imigrantes.

CONTACTOS

UMAR – Sede Nacional | Rua da Cozinha Económica, Bloco D, 30M e 30N, 1300-149 Lisboa, Portugal | T: (+351) 218 873 005 | F: (+351) 218 884 086 | E-mail Sede: umar.sede@sapo.pt | E-mail UMAR-Porto: umar.porto@gmail.com | E-mail UMAR-Braga: umarbraga@gmail.com | Site: www.umarfeminismos.org

CAM – Centro Atendimento Mulher | Quinta da Boa Esperança, 2825-021 Monte de Caparica, Portugal | T: (+351) 212 942 198 | F: (+351) 212 942 298 | E-mail: umar.almada@sapo.pt

Para uma descrição mais pormenorizada sobre a UMAR consulte a página 129.

Região Alentejo

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA – APAV

CONTACTOS

GAV SETÚBAL | Edifício do Tribunal de Família e Menores de Setúbal | Rua Manuel Livério Edifício Esplanada, 2900-541 Setúbal, Portugal | T: (+351) 265 534 598 | F: (+351) 265 534 598 | E-mail: apav.setubal@apav.pt | Horário: dias úteis das 09h30-12h30 e das 13h30-16h00 (os horários de atendimento estão sujeitos a sofrer alterações)

Para uma descrição mais pormenorizada sobre a APAV consulte a página 107.

LAR DE SANTA HELENA

O Lar de Santa Helena, de Évora, é uma IPSS promovida pela Congregação das Irmãs Adoradoras. Tem uma valência de “Casa de Abrigo” cujo objectivo primordial é proporcionar alojamento seguro e protegido a mulheres vítimas de violência doméstica e seus filhos. O Lar propõe-se também acolher outras mulheres em situação de exploração sexual e/ou laboral.

CONTACTOS

Sede do Lar | Rua dos Mercadores, nº 80 A, 7000 - 530 Évora, Portugal | T e F: (+351) 266 706 223 | E-mail: larsantahelena.tec@sapo.pt

Para uma descrição mais pormenorizada sobre o Lar de Santa Helena consulte a página 121.

Região Algarve

ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA – APF ALGARVÊ | PROJECTO OUTRAS MARGENS

A APF Algarve desenvolveu, entre Fevereiro de 2007 e Dezembro de 2010, o projecto Amar, Amar, Há Ir e Voltar: Saúde Sexual e Reprodutiva para Tod@s. Com este Projecto propôs-se a trabalhar na Educação para a Saúde Sexual e Reprodutiva, com especial enfoque na Prevenção do VIH/SIDA e outras IST. Nesse contexto, fez da Unidade Móvel de Saúde Sexual e Reprodutiva cedida pela Direcção-geral de Saúde um espaço privilegiado de atendimento. Neste momento, a APF Algarve encontra-se a desenvolver um outro Projecto, o projecto Outras Margens, iniciado em Janeiro de 2011 e com data de conclusão para Dezembro de 2014. Pretende-se com este Projecto continuar a trabalhar na área da promoção da Saúde Sexual e Reprodutiva, privilegiando a prevenção do VIH/Sida e outras IST. O Projecto terá também como recurso uma Unidade Móvel de Saúde Sexual e Reprodutiva, espaço privilegiado de atendimento e bem como uma equipa técnica multidisciplinar que deslocará a locais referenciados pelos públicos-alvo. No que concerne à problemática do TSH, importa referir que, pese embora não consubstancie uma valência do projecto, criado com o propósito de intervir junto das trabalhadoras/as sexuais (TS), com especial enfoque nas TS imigrantes de diferentes origens, seria dado constatar que a intervenção junto desta população alvo proporciona um contacto quase diário com potenciais vítimas de semelhante tráfico. Neste contexto, os/as técnicos/as do projecto têm procurado proceder à sua sensibilização para esta temática através da distribuição de material informativo e do encaminhamento de vítimas sinalizadas para as entidades/auto-ridades competentes, na maioria dos casos a pedido das próprias.

CONTACTOS

Associação para o Planeamento da Família – APF Algarve | Edifício Ninho de Empresas - Estrada da Penha, 8000-273 Faro, Portugal | T: (+351) 289 862 902 | E-mail: apf Algarve@gmail.com | Site: www.apf.pt

Para uma descrição mais pormenorizada sobre o Projecto Outras Margens consulte a página 104.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA – APAV

CONTACTOS

GAV ALBUFEIRA | Posto da GNR de Albufeira, Av. 25 de Abril, 22, 8200-014 Albufeira, Portugal | T: (+351) 289 585 770 | F: (+351) 289 588 634 | E-mail: apav.albufeira@apav.pt | Horário: Segundas, Terças e Quintas: 09h30-12h30; Quartas e Sextas: 13h30-16h00 (os horários de atendimento estão sujeitos a sofrer alterações)

GAV FARO | Governo Civil de Faro, Praça D. Francisco Gomes, 1-A, 8000-168 Faro, Portugal | T: (+351) 289 820 788 | F: (+351) 289 820 787 | E-mail: apav.faro@apav.pt | Horário: dias úteis das 10h00-12h30 e das 14h00-17h30 (os horários de atendimento estão sujeitos a sofrer alterações)

GAV LOULÉ | Posto da GNR de Loulé | Travessa Charles Bonnett, 8100 Loulé, Portugal | T: (+351) 289 422 832 | F: (+351) 289 422 955 | E-mail: apav.loule@apav.pt | Horário: dias úteis das 14h00-18h00 (os horários de atendimento estão sujeitos a sofrer alterações)

GAV PORTIMÃO | Esquadra de Portimão da PSP | Av. Miguel Bombarda | Edifício da PSP | 8500-299 Portimão, Portugal | T: (+351) 282 484 407 | F: (+351) 282 484 408 | E-mail: apav.portimao@apav.pt | Horário: Segundas, Quartas e Sextas das 14h00 às 18h00; Terças e Quintas das 09h00 às 13h00 (os horários de atendimento estão sujeitos a sofrer alterações)

GAV TAVIRA | Esquadra de Tavira da PSP, Av. Comunidade Lusíada, Atalaia, 8800-397 Tavira, Portugal | T: (+51) 281 320 592 | F: (+351) 281 325 473 | E-mail: apav.tavira@apav.pt | Horário: Terças, Quintas e Sextas das 09h30m às 13h00m; Quartas das 09h30m-13h00m e das 14h30m-18h00m (os horários de atendimento estão sujeitos a sofrer alterações)

Para uma descrição mais pormenorizada sobre a APAV consulte a página 107.

APAV | PROJECTO SUL – UNIDADE DE APOIO À VÍTIMA IMIGRANTE¹⁰

O Projecto SUL foi iniciado em Dezembro de 2008 e concluído em Novembro de 2010. Resultou da aprovação de uma candidatura, no âmbito do POPH/QREN/FSE, com vista ao reforço e à consolidação da APAV no

¹⁰ Apesar de, à data da publicação deste Guia de Recursos, o SUL já ter oficialmente terminado optou-se por o integrar na mesma no Guia dada a importância que este Projecto teve numa região particularmente sensível ao TSH e onde os recursos técnicos e humanos especializados e com formação nesta área são escassos.

Laços e Fronteiras

domínio do Apoio e Prevenção às Vítimas. O SUL desenvolveu-se no distrito de Faro, funcionando de forma itinerante entre os vários concelhos do Algarve (reaproveitando os cinco gabinetes da APAV na região do Algarve: Albufeira, Loulé, Portimão, Faro e Tavira). Um dos seus principais objectivos foi o de proteger e apoiar os/as imigrantes vítimas de crime em especial vítimas de violência doméstica e de tráfico ou com fim de exploração laboral/ou sexual.

CONTACTOS

Projecto SUL | Gabinete de Apoio à Vítima de Tavira | Esquadra de Tavira da PSP | Av. da Comunidade Lusíada, Atalaia, 8800-397 Tavira, Portugal | T/F: (+351) 281 325 763 | E-mail: sul@apav.pt

Para uma descrição mais pormenorizada sobre o Projecto SUL consulte a página 109.

Região Autónoma dos Açores

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA - APAV

CONTACTOS

GAV PONTA DELGADA | Rua do Mercado, 57 9500-326 Ponta Delgada | T: (+351) 296 285 399 | F: (+351) 296 304 799 | E-mail: apav.pontadelgada@apav.pt | Horário: dias úteis das 09h00-12h00 e das 13h00-17h30 (+1 hora que no Continente / os horários de atendimento estão sujeitos a sofrer alterações)

UAVMD - Unidade de Apoio à Vítima Migrante e de Discriminação dos Açores | Rua do Mercado 57, 9500-326 Ponta Delgada, Portugal | T: (+351) 296 285 399 | F: (+351) 296 304 799 | E-mail: apav.pontadelgada@apav.pt | Horário: dias úteis das 09h00-12h00 e das 13h00-17h30 (+1 hora que no Continente/ os horários de atendimento estão sujeitos a sofrer alterações)

Para uma descrição mais pormenorizada sobre a APAV consulte a página 107.

UNIÃO DE MULHERES ALTERNATIVA E RESPOSTA - UMAR - AÇORES

A UMAR-Açores garante o funcionamento diário da Linha de Apoio SOS-Mulher. A UMAR-Açores assegura o funcionamento de três Centros de Atendimento, em São Miguel, Faial e na Terceira. Em 2005, abriu uma Casa de Abrigo no Faial.

CONTACTOS

UMAR-Açores – Sede São Miguel | Rua São João, n.º 33 – 2º Andar, 9500-107, Matriz, Ponta Delgada, São Miguel, Açores | T e F (Ponta Delgada): (+351) 296 283 221 | T (Ribeira Grande): (+351) 296 470 360 | E-mail: geral@umaracores.org | Site: www.umaracores.org

Delegação do Faial | Rua Juiz Macedo 27, 9900-078 Horta, Faial, Açores | T: (+351) 292 292 401 | F: (+351) 292 292 410 | E-mail: umar_nucleofaial@sapo.pt

Delegação da Terceira | Rua da Rosa, Edifício Recreio dos Artistas, 9700-171 Angra do Heroísmo, Terceira, Açores | T: (+351) 295 217 860 | F: (+351) 295 217 861 | E-mail: umarterceira@gmail.com

Para uma descrição mais pormenorizada sobre a UMAR-Açores consulte a página 129.

Listagem das entidades estrangeiras

PAG-ASA vzw – CENTRO DE ACOLHIMENTO E ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS DE TRÁFICO DE SERES HUMANOS

A PAG-ASA é um centro especializado responsável pelo acolhimento e assistência a vítimas de tráfico de pessoas.

CONTACTOS

PAG ASA vzw | Celrebroersstraat 16, 1000 Bruxelas, Bélgica | T : (+ 32) (0)2 511 64 64 | F : +32 (0)2 511 58 68 | E-mail: info@pag-asa.be | Site: www.pag-asa.be | Horário: dias úteis das 09h00 às 17h00 | Os/as operadores/as atenderão todas as chamadas em caso de emergência 24h/7 dias por semana

Para uma descrição mais pormenorizada sobre a PAG-ASA consulte a página 135.

PAYOKE

A Payoke é uma das três ONG reconhecidas na Bélgica com a missão de apoiar e proteger vítimas de TSH. Fundada em 1987, tem sido pioneira na luta contra o TSH na Bélgica, trabalhando denodadamente no sentido de: providenciar as vítimas com o apoio necessário para reaverem os seus direitos, liberdade e dignidade; “despertar” os grupos de interesse para as realidades do tráfico humano; apoiar no desenvolvimento de uma moldura legal efectiva; desenvolver uma perspectiva coordenada e cooperativa para a identificação e protecção da vítima, assim como para o acompanhamento na acção judicial; e usar a sua história e aprendizagens ao longo de mais de 20 anos para fornecer directrizes e boas práticas a outros/as intervenientes no campo do combate ao tráfico.

CONTACTOS

PAYOKE | Leguit 4, 2000 Antuérpia, Bélgica | T: (+32) 320 116 90 | F: (+32) 323 323 24 |
E-mail: admin@payoke.be | Site: www.payoke.be

Para uma descrição mais pormenorizada sobre a PAYOKE consulte a página 135.

Brasil

SERVIÇO DE PREVENÇÃO AO TRÁFICO DE MULHERES E MENINAS - SMM

O SMM foi uma das organizações pioneiras na introdução do tema do TSH na pauta de discussão deste crime no cenário da sociedade brasileira. O seu objectivo sempre foi o de lutar contra a exploração sexual comercial de mulheres, adolescentes e meninas tendo, portanto, um enfoque de Género. Pretende o SMM contribuir para a construção de uma política nacional de combate ao tráfico de mulheres, adolescentes e meninas para a exploração sexual comercial, focada nas relações de género. A sua actuação concentra-se fundamentalmente na prevenção do TP.

CONTACTOS

SMM | Rua Samuel Brenner, nº 13, Cep: 01122-040, Bairro Bom Retiro, São Paulo SP, Brasil |
T: (+55) 113 228 4955 e (+55) 113 228 6097 | F: (+55) 113 227 6825 | E-mail: smm@smm.org.br | Site: www.smm.org.br

Para uma descrição mais pormenorizada sobre o SMM consulte a página 137.

Guiné-bissau

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DAS CRIANÇAS - AMIC

A AMIC é uma ONG criada a 30 de Outubro de 1984 e legalmente constituída pelos termos da lei em vigor no país a 28 de Fevereiro de 1992. Sendo uma organização laica e apolítica de envergadura nacional, com cerca de 3000 membros distribuídos pelas antenas regionais que cobrem o país, propõe-se exclusivamente a promover e defender os direitos das crianças junto das próprias crianças, dos seus agentes de socialização e da comunidade onde vivem. A AMIC dirige a sua intervenção para: crianças em situação de vulnerabilidade socioeconómica, nomeadamente órfãs, abandonadas, deficientes, desprovidas de meio social e familiar adequados, vítimas de tráfico, crianças de rua, crianças trabalhadoras, crianças em conflito com a lei, etc.

CONTACTOS

AMIC | Rua Vitorino Costa nº 46, Bissau, Guiné-Bissau | T: (+245) 320 2744 ou (+245) 321 2193 | Tlm: (+245) 667 0688 e (+245) 537 0440 | E-mails: laudolino@hotmail.com e ferca7562@hotmail.com

Para uma descrição mais pormenorizada sobre a AMIC consulte a página 139.

A AMIC integra o **programa de prevenção, reinserção social e profissional de menores vítimas de TSH e de migração de risco ao nível da África Ocidental (PAO)**. O PAO, criado em 2005, tem como objectivo primordial criar um sistema de apoio transnacional e durável para a identificação, reinserção social e profissional, assim como proporcionar um seguimento psicológico às vítimas. Actualmente o PAO envolve uma parceria transnacional e sólida implicando oito Países da África Ocidental, a saber:

BURKINA FASO | Parceiro: Association KEOOGO | 01 BP 6213 Ouagadougou 01, Burkina Faso | Pessoa de contacto: Lassina Zampou | Tlm: (+226) 788 680 59 ou (+226) 503 803 24 | E-mail: zamplass@yahoo.fr | Site: www.keoogo.org

COSTA DO MARFIM | Parceiro: BICE - International Catholic Child Bureau | Pessoa de contacto: Désiré Koukoui | Tlm: (+ 225) 079 801 72 ou (+225) 202 287 07 | E-mail: desire.koukoui@bice.org ou biceci@avisoci | Site: www.biceafrique.org

GÂMBIA | Parceiro: CEDAG - Child and Environmental Development Association | 70 Garba Juhumpa Road, Bakau, P.M.B 763, Serekunda, The Gambia | Pessoa de contacto: Anyin Morris | T: (+220) 449 5976 | E-mail: cedag@qanet.gm

GUINÉ-BISSAU | Parceiro: AMIC | Pessoa de contacto: Laudolino Medina | Tlm: (+245) 667 0688 | E-mail: laudolino@hotmail.com

GUINÉ-CONACRI | Parceiro: Sabou Guinée | Pessoa de contacto: Mamadou Alpha Diallo | Tlm: (+224) 602 151 78 | E-mail: malfad@yahoo.it

MALI | Parceiro: Enda Mali | Pessoa de contacto: Seckna Bagayogo | Tlm: (+223) 642 8883 ou (+223) 222 55 64 | E-mail: enda-mali@cefib.com ou seckna@yahoo.fr

NIGER | Parceiro: EPAD-Niger | Pessoa de contacto: Sidikou Moussa | Tlm: (+227) 969 715 33 ou (+227) 203 150 20 | E-mail: ong_epad@yahoo.fr | Site: www.ong-epadniger.org

SENEGAL | Parceiro: Enda Jeunesse Action | Pessoa de contacto: Malick Sy |

Tlm: (+221) 776 302 836 ou (+221) 634 29 95 | E-mail: symalick2000@yahoo.fr | Site: eja.enda.sn

Para uma descrição mais pormenorizada sobre o PAO, consulte a página 140.

ASSOCIAÇÃO JUVENIL FEMININA DA SOLIDARIEDADE - AJUFES

A AJUFES desenvolve acções de formação nas áreas dos Direitos Humanos, Protecção e Prevenção da Violência Baseada no Género. A sua intervenção pauta-se pelos seguintes objectivos: contribuir no combate à delinquência juvenil feminina e outros males sociais; desenvolver acções em prol de promoção dos direitos de jovens raparigas, mulheres e crianças; estimular a participação da camada feminina nas acções sociais do país. De entre as suas actividades destacam-se: a participação em Grupos temáticos sobre Direitos Humanos, Género, Prevenção de Tráfico das Pessoas e Protecção das vítimas de violência e a participação no acolhimento das crianças vítimas (crianças talibé).

CONTACTOS

AJUFES SEDE | Cupelom de Cima junto da RENLUV, C.P. 13, Bissau, Guiné-Bissau | T: (+245) 685 4054 ou (+245) 537 4741 | E-mail: ajufes@yahoo.com.br

Para uma descrição mais pormenorizada sobre a AJUFES consulte a página 142.

INSTITUTO DA MULHER E DA CRIANÇA - IMC

O IMC é uma pessoa colectiva, de direito público, de carácter sócio-humanitário, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com vocação para a defesa e a promoção dos direitos humanos, particularmente dos da mulher e da criança. Funciona sob a tutela do Ministério da Mulher, Família, Coesão Social e Luta contra a Pobreza, competindo a este dar orientações e seguimento a todas as acções do IMC através de relatórios anuais. O IMC é responsável por coordenar, supervisionar e promover a abordagem integrada de género e os direitos humanos da mulher e da criança nos programas, políticas e legislação, assegurando o equilíbrio da igualdade e equidade do género e o empoderamento da mulher. O IMC tem vindo a intervir e a desenvolver políticas públicas na área do TSH.

CONTACTOS

IMC | Av. Unidade Africana, CP-716, Bissau, Guiné-Bissau (ao lado da Presidência da República) | T: (+245) 672 0755 ou (+245) 512 770 73

Para uma descrição mais pormenorizada sobre o IMC consulte a página 142.

Moçambique

REDE CAME – REDE CONTRA O ABUSO DE MENORES

A Rede CAME emerge do movimento *Juntos por uma Criança Feliz* e congrega mais de 30 organizações da sociedade civil e confissões religiosas que, em parceria com instituições do Governo e do Estado, lançaram a 16 de Junho de 2000, no Posto Fronteiriço de Ressano Garcia, a Campanha Contra o Abuso Sexual de Menores em cumprimento das decisões do 1º Congresso Mundial Contra a Exploração Comercial Sexual da Criança, realizado em 1996, em Estocolmo (Suécia), e da pesquisa realizada sobre essa matéria em Moçambique com apoio técnico e financeiro da Terre des Hommes (Alemanha).

CONTACTOS

Rede CAME | Bairro da Malhangalene, Avenida Milagre Mabote, 370, r/c, Maputo, Moçambique | T/F: (+258) 214 179 10 | Tlm: (+258) 823 002 949 | E-mail: antichildtrafic@tvocabo.co.mz | Site: www.redecame.org.mz

Para uma descrição mais pormenorizada sobre a Rede CAME consulte a página 143.

Nigéria

HUMAN DEVELOPMENT INITIATIVES – HDI

O trabalho da HDI vai além da defesa contra o tráfico interno das crianças vindas das áreas pobres e rurais da Nigéria, ou das crianças trazidas para a Nigéria dos países vizinhos, como sejam o Togo ou a República

Laços e Fronteiras

do Benim, para serem exploradas em serviços de trabalho doméstico infantil, prostituição, trabalho agrícola ou mesmo para serem enviadas para fora do seu país. Na vasta área do tráfico de crianças na Nigéria, a HDI concentra a sua atenção no tráfico interno e no trabalho infantil, com ênfase no trabalho doméstico, sendo que esta iniciativa está classificada como Combate à Escravidura Actual. A HDI foca o seu trabalho nas crianças que são usadas para o trabalho doméstico dado que estas são as que têm perante si um futuro incerto devido à falta de oportunidades de educação.

CONTACTOS

HDI - Child Rights Education Centre | 2, Iwaya Road, Onike Lagos, Nigeria e P. O. Box 1642, Sabo, Yaba, Lagos, Nigeria | T: (+234) 179 380 74 e (+234) 176 133 22 (Linha SOS Criança) | E-mails: hudev2001@yahoo.com, info@hdinigeria.org ou bowasanoye@yahoo.com (Bolaji Owasanoye) | Site: www.hdinigeria.org

Para uma descrição mais pormenorizada sobre a HDI consulte a página 146.

**Descrição das
entidades/estruturas
governamentais
e intergovernamentais
Portugal
(por ordem alfabética)**

ARS NORTE | PROGRAMA AUTOESTIMA

APRESENTAÇÃO

O Programa Autoestima é um programa de saúde, da responsabilidade da ARS Norte, I.P.. Iniciou a sua actividade na zona de Matosinhos, em Fevereiro de 1998, expandindo-se progressivamente a outras áreas geográficas da região Norte. Tendo em conta a existência de dificuldades de acesso das mulheres que se prostituem aos cuidados de saúde dos serviços organizados para a população geral, o Autoestima centra a sua actividade no contacto directo no local onde a prostituição se pratica e no desenvolvimento de serviços específicos para esta população. O Autoestima fez parte da TAMPEP 8 - Rede europeia para a prevenção do VIH/IST e promoção da saúde nos/as trabalhadores/as do sexo migrantes que, entre outros materiais, produziu três manuais (*Work Safe in Sex Work*; *Sex Work Migration Health*; *Sex Work in Europe Report*) e o site: tampep.eu/index.asp

OBJECTIVOS

- Aumentar o nível de saúde dos/as trabalhadores/as do sexo, protegendo-os/as do risco de infecção pelo VIH e outras IST;
- Aumentar o nível de conhecimentos sobre IST/VIH e sobre medidas de prevenção;
- Promover a utilização de preservativos;
- Diagnosticar e tratar precocemente IST, cancro do colo do útero e da mama;
- Facilitar o acesso aos serviços de saúde e sociais;
- Promover o apoio psicológico;
- Aumentar as taxas de cobertura das vacinas do tétano e hepatite B;
- Criar e manter uma base de dados epidemiológica;
- Partilhar informação, experiências e metodologias com os parceiros e com outros projectos que trabalham com a mesma população alvo.

ACTIVIDADES

- Contacto de proximidade com os/as trabalhadores/as do sexo através de Unidades Móveis;
- Atendimento nos Centros de Aconselhamento;
- Consulta médica;
- Diagnóstico e tratamento de IST;
- Planeamento Familiar;
- Rastreio do cancro do colo do útero e da mama;
- Consulta de enfermagem;
- Vacinação (Tétano e Hepatite B);

- Consulta de psicologia;
- Atendimento de serviço social;
- Distribuição de preservativos;
- Distribuição de folhetos informativos;
- Distribuição e troca de seringas;
- Disponibilização de instalações para cuidados de higiene (chuveiro e lavandaria).

POPULAÇÃO ALVO

Trabalhadores/as do sexo (rua e interior).

PARCERIAS

Instituto da Droga e da Toxicodependência, Câmaras Municipais de Matosinhos, Guimarães, Famalicão e Póvoa do Varzim, ULS Matosinhos EPE, ULS Alto Minho EPE, Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, Hospital de São Marcos, Coordenação Nacional para a Infecção VIH/Sida, Associação Nacional de Farmácias e TAMPEP 8.

ÁREAS GEOGRÁFICAS ABRANGIDAS

Matosinhos, Maia, Zona Industrial do Porto, Vila Nova de Gaia, Santo Tirso, Valongo, Póvoa do Varzim, Vila do Conde, Braga, Viana do Castelo, Barcelos, Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Póvoa de Lanhoso, Serra da Lameira, Sandim, Serra da Lustosa.

ALTO COMISSARIADO PARA A IMIGRAÇÃO E DIÁLOGO INTERCULTURAL - ACIDI, I.P.

APRESENTAÇÃO E OBJECTIVOS

O ACIDI, I.P., é um instituto público que prossegue atribuições da Presidência do Conselho de Ministros em matéria de imigração, minorias étnicas e diálogo entre culturas e religiões. Tem como missão colaborar na concepção, execução e avaliação das políticas públicas relevantes para a integração dos/as imigrantes e das minorias étnicas, bem como promover o diálogo entre as diversas culturas, etnias e religiões¹¹.

ACTIVIDADES

O ACIDI, I.P. prossegue as seguintes atribuições:

- a) Promover o acolhimento e a integração dos imigrantes e das minorias étnicas;
- b) Incentivar a participação cívica e cultural dos/as imigrantes e das minorias étnicas nas instituições portuguesas;
- c) Garantir o acesso dos cidadãos e das cidadãs imigrantes e minorias étnicas a informação relevante, designadamente, direitos e deveres de cidadania;
- d) Combater todas as formas de discriminação em função da raça, cor, nacionalidade, origem étnica ou religião;
- e) Promover a interculturalidade, através do diálogo intercultural e inter-religioso;
- f) Dinamizar centros de apoio ao/à imigrante, de âmbito nacional, regional e local, que proporcionem uma resposta integrada dos vários serviços públicos às suas necessidades de acolhimento e integração, designadamente, através de parcerias com departamentos governamentais com intervenção no sector, serviços da administração pública, autarquias locais, organizações não governamentais, associações de imigrantes ou outras entidades com interesse relevante na matéria;
- g) Contribuir para a melhoria das condições de vida e de trabalho dos/as imigrantes em Portugal;
- h) Favorecer a aprendizagem da língua portuguesa e o conhecimento da cultura portuguesa por parte dos/as imigrantes, tendo em vista a sua melhor integração na sociedade portuguesa;
- i) Incentivar iniciativas da sociedade civil que visem o acolhimento e integração dos/as imigrantes e minorias étnicas em Portugal;
- j) Promover acções de sensibilização da opinião pública e a realização de estudos sobre as temáticas da imigração, minorias étnicas, diálogo intercultural e diálogo inter-religioso;
- l) Promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socio-económicos mais vulneráveis, em particular os descendentes de imigrantes e de minorias étnicas, tendo em vista a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social, assegurando a gestão do Programa Escolhas;
- m) Promover o diálogo com as religiões.

O ACIDI, I.P. dedica-se a diferentes actividades, com destaque para:

- **Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI):** criados em 2004, em Lisboa e no Porto (em 2009 abriu ainda uma Extensão do CNAI em Faro), para dar resposta a várias dificuldades sentidas pelos/as imigrantes no seu processo de integração em Portugal. As diferenças culturais, as diferenças na organização da sociedade, as diferenças no sistema legislativo, as dificuldades linguísticas e a quantidade de serviços diferentes aos quais os/as imigrantes têm de recorrer, levaram o ACIDI, I.P. a criar um Centro, totalmente vocacionado para o atendimento ao/à imigrante, que reunisse num mesmo espaço diferentes serviços, Instituições e Gabinetes de Apoio. Os CNAI são compostos por diferentes gabinetes, uns da responsabili-

dade de Instituições públicas, outros da responsabilidade do ACIDI, I.P. Actualmente, no CNAI de Lisboa, encontram-se presentes as seguintes instituições: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Segurança Social, Autoridade para as Condições do Trabalho, Conservatória dos Registos Centrais, Ministério da Educação e Ministério da Saúde. No CNAI do Porto, encontram-se presentes as mesmas instituições à excepção do Ministério da Saúde. Os CNAI contam ainda com gabinetes especializados, criados pelo ACIDI, I.P., que visam prestar apoio e informação em áreas diversificadas e específicas. São eles: o Gabinete de Apoio ao Reagrupamento Familiar (GARF), o Gabinete de Apoio Jurídico ao Imigrante (GAJI), o Gabinete de Apoio Social (GAS), o Gabinete de Apoio à Habitação (GAH), o Gabinete de Apoio ao Emprego (com duas vertentes, uma de Inserção Profissional e outra de apoio ao Empreendedorismo), o Gabinete de Apoio ao Imigrante Consumidor (GAIC) e o Gabinete de Apoio à Qualificação (GAQ). Como gabinete de apoio ao funcionamento geral dos CNAI existe, ainda, o Gabinete de Acolhimento e Triagem (GAT) - gabinete onde se efectua a triagem, se cria um processo informático e onde, sumariamente, se descreve o assunto que se pretende ver resolvido, procedendo-se ainda ao encaminhamento adequado dos/as clientes que pretendem aceder às instituições ou gabinetes específicos. Neste Gabinete são igualmente prestadas informações de carácter geral, que não carecem de apoio especializado.

- **Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAI):** resultam de parcerias entre o ACIDI, I.P. e diferentes instituições, organismos e serviços locais e são espaços de acolhimento, informação e apoio descentralizado, que visam apoiar na resposta às questões/problemas que se colocam aos/as imigrantes, com capacidade de interacção com estruturas locais e tendo como missão, para além da informação, o apoiar no processo multivectorial do acolhimento e integração de imigrantes a nível local. Os CLAI funcionam em pequenos Gabinetes animados por técnicos/as da instituição parceira local. Estes Gabinetes encontram-se equipados com um Posto Multimédia, telefone de acesso à Linha SOS Imigrante e materiais informativos. De facto, é aqui disponibilizado um conjunto de folhetos temáticos em várias línguas, com o objectivo de resumir os pontos-chave dos temas com maior relevância para o/a imigrante: lei da imigração, guia de saúde para o/a imigrante, reagrupamento familiar, programa de retorno voluntário, educação, segurança social, trabalho, etc., bem como estudos do Observatório da Imigração e outros materiais produzidos pelo ACIDI, I.P..

- **Observatório da Imigração:** com o Observatório da Imigração (OI), o ACIDI, I.P. pretende aprofundar o conhecimento sobre a realidade da imigração em Portugal, para poder definir, executar e avaliar políticas eficazes de integração dos/as imigrantes. O OI visa, os seguintes objectivos:

- a) Reunir, tratar e disponibilizar o acervo de informação disponível, a cada momento, sobre a problemática geral da imigração no nosso país e, nas vertentes que com ela se intersectam, no mundo;
- b) Fomentar a recolha de dados ou de informações complementares que não se encontrem directamente acessíveis em fontes primárias;

- c) Desenvolver dossiers, estudos e investigações, em colaboração com instituições científicas e académicas competentes na matéria, que se repute relevantes para fundamentar, orientar e melhorar as políticas públicas com incidência na problemática da imigração;
 - d) Editar e difundir publicações resultantes da sua actividade, ou de outra origem, com interesse para o alargamento da esfera de saberes sobre a temática do Observatório;
 - e) Promover seminários, colóquios, debates e outras actividades tendentes ao melhor conhecimento dos fenómenos associados a movimentos de população que têm como destino Portugal e visando a formação de agentes com intervenção na problemática;
 - f) Assegurar a ligação do ACIDI, I.P. com outras instituições congéneres nacionais e estrangeiras, designadamente estruturas de observação, de recolha de dados, de investigação e de análise sistemática dos movimentos de pessoas em Portugal, na Europa e no Mundo.
- Mais informações sobre o Observatório da Imigração em www.oi.acidi.gov.pt

Outras actividades do ACIDI, I.P. podem ser consultadas em www.acidi.gov.pt

O PAPEL DO ACIDI, I.P. NA ÁREA DO TSH:

O ACIDI, I.P. foi parceiro no âmbito do projecto CAIM – projecto piloto, financiado pelo Projecto da União Europeia EQUAL, que tinha como objectivo desenvolver um trabalho interinstitucional na área da prostituição e tráfico de mulheres para fins de exploração sexual mediante a adopção de uma estratégia coordenada de responsabilidade partilhadas no combate ao tráfico e no apoio e protecção às vítimas do crime. O ACIDI, I.P. apostou na formação de mediadores/as da Linha SOS imigrante, dos Gabinetes dos CNAI e das associações de imigrantes com vista à aquisição de competências ao nível do conhecimento da problemática do TSH e, de uma forma mais específica, no que diz respeito ao atendimento e serviço de *counselling*¹². As instituições da parceria que participaram nesta formação, de 14 horas, enquanto entidades formadoras foram a APF, MAI/SEF, CIG e ACIDI, I.P. num total de quatro módulos. Em Outubro de 2006, a Linha SOS Imigrante passou a ter como objectivo sinalizar e apoiar vítimas de tráfico, prestando um serviço aos níveis de apoio emocional, informativo e de encaminhamento. A Linha SOS utiliza o Guião de Sinalização para as Situações de Tráfico, o qual contém indicadores claramente definidos e assegura a confidencialidade da informação recolhida e a não identificação da pessoa vítima de tráfico. No âmbito

¹² Frequentemente, o ACIDI, I.P. promove acções de formação sobre a temática, nomeadamente nos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI's), dirigidas a mediadores/as socioculturais, mas em que participam também membros dos Gabinetes Ministeriais aí presentes e associações de imigrantes. Em 2008, e tendo como entidade formadora o SEF, foram promovidas 3 acções de formação (2 no CNAI de Lisboa e 1 no CNAI do Porto), com a duração de 2 horas cada. Já em 2010, em parceria com a CIG, foi ministrada uma formação sobre TSH a todos/as os/as mediadores do CNAI de Lisboa.

do I PNCTSH, o ACIDI, I.P. surgiu como entidade que, na tutela da PCM, era responsável pela execução de medidas do Plano (nesse sentido, também integra a Comissão Técnica de Apoio ao Coordenador). No II PNCTSH o ACIDI, I.P. também surge como entidade que, na tutela da PCM, é responsável pela execução de medidas do Plano, prevendo-se também a criação de uma comissão técnica de apoio à entidade coordenadora, constituída, entre outros, por um representante da Presidência do Conselho de Ministros.

No âmbito do II Plano para a Integração dos Imigrantes – que integra o Tráfico de Seres Humanos enquanto área de intervenção¹³ – o ACIDI, I.P. desempenha o papel de Coordenador da Rede de Pontos Focais de Acompanhamento do Plano, constituída por dois representantes de cada ministério, que apresenta ao Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração um relatório anual de execução das medidas previstas no Plano. O ACIDI, I.P., desde Maio de 2005, tem em vigor um Protocolo com a APAV, com co-financiamento do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT) desde 2007, para a criação e implementação da UAVIDRE, através do qual este apoia financeiramente aquela, tendo em vista a prestação - de forma personalizada, qualificada, gratuita e confidencial - de apoio emocional, jurídico e psicológico, a imigrantes vítimas de crimes (entre os quais, do crime de TSH).

LINHA SOS IMIGRANTE

APRESENTAÇÃO E OBJECTIVOS

A Linha SOS Imigrante foi inaugurada a 13 de Março de 2003. Trata-se de um serviço telefónico, disponibilizado pelo ACIDI, I.P., que presta informação geral sobre as problemáticas da imigração e está preparado para aconselhar e prestar informações num quadro de situações graves (por exemplo: atentados à integridade física, situações de exploração laboral, de abusos no alojamento ou atitudes de discriminação, TSH, entre outros). Os principais objectivos da Linha SOS Imigrante são: fornecer telefonicamente toda a informação na área da imigração; responder de imediato às perguntas mais frequentes; responder posteriormente sempre que, pela complexidade da questão, não o seja possível fazer no momento; encaminhar sempre que as questões não sejam do âmbito da Linha SOS; aconselhar e detectar casos de situações graves; ajudar a garantir a igualdade efectiva de direitos e deveres no acesso ao trabalho, à habitação, à saúde, à educação; acolher e integrar os/as imigrantes de uma forma cada vez mais humana.

¹³ No âmbito do II Plano para a Integração dos Imigrantes, na Área de Intervenção – Tráfico de Seres Humanos – prevêem-se 4 medidas (87 a 90). Salienta-se ainda a medida 50, na Área de Intervenção – Justiça, o apoio judiciário às/aos imigrantes vítimas do crime de Tráfico de Seres Humanos (medida 50). Para mais detalhes sobre o Plano, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2010, de 17 de Setembro, consulte-se o Diário da República n.º 182, Série I, de 17 de Setembro ou o Portal do ACIDI, I.P. em <http://www.acidi.gov.pt/>.

ACTIVIDADES

O/a cidadão/cidadã imigrante que contacta a Linha SOS Imigrante pode solicitar ser atendido/a por um /a mediador/a da Linha numa das seguintes línguas - português, crioulo (de Cabo Verde), inglês, francês, espanhol, russo, ucraniano, bielorrusso e romeno. Quando solicita um outro idioma não existente na Linha SOS Imigrante, poderá recorrer ao Serviço de Tradução Telefónica (igualmente disponibilizado pelo ACIDI, I.P.), obtendo assim os esclarecimentos de que necessita, com o apoio de um/a tradutor/a ou intérprete, num dos 60 idiomas disponíveis (através do STT - Serviço de Tradução Telefónica, o ACIDI, I.P. fornece, desde Junho de 2006, os meios que garantem, num formato de conferência telefónica, o esclarecimento em simultâneo entre o/a técnico/a da instituição, o/a tradutor/a e o/a imigrante, com o objectivo de ajudar a ultrapassar a barreira da língua, um dos principais entraves a uma boa integração dos/as imigrantes).

POPULAÇÃO ALVO

A Linha SOS Imigrante presta informação a todo o público em geral destinando-se sobretudo a: imigrantes e familiares; associações de imigrantes; ONG; sindicatos; paróquias; governos civis; câmaras municipais e juntas de freguesia; empresas; serviços da administração pública. O STT está disponível para todas as pessoas que não falam português e a todos/as os/as interlocutores/as portugueses/as que precisam de comunicar com elas, recorrendo a uma bolsa de 54 tradutores/as e intérpretes.

AUTORIDADE PARA AS CONDIÇÕES DO TRABALHO – ACT

APRESENTAÇÃO

A Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) é um serviço do Estado que visa a promoção da melhoria das condições de trabalho através do controlo do cumprimento do normativo laboral no âmbito das relações laborais privadas e pela promoção da segurança e saúde no trabalho em todos os sectores de actividade públicos ou privados. A ACT, que assumiu as atribuições da Inspeção-geral do Trabalho e do Instituto para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, tem a sede em Lisboa, dispõe de serviços descentralizados e tem jurisdição sobre todo o território continental.

OBJECTIVOS

a) Condições de Trabalho

- **Promoção e controlo do cumprimento das disposições legais, regulamentares e convencionais:** um dos objectivos do sistema de inspeção do trabalho consiste em promover e controlar o cumprimento

das disposições legais, regulamentares e convencionais no âmbito sociolaboral e de segurança e saúde no trabalho;

- **Sensibilização, informação e aconselhamento no âmbito das relações e condições de trabalho:** a ACT dispõe, em todos os seus serviços desconcentrados ou nas lojas do cidadão, de serviços informativos de atendimento onde os/as trabalhadores/as e os/as empregadores/as, bem como as suas instâncias representativas, podem obter informação e aconselhamento nos domínios que constituem a sua missão;
- **Avaliação do cumprimento das normas relativas a destacamento de trabalhadores/as:** a ACT promove e controla o cumprimento das disposições legais, regulamentares e convencionais respeitantes às condições de trabalho e é o serviço de ligação relativo às disposições legais dos/as trabalhadores/as destacados/as. Neste papel, coopera com os serviços de fiscalização das condições de trabalho de outros estados membros e presta informações sobre as condições de trabalho.

b) Licenciamento industrial

A instalação, alteração e exploração de estabelecimentos industriais estão sujeitas a licenciamento industrial, processo no qual a ACT é interveniente. Regulado pelo Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de Outubro, o licenciamento industrial visa a prevenção dos riscos e inconvenientes resultantes da exploração dos estabelecimentos industriais, a saúde pública e a dos/as trabalhadores/as, a segurança de pessoas e bens, a higiene e segurança dos locais de trabalho, a qualidade do ambiente e um correcto ordenamento do território, num quadro de desenvolvimento sustentável e de responsabilidade social das empresas. A ACT integra as vistorias conjuntas com a entidade licenciadora e demais entidades participantes a efectuar aos estabelecimentos industriais, antes de iniciarem a respectiva laboração ou na sequência de alterações à configuração do processo produtivo, tendo em vista assegurar uma intervenção no domínio da segurança do trabalho na fase de projecto (segurança integrada).

c) Recepção das comunicações e autorizações obrigatórias em matéria de segurança e saúde no trabalho

d) Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho

A actividade da ACT no âmbito da promoção da segurança e saúde no trabalho decorre, quer das atribuições e competências definidas através da respectiva Lei Orgânica, quer dos compromissos nacionais e internacionais assumidos. Destes, ressalta a Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho, aprovada por Resolução do Conselho de Ministros de 12 de Março de 2008. A Estratégia Nacional define dois eixos fundamentais de desenvolvimento de políticas de segurança e saúde no trabalho: o que se refere às políticas públicas e o que se reporta à promoção da segurança e saúde nos locais de trabalho. No primeiro eixo, perspectiva-se o desenvolvimento de políticas públicas coerentes e eficazes, resultado da articulação entre os vários departamentos da Administração Pública e que funcionem como motor de mobilização da sociedade em torno de uma questão social e económica fundamental para a coesão

social e que diz respeito à sociedade no seu todo. Por outro lado e, complementarmente, no segundo eixo preconiza-se a promoção da segurança e saúde nos locais de trabalho como pressuposto de uma melhoria efectiva das condições e trabalho. Neste quadro referencial a ACT desenvolve diversas actividades de regulação no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho.

ACTIVIDADES

No âmbito da promoção da Segurança e Saúde no Trabalho, a ACT, entre outras competências cabe-lhe: promover e assegurar o desenvolvimento e aplicação de conhecimentos científicos e técnicos no âmbito da segurança e saúde no trabalho; promover a formação especializada nos domínios da segurança e saúde no trabalho; e apoiar as organizações de empregadores/as e sindicais na formação dos/as seus/suas representantes. Cabe-lhe, ainda, identificar e caracterizar as situações de risco profissional, assegurando, nomeadamente, a recolha e o tratamento de informação sobre níveis de exposição a agentes físicos, químicos e biológicos e outros factores nocivos inerentes à actividade profissional e as respectivas consequências para os/as trabalhadores/as expostos, bem como sobre sinistralidade; coordenar o processo de formação e certificação de técnicos/as superiores e técnicos/as de segurança e higiene no trabalho, incluindo a gestão de eventuais fundos comunitários; e gerir o processo de autorização de serviços de segurança e saúde no trabalho. Para tal, dispõe de um corpo de técnicos/as afectos/as exclusivamente ao desempenho destas funções.

A ACT dispõe, ainda, de um corpo de inspectores/as do trabalho dotado de um conjunto de poderes e actividades que actualmente se encontram consagrados nos art.º nºs 10.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 102/2000, de 2 de Junho.

No âmbito da actividade inspectiva a ACT identificou como vectores estratégicos: a promoção da segurança e saúde no trabalho, no sector privado e no sector público; o desenvolvimento de dinâmicas de redução do trabalho não declarado nas suas várias formas; o trabalho digno como referencial mínimo para todos/as os/as trabalhadores/as, com reconhecimento das garantias de igualdade e não discriminação e a dinamização do diálogo social e da responsabilidade social das organizações como factores de desenvolvimento.

São domínios de intervenção principais da actividade inspectiva da ACT as matérias de cuja acção possa resultar uma efectiva mais-valia reguladora, preferencialmente com efeito multiplicador, ao nível:

- i) da redução dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais;
- ii) da eliminação do trabalho não declarado e irregular;
- iii) das garantias fundamentais associadas ao trabalho digno, com especial relevo para a protecção do salário, da igualdade e não discriminação no trabalho e no emprego e das condições de informação, consulta e diálogo social.

Laços e Fronteiras

A actividade inspectiva da ACT desenvolve-se, ainda, de acordo com referenciais de enquadramento nos planos internacional e nacional, a partir dos quais se identificam prioridades e se definem as formas de acção.

Três eixos estratégicos norteiam a actividade inspectiva da Autoridade para as Condições do Trabalho:

Eixo I: Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho

Programa 1 - Campanha de avaliação de riscos e desenvolvimento da prevenção em micro e pequenas e empresas

Programa 2 - Promoção da segurança e saúde nos locais de trabalho

Programa 3 - Serviços e actividades de segurança e saúde no trabalho

Programa 4 - Segurança e saúde em estaleiros temporários ou móveis

Programa 5 - Promoção das actividades de SST na Administração Pública

Eixo II: Promoção do Trabalho Digno

Programa 6 - Trabalho não declarado ou irregular

Programa 7 - Prevenção e controlo da discriminação no trabalho e emprego

O Tráfico de Seres Humanos e a protecção dos grupos vulneráveis (mulheres, crianças, deficientes, estrangeiros) encontra aqui o seu espelho.

Programa 8 - Organização e controlo dos tempos de trabalho

Programa 9 - Representação colectiva dos trabalhadores e diálogo social

Eixo III: Planeamento da Acção Induzida

Programa 10 – Resposta a solicitações (consiste na acção desenvolvida na sequência de sinalizações ou solicitações de intervenção por trabalhadores/as, empregadores/as, associações sindicais e outros e permite retirar contributos importantes para a prossecução da estratégia.

POPULAÇÃO ALVO

Todos/as os/as trabalhadores/as com relações laborais privadas e no que concerne as questões de Segurança e Saúde no trabalho todos/as os/as trabalhadores/as privados ou públicos.

PARCERIAS E COOPERAÇÃO

Nacionais: acções conjuntas são desenvolvidas com: SEF/PSP/GNR/IMTT/ASAE etc.

Internacionais: protocolos de troca de informações com inspecções congéneres de diversos países (Espanha, França, Polónia, etc.), IALI, CARIT, OIT, Cooperação com os PALOP, etc.

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE DE GÉNERO – CIG

APRESENTAÇÃO

A CIG é um dos mecanismos governamentais para a Igualdade de Género. Este organismo foi criado pelo Decreto-Lei nº 164/2007, de 3 de Maio.

OBJECTIVOS

A CIG tem a missão de garantir a execução das políticas públicas no âmbito da Cidadania e da promoção e defesa da Igualdade de Género. Neste sentido, a CIG é responsável pela coordenação geral da execução dos 3 Planos Nacionais: Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não Discriminação; Plano Nacional Contra a Violência Doméstica e Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos. Ao nível do Tráfico de Seres Humanos, além da responsabilidade da coordenação do I PNCTSH, recai sobre a CIG, na pessoa responsável por esta coordenação, as funções de Relator Nacional para o Tráfico de Seres Humanos.

ACTIVIDADES

A CIG prossegue as seguintes atribuições:

- Apoiar a elaboração da política global e sectorial com incidência na promoção da Cidadania e da Igualdade de Género e participar na sua execução;
- Elaborar propostas normativas, emitir pareceres e intervir, nos termos da lei, nos domínios transversalizados da educação para a cidadania, da igualdade e não discriminação entre homens e mulheres, da protecção da maternidade e da paternidade, da conciliação da vida profissional, pessoal e familiar de mulheres e homens e do combate às formas de violência de género e de apoio às vítimas;
- Fornecer informação jurídica gratuitamente sobre toda a legislação pertinente para a área da Cidadania e Igualdade de Género. Esta informação é disponibilizada a pedido, por carta, correio electrónico ou telefone. A CIG faz ainda atendimento individual, com marcação prévia, nas suas instalações;
- Promover a educação para a cidadania;
- Promover acções de sensibilização da opinião pública e de adopção de boas práticas relativas à igualdade de género, à participação paritária na vida económica, social, política e familiar e ao combate a situações de discriminação, nomeadamente através de apoios a organizações não governamentais e de prémios de qualidade;
- Manter a opinião pública informada e sensibilizada com recurso aos meios de comunicação social, à edição de publicações e à manutenção de um centro de documentação e de biblioteca especializados;
- Desenvolver um serviço jurídico de informação, apoio jurídico e psicossocial e garantia do acesso ao direito, especialmente nas situações de discriminação e de violência de género;
- Assegurar as modalidades de participação institucional e das ONG que concorram para a realização das políticas de Cidadania e Igualdade de Género, bem como conferir competências técnicas e certificar qualidades

de pessoas e entidades envolvidas na promoção e defesa da Cidadania e da Igualdade de Género;

- **Cooperar com organizações de âmbito comunitário e internacional e com organismos congéneres estrangeiros, tendo em vista participar nas grandes orientações comunitárias e internacionais relativas à Cidadania e Igualdade de Género e promover a sua implementação a nível nacional.**

INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL, I.P. – ISS, I.P.

APRESENTAÇÃO

O Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.), é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com natureza de Instituto Público, sob a tutela do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de instituir um novo modelo de organização administrativa, aumentar a capacidade de gestão estratégica e implementar a coordenação nacional. Desenvolve a sua actividade em todo o território nacional continental através dos Serviços Centrais, dos 18 Centros Distritais, do Centro Nacional de Pensões, do Centro Nacional de Protecção Contra os Riscos Profissionais e conta com uma rede alargada de serviços de atendimento permanentes. Sob o enquadramento da Lei de Bases do Sistema de Segurança Social, o ISS, I.P. assume um peso determinante, abrangendo o Sistema de Protecção Social de Cidadania, o Sistema Previdencial e o Sistema Complementar. Em conformidade com o princípio da descentralização e da subsidiariedade previstas na lei de bases da segurança social, e ainda em particular, o de proximidade aos/às cidadãos/cidadãs, este Instituto dispõe para além dos centros distritais, anteriormente referidos, de Serviços Locais de Acção Social, com o objectivo de prestar atendimento, informação, orientação e apoio técnico aos/às indivíduos/famílias com problemas sociais complexos. Complementarmente, presta em regime de permanência, actuações em situações de emergência, através da Linha Nacional de Emergência Social – LNES – 144.

VISÃO

Garantir a protecção e integração social dos cidadãos e das cidadãs.

MISSÃO

A gestão dos regimes de Segurança Social, incluindo o tratamento, recuperação e reparação de doenças ou incapacidades resultantes de riscos profissionais, o reconhecimento dos direitos e o cumprimento das obrigações decorrentes dos regimes de Segurança Social e o exercício da Acção Social, bem como assegurar a aplicação dos instrumentos internacionais de Segurança Social e Acção Social.

OBJECTIVOS

Objectivos estratégicos do ISS, I.P.:

- Reforçar a protecção social;
- Melhorar o desempenho da atribuição das prestações;
- Aumentar o grau de cumprimento contributivo;
- Melhorar e uniformizar a qualidade do serviço;
- Aumentar a eficiência dos serviços.

LINHA NACIONAL DE EMERGÊNCIA SOCIAL – LNES

APRESENTAÇÃO

A Linha Nacional de Emergência Social (LNES) é um serviço público gratuito, de âmbito nacional, com funcionamento contínuo e ininterrupto para protecção e salvaguarda da segurança dos cidadãos e das cidadãs em situação de emergência social – 24 horas por dia, 365 dias por ano – disponível através do número de telefone **144**.

OBJECTIVO GERAL

Accionar uma resposta social imediata às situações de emergência social e assegurar a acessibilidade a um posterior encaminhamento/acompanhamento social, numa perspectiva de inserção e autonomia.

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar e dar resposta imediata a situações de emergência social;
- Encaminhar as situações de emergência, em que exista perigo para a integridade física, psicológica e social dos indivíduos, para serviços prestadores de cuidados e acolhimento;
- Garantir condições de protecção a situações de vulnerabilidade com risco associado;
- Sinalizar e encaminhar para acompanhamento situações de grave exclusão social.

Para uma descrição mais pormenorizada sobre o ISS, I.P. consulte a página www.seg-social.pt

NA ÁREA DO TSH

O ISS, I.P. por ser a entidade pública responsável pela implementação das medidas de política social, pela abrangência de problemáticas sociais que acompanha, pelo âmbito da sua acção territorial (nacional) e, pela sua ligação com as entidades vocacionadas para a intervenção social, integrou a Parceria de Desen-

volvimento do Projecto CAIM – Cooperação, Acção, Investigação, Mundivisão. Neste contexto de valorização da participação activa, como agente estratégico para a disseminação dos produtos do Projecto CAIM e com o objectivo de consolidação de uma rede nacional de apoio e protecção às vítimas de tráfico, o ISS, I.P. assumiu um papel de mediador/facilitador junto dos Centros Distritais e Redes Sociais, com a organização e realização de 5 Encontros com entidades das Redes Sociais nos distritos identificados com uma maior preponderância de situações de tráfico; contribuiu para criação e manutenção do Centro de Apoio e Protecção às Vítimas de Tráfico destinado ao acolhimento de mulheres vítimas de tráfico acompanhadas ou não de filhos menores; e na implementação do Modelo de Sinalização-Identificação-Integração no sentido de promover um maior conhecimento desta problemática em Portugal.

O I Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos (2007-2010), que se apresentou como um instrumento indispensável na partilha de responsabilidades entre as diversas entidades governamentais e a sociedade civil e impôs necessárias e oportunas medidas de protecção e apoio que tinha como denominador comum o interesse das vítimas, o ISS, I.P. foi uma das entidades responsáveis pela execução de medidas e integrou a Comissão Técnica de apoio ao Coordenador. No âmbito do II PNCTSH o ISS, I.P. continua a ser uma das entidades responsáveis pela concretização das medidas inseridas na sua área de competência.

OBSERVATÓRIO DO TRÁFICO DE SERES HUMANOS - OTSH

APRESENTAÇÃO

Criado em 2008 pelo Decreto-Lei n.º 229/2008 de 27 de Novembro do Ministério da Administração Interna no âmbito do I Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos, tendo constituído também uma medida do I Plano para a Integração dos Imigrantes, o OTSH surgiu como resposta a recomendações europeias e internacionais e é já um centro de referência nacional e internacional no que toca à análise, conhecimento e intervenção sobre o tráfico de seres humanos e outras formas de violência de género.

OBJECTIVOS

Tem com missão produzir, recolher, tratar e disseminar informação e conhecimento sobre tráfico de seres humanos e outras formas de violência de género, em colaboração com a coordenação dos PNCTSH.

COMPETÊNCIAS E ACTIVIDADES

- Produzir, recolher, analisar e disseminar informação e conhecimento sobre tráfico de seres humanos e outras formas de violência de género;

Laços e Fronteiras

- Desenvolver e promover aplicações informáticas de apoio à recolha e processamento de informação e dados estatísticos;
- Apoiar decisões políticas;
- Lançamento de publicações sobre tráfico de seres humanos;
- Criação de um sítio na internet com diversa informação sobre o tema do tráfico de seres humanos, tais como legislação, estudos, e outra informação pertinente, a nível transnacional;
- Manutenção de um Espaço OTSH na Intranet do MAI;
- Criar uma base de conhecimento sobre tráfico de seres humanos;
- Consolidar o sistema de monitorização sobre tráfico de seres humanos.

POPULAÇÃO ALVO

Os/as beneficiários/as das actividades do OTSH são o MAI, o MJ, o MNE, a Direcção-Geral da Política de Justiça, OPC, ONG e outras organizações que trabalham directa ou indirectamente com o tráfico de seres humanos e a sociedade civil.

PARCERIAS

Mantém relações institucionais com organismos nacionais, como a Direcção-Geral da Administração Interna, o MAI, a Secretaria-Geral da Segurança Interna, a CIG, o PNCTSH e diversas Organizações Não-Governamentais, bem como instituições internacionais, nomeadamente embaixadas, relatores nacionais, organizações europeias e internacionais.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES - OIM

APRESENTAÇÃO E OBJECTIVOS

A OIM, criada em 1951, é a principal organização intergovernamental dedicada à área das migrações. Conta, em meados de 2010 com 132 Estados Membros, 17 Estados e 77 ONG's com estatuto de observadora. A OIM actua, sobretudo, nas seguintes áreas: 1) migração e desenvolvimento; 2) migração assistida; 3) migração regulada e 4) migração forçada, desenvolvendo nestas temáticas actividades que passam pela gestão e apoio aos movimentos de pessoas; serviços de informação para migrantes e para o público em geral; cooperação técnica sobre as migrações; apoio ao retorno; combate ao tráfico de migrantes; prestação de serviços de saúde para a migração e promoção dos direitos dos/as migrantes privilegiando o enfoque na dimensão de género das migrações. Presente em Portugal desde 1976, esta Missão da OIM está particularmente activa nas áreas do retorno voluntário, da migração e desenvolvimento, da migração circular e da cooperação técnica e assessoria governamental.

ACTIVIDADES

A equipa participa activamente em conferências, mesas redondas e *workshops* sobre a temática do TSH. A OIM coloca ainda à disposição de parceiros nacionais o expertise da organização e a sua rede de pontos focais a nível mundial na área do TSH. Em Lisboa, a OIM tem capacidade para apoiar através do Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração as vítimas de tráfico que desejam regressar ao seu país de origem acautelando a sua segurança e a sua protecção ao longo do processo. A OIM proporciona igualmente assistência e acompanhamento no aeroporto de Lisboa a vítimas de TSH que estejam em trânsito em Portugal, com processos de retorno voluntário geridos por outros escritórios da OIM.

A OIM, em Lisboa, participou no projecto CAIM tendo colaborado na identificação do grupo de formadores/as (peritos/as da área do tráfico) e das necessidades de formação dos vários grupos alvo/formandos/as, na elaboração do conteúdo das formações e das metodologias empregues e na organização das acções de formação de formadores/as. Teve a seu cargo o desenvolvimento e execução da estratégia de comunicação que pretendia aumentar a visibilidade da problemática do tráfico de mulheres para efeitos de exploração sexual e prostituição. Os objectivos específicos passavam por informar e sensibilizar a opinião pública sobre o tráfico de mulheres para exploração sexual, sensibilizar jornalistas/meios de comunicação social para a importância da abordagem e divulgação do tema do tráfico de mulheres, evitando fomentar estereótipos e falsas representações da realidade junto da opinião pública, e divulgar as actividades e os resultados do projecto.

Ainda no âmbito do CAIM, a OIM: contribuiu para a realização de um Seminário Internacional sobre Tráfico e Exploração em 2006 tendo como objectivos principais a promoção da cooperação transnacional e a troca de experiências relativamente ao combate, à prevenção, à protecção e integração social das vítimas; o fomento da adopção de medidas políticas para responder às necessidades de protecção das vítimas de tráfico e exploração sexual; a melhoria do conhecimento sobre a dimensão e características do fenómeno; a sensibilização de grupos profissionais específicos (jornalistas, agentes e entidades públicas, etc.) e o público em geral para esta temática. Na área da luta contra o TSH, um perito em tráfico de seres humanos da OIM de Roma deslocase regularmente a Portugal para dar formação continuada à Conferência dos Institutos Religiosos (CIRP).

**Descrição dos órgãos
de polícia criminal
Portugal**

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA – GNR

APRESENTAÇÃO

A Guarda Nacional Republicana é uma Força de Segurança de natureza militar, com jurisdição em todo o Território Nacional e no Mar Territorial¹⁴, que tem por missão assegurar a defesa dos direitos e liberdades dos cidadãos e das cidadãs, garantindo a legalidade e os mais elevados padrões de segurança e de tranquilidade públicas, nas respectivas áreas e nas matérias da sua responsabilidade.

ATRIBUIÇÕES

Entre as atribuições que legalmente se encontram atribuídas à GNR, por se relacionarem com esta temática, destacam-se as seguintes:

- Garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a protecção das pessoas e dos bens;
- Prevenir a criminalidade em geral, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança;
- Desenvolver as acções de investigação criminal que lhe sejam atribuídas por lei, delegadas pelas autoridades judiciárias ou solicitadas pelas autoridades administrativas;
- Participar no controlo da entrada e saída de pessoas e bens no Território Nacional;
- Proteger, socorrer e auxiliar os/as cidadãos/cidadãs e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo;
- Contribuir para a formação e informação em matéria de segurança dos/as cidadãos/cidadãs;
- Assegurar, no âmbito da sua própria missão, a vigilância, o patrulhamento e a intercepção terrestre e marítima, em toda a costa e Mar Territorial do Continente e das Regiões Autónomas, bem como, controlar e fiscalizar as embarcações, seus/suas passageiros/as e carga.

Para levar a cabo as atribuições descritas, a GNR dispõe de diversas Unidades e Órgãos; destacam-se as Unidades Territoriais, localizadas em todos os Distritos do Continente e Ilhas que executam todas as funções policiais, legalmente atribuídas, nas áreas à sua responsabilidade. Estas Unidades têm como estrutura base o Posto Territorial, em número de 477, disseminados por todo o país.

ACTIVIDADES

1. As Unidades Territoriais da GNR, por intermédio das suas Subunidades, em particular dos Postos Territoriais e dos Núcleos de Investigação Criminal, têm o encargo de proceder à sinalização, identificação e acompanhamento das situações criminais, incluindo o crime de tráfico de pessoas, promovendo

¹⁴ No caso de atribuições cometidas simultaneamente à Polícia de Segurança Pública, a área de responsabilidade da Guarda é definida por Portaria do Ministro da Tutela, abrangendo cerca de 94% (86.597.4 km²) do Território Nacional e cerca de 54% da População (5.756.027 habitantes).

- quando necessário, o atendimento especializado e personalizado e as adequadas e possíveis acções de protecção às vítimas;
2. O sistema de patrulhamento orientado para o problema permite que determinadas situações sejam alvo de uma abordagem policial específica, por militares conscientes e alertados/as para as problemáticas, capazes de identificar as situações, sinalizando-as junto dos respectivos Comandantes, para que seja possível um acompanhamento preventivo e antecipado. Nos casos específicos da temática do tráfico de pessoas, esta acção traduz-se numa orientação de acções de policiamento e operações, frequentemente conjuntas com outras Forças e Serviços de Segurança, para locais e horários onde são passíveis de ocorrer casos de tráfico para fins de exploração sexual (bares, casas de alterne e outros estabelecimentos de diversão nocturna) e de exploração laboral (actividades de construção civil e obras públicas actividades sazonais e serviços domésticos);
 3. As situações detectadas são encaminhadas para a competente autoridade judiciária, que determina as acções investigatórias a levar a cabo, pelos OPC¹⁵ competentes, bem como, as medidas adequadas à protecção das vítimas;
 4. A actuação da GNR realiza-se tendo em consideração uma visão integrada da problemática criminal, que contempla também as vertentes de prevenção e de apoio às vítimas. Neste particular merece destaque o Projecto IAVE, constituído por 24 Núcleos de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas (18 nas sedes de Distrito e 6 descentralizados), cujos/as militares recebem formação específica e especializada de investigação criminal e apoio à vítima. Esta nova valência, especialmente vocacionada para a prevenção, acompanhamento e investigação¹⁶ de situações de violências exercidas sobre vítimas com necessidades específicas, onde se incluem as vítimas de tráfico, vem permitindo à Guarda melhorar a sua resposta operacional no âmbito das violências cometidas contra os grupos de pessoas tendencialmente mais vulneráveis e que constituem um fenómeno social emergente de elevada complexidade. Cabe ainda à Guarda efectuar o encaminhamento de vítimas para os organismos da rede de apoio à vítima mais indicados para cada situação em concreto, no âmbito das parcerias existentes.

PARCERIAS/COORDENAÇÃO

Na sua acção específica no âmbito do tráfico de pessoas, a Guarda colabora com diversos Organismos e Instituições ligadas a esta problemática, nomeadamente:

¹⁵ O Crime de Tráfico de Pessoas (artigo 159.º do Código Penal) é um crime cuja investigação é da competência reservada da Polícia Judiciária e do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

¹⁶ No caso de atribuições cometidas simultaneamente à Polícia de Segurança Pública, a área de responsabilidade da Guarda é definida por Portaria do Ministro da Tutela, abrangendo cerca de 94% (86.597.4 km²) do Território Nacional e cerca de 54% da População (5.756.027 habitantes).

1. Com as outras Forças e Serviços de Segurança através dos mecanismos de coordenação estabelecidos: Sistema de Coordenação Operacional (SICOP); Coordenação Técnica e Operacional - SEF; Unidades de Coordenação e Intervenção Conjunta (UCIC);
2. Com o Observatório do Tráfico de Seres Humanos, através de um Oficial nomeado como ponto de contacto, para todas as questões no âmbito daquele organismo;
3. Com entidades e Organizações Governamentais e Não Governamentais, como sejam: a CIG, a APAV, a APF ou a UMAR;
4. No âmbito da realização de estudos sobre a temática do Tráfico de Pessoas a Guarda tem colaborado em diversos projectos, levados a cabo por Instituições Universitárias, citando-se, a título de exemplo o Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais e o Observatório Permanente da Justiça Portuguesa (OPJ) do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, bem como, com investigadores/ as que se dedicam à elaboração de trabalhos neste âmbito.

POLÍCIA JUDICIÁRIA – PJ

APRESENTAÇÃO

A Polícia Judiciária, corpo superior de polícia criminal organizado hierarquicamente na dependência do Ministro da Justiça e fiscalizado nos termos da lei, é um serviço central da administração directa do Estado, dotado de autonomia administrativa.

MISSÃO E ATRIBUIÇÕES

A PJ tem por missão coadjuvar as autoridades judiciárias na investigação, desenvolver e promover as acções de prevenção, detecção e investigação da sua competência ou que lhe sejam cometidas pelas autoridades judiciárias competentes, prosseguindo as atribuições definidas na respectiva Lei Orgânica, nos termos da Lei de Organização da Investigação Criminal e da Lei Quadro da Política Criminal.

A PJ coadjuva as autoridades judiciárias em processos relativos a crimes cuja detecção ou investigação lhe incumba realizar ou quando se afigure necessária a prática de actos que antecedem o julgamento e que requerem conhecimentos ou meios técnicos especiais, actuando no processo sob a direcção das autoridades judiciárias e na sua dependência funcional, sem prejuízo da respectiva organização hierárquica e autonomia técnica e tática.

Compete ainda à PJ assegurar o funcionamento dos gabinetes da Interpol e Europol para os efeitos da sua própria missão e para partilha de informação no quadro definido pela lei.

Para desenvolver as suas atribuições a PJ dispõe do Laboratório de Polícia Científica, tecnicamente preparado para a realização de perícias nos diversos domínios das ciências forenses, nomeadamente da balística, biologia, documentos, escrita manual, física, lofoscopia, química e toxicologia, e de um sistema de informação criminal de âmbito nacional.

ACTIVIDADES

A PJ é competente, em matéria de prevenção e detecção criminal, para:

- a) Promover e realizar acções destinadas a fomentar a prevenção geral e a reduzir o número de vítimas da prática de crimes, motivando os/as cidadãos/cidadãs a adoptarem precauções e a reduzirem os actos e as situações que facilitem ou precipitem a ocorrência de condutas criminosas;
- b) Proceder às diligências adequadas ao esclarecimento das situações e à recolha de elementos probatórios.

Ainda no âmbito da prevenção criminal, a PJ procede à detecção e dissuasão de situações conducentes à prática de crimes, nomeadamente através de fiscalização e vigilância de locais susceptíveis de propiciarem a prática de actos ilícitos criminais, sem prejuízo das atribuições dos restantes órgãos de polícia criminal.

As competências da PJ respeitantes à investigação criminal são as definidas na Lei de Organização de Investigação Criminal. Assim, é da competência reservada da PJ a investigação da generalidade dos crimes que violam os principais bens jurídicos tutelados penalmente e a que corresponde maior censura do ponto de vista da sanção que lhes é aplicada. Para além destes, é também da competência da PJ um largo conjunto de investigações de crimes cuja produção de prova se revele complexa e difusa, particularmente e entre outros, quando a investigação assuma especial complexidade por força do carácter plurilocalizado das condutas ou da pluralidade dos agentes ou das vítimas; quando os factos tenham sido cometidos de forma altamente organizada ou assumam carácter transnacional; ou quando a investigação requiera, de modo constante, conhecimentos ou meios de elevada especialidade técnica.

Finalmente, são ainda da competência da PJ, sem prejuízo das competências de outros órgãos de polícia criminal, a investigação do auxílio à imigração ilegal e associação de auxílio à imigração ilegal, do tráfico de pessoas e da falsificação ou contrafacção de documentos de identidade ou de viagem conexos com estes.

POPULAÇÃO ALVO

A PJ é um OPC especialmente vocacionado, preparado e dotado dos recursos humanos e materiais necessários à prevenção e investigação das formas mais gravosas de criminalidade, designadamente dos crimes contras as pessoas e, em particular, as vítimas das diversas formas de tráfico de natureza humana. Para

Laços e Fronteiras

tanto, para além de investigadores altamente qualificados, a PJ tem realizado um esforço de adaptação das suas instalações com vista a minorar os efeitos dos crimes sobre as vítimas.

A PJ tem ainda vindo a aprofundar o relacionamento com diversas organizações da sociedade civil, designadamente no que diz respeito ao devido acompanhamento social. Para além desta profunda interacção com a sociedade civil, a PJ tem participado em inúmeras acções de prevenção, formação e aconselhamento de diversas instituições públicas e privadas com vista a divulgar formas de detecção do fenómeno do tráfico de seres humanos e os mecanismos legais que deverão ser seguidos por vítimas e organizações não governamentais.

Finalmente, a PJ, à semelhança do que sucede com os demais órgãos de polícia criminal com acção relevante nesta matéria, tem vindo a colaborar no aprofundamento deste fenómeno criminoso.

LOCAL DE INTERVENÇÃO

A Polícia Judiciária está organizada em Unidades Nacionais de competência especializada – Unidade Nacional de Contra-Terrorismo, Unidade Nacional de Combate à Corrupção e Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes, todas com sede em Lisboa – e em Directorias de competência genérica – Directoria do Norte, com sede no Porto, Directoria do Centro, com sede em Coimbra, Directoria de Lisboa e Vale do Tejo, com sede em Lisboa, e Directoria do Sul, com sede em Faro. Para além destas, a Polícia Judiciária dispõe de Departamentos de Investigação Criminal em Aveiro, Braga, Funchal, Guarda, Leiria, Ponta Delgada, Portimão e Setúbal.

Qualquer vítima de tráfico de seres humanos ou qualquer pessoa que seja detentora de informação relevante sobre crimes, indícios ou meras suspeitas de qualquer tipo de crime e, em particular, de tráfico de seres humanos pode dirigir-se a qualquer das Unidades Orgânicas¹⁷ e transmitir a informação que possui, podendo igualmente dirigir-se à PJ através da funcionalidade “queixa electrónica” disponível em www.pj.pt.

¹⁷ Consulte, por favor, a página 32 deste Guia de Recursos, pois nela encontrará informação sobre as Unidades Orgânicas e respectiva morada.

POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA – PSP

APRESENTAÇÃO

A Polícia de Segurança Pública, designada por PSP, é uma força de segurança, que tem por missão assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos e das cidadãs, nos termos da Constituição e da lei. As atribuições da PSP são prosseguidas em todo o território nacional, com exclusão das áreas legalmente cometidas a outras forças e serviços de segurança. Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, as referidas atribuições são prosseguidas com carácter de exclusividade. A PSP está ao serviço dos cidadãos e das cidadãs 24 horas por dia, 365 dias por ano em todo o país. Em situações de normalidade, as suas actividades são desenvolvidas de acordo com os objectivos e finalidades da política de segurança interna, com respeito pelos limites do respectivo enquadramento orgânico. Em situações de excepção, as suas atribuições são as decorrentes da legislação sobre defesa nacional, estado de sítio e estado de emergência.

OBJECTIVOS E ATRIBUIÇÕES

A garantia dos direitos dos cidadãos e das cidadãs, o apoio e a protecção adequada às vítimas de crime, como as de tráfico de seres humanos, são as preocupações actuais da PSP. O desenvolvimento da actividade policial tão perto quanto possível das populações, a visibilidade das forças de segurança e a sua efectiva capacidade para resolver os problemas concretos dos cidadãos e das cidadãs, corresponde ao que hoje se designa por Policiamento de Proximidade.

A PSP tem como principais atribuições:

- Garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos e das cidadãs, bem como o pleno funcionamento das instituições democráticas, no respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de direito;
- Garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a protecção das pessoas e dos bens;
- Prevenir a criminalidade em geral, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança;
- Prevenir a prática dos demais actos contrários à lei e aos regulamentos;
- Desenvolver as acções de investigação criminal e contra-ordenacional que lhe sejam atribuídas por lei, delegadas pelas autoridades judiciárias ou solicitadas pelas autoridades administrativas;
- Velar pelo cumprimento das leis e regulamentos relativos à viação terrestre e aos transportes rodoviários e promover e garantir a segurança rodoviária, designadamente através da fiscalização, do ordenamento e da disciplina do trânsito;
- Garantir a execução dos actos administrativos emanados da autoridade competente que visem impedir o incumprimento da lei ou a sua violação continuada;

Laços e Fronteiras

- Participar no controlo da entrada e saída de pessoas e bens no território nacional;
- Proteger, socorrer e auxiliar os/as cidadãos/cidadãs e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da acção humana ou da natureza;
- Manter a vigilância e a protecção de pontos sensíveis, nomeadamente infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e portuárias, edifícios públicos e outras instalações críticas;
- Garantir a segurança nos espectáculos, incluindo os desportivos, e noutras actividades de recreação e lazer, nos termos da lei;
- Prevenir e detectar situações de tráfico e consumo de estupefacientes ou outras substâncias proibidas, através da vigilância e do patrulhamento das zonas referenciadas como locais de tráfico ou consumo;
- Assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à protecção do ambiente, bem como prevenir e investigar os respectivos ilícitos;
- Participar, nos termos da lei e dos compromissos decorrentes de acordos, tratados e convenções internacionais, na execução da política externa, designadamente em operações internacionais de gestão civil de crises, de paz, e humanitárias, no âmbito policial, bem como em missões de cooperação policial internacional e no âmbito da União Europeia e na representação do País em organismos e instituições internacionais;
- Contribuir para a formação e informação em matéria de segurança dos cidadãos e das cidadãs;
- Prosseguir as demais atribuições que lhe forem cometidas por lei.

Constituem ainda atribuições da PSP:

- Licenciar, controlar e fiscalizar o fabrico, armazenamento, comercialização, uso e transporte de armas, munições e substâncias explosivas e equiparadas que não pertençam ou se destinem às Forças Armadas e demais forças e serviços de segurança, sem prejuízo das competências de fiscalização legalmente cometidas a outras entidades;
- Licenciar, controlar e fiscalizar as actividades de segurança privada e respectiva formação, em cooperação com as demais forças e serviços de segurança e com a Inspeção-Geral da Administração Interna;
- Garantir a segurança pessoal dos membros dos órgãos de soberania e de altas entidades nacionais ou estrangeiras, bem como de outros cidadãos, quando sujeitos a situação de ameaça relevante;
- Assegurar o ponto de contacto permanente para intercâmbio internacional de informações relativas aos fenómenos de violência associada ao desporto.

ACTIVIDADES

A PSP, enquanto polícia integral, desenvolve diversas actividades de prevenção e combate ao tráfico de pessoas e crimes conexos:

- No âmbito da prevenção criminal, a PSP desenvolve diversas acções de fiscalização em estabelecimentos

Laços e Fronteiras

de diversão nocturna, patrulhamentos em zonas críticas e em áreas conotadas com o tráfico de pessoas e criminalidade conexas;

- No âmbito do combate ao tráfico de pessoas são desenvolvidas diversas investigações em áreas como o lenocínio, furtos diversos (onde são utilizadas vítimas de tráfico para a prática destes crimes), violência doméstica, locais de diversão nocturna, entre outras.

As **Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima (EPAV)** são responsáveis pela segurança e policiamento de proximidade, em cada sector da área de responsabilidade das subunidades e, de acordo com o diagnóstico de segurança efectuado em cada Comando:

- pela prevenção e vigilância em áreas comerciais;
- pela vigilância em área residenciais maioritariamente habitadas por cidadãos/cidadãs idosos/as;
- pela prevenção da violência doméstica;
- pelo apoio às vítimas de crime e acompanhamento pós-vitimação;
- pela identificação de problemas que possam interferir na situação de segurança dos/as cidadãos/cidadãs e pela detecção de cifras negras.

Os elementos policiais que constituem estas equipas são designados por **Agentes de Proximidade**. Operacionalmente estes/as Agentes têm uma missão que abrange desde o policiamento de visibilidade, a resolução e gestão de ocorrências/conflictos, o reforço da relação polícia – cidadão/cidadã e a detecção de situações que possam constituir problemas sociais ou dos quais possam resultar práticas criminais. Os/as Agentes de Proximidade estão sujeitos/as a um determinado número de regras de *empowerment* ou delegação de poderes e de responsabilização. Estes/as desenvolvem contactos com a população em geral, serviços das juntas de freguesia e das câmaras municipais, dos tribunais, técnicos/as locais de determinados projectos de assistência social, conselhos directivos dos estabelecimentos de ensino, comerciantes, bem como os/as cidadãos/cidadãs em geral. A responsabilização dos/as Agentes de Proximidade constitui outro dos elementos fundamentais do Programa¹⁸, designadamente, através de definição de protocolos de procedimento, formulários e normas de actuação que os/as vinculem a identificar problemas e a actuar em situações que possam directa ou indirectamente influenciar a segurança pública e segurança rodoviária (viaturas abandonadas, iluminação pública, graffiti's, sinais de trânsito danificados ou destruídos, casas devolutas, identificação de menores em risco ou em situação de abandono).

POPULAÇÃO ALVO

Qualquer cidadão/cidadã que tenha sido vítima de crime pode contar com o apoio da PSP. A PSP tem conhecimentos e serviços especializados para pessoas com problemas especiais como por exemplo, as

mulheres vítimas de violência doméstica e as crianças maltratadas. Um considerável número de esquadras dispõem já de espaços mais modernos e confortáveis para que o atendimento se faça em condições de maior privacidade, são as chamadas salas de apoio e de atendimento às vítimas de crime, existentes na maior parte das esquadras do país. Estas salas estão direccionadas prioritariamente para determinado público alvo: violência familiar; vítimas de crimes violentos; deficientes.

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS – SEF

APRESENTAÇÃO E OBJECTIVOS

O SEF é um serviço de segurança, integrado no MAI, e tem por missão, entre outras, o controlo da circulação das pessoas nas fronteiras, da entrada, da permanência da actividade de estrangeiros em território português e a prevenção e repressão da criminalidade relacionada com a imigração ilegal, crimes conexos e o TSH. Actua sobretudo em quatro áreas fulcrais: a regulação dos fluxos migratórios, a promoção da imigração legal, o combate ao auxílio à imigração ilegal e o tráfico de seres humanos e a promoção da integração dos/as imigrantes, sendo que o principal instrumento desta política é a Lei nº 23/2007 de 4 de Julho.

A sua actividade é pautada pelo respeito pelos Direitos Humanos de todos/as e, em particular, dos/as imigrantes, tendo como uma das suas prioridades a luta contra os fenómenos que os/as desprezam e violam e contra os quais direcciona um combate sem tréguas como é o caso do TSH. A Lei-Quadro de Política Criminal (Lei 38/2009, de 20 de Julho) tem, aliás, como objectivos específicos: prevenir, reprimir e reduzir a criminalidade violenta, grave ou organizada, incluindo (...) a associação criminosa dedicada ao tráfico de pessoas (...) ou o auxílio à imigração ilegal e define como um dos crimes de prevenção e de investigação prioritária o tráfico de seres humanos, estabelecendo como vítimas especialmente vulneráveis, entre outras, os/as imigrantes.

Cabe à Lei de Estrangeiros concretizar o apoio às vítimas de TSH e de auxílio à imigração nomeadamente, a concessão de autorização de residência por um ano renovável, acesso das vítimas à informação relativa a direitos relacionados com o apoio e protecção e a atribuição de um período de reflexão de 30 a 60 dias independente da emissão de Título de Residência.

À Direcção Central de Investigação, Pesquisa e Análise da Informação (DCIPAI) do SEF, compete desenvolver as acções destinadas à prevenção, averiguação e investigação criminal de actividades relacionadas com o crime de auxílio à imigração ilegal e outros com este conexos bem com o Tráfico de Pessoas.

PARCERIAS E ACTIVIDADES

A cooperação que o SEF tem com outros organismos, policiais e “civis”, a nível nacional e internacional, incluindo a cooperação policial internacional directa, bilateral ou multilateral, e através de organismos como a EUROPOL e a INTERPOL, para além do envolvimento do EUROJUST, cada vez mais visível, são fundamentais para o seu sucesso.

O SEF colocou Oficiais de Ligação na Ucrânia, Federação Russa, Brasil, Cabo Verde, Senegal e Oficiais de Imigração em S. Tomé e Príncipe, Guiné e Moçambique. De realçar a troca de informação via Oficiais de Ligação e o seu papel importante nos pareceres de visto e nos eventuais processos de retorno voluntário de vítimas de TSH.

Combater o TSH implica necessariamente formação e prevenção. Assim, o SEF participa e ministra formação sobre luta contra o TSH a outros OPC, ONGs e a diversas entidades em Portugal e no exterior nomeadamente, serviços congéneres com carácter regular.

O SEF tem realizado inúmeras acções de sensibilização contra o TSH, nomeadamente com a Campanha “Não estás à Venda”. Esta Campanha foi já lançada em Cabo Verde, Brasil, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Angola e, em 2011, as suas acções prosseguem. Têm como público-alvo a sociedade civil, em particular estudantes, pessoal de saúde e agentes que lidam com áreas problemáticas de cariz social pelo que as acções de sensibilização estão a ser realizadas nomeadamente em escolas e em estabelecimentos de saúde. Só em Portugal foram realizadas acções no terreno em cerca de 350 escolas por Inspectores/as do SEF e respondidos 13.500 questionários e distribuídos 35.000 livros do “Não estás à venda”.

Recentemente foi lançada a Campanha “SaferDicas” que alerta para os perigos e os cuidados a ter na utilização da Internet nomeadamente em relação ao recrutamento para TSH.

Com frequência o SEF organiza eventos nacionais em parceria com Organizações Internacionais que focam matérias de prevenção e Luta contra o TSH. Entre outras:

- Seminário co-organizado com a OIT sobre “Indicadores de Tráfico de Seres Humanos para exploração laboral e estudo sobre adaptação destes indicadores à investigação”. O Seminário contou com a presença de Magistrados de 18 Estados e vários/as representantes de ONG e OPC;
- Seminário Luso-Brasileiro sobre Internet “Navegar com Segurança” em que se alertou para os riscos de recrutamento para TSH através da Internet. Este Seminário contou com a presença de várias entidades e operadores no terreno das Novas Tecnologias;
- Conferência Internacional sobre “Direitos Humanos e Migrações” organizado pelo SEF e pelo MAI e co-organizado com a Assembleia da República, em particular a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República, com a Subcomissão para as Migrações, Re-

Laços e Fronteiras

fugiados e População da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, com o Comité Europeu para as Migrações do Conselho da Europa e com a participação do ACNUDH e do ACNUR. Esta Conferência contou com a presença de cerca de 200 participantes, 50 dos quais provenientes de outros países;

- Participação do SEF como um dos parceiros no Projecto aprovado pela Comissão Europeia com a OIM, a Suécia, a Bélgica e mais 5 estados Membros sobre “Novas Estratégias para o combate ao TSH” que realizou, entre outras, a Conferência Ministerial contra o TSH;
- Projecto em parceria com o Brasil e o ICMPD contra o TSH definindo estratégias para locais de origem das vítimas provenientes do Brasil.

Outra das formas que o SEF utiliza para o combate ao TSH é a criação e edição de publicações sobre TSH, das quais se citam algumas:

- Estudo e Análise dos dados de 13.500 questionários respondidos durante a Campanha “Não estás à Venda” permitindo conclusões sobre conhecimentos sobre TSH, forma de os adquirir, pertinência da Campanha, percepção sobre a existência de TSH, eventual contacto com vítimas de TSH;
- Publicação em português do livro do COE *Não estás à venda* em que se relata em banda desenhada os quatro casos mais correntes de TSH;
- Publicação do *Saferdicas* em que se alerta para os perigos na utilização da Internet nomeadamente através do seu papel no recrutamento para o TSH;
- *Testemunhos de TSH. O Caso Nicolae* reúne testemunhos de vítimas de TSH num caso investigado pelo SEF que levou a penas pesadas para os Traficantes, relata a investigação e resume a Decisão Judicial condenatória.

**Descrição das
organizações da
sociedade civil
Portugal
(por ordem alfabética)**

AMINISTIA INTERNACIONAL PORTUGAL - AI

APRESENTAÇÃO

A AI não esquece por quem trabalha. Desde 1961 que luta para acabar com os abusos de direitos humanos, estando atenta ao rumo dos acontecimentos, às conjunturas nacionais, regionais e internacionais. A globalização desregrada levou a uma elevada disparidade entre ricos/as e pobres, e as pessoas aproveitaram o facto das fronteiras estarem mais abertas para procurar uma vida melhor. A AI sabe que a pobreza é o resultado de inúmeras violações de direitos humanos, mas também é a causa. É o fenómeno a combater, pois são os/as mais pobres os/as mais discriminados/as e com maior dificuldade no acesso a condições de vida minimamente dignas. A AI olha para este infindável ciclo de pobreza e pede “Exija Dignidade”, com a sua actual Campanha. As pessoas em busca de trabalho e rendimentos que garantam a sua subsistência procuram, vulneráveis, trabalho noutros países, e demasiadas vezes são controladas por organizações criminosas que procuram aproveitar esta vulnerabilidade. A MULHER continua a representar a cara da maioria das vítimas, porque a pobreza fala demasiadas vezes no feminino. Há o preconceito face à mulher que, juntando a tantos outros, quer digam respeito à nacionalidade ou etnia, tornam-se no brutal inimigo do respeito pelos direitos humanos.

ACTIVIDADES

A AI dirige-se aos governos, organizações intergovernamentais, e outros agentes estatais ou não, exigindo o respeito pelos direitos humanos e, para tal, desenvolve um trabalho de investigação profundo por todo o mundo. O que não é respeitado, protegido, e fiscalizado é denunciado à sociedade civil, a outros governos, à comunidade internacional. Todos os anos publica o Relatório Anual, procurando falar de regiões e países, focando o que ainda não foi alcançado, o que falta alcançar, mas também o que foi alterado para melhor. Desenvolve acções urgentes, especificamente dirigidas a casos em concreto, exigindo o respeito pelos direitos humanos, onde apresenta uma cara, um nome, uma vida, tal como o/a leitor/a, mas talvez com menos sorte. Nestas acções exige que determinados abusos a essa pessoa cessem, e a caneta, o e-mail vai bem longe, pois durante anos tem trazido resultados, pessoas são libertadas, situações melhoradas.

A AI tem preocupações concretas sobre cada país, sendo que uns são mais apelativos ao tráfico humano do que outros, quer seja pelas características económicas, sociais, culturais, pela legislação ou pelo estrito (ou não) cumprimento das normas. A AI quer disseminar uma consciência global sobre a gravidade do fenómeno do tráfico humano, no seu todo, pois só conhecendo as raízes, os comportamentos mais ou menos padrão, o ambiente em que opera, é que será possível reconhecer uma vítima, e perceber a importância da denúncia e de afastar o preconceito. A AI quer igualmente reforçar a consciência das pessoas para o consumo responsável, ter a noção que, por vezes, se pode estar a comprar um produto de exploração

humana só porque é mais barato. É imprescindível alertar a consciência social de que as pessoas podem participar no conluio do tráfico humano, mesmo não se apercebendo. A AI trabalha em parceria com as mais variadas organizações de forma contínua ou mais esporádica, tentamos dar o *input* sobre a realidade do tráfico humano, da discriminação com base no género, entre outros temas, quer sejam estudos, projectos de lei, actividades em concreto de formação, consciencialização, informação. A AI dá o seu melhor e aprende e recebe de outras organizações, procurando em conjunto chegar ao objectivo comum e último, o respeito pela dignidade humana.

ASSOCIAÇÃO LUSOFONIA CULTURA E CIDADANIA – ALCC | PROJECTO REDE CIDADÃ

APRESENTAÇÃO

A ALCC é uma associação sem fins lucrativos que iniciou as suas actividades em 2000 e que foi constituída legalmente em 2007. Tem como principal objectivo fornecer todo o apoio aos/às Imigrantes de Língua Portuguesa que residam em Portugal. Nasceu da vontade de intervir em situações que envolvessem imigrantes de língua lusófona com a finalidade de promover a integração legal e social desta população. Tendo como objectivo primordial a inserção do/a imigrante na sociedade Portuguesa de modo a facilitar o acesso aos serviços necessários à sua sobrevivência, à manutenção dos seus direitos e à sua inserção social. No âmbito das suas actividades, e por carência na comunidade onde se insere, criou em 2010, em protocolo com a Gebalis, o Projecto Rede Cidadã, que tem como principal objectivo apoiar vítimas e familiares de Violência Doméstica. O Rede Cidadã realiza a implantação de um serviço de promoção e articulação institucional, que visa a interacção e o envolvimento da sociedade na defesa dos Direitos Humanos e no combate à violência doméstica e sexual, com o objectivo de potencializar um sistema eficiente de detecção, prevenção e tratamento/encaminhamento das vítimas da violência, através dos serviços e redes sociais, assegurando a assistência às vítimas, desenvolvendo acções de sensibilização e mobilização da sociedade para a valorização da mulher, e o respeito aos Direitos Humanos em nossa sociedade.

OBJECTIVOS DO PROJECTO

Tem entre seus objectivos o atendimento nas áreas da Assistência Social, Direito, Psicologia e Sociologia com a implantação de serviços de diagnóstico, encaminhamento e acompanhamento dos atendidos. Este Projecto pretende, também, ter em consideração as relações de género, raça/etnia e de poder, já que este fenómeno social é transversal e atinge todos os segmentos da nossa sociedade com membros das mais diversas origens.

ACTIVIDADES DO PROJECTO

- Apoio Psicológico;
- Apoio Jurídico;
- Apoio Social;
- Encaminhamento e recepção de utentes;
- Banco de roupas;
- Oficina multiartes.

POPULAÇÃO ALVO DO PROJECTO

Vítimas e familiares de violência doméstica de todas faixas etárias e género.

LOCAL DE INTERVENÇÃO DO PROJECTO

Ameixoeira e arredores – Lisboa.

PARCERIAS DO PROJECTO

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima; Banco do Bebê; Centro de Saúde do Lumiar; Centro Social e Paroquial Charneca Galinheiras; CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género; MDV – Movimento de Defesa da Vida; PAV – Ponto de Apoio à Vida; Raízes; UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta.

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES CONTRA A VIOLÊNCIA - AMCV

APRESENTAÇÃO

A AMCV é uma ONG independente, laica e sem fins lucrativos cujo objecto é a promoção dos Direitos Humanos, nomeadamente ao nível dos Direitos das Mulheres, Jovens e Crianças, e o combate a todas as formas de Violência e Discriminação.

PRINCÍPIOS

- Os Direitos das Mulheres, Jovens e Crianças são Direitos Humanos;
- A violência contra Mulheres, Jovens e Crianças é um problema de toda a sociedade;
- A violência que é exercida por homens contra Mulheres é uma violência de género;
- As mulheres podem ser agentes de mudança das suas próprias vidas.

OBJECTIVOS

- Informar, sensibilizar e consciencializar a sociedade para as questões da violência contra as Mulheres, Crianças e Jovens;
- Formar profissionais na área da violência contra as Mulheres e Crianças;
- Desenvolver acções junto dos órgãos de poder no sentido de aumentar a defesa dos direitos das Mulheres, Crianças e Jovens;
- Desenvolver parcerias locais, nacionais e internacionais para promover modelos de boas práticas;
- Identificar as necessidades das Mulheres, Crianças e Jovens em situações de violência e fazer a defesa (*advocacy*) dos seus direitos;
- Disponibilizar apoio especializado para Mulheres, Crianças e Jovens em situações de violência;
- Disponibilizar refúgio temporário para Mulheres, Crianças e Jovens em risco.

MODELO DE INTERVENÇÃO

O modelo de intervenção da AMCV assenta numa perspectiva educacional e de *empowerment* (fortalecimento) das Mulheres, Jovens e Crianças nos seguintes princípios:

- Reconhecer e valorizar as experiências das Mulheres;
- Respeitar a sua perspectiva e tomada de decisão;
- Reconhecer e apoiar o direito à informação de forma a aumentar o poder de escolha e de decisão das Mulheres, Jovens e Crianças;
- Reconhecer o direito à confidencialidade;
- Reconhecer o direito a uma intervenção que garanta a segurança das Mulheres, Jovens e Crianças.

SERVIÇOS

A AMCV disponibiliza gratuitamente os seguintes serviços:

- Atendimento telefónico especializado;
- Acompanhamento individual;
- Aconselhamento jurídico;
- Serviço de emprego apoiado;
- Apoio psicológico para Mulheres, Jovens e Crianças;
- Grupos de ajuda mútua;
- Fórum para Jovens;
- Centro de Documentação especializado;
- Acolhimento em Casas de Abrigo.

Laços e Fronteiras

A AMCV disponibiliza pacotes de formação para profissionais, nomeadamente: advogadas/os; juristas; magistrados/as; agentes de polícia; psicólogos/as; professoras/es; educadoras/es; enfermeiras/os; médicas/os; assistentes sociais, etc. nas seguintes áreas: violência doméstica; abuso sexual de crianças; bullying – intimidação; tráfico de mulheres.

ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA – APF

APRESENTAÇÃO

A APF é uma ONG, que integra uma rede mais ampla de intervenção na área da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos, a IPPF, responsável pelo trabalho voluntário de todas as Associações que a integram, existentes em muitos e diferentes países. Fundada em 1967, a APF conta, actualmente, com uma Delegação Nacional e sete Delegações Regionais. A sua área privilegiada de intervenção é a da saúde em geral, e a saúde sexual e reprodutiva em particular, desenvolvendo trabalho nestas áreas, quer na vertente da educação, quer na defesa dos direitos sexuais e reprodutivos, assim como ao nível da igualdade de oportunidades, da igualdade de género e da defesa dos direitos humanos. A APF leva a cabo uma vasta panóplia de actividades protagonizadas pelas várias Delegações Regionais que a integram, recorrendo à colaboração prestada por técnicos/as e voluntários/as com formação em diferentes áreas da saúde, educação e intervenção social.

APF | CENTRO DE ACOLHIMENTO E PROTECÇÃO A VÍTIMAS DE TRÁFICO DE SERES HUMANOS – CAP

APRESENTAÇÃO

APF é a entidade responsável pela gestão, funcionamento e equipa técnica do CAP para mulheres e jovens do sexo feminino e seus filhos e suas filhas menores que se encontrem em situação de vulnerabilidade, sinalizadas e/ou identificadas pelas entidades competentes como vítimas de tráfico. Este Centro foi criado no âmbito do Projecto CAIM - Cooperação, Acção, Investigação e Mundivisão, Projecto-piloto na área da prostituição e tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, financiado pela Iniciativa Comunitária EQUAL.

OBJECTIVOS

- Assegurar o acolhimento temporário a mulheres e seus/suas filhos/as menores, em local securizante,

Laços e Fronteiras

proporcionando-lhes um ambiente acolhedor, promotor do seu equilíbrio físico e emocional, e promovendo a sua integração social;

- Assegurar condições de protecção e segurança;
- Assegurar respostas atempadas às necessidades de apoio médico, estabilização emocional, subsistência e bem-estar;
- Assegurar o acesso à informação no que diz respeito aos direitos que lhes assistem – jurídico e de protecção social;
- Promover a tomada de decisões esclarecidas e auto-determinadas;
- Prover as mulheres dos instrumentos necessários à sua autonomia futura, independentemente do local escolhido por estas para a sua integração.

ACTIVIDADES

- Assegurar os cuidados básicos de suporte de vida (alimentação, higiene, protecção);
- Prestar apoios especializados ao nível das diferentes valências: apoio jurídico, psicológico, médico, social, formativo e/ou inserção profissional.

Ao criar estas condições é lançada a plataforma de apoio necessária à construção sustentada e responsabilizada de um Plano Individual de Apoio para cada mulher acolhida, o qual deverá espelhar as suas escolhas, a sua autonomia, os seus percursos de autonomização e *empowerment* dentro do CAP.

PARCERIAS

Ministério do Trabalho e da Segurança Social através do Instituto de Segurança Social, Ministério da Administração Interna, Presidência do Conselho de Ministros através da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e Ministério da Justiça.

APF ALGARVE | PROJECTO OUTRAS MARGENS

APRESENTAÇÃO

A APF Algarve encontra-se a desenvolver o Projecto Outras Margens, iniciado em Janeiro de 2011 e com data de conclusão em Dezembro de 2014. O Outras Margens sucede, assim, a um outro Projecto desenvolvido pela APF Algarve, entre Fevereiro de 2007 e Dezembro de 2010, o Projecto Amar, Amar, Há Ir e Voltar: Saúde Sexual e Reprodutiva para Tod@s. O Outras Margens pretende trabalhar na área da promoção da Saúde Sexual e Reprodutiva, privilegiando a prevenção do VIH/Sida e outras IST. O Projecto tem como recurso uma Unidade Móvel de Saúde Sexual e Reprodutiva, espaço privilegiado de atendimento, bem como uma equipa técnica multidisciplinar que se deslocará aos locais referenciados pelos públicos-alvo.

OBJECTIVOS

- Melhorar os conhecimentos em relação aos DSSR – Direitos e Saúde Sexual e Reprodutiva, especificamente no que diz respeito aos meios eficazes de prevenção e tratamento do VIH e outras IST;
- Melhorar o conhecimento do estado serológico em relação ao VIH;
- Melhorar o acesso a métodos eficazes de prevenção do VIH e outras IST;
- Melhorar o acesso a cuidados de Saúde adequados;
- Promover atitudes assertivas, do público-alvo, no que diz respeito à própria SSR;
- Melhorar competências individuais e interpessoais das pessoas abrangidas, visando a adopção de comportamentos sexuais saudáveis.

ACTIVIDADES

- Sensibilização e Informação em SSR e distribuição de material informativo;
- Intervenção em SSR através do atendimento/aconselhamento e encaminhamento (se necessário), a dois níveis: a) utilizando uma Unidade Móvel de SSR; b) através da deslocação de uma equipa técnica a locais referenciados pelos públicos-alvo;
- Disponibilização de contracepção regular e de emergência;
- Realização de testes de gravidez;
- Rastreio do VIH e detecção precoce de outras IST;
- Realização de sessões de informação/esclarecimento junto da população alvo;
- Apoio psicossocial a pessoas infectadas ou afectadas pelo VIH;
- Distribuição de preservativos e lubrificantes no âmbito do atendimento efectuado nos contextos dos públicos-alvo.

POPULAÇÃO ALVO

São beneficiários/as do projecto trabalhadores/as do sexo (TS) e Homens que têm sexo com Homens (HSH) dos Municípios de Faro, Loulé, Albufeira, Silves e Olhão.

No que concerne à problemática do TSH, importa referir que, pese embora não consubstancie uma valência do Outras Margens, criado com o propósito de intervir junto das trabalhadores/as sexuais (TS), com especial enfoque nas TS imigrantes de diferentes origens, seria dado constatar que a intervenção junto desta população alvo proporciona um contacto quase diário com potenciais vítimas de semelhante tráfico. Neste contexto, os/as técnicos/as do projecto têm procurado proceder à sua sensibilização para esta temática através da distribuição de material informativo e do encaminhamento de vítimas sinalizadas para as entidades/autoridades competentes, na maioria dos casos a pedido das próprias.

APF NORTE | PROJECTO ESPAÇO PESSOA – CENTRO DE ENCONTRO E APOIO A PRÓSTITUTOS/AS DA CIDADE DO PORTO

APRESENTAÇÃO

O Projecto Espaço Pessoa, sob a orientação da Delegação Norte da APF, está a funcionar desde 1997, e funciona de forma articulada com outros projectos e instituições de retaguarda que, directa ou indirectamente, se dedicam ao “trabalho sexual”, concorrendo, deste modo, para um trabalho consertado de enfrentamento aos problemas que se colocam às pessoas que se prostituem.

OBJECTIVOS

- Aprofundar o conhecimento da população que recorre ao projecto e dar contributos consolidados para o saber acerca do fenómeno prostitucional, nas suas diferentes vertentes e dimensões;
- Promover a qualidade de vida das pessoas que se prostituem;
- O reconhecimento do Centro como um recurso de suporte e convívio para a população alvo, constituindo-se no que adiante se designa como Comunidade de Inserção;
- Diminuir as problemáticas de risco associadas ao fenómeno da prostituição;
- Estabelecer e aprofundar relações de ajuda nos locais da prostituição de rua, através das Equipas de Rua;
- A redução significativa das situações de risco, nomeadamente a SIDA e doenças sexualmente transmissíveis;
- Potencializar o trabalho de articulação entre a Comunidade de Inserção e as Equipas de Rua, bem como promover, através daquelas estruturas, o acesso a outros recursos da comunidade;
- Promover a inserção social pelo acompanhamento, facilitando a reinserção;
- Potenciar projectos alternativos de vida.

SERVIÇOS

O Espaço Pessoa tem actualmente duas valências principais, relacionadas com contextos de intervenção distintos, respectivamente o trabalho realizado dentro do Centro – **Comunidade de Inserção** – e o trabalho realizado fora do Centro – **Equipas de Rua**. A Comunidade de Inserção e as Equipas de Intervenção Directa têm como objectivo promover o desenvolvimento individual e comunitário através da participação dos indivíduos na resolução dos seus problemas, fomentando uma atitude crítica e de intervenção, tendo em conta as dimensões pessoais, interpessoais e transpessoais, ao nível dos cuidados de saúde, psicológico e social.

ACTIVIDADES DA COMUNIDADE DE INSERÇÃO

- Gabinete de cuidados de saúde: o trabalho de toda a equipa técnica, e em particular dos elementos que constituem o Gabinete de Cuidados de Saúde, assenta na actual perspectiva de que não existem grupos

de risco, mas sim comportamentos de risco;

- Gabinete de psicologia;
- Gabinete de intervenção social;
- Animação comunitária – espaço de convívio;
- Distribuição de preservativos;
- Troca de seringas;
- Balneário e lavandaria.

ACTIVIDADES DAS EQUIPAS DE RUA

Trabalho efectuado fora do espaço físico do Centro, na rua, em contacto directo com a população alvo no seu local de actividade. Considera-se, mediante a experiência acumulada, que existe uma significativa franja da população que, por constrangimentos vários, não pode recorrer ao mesmo. Assim, o trabalho desenvolvido pelas Equipas de Rua assume particular importância junto desta, pela informação, suporte, aconselhamento e encaminhamento.

PARCERIAS

Centro Regional de Segurança Social do Porto (entidade financiadora) e Câmara Municipal do Porto (entidade promotora e de suporte logístico).

POPULAÇÃO ALVO

Pessoas que se prostituem, visando melhorar a sua qualidade de vida.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA - APAV

APRESENTAÇÃO

A APAV, fundada em 1990, é uma IPSS, pessoa colectiva de utilidade pública, de âmbito nacional e com sede em Lisboa, que tem como objectivo estatutário promover e contribuir para a informação, protecção e apoio aos cidadãos e às cidadãs vítimas de infracções penais. É uma organização sem fins lucrativos e de voluntariado que apoia de forma individualizada, qualificada e humanizada, vítimas de crimes (como o TSH) através da prestação de serviços gratuitos e confidenciais prestando-lhes, deste modo, apoio emocional, jurídico, psicológico, social e prático.

OBJECTIVOS

- Promover a protecção e o apoio a vítimas de infracções penais, em particular às mais carenciadas, designadamente através da informação, do atendimento personalizado e encaminhamento, do apoio moral, social, jurídico, psicológico e económico;
- Colaborar com as competentes entidades da administração da justiça, polícias, de segurança social, da saúde, bem como as autarquias locais, regiões autónomas e outras entidades públicas ou particulares de infracções penais e respectivas famílias;
- Incentivar e promover a solidariedade social, designadamente através da formação e gestão de redes de cooperadores/as voluntários/as e do mecenato social, bem como da mediação vítima-infractor e outras práticas de justiça restaurativa;
- Promover e participar em programas, projectos e acções de informação e sensibilização da opinião pública;
- Contribuir para a adopção de medidas legislativas, regulamentares e administrativas, facilitadoras da defesa, protecção e apoio à vítima de infracções penais, com vista à prevenção dos riscos de vitimização e atenuação dos seus efeitos;
- Estabelecer contactos com organismos internacionais e colaborar com entidades que em outros países prosseguem fins análogos.

ACTIVIDADES

- **Rede Nacional de Gabinetes de Apoio à Vítima (GAV)** que surge para fazer face às necessidades locais das vítimas de crime e suas famílias, promovendo uma sólida identidade local da APAV nas comunidades locais em que os serviços locais de apoio à vítima estão inseridos, desenvolvendo relações próximas e consistentes no seio da mesma e garantindo a máxima optimização de recursos disponíveis;
- **Rede Nacional de Casas de Abrigo para Mulheres e Crianças Vítimas de Violência** para o seu acolhimento temporário, nomeadamente de maus-tratos físicos ou psicológicos e crimes sexuais, com ou sem filhos, para situações de urgência, de transição e provisório e/ou prolongado na intervenção em crise.

APAV | PROJECTO SUL – UNIDADE DE APOIO À VÍTIMA IMIGRANTE

APRESENTAÇÃO

O Projecto SUL foi iniciado em Dezembro de 2008 e concluído em Novembro de 2010¹⁹. Resultou da aprovação de uma candidatura, no âmbito do POPH/QREN/FSE, com vista ao reforço e à consolidação da APAV no domínio do Apoio e Prevenção às Vítimas. O SUL desenvolveu-se no distrito de Faro, funcionando de forma itinerante entre os vários concelhos do Algarve (reaproveitando os cinco gabinetes da APAV na região do Algarve: Albufeira, Loulé, Portimão, Faro e Tavira).

OBJECTIVOS

Os seus principais objectivos podem ser resumidos da seguinte forma:

- Proteger e apoiar os/as imigrantes vítimas de crime em especial vítimas de violência doméstica e de tráfico ou com fim de exploração laboral/ou sexual;
- Apoiar de forma adequada, gratuita e confidencial a diversos níveis: social, psicológico e social;
- Prevenção e consciencialização;
- Trabalho em rede/desenvolver um conjunto de boas práticas que possam servir de orientação para o trabalho com vítimas.

ACTIVIDADES

- Acções de sensibilização junto das Instituições Públicas e Privadas (de Dezembro de 2008 a Novembro de 2010);
- Seminário SUL (18-20 de Novembro de 2009): teve como objectivo promover a troca de experiências, conhecimentos e boas práticas sobre o fenómeno da imigração e combate ao TSH. Esta actividade foi concluída com sucesso e obteve uma grande adesão das instituições privadas e públicas não só da região do Algarve, como também a nível nacional, contando com a presença de 224 participantes;
- Prevenção e Apoio a vítimas imigrantes de violência de género e de TSH. Utilizou-se a seguinte metodologia: a) **Prevenção** - A nível da prevenção, durante o ano de 2009/2010 desenvolveu-se um conjunto de acções de sensibilização/divulgação na região do Algarve cobrindo 16 concelhos junto de IPSS, Forças de Autoridade, Ministério Público, Estabelecimentos de Saúde, CPCJ, entre outras, etc. Elaborou-se, ainda, um manual de procedimentos; b) **Apoio directo às vítimas** - O SUL apoiou de forma correcta os/as

¹⁹ Apesar de, à data da publicação deste Guia de Recursos, o SUL já ter oficialmente terminado optou-se por o integrar na mesma no Guia dada a importância que este Projecto teve numa região particularmente sensível ao TSH e onde os recursos técnicos e humanos especializados e com formação nesta área são escassos.

cidadãos imigrantes vítimas de crime, prestando apoio confidencial e gratuito a três níveis: apoio jurídico, apoio psicológico e apoio social. O apoio às vítimas funcionou de forma itinerante entre os vários concelhos do Algarve (atendimentos às vítimas nos gabinetes da APAV mediante saídas quinzenais aos gabinetes ou com marcação prévia). Ainda, através das parcerias informais (CLAII, SEF, Autarquias, IPSS, Juntas de Freguesias, Centros de Saúde), realizaram-se atendimentos nesses locais (mediante a deslocação aos locais consoante as necessidades da população imigrante).

POPULAÇÃO ALVO

Imigrantes vítimas de crime e vítimas de TSH.

APAV | UNIDADE DE APOIO À VÍTIMA IMIGRANTE E DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL OU ÉTNICA - UAUVIDRE

APRESENTAÇÃO

A UAUVIDRE é uma unidade criada em 2005²⁰, através de um Protocolo celebrado entre a APAV e o ACIDI, I.P.²¹, nos termos do qual o ACIDI, I.P. apoia financeiramente a APAV, tendo em vista a prestação - de forma personalizada, qualificada, gratuita e confidencial - de apoio emocional, jurídico e psicológico, a imigrantes vítimas de crimes (entre os quais, do crime de TSH). A sua criação insere-se numa estratégia global que visa a promoção dos direitos dos/as imigrantes em território português e o aprofundamento e actualização. Algumas das problemáticas tratadas pela UAUVIDRE: situações de exploração sexual, de burla relativa a trabalho ou emprego, de extorsão ou subtração de documentos, de não pagamento de salários, de ameaças, de injúrias, de discriminação em arrendamento e em estabelecimentos comerciais, de TSH, entre muitas outras. Apesar de estar fisicamente em Lisboa, tem competência de intervenção a nível nacional através da rede de Gabinetes de Apoio à Víctima da APAV.

ACTIVIDADES

A UAUVIDRE pauta-se por uma intervenção junto de utentes desenvolvida em equipa multidisciplinar, dotada de formação específica nas áreas em questão e com conhecimentos de línguas como o inglês, espanhol e russo. Na UAUVIDRE os/as imigrantes vítimas de crimes e as vítimas de discriminação podem, de forma confidencial e gratuita, ser informados/as acerca dos seus direitos e a forma de os exercer, ter

²⁰ Co-financiada pelo Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros desde 2007.

²¹ Para mais informação sobre a cooperação entre a UAUVIDRE e o ACIDI, I.P. consulte a página 72.

apoio psicológico, emocional e social, num local seguro e isento. A unidade presta apoio na elaboração de queixas e outros documentos legais, seja no âmbito de um processo-crime onde não esteja representado/a por advogado, seja em outras situações em que a língua e os formalismos possam ser um obstáculo ao exercício dos seus direitos. Todo o apoio é prestado independentemente da pessoa se encontrar ou não em situação regularizada ou de haver ou não processo-crime.

A APAV, através da UVAIDRE, realizou três workshops em Angola, a convite e sob a organização da OIM. Estas acções de formação incidiram sobre o tema “Combate ao Tráfico de Seres Humanos” e tiveram lugar nas cidades de Cabinda e Luanda, entre os dias 8 a 15 de Outubro (2009); esta formação teve como destinatários/as finais agentes de autoridade, militares e Organizações Não Governamentais.

ASSOCIAÇÃO POSITIVO | PROJECTO REDLIGHT

APRESENTAÇÃO

A Associação Positivo, oficialmente fundada em 1993, tem ao longo dos anos lutado pelos direitos e pela inclusão das pessoas seropositivas constituindo-se como um espaço de apoio e encontro para estas pessoas, seus familiares, amigos/as, parceiros/as, entre outros. Em 1998, a Positivo inaugura o Espaço Positivo de Lisboa proporcionando, assim, apoio inter-par e grupos de auto-ajuda, serviços estes prestados pela primeira vez por pessoas seropositivas com formação para tal. A Positivo é, pois, uma Associação de pessoas seropositivas a trabalhar para pessoas seropositivas, privilegiando o envolvimento destas nas políticas nacionais e internacionais do VIH/Sida, bem como na resolução dos seus próprios problema. Oferece diversos tipos de apoios: individual; médico e cuidados de enfermagem; psicológico; social; atendimento telefónico/e-mail; gabinete de apoio jurídico; grupos de apoio e animação sociocultural. Desde 2003, a Positivo tem vindo a desenvolver o Projecto Redlight, Projecto este que apoia pessoas que se prostituem na freguesia de S. Paulo e áreas abrangentes da cidade de Lisboa. Pretende promover a saúde física e mental em geral e, mais especificamente, fornecer conhecimento acerca das infecções sexualmente transmissíveis.

OBJECTIVOS DO PROJECTO

- Melhorar o “amor-próprio” da população alvo, para que se reflecta nos cuidados a ter consigo mesmo/a;
- Melhorar as condições de saúde física, psíquica e social da população alvo e promover a informação sobre os seus direitos;
- Aumentar hábitos de saúde e diminuir incidência de comportamentos de risco;
- Diminuir a incidência da infecção pelo VIH e outras IST;

Laços e Fronteiras

- Diminuir o número de infecções de VIH e de outras IST não diagnosticadas;
- Trabalhar a adesão à terapêutica;
- Promover educação e informação pelos pares;
- Fomentar hábitos autónomos de busca de cuidados de saúde;
- Atenuar algumas necessidades básicas junto da população através do banco de roupa, acessórios, brinquedos e coisas para a casa;
- Proporcionar apoio médico, de enfermagem, psicológico, social e jurídico à população alvo;
- Elaborar um questionário sobre as condições sociais e os hábitos de prevenção desta população, tentando contribuir para um programa eficaz de prevenção da SIDA e outras IST e na melhoria da situação de vida da população alvo;
- Trabalhar a adesão à terapêutica instituída;
- Promover a educação e informação pelos pares;
- Fomentar hábitos autónomos de busca de cuidados de saúde;
- Organizar iniciativas educativas promotoras da saúde.

ACTIVIDADES DO PROJECTO

- **Visitas de Rua:** são realizadas em zonas de Lisboa com incidência de prostituição, para divulgar o Projecto, a saúde em geral e distribuir preservativos/material do Projecto;
- **Apoio Médico:** enquadra-se nas áreas preventivas, curativas e de reabilitação. Está incluída a prescrição de receituário e de meios auxiliares de diagnóstico. Realiza-se a metodologia do “check up inicial” onde são efectuadas análises no âmbito das IST (VIH/Sida, Hepatite C, Hepatite B, Sífilis, Vírus do Papiloma Humano). As colheitas de sangue e a citologia são recolhidas na consulta médica, na associação. No “check up inicial”, proporciona-se aconselhamento pré e pós testes, realizados pela psicóloga ou pelo médico. Encaminha-se, também, para consultas de especialidade;
- **Cuidados de Enfermagem:** realizam-se no âmbito dos cuidados de saúde primários e secundários. Dentro dos cuidados preventivos de saúde, há maior focagem nas áreas da higiene pessoal e dos cuidados com o corpo. Aborda, também, doenças mais frequentes desta população, na sua maioria de idade avançada, (diabetes, hipertensão, colesterol, etc.), levando a um aumento da confiança para abordar as IST. Os cuidados curativos são adequados às condições do gabinete médico (pensos simples, injeções, etc.);
- **Apoio Psicológico:** encontra-se no âmbito da psicoterapia de apoio, visando uma intervenção na crise, aconselhamento ou um apoio psicoterapêutico mais continuado, caso seja solicitado e adequado. Pretende-se criar um espaço confortável, acolhedor e de confiança proporcionando essencialmente condições para a melhoria da auto-estima, confiança e autonomia. Poderão realizar-se avaliações psicológicas e encaminhamentos para outros serviços na área da saúde mental, caso se justifiquem;
- **Apoio Social:** visa proporcionar a realização dos direitos das pessoas. Através de um diagnóstico social

Laços e Fronteiras

com a participação do/a utente, tenta-se dar uma resposta adequada a cada caso, consoante os seus desejos e necessidades, procurando sempre a autonomia. São realizados os acompanhamentos das diversas situações, assim como os encaminhamentos que se verifiquem adequados e/ou solicitados;

- **Apoio Jurídico:** promover informação e aconselhamento aos/às utentes, para a realização dos seus direitos enquanto cidadãos/cidadãs.

Todos os serviços são gratuitos. As/os imigrantes em situação irregular em Portugal podem ter acesso a todos os serviços, sem receio de serem deportadas/os.

CASA DO BRASIL DE LISBOA – CBL

APRESENTAÇÃO E OBJECTIVOS

A CBL é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada oficialmente em Janeiro de 1992 por brasileiros/as residentes em Portugal e portugueses/as amigos/as do Brasil, aberta a todas as nacionalidades. A CBL defende os interesses de todos/as os/as imigrantes em Portugal, em especial dos/as brasileiros e dos/as de origem lusófona, dentro de uma óptica de integração e de luta pela igualdade de direitos e responsabilidade cidadã. Actua como pólo de reflexão e promoção de debates temáticos e intervém activamente em questões relativas à política de imigração em Portugal e à luta contra o racismo e a xenofobia, entre outras. A CBL é uma associação de imigrantes reconhecida como tal nos termos da Lei 115/99, de 3 de Agosto de 1999. Representa, através do seu vice-presidente, a comunidade brasileira no COCAI²², no triénio 2009-2011, além de participar no CMIC e na Rede de Brasileiros na Europa. O seu presidente integra a CICDR²³, na qualidade de personalidade eleita pelos restantes Conselheiros, no triénio 2009-2011.

A CBL tem participado, juntamente com outras organizações, nas iniciativas referentes à denúncia e combate do tráfico de seres humanos. Tem também contactado com vários órgãos do Estado brasileiro envolvidos neste mesmo tema. Em Setembro de 2010 reuniu-se, em Lisboa, com a Comissão Interministerial criada pelo governo brasileiro para acompanhamento das questões de TSH e construção de políticas de reintegração dos emigrantes no Brasil.

²² Para mais detalhes sobre o COCAI, consultar o Portal do ACIDI, I.P. em <http://www.acidi.gov.pt/>.

²³ Para mais detalhes sobre a CICDR, consultar respectivo site : <http://www.cicdr.pt/>

ACTIVIDADES

- CAJ – Centro de Atendimento Jurídico;
- GIP - Gabinete de Inserção Profissional;
- Atendimento geral;
- Aulas de dança;
- Aulas de inglês;
- Sessões de cinema;
- Debates sobre temas variados, ligados tanto à cultura brasileira e portuguesa como às # questões político-sociais da imigração na Europa e no Brasil;
- Noites musicais com grupos de chorinho e música popular brasileira;
- Oficinas de teatro;
- Capoeira.

PARCERIAS

Associação Olhar; Associação Lusofonia, Cultura e Cidadania – ALCC, entre outras.

COMISSÃO DE APOIO ÀS VÍTIMAS DO TRÁFICO DE PESSOAS – CAVITP

APRESENTAÇÃO

A CAVITP faz parte da CIRP (Conferência dos Institutos Religiosos em Portugal) e foi criada no seguimento de várias acções de formação propostas pela UISG (União Internacional de Superiores Gerais) para assumir novos espaços sociais e teológicos, através de uma presença solidária e de acções concretas em defesa da dignificação das vítimas de tráfico. Os Institutos Religiosos são “redes naturais” que podem desempenhar um bom serviço contra o tráfico de pessoas, unindo esforços para resgatar as vítimas e ajudando-as a reencontrar a vida, e a “vida em abundância” (Jo 10,10).

OBJECTIVOS

- Promover formação específica;
- Conhecer o problema e sua dimensão em Portugal e no mundo;
- Sensibilizar a Vida Consagrada sobre este crime;
- Partilhar experiências do terreno;
- Criar uma Rede para unir esforços entre Congregações Religiosas;
- Realizar acções de Prevenção em meios educativos e outros.

ACTIVIDADES

- Participação em cursos de formação da OIM-UISG e outros organismos;
- Reuniões mensais;
- Tradução e divulgação de textos;
- Celebração do Dia Europeu contra o Tráfico de Pessoas;
- Elaboração e divulgação de uma coletânea de textos de várias religiões sobre a temática.

EQUIPA DE INTERVENÇÃO SOCIAL ERGUE-TE: UM PRESENTE COM FUTURO

APRESENTAÇÃO E PRINCÍPIOS ORIENTADORES

A Equipa de Intervenção Social Ergue-te é uma das valências da Fundação Madre Sacramento, pertencente às Irmãs Adoradoras. Trata-se de uma resposta social inovadora, existente desde Novembro de 2009. Tem como princípios orientadores: a intervenção específica para cada situação; a participação activa da Pessoa e sua família; a criação de um espaço de escuta, seguro, confidente e de respeito pela liberdade da Pessoa.

ACTIVIDADES

- Facilitar o encontro com a Pessoa no seu contexto prostitucional e familiar, com o objectivo de lhe oferecer informação, apoio e alternativas à sua situação;
- Oferecer um lugar de referência, que contribua para o desenvolvimento integral da Pessoa e sua família e facilite a sua inserção sócio-laboral;
- Em situações de emergência, proporcionar o encaminhamento para espaço de acolhimento;
- Trabalhar na sensibilização e consciencialização da sociedade civil, no que se refere à problemática da prostituição e violência de género;
- Possibilitar alternativas à Pessoa que lhe permitam viver em plena liberdade e autonomia.

A Equipa desenvolve duas grandes acções, distintas mas complementares: na Sede da Equipa/Gabinete de Atendimento e em Giros no exterior, efectuados com recurso a uma Unidade Móvel adaptada para o efeito. O gabinete de atendimento funciona diariamente e proporciona acompanhamento social, psicológico, aconselhamento jurídico, encaminhamento para o Serviço Nacional de Saúde, fornecimento de material de informação e prevenção de IST, orientação para formação e inserção laboral, entre outros. Os giros no exterior são diários e realizam-se nas ruas da cidade de Coimbra, estradas dos concelhos do distrito, bares, pensões e apartamentos, conotados com a prática da prostituição.

PARCERIAS

Como resposta social pertencente à Congregação das Irmãs Adoradoras, presente em quatro continentes, a Equipa Ergue-te possui um vasto leque de parcerias e colaborações com outras respostas sociais da mesma Congregação, semelhantes e complementares, quer a nível nacional quer internacional. Para além destas, a Equipa conta já com parcerias formais e informais, nomeadamente com as Forças de Segurança, Serviço Nacional de Saúde, APF, Coordenação Nacional de Luta Contra a Sida, Centro de Atendimento e Detecção Precoce de VIH (CAD) e Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAI) e é também membro da Rede Social de Coimbra. Tem ainda um acordo de Cooperação com o Centro Distrital da Segurança Social de Coimbra.

POPULAÇÃO ALVO

Pessoas que se constituem, e seus agregados familiares.

ÁREA GEOGRÁFICA

Distrito de Coimbra.

INSTITUTO DE APOIO À CRIANÇA - IAC

APRESENTAÇÃO

O IAC é uma IPSS criada a 14 de Março de 1983 por um grupo de pessoas de diferentes áreas profissionais – médicos/as, magistrados/as, professores/as, psicólogos/as, juristas, sociólogos/as, técnicos/as de serviço social, educadores/as, etc. É uma associação sem fins lucrativos que tem por objectivo principal contribuir para o desenvolvimento integral da criança, na defesa e promoção dos seus direitos, sendo a criança encarada na sua globalidade, como total sujeito dos seus direitos nas diferentes áreas, quer seja na saúde, educação, segurança social ou nos seus tempos livres. Pretende estimular, apoiar e divulgar o trabalho de todos/as aqueles/as que se preocupam com a procura de novas respostas para os problemas da infância em Portugal, assim como colaborar com instituições congéneras nacionais e estrangeiras.

OBJECTIVOS

- Contribui para a defesa e promoção dos direitos da criança a nível nacional e internacional;
- Publica trimestralmente um Boletim, desde 1988, que reflecte a intervenção do IAC em diferentes domínios;
- Actua em áreas não cobertas pelo Estado projectando, desenvolvendo e implementando programas que visem a abordagem multifacetada da Criança;

Laços e Fronteiras

- Colabora em parceria com diferentes instituições, promovendo um diálogo construtivo com a sociedade civil e com especial destaque para os/as técnicos/as de diferentes valências que interagem na área da Criança.

ACTIVIDADES

- Congressos, encontros, seminários;
- Formação de técnicos/as, famílias e jovens;
- Orientação de estágios académicos e profissionais;
- Realização e orientação técnico-científica de estudos/trabalhos de investigação;
- Produção de informação temática institucional;
- Cooperação/assessoria técnica especializada a projectos.

PARCERIAS NACIONAIS

Autarquias; Escolas e Universidades; Fundações; Governos Cívicos; IPSS; Ministérios; ONG; Rede Construir Juntos; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; Serviços de Saúde e Hospitais.

PARCERIAS INTERNACIONAIS

Action for Sick Children; AKIK-Bundesverband; APACHE ; Associazione per il bambino in ospedale (APIO); Association pour l'Humanisation de l'Hôpital en Pédiatrie (HU); Child Focus; Child Helpline International (CHI); Children in Hospital Ireland (CHI); European Association for Children in Hospital (EACH); European Foundation for Street Children (EFSC); European Social Action Network (ESAN); European Toy Library Group (ETL); International Association for the Child's Right to Play (IPA); International Center for Missing and Exploited Children (ICMEC); International Toy Library Association (ITLA); Kind en Ziekenhuis; Missing Children Europe – European Federation for Missing and Sexually Exploited Children; Nobad-Nordisk forening for syke barns behov; Réseau Européen Anti-Pauvreté (EAPN); SPARADRAP; Verband Kind und Spital; Verein Kinderbegleitung.

IAC | SOS CRIANÇA

APRESENTAÇÃO

O IAC criou em 1988 o SOS – Criança, um serviço anónimo e confidencial que tem como finalidade dar voz à Criança e ao/a Jovem, promovendo e defendendo os seus direitos. É um serviço de âmbito nacional e internacional que tem como população alvo Crianças e Jovens até aos 18 anos e suas famílias, assim como os/as profissionais que trabalham nestas áreas e cidadãos/cidadãs com preocupações neste âmbito.

ACTIVIDADES

- **Linha SOS – Criança:** informa, encaminha e acompanha quem o solicita, no âmbito dos Direitos da Criança; promove a articulação imediata com as entidades competentes, tendo em vista o encaminhamento das situações; pretende incrementar autoconfiança e auto-estima, incentivando as capacidades de reacção do/a utente e mobilizando-o/a para alterar a sua situação; reavalia e medeia o processo de intervenção na comunidade procurando igualmente rentabilizar os recursos a nível técnico, material e psicossocial, em prol da Criança;
- **Linha SOS - Criança Desaparecida:** informa, apoia e encaminha a Criança/Família que necessita de apoio numa situação de desaparecimento de uma Criança (fuga, rapto parental, rapto por terceiro, perdido/ferido e criança migrante não acompanhada). De acordo com a directiva europeia 2007/698/CE, o serviço: a) atende chamadas de quem quer comunicar o desaparecimento de Crianças e transfere a informação para a polícia; b) oferece orientação e apoio às pessoas responsáveis pela Criança Desaparecida; c) apoia a investigação. A Linha SOS promove uma resposta psicossocial à vítima/família em articulação permanente com as entidades competentes, quer a nível nacional, quer internacional, enquanto membro da Missing Children Europe; proporciona, ainda, gratuitamente apoio psicológico, social e jurídico, quer através de atendimento telefónico, quer personalizado.

IAC | PROJECTO TRABALHO DE RUA – EM FAMÍLIA PARA CRESCER

APRESENTAÇÃO

O IAC iniciou em 1989 o Projecto Trabalho de Rua – Em Família para Crescer com o objectivo de recuperar crianças e jovens que vivem na rua e sem esquecer as vítimas das mais graves formas de exploração do trabalho infantil.

ACTIVIDADES

- Sensibilizar/formar jovens consideradas/os como agentes de mudança para o papel de mediação social;
- Revalorizar a sociedade e potenciar redes de solidariedade, visando a mudança de atitudes e contribuindo para a criação de políticas integradas nas áreas da infância e da juventude;
- Contribuir para a criação e/ou desenvolvimento de projectos integrados, nas comunidades de origem das crianças e jovens em perigo.

POPULAÇÃO ALVO

Crianças e jovens em perigo que passam a maior parte do tempo na rua, apresentando comportamentos de risco e todos/as aqueles/as que se preocupam com a problemática da Criança em perigo.

JRS PORTUGAL – SERVIÇO JESUÍTA AOS REFUGIADOS

APRESENTAÇÃO

O Serviço Jesuíta aos Refugiados, é uma organização internacional da Igreja Católica, fundada em 1980, sob responsabilidade da Companhia de Jesus. Actualmente está presente em cerca de 60 países e celebra este ano (2010) 30 anos no mundo. Em Portugal, desde 1992, tem a missão de «Acompanhar, Servir e Defender» os/as refugiados/as, deslocados/as à força e todos/as os/as migrantes em situação de particular vulnerabilidade, desenvolvendo diversos projectos e serviços de apoio a esta população. É prioridade do JRS estar onde mais ninguém está e onde faz mais falta. Para além da sua forte actuação na área da integração de imigrantes, o JRS-Portugal desenvolve acções de *Advocacy*, baseadas na reflexão sobre a acção no terreno, quer a nível nacional, quer a nível internacional. São exemplos deste trabalho a promoção da defesa dos direitos humanos dos/as migrantes, nomeadamente de requerentes de asilo e migrantes irregulares em situação de detenção e dos/as migrantes destituídos de direitos.

SERVIÇOS E ACTIVIDADES (EM PORTUGAL)

- Apoio social - nomeadamente intervenção com migrantes em situação de grande vulnerabilidade social;
- Apoio psicológico e aconselhamento;
- Apoio jurídico;
- Encaminhamento e apoio à Integração do/a Imigrante (CLAII);
- Apoio à Inserção Profissional;
- Apoio a Imigrantes Qualificados/as;
- Alojamento de migrantes sem-abrigo, em situação de particular vulnerabilidade social – Centro Pedro Arrupe;
- Apoio médico e medicamentoso;
- Cursos de Língua Portuguesa;
- Acções de formação nas áreas da promoção dos direitos humanos, promoção do diálogo intercultural e inter-religioso e educação para o desenvolvimento;
- Apoio psicossocial a migrantes em situação de detenção.

PARCERIAS

ACIDI, I.P.; SEF; Segurança Social; Ministério da Saúde; Fundação Calouste Gulbenkian; OIM; Câmara Municipal de Lisboa (Plano Lx); Inspeção-geral do Trabalho; Fundação AMI; Obra Católica para as Migrações; Caixa Geral de Depósitos; PSP; Centro Padre Alves Correia; entre outras.

LAR JORBALÁN

APRESENTAÇÃO E OBJECTIVOS

A Fundação Madre Sacramento é uma IPSS de cariz religioso, pertencente à Congregação das Irmãs Adoradoras Escravas do Santíssimo Sacramento e da Caridade. Esta Congregação está presente em Portugal desde o ano de 1936, com o objectivo de albergar mulheres/jovens que se encontravam em situação de vulnerabilidade social. A Fundação além de outras respostas sociais, tem no momento em funcionamento uma Comunidade de Inserção que acolhe mulheres em situação de vulnerabilidade social (vítimas de prostituição, tráfico, exploração, violência, etc.). Esta resposta social denomina-se de Lar Jorbalán e tem como principal objectivo reinserir as mulheres/jovens na sociedade, proporcionando-lhes o desenvolvimento das suas capacidades e a aquisição de competências aos níveis pessoal, social, afectivo e profissional, com vista à organização e concretização do seu projecto de vida e permitindo a sua autonomia. Neste sentido, o Lar Jorbalán visa proporcionar às jovens/mulheres um espaço familiar e uma experiência de vida diferente, durante o período de acolhimento. Para além disso, procura contribuir para a sua promoção integral, criando condições para a sua adequada (re)inserção social, familiar e profissional, promovendo a motivação para uma vida com projectos, através de um apoio interdisciplinar.

SERVIÇOS

Durante o período de acolhimento a Comunidade de Inserção assegura a prestação dos seguintes serviços:

- Acolhimento;
- Satisfação das necessidades básicas;
- Apoio social e psicológico;
- Promoção/desenvolvimento de competências relacionais, capacidades e potencialidades das utentes, para a sua integração social e profissional;
- Acompanhamento na Inserção Social;
- Realização, ainda, das seguintes actividades: trabalhar as competências pessoais e sociais; acompanhamento bio-psico-social; elaboração de um Projecto de Vida, com vista ao seu *empowerment* e à sua autonomia de vida; promoção do relacionamento familiar das utentes sempre que possível; criação de redes informais de apoio; actividades culturais e recreativas.

POPULAÇÃO ALVO

A Comunidade de Inserção tem capacidade para acolher 12 utentes, com as seguintes características:

- Jovens/mulheres em situação de vulnerabilidade social, com ou sem filhos;
- Mulheres pertencentes a minorias étnicas e culturais em situação de risco;
- Mulheres com idades compreendidas entre os 18 e os 40 anos.

PARCERIAS

O Lar Jorbalán tem parcerias formais estabelecidas com o Instituto da Segurança Social, Banco Alimentar Contra a Fome, Banco de Bens Doados e Entrajuda, contando também com a articulação com outras estruturas de apoio local, de forma informal, como é o caso do SEF, do IEFP, do CNAI, do Centro de Saúde de S. Mamede/Sta Isabel, de escolas locais.

LAR DE SANTA HELENA

APRESENTAÇÃO E ACTIVIDADES

O Lar de Santa Helena, de Évora, é uma IPSS promovida pela Congregação das Irmãs Adoradoras. Tem uma valência de “Casa de Abrigo” cujo objectivo primordial é proporcionar alojamento seguro e protegido a mulheres vítimas de violência doméstica e seus filhos. O Lar propõe-se também acolher outras mulheres em situação de exploração sexual e/ou laboral. Dispõe de um Gabinete Técnico para acompanhamento das utentes, sendo realizado, ao nível pedagógico e social, em três fases: acolhimento em comunidade, acolhimento em autonomia, inserção sócio laboral.

O Lar de Santa Helena, sempre que solicitado, desenvolve acções de sensibilização na linha da prevenção da violência de género, da defesa e garantia dos direitos das mulheres, bem como do tráfico de pessoas e igualdade de género.

POPULAÇÃO ALVO

Mulheres vítimas de violência doméstica e seus filhos.

OBRA SOCIAL DAS IRMÃS OBLATAS DO SANTÍSSIMO REDENTOR - OSIOR

APRESENTAÇÃO

O objectivo principal da OSIOR é o desenvolvimento de um processo de dignificação da Mulher em contexto de prostituição. Ao longo deste processo, visa-se promover a autonomia das mulheres expandindo as alternativas possíveis nas suas vidas, sendo elas as protagonistas. Todo este acompanhamento é feito em parceria com elas e é orientado em função das necessidades e avaliações apresentadas pelas mesmas. A liberdade, a possibilidade de mudança, o respeito, a isenção de julgamento, a empatia, a tolerância e uma atitude constante de acolhimento, são valores que regem a intervenção; caminha-se junto às mulheres, incentivando-as a serem os agentes activos das suas vidas, no sentido da mudança e da justiça social.

ACTIVIDADES

Toda a intervenção está integrada através de um Programa de Inclusão com a Mulher em contexto de prostituição de rua “Sou Mulher e Cidadã”. A OSIOR tem os seguintes projectos e serviços:

- **Encontro na Rua com a Mulher em Contexto de Prostituição**, do qual fazem parte as Equipas de Rua. Objectivos: acompanhar e apoiar as mulheres em contexto de rua; prevenção de comportamentos sexuais de risco e informar e encaminhar para serviços da comunidade e do CAOMIO. As saídas diárias, além da distribuição de preservativos, visam a construção de uma relação empática e de confiança com as mulheres;
- **Gabinete de Acompanhamento em Regime Ambulatório (GARA)**, onde decorre o apoio social, psicológico e jurídico. Proporciona-se um espaço de acolhimento, de informação, orientação e encaminhamento, motivando para um projecto de vida alternativo;
- **Identidade Pessoal e Novas Oportunidades - Certificação Escolar**: realização de actividades diárias de segunda a sexta-feira com o objectivo de aumentar as competências, a auto-estima e paralelamente o nível de escolaridade;
- **Formação para as Imigrantes**: realização de sessões semanais de português, informática e saúde;
- **Educação para a Saúde** (sessões e rastreios): realização de acções de sensibilização na área da saúde sexual e reprodutiva.

POPULAÇÃO ALVO

Mulheres em contexto de prostituição de Rua.

LOCAIS DE INTERVENÇÃO

1- Entorno do Instituto Superior Técnico; 2- Entorno da Rua Rodrigo da Fonseca e Rua da Artilharia Um; 3- Intendente, principalmente Rua dos Anjos; 4- Praça da Figueira, Poço do Borratém.

PARCERIAS

Junta de Freguesia dos Anjos; Centro Paroquial e Social Nossa Sra. dos Anjos; Inovinter; Banco Alimentar; Entrajuda; CEM – Centro em Movimento; AMROP (Empresa de Executive Search).

O NINHO

APRESENTAÇÃO

O Ninho é uma IPSS que tem por objectivo a promoção humana e social de mulheres vítimas de prostituição e de mulheres traficadas para fins de exploração sexual. Foi fundado em Portugal em 1967 seguindo o modelo d' O Ninho Francês, criado em Paris pelo Padre André Marie Talvas, em 1936. O Ninho nasce a partir das necessidades sentidas pelas mulheres prostituídas e estrutura uma metodologia de intervenção que se vai adequando à realidade.

ACTIVIDADES

São estruturadas de acordo com as solicitações feitas pelas mulheres e com a aprendizagem que as/os técnicas/os foram fazendo ao longo do seu percurso de trabalho directo com as mulheres.

SERVIÇOS

- Intervenção psicossocial no meio prostitucional;
- Centro de atendimento;
- Lar;
- Oficinas de treino e de aprendizagem ao trabalho;
- Apoio psicológico e psicoterapêutico;
- Formação profissional;
- Serviço de seguida;
- Informação/sensibilização;
- Quiosque.

PANTERAS ROSA – MOVIMENTO DE COMBATE À LESBIGAY TRANSFOBIA

APRESENTAÇÃO

As Panteras Rosa surgiram em 2004, procurando acelerar o processo de mudança de mentalidades necessário ao reconhecimento da diversidade das sexualidades e dos modelos relacionais humanos e à emancipação de todas as pessoas oprimidas pelo sistema normativista que prescreve o binarismo de género, heterossexualidade, a monogamia e o sexismo compulsivos como o único modelo possível e “são”. Conscientes do cruzamento de preconceitos vários e da necessidade de respostas multivalentes aos processos de discriminação, as Panteras Rosa têm sido uma voz crítica do alinhamento obediente com o aparelho de estado e da redução do discurso institucional ao “umbigo” lésbico, gay e (mais recentemente) transexual.

ACTIVIDADES

Mantendo desde 2007 uma presença regular numa zona de prostituição (de rua e em bares) em Lisboa, e tendo estreitado laços com outras organizações que trabalham junto de trabalhadoras²⁴ sexuais, as Panteras Rosa têm sentido necessidade de trabalhar questões indissociáveis da prostituição, como a exploração laboral, o abuso sexual, os crimes por agentes policiais, ou a exploração por empresas ilegais de auxílio à imigração. Conhecendo de perto alguns dos efeitos da mercadorização das pessoas, as Panteras Rosa entendem necessário combater de forma integrada preconceitos e processos marginalizantes, articulando o seu trabalho com o de outras organizações e procurando potenciar e aproveitar sinergias nos movimentos sociais.

SAÚDE EM PORTUGUÊS | MERCADORIA HUMANA – PROJECTO DE SENSIBILIZAÇÃO EM TRÁFICO DE SERES HUMANOS

APRESENTAÇÃO

Saúde em Português é uma ONG para o Desenvolvimento com sede internacional em Coimbra. É uma Instituição de Utilidade Pública, Membro da Plataforma Portuguesa das ONG para o Desenvolvimento,

²⁴ Com o uso do «x» pretende-se evitar o reforço do masculino como (pretensão) “neutro” da norma linguística e propor uma solução inclusiva de géneros para além do modelo ideológico binarista “tradicional”. Optou-se por não explicitar várias possibilidades de género («mulheres, homens e outras pessoas» ou «...a/o/x») para não comprometer a legibilidade.

Laços e Fronteiras

Membro Associado da Confederação Ibero Americana de Medicina Familiar, Membro Observador Consultivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e Membro Fundador do Fórum Não Governamental para a Inclusão Social. Com 17 anos de trabalho a favor dos/as mais necessitados/as, a Saúde em Português, membro mais antigo de Coimbra da Plataforma das ONG, já desenvolveu inúmeros projectos internacionais, quer de ajuda humanitária (como o apoio às vítimas do terramoto do Haiti, do tsunami no Sri Lanka e das cheias em Moçambique) quer de apoio ao desenvolvimento (como o projecto “Mais Saúde, melhor Saúde por Bafatá” a decorrer na Guiné-Bissau e o projecto “Unité de Santé Familiar” a decorrer no Haiti e financiado pela Organização das Nações Unidas). A par dos projectos internacionais, tem igualmente desenvolvido projectos e acções em Portugal em prol da formação e sensibilização em Saúde, promoção da Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres e Inclusão Social. Recentemente levou a cabo os projectos “O Outro Sexo – Plano de Iniciativas para a Promoção da Igualdade de Género” e “Liberta-te do Tabaco”. Saúde em Português já desenvolveu actividades em todos os Países da CPLP (incluindo durante a guerra na Guiné-Bissau e após massacres em Timor), Argentina, China, Cuba, Índia, Sri Lanka (apoio às vítimas do tsunami) e Tailândia.

A Saúde em Português desenvolve, desde 1 de Abril de 2010 e até 18 de Outubro de 2011, o projecto Mercadoria Humana – Projecto de Sensibilização em Tráfico de Seres Humanos. O projecto pretende quebrar o silêncio, opacidade e conivência da sociedade da região centro com este crime, combatendo o défice de informação e sensibilizando sobre o que é o TSH e as suas características. Pretende ainda reconhecer e evitar o crime e informar sobre o que fazer para ajudar na prevenção e combate. Devidamente informados/as, os/as destinatários/as directos e indirectos deste projecto serão estimulados/as a denunciar situações, reconhecer vítimas a fim de as apoiarem ou encaminharem, ajudando assim na prevenção e caracterização do fenómeno na região centro. Este projecto é financiado pelo POPH/QREN, através da CIG.

OBJECTIVOS DO PROJECTO

- Prevenir/sensibilizar/informar e consciencializar a sociedade acerca da problemática do TSH para fins de exploração laboral e sexual;
- Combater o alheamento da sociedade ao fenómeno do TSH e a opacidade do mesmo e promover a responsabilidade individual e colectiva acerca do fenómeno.

ACTIVIDADES DO PROJECTO

- Acções de Sensibilização;
- Peça de teatro;
- Campanhas de sensibilização nos transportes públicos e nas rádios;
- Exposição itinerante de manequins e de fotografia;

- Produção; edição e divulgação de materiais informativos;
- Seminário final.

DESTINATÁRIOS/AS DO PROJECTO

Colaboradores/as; trabalhadores/as de ONG; associação de imigrantes; estudantes universitários/as; estudantes 2.º e 3.º ciclos; docentes; educadoras/es; auxiliares de acção educativa e associações de mães e pais; funcionários/as e quadros de empresas; forças e serviços de segurança; sindicatos e associações patronais; mulheres, crianças e imigrantes; técnicos/as de saúde e funcionários/as administrativos/as de instituições de saúde; funcionários/as de serviços sociais; assistentes sociais e outros/as técnicos/as sociais e público em geral.

SOLIDARIEDADE IMIGRANTE – ASSOCIAÇÃO PARA A DEFESA DOS DIREITOS DOS/AS IMIGRANTES

APRESENTAÇÃO

A Solidariedade Imigrante é uma associação de âmbito nacional, sem fins lucrativos e de reconhecido interesse público. Foi constituída em Junho de 2001 e desenvolve actividades em torno da defesa dos direitos e dos interesses dos/as imigrantes e seus/suas descendentes. O Presidente da Direcção é membro efectivo do COCAL, na qualidade de representante das associações não filiadas em nenhuma das comunidades já aí representadas (países de língua portuguesa e as três comunidades de imigrantes no numerosas – chinesa, moldava e ucraniana) no triénio 2009-2011. Membro da MIGREUROP, da NO VOX, da coordenadora nacional da Marcha Mundial das Mulheres, do CMIC, da Rede Informal contra a pobreza e a exclusão social - da qual fazem parte a AMI, CAIS, Cáritas Portuguesa, Exército de Salvação Nacional, O Companheiro -, da Rede Europeia contra a Pobreza e Exclusão Social, de entre outras. A Solidariedade Imigrante faz parte das Associações promotoras do 1º Fórum Social Português, sendo subscritora da Declaração de Coimbra, do 1º Congresso do Associativismo e Democracia Participativa e da Plataforma Art. 65º - Habitação para todos. Participou como oradora nos 1º, 2º, 3º e 4º Fóruns Sociais Europeus em Florença, Paris, Londres e Atenas, no 4º Fórum Social Mundial em Bombaim (Índia) e no 5º Fórum Social Mundial em Portalegre (Brasil), em 2006 em Caracas e Bamako e em 2009 em Belém do Pará, participou também no 3º Fórum Mundial das Migrações em Madrid, em Setembro de 2008.

OBJECTIVOS

- Envolver as comunidades imigrantes em acções que ajudem a criar uma consciência de cidadania activa e um sentimento de pertença, promovendo a sua participação e organização em diversas actividades, numa óptica de autonomia, responsabilização e *empowerment*;
- Promover a integração social e laboral dos/as imigrantes e seus/suas descendentes;
- Combater o racismo e a xenofobia, valorizando a interculturalidade e a diversidade;
- Promover o conhecimento por parte da sociedade portuguesa, da realidade da imigração em Portugal, sensibilizando-a numa perspectiva de direitos humanos, de igualdade de oportunidades e de justiça social.

É, assim, intuito da Solidariedade Imigrante dar voz aos/às próprios/as imigrantes como principais protagonistas, responsabilizando-os/as e envolvendo-os/as cada vez mais no movimento de defesa e promoção dos seus direitos e da sua cultura, tal como os/as próprios/as entendem que esta é, contribuindo para uma participação crescente destes na sociedade.

ACTIVIDADES

A Solidariedade Imigrante, com sede em Lisboa e Beja, conta com mais de 19.800 sócios/as de 90 nacionalidades diferentes e desenvolve trabalho na área da grande Lisboa, Oeiras, Cascais, Coimbra, Alentejo, Algarve, Mafra - Ericeira. Presta apoio aos/às imigrantes sobre os seus direitos e deveres e agiliza com os/as próprios/as a resolução dos seus problemas documentais, procura de emprego, conflitos laborais, habitação, segurança social, reagrupamento familiar, educação, ajuda humanitária e tantos outros casos com que diariamente são confrontados/as, indo ao encontro das suas necessidades nas mais variadas áreas.

A Solidariedade Imigrante possui um espaço intercultural, pretendendo com ele potencializar o que de mais valioso cada cidadão e cidadã transporta em si, os seus saberes, cultura e experiências. Neste espaço desenvolvem-se diversas actividades culturais, nas áreas da música, dança, poesia, contos de estórias, artes plásticas e vídeo, complementando-as com a gastronomia do mundo confeccionada pelos próprios imigrantes.

Apostando na educação para o desenvolvimento, a Solidariedade Imigrante promove cursos não formais de línguas estrangeiras e de português, bem como cursos de informática. Realiza igualmente debates e sessões de esclarecimento sobre a temática das migrações em bairros, escolas e universidades. Neste âmbito, a Solidariedade Imigrante sentiu a necessidade de criar uma Sala de Documentação e Recursos Multimédia de forma a reunir num mesmo espaço, publicações e material audiovisual, de conteúdo cultural e científico, no sentido de fomentar o conhecimento da diversidade cultural existente na Aldeia Global que é o Mundo.

COMPROMISSOS DA SOLIDARIEDADE IMIGRANTE NO ÂMBITO DA LUTA CONTRA O TSH

O pior das políticas de imigração na Europa e em Portugal, é que passa ao lado do essencial e aprofunda os mecanismos de expulsão e repressão sobre milhares de pessoas fragilizadas na Europa, até hoje mantidas em situação irregular e de grande precariedade, por vezes em condições próximas da escravatura dos outros tempos, mas hoje claramente a podemos chamar de escravatura moderna, à mercê das máfias que alimentam parte dos reconhecidos 23% da economia informal em Portugal. Um recente relatório da OCDE aponta, preto no branco: “ao mesmo tempo que as quotas estabelecidas pelos Governos para a entrada de imigrantes ficam por preencher, os trabalhadores indocumentados continuam a entrar no mercado de trabalho europeu e português”. Não se pode falar seriamente de uma nova geração de políticas migratórias e enterrar a cabeça na areia, como se as pessoas não existissem, fingindo não ver esta realidade incontornável. Sobre esta questão, absolutamente decisiva, as políticas de imigração nada dizem e os/as imigrantes não carecem de promessas ocultas nem de favores, mas sim de regras claras e justas e que sejam respeitadas/as enquanto pessoas de corpo inteiro, na sua dignidade e direitos elementares.

A Solidariedade Imigrante compromete-se desde a primeira hora e com a participação dos/das próprios/as, com o combate ao TSH, contra as máfias que exploram e escravizam os/as imigrantes, pela sua protecção efectiva e pela sua regularização, sabendo que além dos efeitos sociais positivos, estas medidas poderão reduzir drasticamente a procura de mão-de-obra descartável, barata e ilegal, por parte de quem faz da fuga ao fisco e à segurança social um modo de vida. Haja, pois, coragem de afrontar os interesses mafiosos e emancipar as suas vítimas.

A Solidariedade Imigrante compromete-se a contribuir para a responsabilidade solidária na criação de mecanismos de efectiva protecção das vítimas da exploração escrava, lutando pela sua regularização e incentivando-as a denunciar os abusos a que muitos trabalhadores/as imigrantes continuam a ser sujeitos neste país.

SOS RACISMO

APRESENTAÇÃO

O movimento SOS Racismo surgiu em resposta ao crescimento do neonazismo em Portugal. No final dos anos 80, depois de ensaiarem a exibição de símbolos racistas e nazis em jogos de futebol, rapidamente grupos de neonazis confiantes passaram aos espancamentos e assassinatos. Nos últimos 20 anos o SOS Racismo tem observado, documentado e denunciado as manifestações de racismo em Portugal e promovido eventos e acções de educação. Neste sentido, tem estreitado laços com movimentos feministas,

LGBTQ+ e outros que quotidianamente lutam contra os preconceitos e a discriminação. O tráfico de seres humanos, o abuso laboral e/ou sexual de pessoas migrantes e o uso de preconceitos racistas (e outros) por parte de partidos políticos e movimentos racistas e/ou “nacionalistas” marcam a actualidade, são indissociáveis da ideologia das “fronteiras fechadas” (e de outras formas de segregação dx²⁵ outrx) e exigem respostas urgentes. A mercadorização das pessoas desumaniza-as, fragiliza-as, e facilita o exercício de actos violentos. Exemplos disso são os casos de abuso laboral e/ou sexual e/ou físico e mental de pessoas migradas e/ou socialmente marginalizadas. A violência tanto serve de escape para as frustrações como é forma de expressão de uma hierarquia social.

ACTIVIDADES

O SOS Racismo articula o seu trabalho com o de outras organizações, numa lógica de aproveitamento eficiente dos recursos humanos e materiais disponíveis, defendendo respostas integradas e coerentes às causas das exclusões e injustiças sociais. Esta actuação tem-se concretizado de variadas formas: acompanhamento e crítica de políticas governamentais, apresentação de denúncias junto de organismos competentes, prestação de assistência jurídica, encaminhamentos de pessoas para organizações melhor capacitadas para responder a determinadas situações, sensibilização e debate com outras organizações para a definição de respostas integradas a situações de discriminação e exclusão.

UNIÃO DE MULHERES ALTERNATIVA E RESPOSTA - UMAR

APRESENTAÇÃO E OBJECTIVOS

A UMAR é uma associação de mulheres, feminista, sem fins lucrativos, que se constituiu formalmente a 12 de Setembro de 1976. É, desde 2010, uma instituição de utilidade pública. Com sede nacional em Lisboa, o seu trabalho de intervenção é amplo e cobre o território de Portugal Continental (Braga, Lisboa e Península de Setúbal, Porto) e Arquipélagos da Madeira e dos Açores. Nos Açores, a UMAR está presente desde 1992. Atendendo ao grande desenvolvimento desta Delegação, a UMAR reflectiu acerca da possibilidade da sua autonomização no que concerne à sua identidade jurídica. Neste sentido, concluiu-se que a existência de uma identidade jurídica própria traria benefícios práticos e tangíveis, pelo que foi criada, em 2008, a UMAR Açores – Associação para a Igualdade e Direitos das Mulheres.

²⁵ Com o uso do «x» pretende-se evitar o reforço do masculino como (pretensão) “neutro” da norma linguística e propor uma solução inclusiva de géneros para além do modelo ideológico binarista “tradicional”. Optou-se por não explicitar várias possibilidades de género («mulheres, homens e outras pessoas» ou «...a/o/x») para não comprometer a legibilidade.

Ao longo do tempo, a UMAR tem tido como filosofia de intervenção a defesa e a promoção dos direitos das mulheres nas leis e na vida e o combate a todas as formas de discriminação contra as mulheres, incluindo o classismo, o racismo, a homofobia e outras formas de opressão que, de forma complexa, se articulam para situar as mulheres em posição de desvantagem social. das mulheres. A UMAR tem, assim, primado a sua intervenção pela igualdade de género e pela igualdade de oportunidades entre mulheres e homens lutando pela sua integração em todas as políticas de desenvolvimento social e económico.

ACTIVIDADES NA ÁREA DA VIOLÊNCIA

A UMAR tem-se destacado, desde meados da década de 1990, com o seu trabalho na área da violência contra as mulheres e especificamente na da violência de género nas relações de intimidade. Actualmente, a UMAR dispõe, no Continente, de estruturas de apoio - atendimento (presencial e telefónico) e acompanhamento (psicológico, psicossocial e jurídico) - a mulheres vítimas de violência doméstica no Monte de Caparica e no Porto. A UMAR constituiu-se como a 1ª instituição a nível nacional com um serviço de emergência para mulheres vítimas de violência doméstica, dispondo assim de um Banco Diário de Crise/Risco quer no CAM quer no P'RA Ti. Gere ainda duas Casas de Abrigo da rede pública. Em 2004, a UMAR lançou o Observatório das Mulheres Assassinadas (OMA) cujos objectivos consistem em aprofundar o estudo do homicídio e tentativa de homicídio por violência de género, em Portugal, conhecendo as suas consequências humanas, sociais, económicas e familiares, valorizando as mulheres e propondo medidas que auxiliem na prevenção deste crime contra as mulheres. Neste sentido, os dados sobre este crime de femicídio são anualmente divulgados.

A UMAR-Açores garante o funcionamento diário, desde 1997, da Linha de Apoio SOS-Mulher das 08h00m às 00h00. Esta é a única Linha de Apoio que presta este tipo de serviço, com abrangência Regional. Para além desta Linha, a UMAR-Açores assegura o funcionamento de três Centros de Atendimento, em São Miguel, Faial e na Terceira (através do CIPA). Em 2005, a UMAR, abriu uma Casa de Abrigo no Faial, através de um Projecto de Luta Contra a Pobreza e, actualmente, o seu funcionamento decorre de um Acordo de Cooperação com o IAS. Nos Açores, a UMAR também desenvolve actividades de formação e sensibilização ao longo do ano, abrangendo diferentes temáticas.

Com o Projecto Laços e Fronteiras. Novas Metodologias de Apoio às Mulheres Vítimas de Tráfico (financiado pelo POPH/QREN/FSE), responsável pela elaboração do presente Guia de Recursos, a UMAR alarga a sua esfera de intervenção no âmbito da violência contra as mulheres. Ainda no âmbito do TSH destaque-se o trabalho que a UMAR tem desenvolvido com o SEF na intervenção e apoio a mulheres vítimas deste crime. Saliente-se, ainda, a parceria estabelecida entre a UMAR/Projecto Laços e Fronteiras, a Solidariedade Imigrante e o Dinâmia – CET que resultou no GAMI – Mãos Seguras. Grupo de Apoio às Mulheres Imigrantes. Mediante o trabalho desenvolvido pelo GAMI, a UMAR tem sedimentado o seu

conhecimento na área da exploração laboral das mulheres imigrantes.

Na continuação de um trabalho de consciencialização sobre o assédio sexual, em 2010 a UMAR lança, com o financiamento da Embaixada do Reino dos Países Baixos e o apoio da Secretaria de Estado da Igualdade, o Projecto UMARTIVISMO – Rota dos Feminismos contra o Assédio Sexual no espaço público, na rua e no trabalho. Com este Projecto, a UMAR propõe um conjunto de medidas e acções de sensibilização a realizar em várias cidades do país. O objectivo é facilitar a denúncia e o apoio às vítimas, assim como promover a consciencialização deste fenómeno e a concretização de mudanças legislativas e estruturais e culminará com um Seminário Internacional a 24 de Setembro de 2011.

OUTRAS ACTIVIDADES

O Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães constitui uma área prioritária de trabalho da UMAR com a finalidade de contribuir para a preservação da memória histórica dos feminismos e para uma sociedade do conhecimento para todos e para todas, promovendo a divulgação de documentação histórica na área da Igualdade e dos Feminismos, através das ferramentas das novas tecnologias de informação. Com um espólio já significativo, conta com um portal de acesso gratuito: <http://www.cdofeminista.org/home/index.php>

Outra área prioritária da UMAR tem sido a prevenção primária da violência de género/violência contra as mulheres. Neste sentido, a UMAR tem realizado inúmeras acções de sensibilização e de formação para diferentes públicos sobre estas temáticas. De destacar o Projecto Mudanças com Arte - Jovens Protagonistas na Prevenção da Violência de Género²⁶, com área de intervenção na região do Porto, que teve como objectivo a prevenção da violência de género e a promoção dos direitos humanos junto de jovens alunos/as do 3º ciclo e do ensino secundário, bem como junto de pais/mães e/ou encarregados/as de educação, professores/as e auxiliares de acção educativa. No âmbito do Projecto BIG – Bibliotecas pela Igualdade de Género²⁷ a UMAR realizou inúmeras sessões temáticas, algumas das quais incidiram sobre a violência de género e a violência no namoro em escolas e bibliotecas municipais de vários concelhos (Almada, Amadora, Cascais, Lisboa, Montijo, Odivelas).

A UMAR-Açores tem desenvolvido, desde 2005, um importante e sustentado trabalho no aprofundamento da igualdade e na valorização das mulheres no sector das pescas, tendo vindo a apostar na formação socioprofissional, no empreendedorismo das mulheres pescadoras e no incentivo ao associativismo femini-

²⁶ Projecto financiado pelo POPH/QREN/FSE, iniciado em Novembro de 2008 e concluído em Dezembro de 2010.

²⁷ Projecto financiado pelo POPH/QREN/FSE, iniciado em Novembro de 2008 e concluído em Dezembro de 2010.

no. Actualmente, tem em curso o Projecto Caminhos em Terra e no Mar: As mulheres na Pesca nos Açores.

Outras áreas de intervenção: aprofundamento da reflexão e da acção em torno da agência feminista e das mulheres (ex.: Congresso Feminista 2008; Manifesto Feminista lançado em 2009 e que contou com contributos de várias pessoas e entidades; Grupo das Treze); Direitos Sexuais, Aborto e Direitos Reprodutivos; Género e Educação; Género e Água, Observatório das Representações de Género nos Media; Realização de Estudos, Seminários, Publicações (ex.: Roteiros Feministas); Trabalho e Imigração.

A UMAR integra o Conselho Consultivo da CIG. No âmbito do Programa Rede Social, a UMAR integra a rede de parceria e os Conselhos Sociais Locais nos Municípios onde desenvolve actividade (ex.: Almada, Lisboa, Maia, Porto e Seixal). A UMAR-Açores tem feito parte do Conselho Regional para os Direitos das Mulheres. A UMAR e a UMAR-Açores fazem ambas parte da Marcha Mundial das Mulheres e respectiva Coordenação a nível nacional.

POPULAÇÃO ALVO

Mulheres vítimas de violência e suas crianças; mulheres imigrantes; mulheres pescadoras; jovens; sociedade civil em geral.

PARCERIAS (FORMAIS E INFORMAIS)

Em Portugal Continental: Aletta - Institute for Women's History; AALC; Associação de Mulheres de Cabo-Verde; Associação Solidariedade Internacional; Banco Alimentar; Body Shop; Comissões Alargadas das CPCJ Porto Ocidental, Oriental e Central; CIG; CASCA - Cooperativa de Animadores Socioculturais e Afins; Centro de Novas Oportunidades - Escola Secundária do Monte de Caparica; CIE-UP; CRL; Embaixada dos Países Baixos; Entrajuda - Apoio a Instituições de Solidariedade Social: Banco de Bens Doados; Espaço T; Faces de Eva/FCSH/UNL; FPCEUP; Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia; Fundação Mário Soares; Gabinete de Inserção Profissional da Escola Raul Dória; Governo Civil do Porto; Instituto Egas Moniz - Cooperativa de Ensino; Instituto de Segurança Social; ISMAI; Legião da Boa Vontade; Ministério da Educação; Partenariado de apoio às pessoas em situação de sem abrigo; POPH/QREN/FSE; Segurança Social. **Nos Açores:** AIPA; Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - ALRAA; Associação Académica da UA; Associação Arrisca; Associação de Paralisia Cerebral; Associação Ilhas em Rede; Associação de Mulheres Empresárias dos Açores; Associação de Mulheres de Pescadores e Armadores da Terceira - AMPA; Associação Novo Dia; Associação Seniores de São Miguel; Associação de Surdos de São Miguel; Ballet Teatro Paz; Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada; Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada; Câmara Municipal de Ponta Delgada; Câmara Municipal da Ribeira Grande; Centro de Apoio à Mulher; Centro de Apoio ao Emigrante; CIPA; Comissão Consultiva Regional

Laços e Fronteiras

para os Direitos das Mulheres; Conservatório Regional de Ponta Delgada; Descalças – Cooperativa Cultural RL; Direcção Regional da Juventude; Direcção Regional da Solidariedade e Segurança Social; Direcção Regional do Trabalho e Formação Profissional; Escola Secundária Antero de Quental; Escola Superior de Enfermagem de Ponta Delgada; Direcção Regional Igualdade de Oportunidades – DRIO; European Network of Women’s organisations in Fisheries and Aquaculture – AKTEA; Grupo Teatral Brincando e Rindo; Hospital do Divino Espírito Santo; Jornal Açoriano Oriental; Jornal Correio dos Açores; Jornal Diário dos Açores; Mudança de Maré; Museu Carlos Machado; Núcleo de Estudantes de Sociologia da UA; RDP Açores; RTP Açores; Secretaria Regional dos Assuntos Sociais; Teatro Micaelense.

Descrição das entidades estrangeiras

PAG-ASA vzw – CENTRO DE ACOLHIMENTO E ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS DE TRÁFICO DE SERES HUMANOS

APRESENTAÇÃO

A PAG-ASA é um centro especializado responsável pelo acolhimento e assistência a vítimas de tráfico de pessoas.

ACTIVIDADES

A assistência consiste em:

- Acolher e apoiar psicologicamente as vítimas numa morada confidencial, sendo que a PAG-ASA tem a capacidade de alojar até 16 pessoas;
- Apoio psicológico (também para quem não necessita de alojamento);
- Assistência jurídica e administrativa: acompanhamento do processo judicial bem como da situação administrativa da vítima.

A PAG-ASA não pretende apenas disponibilizar assistência humanitária, mas também combater o flagelo do tráfico de pessoas. A sensibilização e a disponibilização de informação são pontos importantes para atingir este propósito. Isto significa:

- Organizar formação no sentido de explicar o problema do tráfico de pessoas, bem como a tarefa específica da PAG-ASA;
- Participar em conferências e projectos, tanto a nível nacional como internacional.

PAYOKE

APRESENTAÇÃO E OBJECTIVOS

A Payoke é uma das três ONG reconhecidas na Bélgica com a missão de apoiar e proteger vítimas de TSH. Fundada em 1987, tem sido pioneira na luta contra o TSH na Bélgica, trabalhando denodadamente no sentido de: providenciar as vítimas com o apoio necessário para reaverem os seus direitos, liberdade e dignidade; “despertar” os grupos de interesse para as realidades do tráfico humano; apoiar no desenvolvimento de uma moldura legal efectiva; desenvolver uma perspectiva coordenada e cooperativa para a

identificação e protecção da vítima, assim como para o acompanhamento na acção judicial; e usar a sua história e aprendizagens ao longo de mais de 20 anos para fornecer directrizes e boas práticas a outros/as intervenientes no campo do combate ao tráfico. A Payoke tem uma vasta rede de trabalho com ONG, organizações internacionais, governos, forças militares, serviços de polícia e judiciais, em mais de 75 países. Por a Payoke ter sido a primeira ONG deste género a existir na Bélgica e a enfrentar o tráfico de forma decidida e por ter mais de 20 anos de trabalho no terreno, muitos outros países querem aprender com o modelo belga e o modelo da Payoke, por forma a desenvolverem abordagens semelhantes nos seus próprios países. A Payoke tem como objectivo central: reintegrar a vítima na sociedade, quer na Bélgica, quer no seu país de origem através de apoio legal, psicológico, social e administrativo. A organização encontra-se também activamente envolvida na formação de diversos públicos que incluem militares, polícia, ONG, universidades, sindicatos e funcionários/as governamentais, a nível local, nacional e internacional.

ACTIVIDADES

SERVIÇOS DE ÂMBITO NACIONAL: cobrem todo o espectro de ajuda e apoio às vítimas, com enfoque nos direitos humanos e na confidencialidade. A equipa de especialistas fornece apoio e serviços na forma de:

- **Apoio Habitacional:** oferecer segurança através da colocação em casas de abrigo; providenciar apoio para lidar com experiências traumáticas; oferecer um pacote de apoio individualizado centrado nas competências sociais; familiarizar os/as utentes com as normas e os valores específicos do país;
- **Apoio Legal:** aconselhar e auxiliar com procedimentos legais; estabelecer contactos com a polícia, com a justiça e com pessoas que fazem parte do sistema judicial e fazer mediação; iniciar os procedimentos legais em nome do/a utente e/ou em nome da Payoke.
- **Apoio Administrativo:** pedir documentos de autorização de residência e de licença de trabalho; estabelecer acordos com os serviços sociais; serviços de seguros de saúde, etc;
- **Apoio Psicossocial:** apoiar em situações traumáticas; apoiar na reconstrução de um projecto de vida; desenvolver planos realistas para o futuro; participar em contactos sociais, culturais e desportivos;
- **Informação e Formação:** sensibilizar a opinião pública; fornecer informação precisa sobre as possibilidades de protecção e assistência às vítimas; responder às questões colocadas; formular recomendações dirigidas às autoridades competentes;
- **Cuidado Ambulatório:** continuar a acompanhar o progresso e desenvolvimento do/a cliente; prestar apoio e ajudar na resolução de problemas em situações da vida quotidiana.

SERVIÇOS DE ÂMBITO INTERNACIONAL: a Payoke presta apoio técnico a organizações, membros e corpos governamentais externos na forma de avaliações, elaboração e envio de programas de formação, consulta de peritos e, se necessário, avaliação de projectos/programas. Quer seja formando membros de pessoal de ONG em casas de abrigo, fornecendo agentes governamentais com instrumentos de cooperação

(utilizando o modelo anti-tráfico belga), treinando as polícias na identificação de vítimas, quer educando forças de manutenção da paz no fenómeno do tráfico, a Payoke faz uma abordagem prática no combate ao tráfico focada nas reais necessidades das vítimas. Os serviços específicos de âmbito internacional incluem:

- **Avaliação das necessidades:** através de serviços de consultadoria realizados com pessoas que trabalham nesta área, assim como através da observação do *modus operandi* de cada país e da pesquisa da legislação do país e análise dos respectivos dados sobre tráfico, a Payoke identifica as áreas onde os países devem concentrar os seus esforços para que potenciais lacunas sejam colmatadas e possam melhorar os serviços de apoio às vítimas;
- **Formação de Grupos de Interesse Chave:** formação a agentes decisivos envolvidos no combate ao tráfico, quer se trate de ONG ou membros do pessoal das casas de abrigo, polícia, polícia fronteiriça, promotores de justiça/juízes, agentes governamentais, ou público em geral. A Payoke dá formação em vários conteúdos: funcionamento e gestão de casas de abrigo; apoio e auxílio a vítimas; identificação de vítimas; cooperação, tráfico e crime organizado; destabilização e perspectiva geral do fenómeno. A formação tem várias modalidades, dependendo das necessidades do país que solicita apoio. A abordagem valoriza técnicas práticas de “pôr a mão na massa”, através da utilização de estudos de caso e de metodologias de aprendizagem interactivas que asseguram que os/as participantes possam aplicar conhecimentos e competências recentemente adquiridos às realidades dos seus países;
- **Providenciar consultas por parte de peritos/as:** a Payoke assegura um vasto leque de perícia técnica desde o nível policial ao nível de trabalho no terreno. Os/as especialistas de apoio à vítima também fornecem conhecimentos actualizados sobre as tendências actuais do tráfico e as necessidades das vítimas neste crime em expansão global.

Brasil

SERVIÇO DE PREVENÇÃO AO TRÁFICO DE MULHERES E MENINAS - SMM

APRESENTAÇÃO E OBJECTIVOS

O SMM foi criado em 1991 com o nome de Serviço à Mulher Marginalizada. O SMM foi uma das organizações pioneiras na introdução do tema na pauta de discussão deste crime no cenário da sociedade brasileira. O seu objectivo sempre foi o de lutar contra a exploração sexual comercial de mulheres, adolescentes e meninas tendo, portanto, um enfoque de Género. Pretende o SMM contribuir para a construção de uma política nacional de combate ao tráfico de mulheres, adolescentes e meninas para a exploração sexual comercial, focada nas relações de género que envolvem este crime. A sua actuação concentra-se

fundamentalmente na prevenção do TP. O SMM defende que na prevenção a sociedade civil “nada de braçada”, já que a responsabilização do crime e o atendimento à Vítima são responsabilidades do Estado. Os pilares, nos quais o trabalho do SMM se apoia, são: comunicação, formação e articulação. O SMM faz parte da GAATW, além de participar em diversos seminários e discussões internacionais. No Brasil, o SMM coordena o Movimento contra o Tráfico de Pessoas - MCTP, que conta com cerca de 50 entidades da sociedade civil brasileira. Como o SMM acredita que o TP não pode ser enfrentado sem articulação, seu trabalho se dá em parceria com diversas outras associações da sociedade civil, assim como em ações positivas levadas a cabo pelo governo.

ATIVIDADES

- Produção de conhecimento, de formação e produção de material educativo e de comunicação; ações directas em fóruns de articulação no combate ao TP e no movimento de mulheres, de etnia e raça e migração, assim como o acompanhamento das ações parlamentares e do Governo Federal relativas ao TP;
- O trabalho de prevenção executado pelo SMM tem três diferentes direcções:
 - Sensibilização através de divulgação do tema: sector de comunicação com publicações *on-line* e tradicionais, *clippings* de jornais brasileiros e estrangeiros divulgados pela internet, palestras em universidades e associações, rodas de conversa, campanhas, etc;
 - *Lobby e advocacy* pressionando o Governo Brasileiro a construir Políticas Públicas de combate ao TP. O SMM faz parte do grupo de trabalho que construiu a Política Nacional e o Primeiro Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. O SMM também participa, desde sua criação, do Comitê Paulista de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos, sendo um dos representantes da sociedade civil;
 - Programa de Prevenção ao Tráfico de Jovens e Adolescentes, iniciado em 2006, nas escolas públicas de segundo grau nas cidades do Uruaçu (Goiás) e São Sebastião (São Paulo), atingindo jovens dos 14 a 19 anos. Nesses cinco anos de trabalho conseguiu-se grande sensibilização por parte de estudantes, professores/as e comunidades sobre o assunto, nos municípios trabalhados. O programa é interdisciplinar e apresentado transversalmente pelas diversas disciplinas escolares. Sua proposta é a de que seja transformado pelo Estado Brasileiro como uma política pública educacional.

Guiné-bissau

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DAS CRIANÇAS - AMIC

APRESENTAÇÃO

A AMIC é uma ONG Guineense criada a 30 de Outubro de 1984 e legalmente constituída pelos termos da lei em vigor no país a 28 de Fevereiro de 1992. Sendo uma organização laica e apolítica de envergadura nacional, com cerca de 3000 membros distribuídos pelas antenas regionais que cobrem o país, propõe-se exclusivamente a promover e defender os direitos das crianças junto das próprias crianças, dos seus agentes de socialização e da comunidade onde vivem.

ACTIVIDADES

- Educação, Cultura e Lazer;
- Saúde e Ambiente;
- Defesa e Protecção dos Direitos da Criança: denúncia, assistência e seguimento de casos de violação sexual, abusos e maus-tratos, castigos físicos e tratamentos humilhantes (amputações dos membros ou dedos, queima das mãos e outras partes do corpo); aconselhamento, negociação e orientação jurídica (MGF, separação de pais, casamento forçado, rapto e tráfico, violação sexual, abusos e maus-tratos); acolhimento temporário em centros sociais e em famílias de substituição e acompanhamento psico-social;
- Lobby e *plaidoyer* sobre CDC e problemática da criança;
- Consultas às crianças;
- Tráfico e exploração do trabalho infantil:
 - Raptos e tráficos das crianças (crianças Talibés): identificação e acompanhamento da criança no país de acolhimento; pesquisa e localização da criança no país de origem; preparação do regresso e reintegração da criança; reinserção e seguimento personalizado da criança no país de origem; cooperação transnacional; desenvolvimento de acções comunitárias;
 - Crianças trabalhadoras e vendedoras de rua;
 - Meninas/os de criação (crianças entregues pelos pais a outras famílias para educar e cuidar em troca de prestação de serviços domésticos).

POPULAÇÃO ALVO

Crianças em situação de vulnerabilidade socioeconómica, nomeadamente órfãs, abandonadas, deficientes, desprovidas de meio social e familiar adequados, vítimas de tráfico, crianças de rua, crianças trabalhadoras, crianças em conflito com a lei, etc.

PARCERIAS

Estado; Ministério da Coesão Social, Família, Mulher e Luta Contra a Pobreza; Instituto da Mulher e da Criança; Ministério da Educação Nacional; Ministério da Saúde Pública e governos regionais.

PROGRAMA DE PREVENÇÃO, REINSERÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DE MENORES VÍTIMAS DE TSH E DE MIGRAÇÃO DE RISCO AO NÍVEL DA ÁFRICA OCIDENTAL (PAO)

APRESENTAÇÃO

O PAO teve o seu início em Novembro de 2005, após várias missões exploratórias e seminários realizados na sub-região, inclusive na Guiné-Bissau. As missões exploratórias do PAO deram indicações para o arranque de uma fase piloto com o envolvimento de três Países, nomeadamente a Guiné-Bissau, o Mali e o Senegal. Problemática inicial do PAO:

- Número considerável de crianças vítimas de TSH na África Ocidental e Central;
- Dificuldades relativas à implementação da CDC e da CADBEC pelos estados africanos;
- Migração precoce e em risco, menores à procura de melhores condições de vida (risco de TSH);
- Crianças em situação difícil nas principais cidades da sub-região da África Ocidental (Crianças talibés e crianças de rua, etc.);
- O Programa PAO inscreve-se no espírito da CDC, da CADBEC, da Plataforma de Acção Comum de Libreville e Abuja e das Convenções bilaterais de repatriamento assinadas pelos Estados da sub-região e no reforço da capacidade dos parceiros no domínio dos direitos da criança.

OBJECTIVO GERAL

Criar um sistema de apoio transnacional e durável para a identificação, reinserção social e profissional, assim como proporcionar um seguimento psicológico às vítimas.

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

- Desenvolver uma rede de colaboração transnacional a favor dos/as menores isolados/as e vítimas de TSH;
- Assegurar o acolhimento, a auscultação e a orientação em cada um dos Países membros;
- Desenvolver os projectos individuais de reinserção social e profissional das vítimas;
- Mobilizar os recursos (Estado/ONG/OI) ao nível nacional e internacional.

ACTIVIDADES

As actividades do PAO giram a volta de 6 eixos programáticos:

- Identificação e acompanhamento das crianças no País de acolhimento;
- Pesquisa e localização da família das crianças no País de origem;
- Preparação do regresso e reintegração das crianças;
- Reinserção e seguimento personalizado das crianças no País de origem;
- Cooperacao transnacional;
- Actividades comunitárias.

O PAO teve uma avaliação após os seis primeiros meses da sua implementação nos Países parceiros. Foi recomendado o seu alargamento para os outros Países da África Ocidental onde o fenómeno do tráfico também se faz sentir com preocupação. A organização parceira de cada País envolvido nesta rede transnacional tem três tarefas principais: a) actua como responsável por cada criança/jovem apoiada/o; b) activa a rede nacional de modo a encontrar recursos necessários correspondentes às necessidades identificadas e c) assegura o trabalho social transnacional. Os principais parceiros financeiros e técnicos do PAO são os seguintes: Fundação Suíça do Serviço Social Internacional (SSI); Instituto Internacional dos Direitos da Criança (IDE); Organização Internacional das Migrações (OIM) e UNICEF.

RESULTADOS ALCANÇADOS

- Criação de uma rede de parceiros fiáveis que permite o regresso voluntário e a reinserção efectiva das crianças/jovens de um País africano para outro;
- Avaliações sociais transnacionais e regressos efectuados entre Senegal, Guiné-Bissau, Mali, Burkina-Faso, Guiné-Conacri, Costa do Marfim, Niger e Gâmbia;
- Mais de 2000 crianças e jovens, dos quais 25% da Guiné-Bissau, foram resgatadas das ruas e reinseridas no seio familiar e seguidas de maneira personalizada no seu País de reinserção (de 2005 a 2010);
- As perspectivas para o futuro são desenvolvidas (Escolarização, Formação profissional, AGR, Horticultura, projectos comunitários, etc.);
- O programa está numa dinâmica de reintegração de outros Países, nomeadamente Nigéria, Benin e Togo.

ASSOCIAÇÃO JUVENIL FEMININA DA SOLIDARIEDADE - AJUFES

APRESENTAÇÃO E OBJECTIVOS

A AJUFES desenvolve acções de formação nas áreas dos Direitos Humanos, Protecção e Prevenção da Violência Baseada no Género. Objectivos: contribuir no combate à delinquência juvenil feminina e outros males sociais; desenvolver acções em prol de promoção dos direitos de jovens raparigas, mulheres e crianças; estimular a participação da camada feminina nas acções sociais do país.

ACTIVIDADES

- Formação de paramilitares nos domínios do atendimento e da assistência psicossocial às mulheres e às crianças vítimas de violência e, em particular, às vítimas de exploração e abuso sexual;
- Coordenação do trabalho de formação, sensibilização sobre VBG, alcoolismo, prostituição e VIH/SIDA;
- Participação em Grupos temáticos sobre Direitos Humanos, Género, Prevenção de Tráfico das Pessoas e Protecção das vítimas de violência;
- Formação de jovens e mulheres sobre educação cívica;
- Participação na criação da Plataforma Política das Mulheres em Direitos Humanos nos Bairros e nas Escolas;
- Divulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- No âmbito de tráfico de pessoas, participação no acolhimento das crianças vítimas (crianças talibé).

POPULAÇÃO ALVO

Jovens, Mulheres e Crianças.

INSTITUTO DA MULHER E DA CRIANÇA - IMC

APRESENTAÇÃO E OBJECTIVOS

O IMC é uma pessoa colectiva, de direito público, de carácter sócio-humanitário, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com vocação para a defesa e a promoção dos direitos humanos, particularmente dos da mulher e da criança. Funciona sob a tutela do Ministério da Mulher, Família, Coesão Social e Luta contra a Pobreza, competindo a este dar orientações e seguimento a todas as acções do IMC através de relatórios anuais. O IMC é responsável por coordenar, supervisionar e promover a abordagem integrada de género e os direitos humanos da mulher e da criança nos programas, políticas e legislação, assegurando o equilíbrio da igualdade e equidade do género e o empoderamento da mulher.

TRABALHO DESENVOLVIDO PELO IMC NO ÂMBITO DO COMITÉ NACIONAL DA PREVENÇÃO E LUTA CONTRA O TRÁFICO DE SERES HUMANOS

- Criação do Comité Nacional da Prevenção e Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos, com atenção especial na mulher e na criança;
- Formação a agentes da polícia de migração, guarda fronteira, associação de transportadores e guarda-fiscal;
- Visitas aos centros de acolhimento residencial e temporário;
- Visitas nas fronteiras;
- Encontros regulares com as autoridades locais;
- Repatriamento das crianças através da ONG AMIC;
- Reinserção das crianças nas comunidades através da ONG AMIC;
- Seguimento e avaliação a cargo do secretariado do Comité;
- Estudo sobre as crianças talibés (em curso);
- Projecto-lei sobre Tráfico de Seres Humanos;
- Projecto de acordo bilateral com países vizinhos (em curso).

Moçambique

REDE CAME – REDE CONTRA O ABUSO DE MENORES

APRESENTAÇÃO

A Rede CAME emerge do movimento *Juntos por uma Criança Feliz* e congrega mais de 30 organizações da sociedade civil e confissões religiosas que, em parceria com instituições do Governo e do Estado, lançaram a 16 de Junho de 2000, no Posto Fronteiriço de Ressano Garcia, a Campanha Contra o Abuso Sexual de Menores em cumprimento das decisões do 1º Congresso Mundial Contra a Exploração Comercial Sexual da Criança, realizado em 1996, em Estocolmo (Suécia), e da pesquisa realizada sobre essa matéria em Moçambique com apoio técnico e financeiro da Terre des Hommes (Alemanha). Na sequência deste evento, o movimento *Juntos por uma Criança Feliz* desenvolveu com sucesso uma Campanha de 2000 até 2004 com um Plano Nacional de Acção que tinha como principal objectivo mobilizar a sociedade para “quebrar o silêncio” contra todas as formas de abuso, incluindo o tráfico de menores. Com base nos resultados encorajadores que foram atingidos foi traçado um programa com o objectivo de promover a prevenção e o combate ao abuso de menores a longo prazo, num esforço que levou à fundação em 2005 da Rede CAME. Entre 2005 e 2009 a Rede CAME incentivou, capacitou e consolidou o estabelecimento das Redes

de Protecção da Criança em todas as províncias do país, num processo que culminou com a realização da Primeira Reunião Nacional das Redes Provinciais de Protecção em Dezembro de 2009, formalizando a adesão de 10 redes provinciais e definindo mecanismos de relacionamento fundados na capacitação técnica dos membros como forma de, com autonomia e criatividade, elevarem a qualidade de abordagem dos assuntos, mobilizarem recursos locais, e assegurar a intervenção temática transversal na implementação de actividades a curto, médio e longo prazos.

PRINCIPAIS ÁREAS DE ACTUAÇÃO

- Abuso Sexual de Crianças;
- Tráfico de Crianças;
- Protecção da Criança;
- Legislação sobre a Criança.

ACTIVIDADES

Ao longo da sua existência a Rede CAME contribuiu com acções cujos resultados se fizeram sentir em Moçambique bem como na região da África Austral, de entre as quais se destacam:

- **1999:** Contando com apoio técnico e financeiro da Terre des Hommes (Alemanha) foi realizada a pesquisa sobre “Prostituição, Abuso Sexual e Trabalho Infantil em Moçambique” que orientou a implementação do plano de acção que lançou as actividades do movimento *Juntos Por Uma Criança Feliz*;
- **2000:** Lançada a Campanha contra o Abuso Sexual de Menores no Posto Fronteiriço de Ressano Garcia;
- **2002:** Lançada a Campanha Regional Contra o Tráfico de Crianças que culminou com o seu contributo para o estabelecimento dum amplo movimento regional em 2002 liderado pela SANTAC e abertura do seu escritório regional em Moçambique sob tutela da FDC (Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade) e que contou com o patrocínio de proeminentes activistas mundiais de causas sociais tais como a Sra. Graça Machel e o Arcebispo reformado da Igreja Anglicana da África do Sul Desmond Tutu;
- **2003/2004:** Foram capacitadas/os 920 agentes e funcionários da Acção Humanitária sobre “Protecção de Menores e Mulheres Contra a Exploração e o Abuso Sexual em Situações de Crise Humanitária”. Este programa foi desenvolvido em 8 províncias do país. A iniciativa teve o apoio do UNICEF, PMA e Save the Children;
- **2006:** Foi lançado o projecto-piloto de adopção do sistema de assistência multissetorial e multidisciplinar de referência para a protecção de crianças vítimas de abuso com grande enfoque no trabalho de prevenção, denúncia e acompanhamento junto às comunidades dinamizado pelas Unidades Contra Abuso de Criança. Programa que contou com apoio da Save the Children;
- **2007:** Foi rubricado um protocolo de apoio técnico e financeiro com a organização norte americana WLR e com o Ministério da Justiça de Moçambique para apoiar no processo da elaboração da Lei Contra

Laços e Fronteiras

o Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. Depois de uma consulta nacional, a Proposta de Lei apreciada pelo Conselho de Ministros e submetida à Assembleia da República onde foi debatida com a sociedade civil, aprovada e posteriormente promulgada pelo Presidente da República em Junho de 2008. No mesmo pacote incluiu-se a Lei de Bases da Protecção da Criança e a Lei da Organização Jurisdicional de Menores. Com isto, o país deu passos significativos para conformar as leis nacionais com a Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança;

- **2007:** Admitidos como membros observadores da Child Help Line International depois de ter participado nas Conferências Africanas em Durban (2006), Kampala (2006), Windhoek (2007) e na Conferência Internacional de Estocolmo (2007);
- **2008:** Rede CAME foi condecorada com o Prémio “Menção Especial” conferido pela Comissão Nacional dos Direitos Humanos da República da França;
- **2005-2009:** Capacita em todas as províncias mais de 1000 profissionais da Magistratura, Polícia, Migração, Alfândegas, bem como líderes comunitários e religiosos em matérias relativas aos Direitos da Criança, em particular sobre o abuso sexual e tráfico de pessoas;
- **2009:** Na sequência da sua filiação na CHI, em parceria com Save the Children Suécia e Save the Children Alliance em Moçambique, Plan International em Moçambique e Rede da Criança, lidera a criação e lançamento oficial da Linha Fala Criança 116, uma linha telefónica gratuita que encoraja as crianças a participarem queixas num ambiente seguro e dele recebem aconselhamento sobre maus tratos porque passam. Este acto foi realizado no dia 19 de Novembro, Dia Mundial da Prevenção do Abuso e da Violência contra a Criança, e conta com apoio do Estado, serviços de telefonia fixa e móvel que patrocinam as chamadas gratuitas das crianças;
- **2009:** Estabelecidas as Redes de Protecção da Criança nas 10 províncias do país, incluindo a cidade de Maputo e realizada a primeira reunião da Rede de Protecção da Criança ao nível de todas as províncias do país;
- **2010:** A Rede CAME foi empossada como membro do CNAC, uma instituição criada por Decreto do Conselho de Ministros que tem a missão de aconselhar o Governo sobre as políticas a adoptar para a promoção dos direitos da criança.

PARCERIAS

Terre des Hommes Alemanha; Terre des Hommes Suíça; Threshold Foundation; ANPPCAN; ISPCAN; PAN; SKN; UNICEF; Embaixada dos EUA; US GTIP - Gabinete de Monitoria de Tráfico de Seres Humanos dos EUA; PMA; PAL; Save the Children Suécia; Save the Children Moçambique; CHI; Plan International; SIDA; Embaixada da França; Rede da Criança; FDC; HACI; Diakonia; AED; Icco Kerk in Actie; HIVOS; INCM; Ministério do Interior; Ministério da Mulher e Acção Social.

Nigéria

HUMAN DEVELOPMENT INITIATIVES - HDI

APRESENTAÇÃO

O trabalho da HDI é extenso e não se circunscreve apenas à luta contra o tráfico interno das crianças vindas das áreas pobres e rurais da Nigéria ou das crianças trazidas para a Nigéria dos países vizinhos, como sejam o Togo ou a República do Benim, para serem exploradas em serviços de trabalho doméstico infantil, prostituição, trabalho agrícola ou mesmo para serem enviadas para fora do seu país. Na vasta área do tráfico de crianças na Nigéria, a HDI concentra a sua atenção no tráfico interno e no trabalho infantil, com ênfase no trabalho doméstico, sendo que esta iniciativa está classificada como Combate à Escravatura Actual. A HDI foca o seu trabalho nas crianças que são usadas para o trabalho doméstico dado que estas são as têm perante si um futuro incerto devido à falta de oportunidades de educação.

ATIVIDADES

- Colaboração com o ILO-IPEC (CB e WACAP) e com a OIM no sentido de educar e sensibilizar através do uso dos media;
- Projectos centrados na prevenção e resgate de crianças, tanto do trabalho doméstico como do trabalho agrícola em plantações de cacau no Sudoeste da Nigéria, por acção directa, em comunidades de origem e destino. As crianças nas comunidades de origem receberam apoio educacional sob a forma de posters, t-shirts e outro material de informação. A HDI realizou actividades nas regiões de origem, incluindo teatro, canções e folclore e eventos nas comunidades de origem direccionados aos seus líderes, agentes de autoridade e potenciais vítimas (i.e. as crianças das comunidades). Aos/às pais/mães mais vulneráveis foram facultadas ferramentas que lhes permitem uma maior adaptação económica, principalmente: às famílias mais pobres, nas comunidades de origem, que admitem ter enviado ou traficadas as suas crianças e se mostrem dispostas a recebê-las de volta; a potenciais exportadores de crianças e a pais/mães de crianças que regressem voluntariamente;
- Desenvolvimento de projectos com particular enfoque na prevenção, reabilitação, resgate, defesa e educação;
- A HDI popularizou a Carta dos Direitos das Crianças em 2003, passada a nível federal, bem como a Lei de Proibição de Tráfico de Pessoas, no mesmo ano;
- Estabelecimento de parcerias com os CBOs locais, os meios de comunicação locais, agências governamentais e autoridades;
- Oficinas de sensibilização que têm como grupos-alvo as agências governamentais, organizações religiosas, representantes de grupos de mulheres trabalhadoras, meios de comunicação, agentes de autoridade

Laços e Fronteiras

e CBOs de regiões de origem e destino;

- Parcerias com os CBOs seleccionados, principalmente nas escolas primárias nas regiões de origem, para a realização de campanhas massivas “Mantenham-nos nos seus lares e nas escolas” (“Keep them at home and in school”);
- Formação sobre micro finança para desenvolver ferramentas de comércio;
- A Intervenção abrange a assistência: no regresso das crianças à escola; no apoio na escolha de uma área vocacional e na disponibilização de materiais após completar o estudo;
- Utilização de IEC e outros materiais públicos de educação como posters, folhetos, boletins, autocolantes e t-shirts, concebidos para expor os problemas do tráfico de crianças e da exploração de crianças para trabalho doméstico; e documentação, através de *newsletters* e da colaboração com outras ONGs;
- A HDI criou uma linha de apoio para atender crianças vítimas de tráfico e de trabalho doméstico, fornecendo aconselhamento legal e psicológico, e prestando cuidados de saúde a quem os solicitar.

Laces and Borders

Resources guide

Content

157 Introduction

163 Governmental and intergovernmental entities/structures | Portugal

- 165** ARS North – Autoestima Program
- 165** Authority for Working Conditions – ACT
- 167** Commission for Citizenship and Gender Equality – CIG
- 168** High Commission for Immigration and Intercultural Dialogue – ACIDI, I.P.
SOS Immigrant Line
- 169** International Organization for Migration – IOM
- 170** Observatory on Trafficking in Human Beings – OTSH
- 170** Social Security Institute – ISS, I.P.
Social Emergency National Line - LNES

173 Criminal police

- 175** Borders and Immigration Police – SEF
- 175** Judiciary Police – PJ
- 176** Portuguese Republican National Guard – GNR
- 177** Public Security Police – PSP

179 **Civil society entities**

181 Family Planning Association – APF
Shelter and Protection Centre for Victims of
Trafficking in Human Beings – CAP

181 **Northern region**

181 Family Planning Association - APF
Espaço Pessoa Project

182 Portuguese Association for Victim Support – APAV

182 SOS Racism

182 União de Mulheres Alternativa e Resposta – UMAR
P’RA TI

183 **Centre region**

183 Equipa de Intervenção Social ERGUE-TE

183 Portuguese Association for Victim Support – APAV

183 Saúde em Português
Mercadoria Humana

184 **Lisbon region**

184 Amnesty International Portugal – AI

185 Association Lusofonia, Cultura e Cidadania – ALCC
Rede Cidadã Project

185 Association Positivo
Redlight Project

186 Association of Women Against Violence – AMCV

- 186** Casa do Brasil – CBL
- 187** Comissão de Apoio às Vítimas do Tráfico de Pessoas – CAVITP
- 187** Child Care Institute – IAC
SOS Child
Street Work Project – In Family to Grow
- 188** Jesuit Refugee Service – JRS Portugal
- 189** Lar Jorbalán
- 189** Obra Social das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor – OSIOR
- 190** O Ninho
- 190** Panteras Rosa
- 190** Portuguese Association for Victim Support – APAV
UAVIDRE – Unidade de Apoio às Vítimas Imigrantes e de
Discriminação Racial ou Étnica
- 192** Solidariedade Imigrante
- 192** SOS Racism
- 193** União de Mulheres Alternativa e Resposta – UMAR
CAM – Centro de Atendimento Mulher
- 194** **Alentejo region**
- 194** Lar de Santa Helena
- 194** Portuguese Association for Victim Support – APAV
- 194** **Algarve region**
- 194** Family Planning Association – APF
Outras Margens Project

196 Portuguese Association for Victim Support – APAV
Sul Project

196 Azores autonomous region

196 Portuguese Association for Victim Support – APAV
UAVMD - Unidade de Apoio à Vítima Migrante e Discriminação

197 UMAR – Azores

299 Foreign entities

201 Belgium

201 PAG ASA

201 PAYOKE

202 Brazil

202 Serviço de Prevenção ao Tráfico de Mulheres e Meninas - SMM

202 Guinea-Bissau

202 Associação Amigos das Crianças - AMIC

203 Program of prevention, social and professional reinsertion
of minors who are victims of THB and victims of high risk migration
on the level of Western Africa (WAP):

203 Burkina Faso | Association KEOOGO

**203 Gambia | Child and Environmental Development
Association - CEDAG**

203 Guinea-Conakry | Sabou Guinée

- 203** Ivory Coast | International Catholic Child Bureau - BICE
- 203** Mali | Environmental Development Action in the Third World - Enda
- 203** Niger | EPAD
- 203** Senegal | Enda Jeunesse Action - Environmental Development Action in the Third World

204 Associação Juvenil e Solidariedade Feminina - AJUFES

204 Instituto da Mulher e da Criança - IMC

205 Mozambique

205 Rede CAME

205 Nigeria

205 Human Development Initiatives - HDI

207 **Governmental and intergovernmental entities/structures' description | Portugal**

225 **Criminal police's description | Portugal**

237 **Civil society entities' description Portugal**

271 **Foreign entities' description**

285 **List of acronyms and initialisms**

Introduction

For those who have been working in Portugal, or have interest in the field of Trafficking in Human Beings or in close areas (immigration/emigration; prostitution; sexual and reproductive rights; gender violence, etc.), the entities here referred are not new. Even though up to now the Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Tráfico²⁸ (RAPVT – National Trafficking Victims Support and Protection Network) has not yet been officially constituted, the fact is that the Portuguese entities (governmental, intergovernmental, criminal police and entities from civil society), who operate in the field of the fight against THB and in the support to its victims, know and recognize each other. This knowledge/recognition is a result from the cooperation and institutional work which has been turning more accurate in this area since the CAIM²⁹ project. The CAIM project was fundamental to obtain knowledge in Portugal about the phenomenon of THB and to recognize it as a social problem. Equally important were the diverse trainings given (to technicians who work in the field, to law enforcement agencies; to cultural mediators) throughout CAIM which enabled the beginning of the structure which would later develop into a network to support and protect victims of trafficking. But this was not the only consequence of CAIM in the Portuguese society; it has allowed as well that different institutions would start knowing each other, interacting in the same spaces and exchanging doubts and comments about their intervention. Bearing in mind all this what are then the reasons that lay beyond the need to publish this guide? How do we justify the need to do it?

Even though the diverse Portuguese entities recognize themselves through the work they are developing in the fight against Human Trafficking or in similar areas, the fact is that sometimes one does not have a full knowledge of the amplitude of its intervention or what is concretely developed by each entity. So, knowing that an entity develops work in the area does not necessarily mean one knows/recognizes what sort of work is actually being done. This might seem a paradox, but it is not. Who is on the field is well aware of how the daily demands and requests can interfere with the availability to be present in meetings/debates/seminars about the theme. Thus,

²⁸ Inter-institutional model of work which results from an enlarged partnership coordinated by CIG in order to promote the reintegration of victims of THB. The formalization of RAPVT is one of the measures from the 2nd National Action Plan Against Trafficking in Human Beings, 2011-2013, (measure 30 from the Strategic Intervention Area 3- To Protect and Assist). It is also one of the measures from the 2nd Plan for the Immigrants' integration (measure 88 from the strategic area – Trafficking in Human Beings, 2010-2013).

²⁹ Pilot-project in the prostitution and trafficking in women areas in Portugal, financed by the European Union Project EQUAL II began in 2005 and ended in July 2007. CAIM was the result of institutional partnerships: CIG; MAI; MJ; ACIDI; MTSS/ISS, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, OIM and APF. More information about CAIM can be found at the following website: <http://www.caim.com.pt> (last access on the 13th December of 2010).

Laços e Fronteiras

this Guide aims then to give visibility to the Portuguese entities who are working in the area and/or in similar areas to increase and to consolidate even more the knowledge/recognition of RAPVT.

To publish this Guide in English allows that foreign entities know/recognize the Portuguese leading figures in the fight against THB and in the support to its victims. Similarly the foreign entities with which the Laces and Borders Project³⁰ (Project 011650/2008/973 supported by POPH/NSRF/ESF), in its development time (from March 2009 up to December 2010) established privileged and stronger communication, which were more intense throughout the organization and realization of the Seminar *Laces and Borders. Support Methodologies to Victims of Trafficking*³¹.

Those contacts and information about each entity can be useful for the Portuguese organizations and can boost future cooperation or even the establishment of partnerships. They can be equally worthy in case of the victims' voluntary return to their origin countries (some of the mentioned entities are located in countries identified as origin countries such as Brazil, Mozambique and Nigeria), or even if they wish to travel to a transit country (for example, Belgium). We highlight that the entities listed in this Guide – Portuguese or international – do not fulfill the complete universe of entities in Portugal or in other countries of the world which work in the field of THB and in the support to its victims.

These were the entities reached as it was with them that UMAR/Laces and Borders Project met several times whenever THB was the reason for it. We could have reached to more entities if the Laces and Borders Project would have lasted longer. For these reasons we perceive this Guide as a “kick off”, it does not end in itself as it is an instrument which must be not only permanently updated with new data about other leading figures in the fight against THB and in the support to its victims; but also with new data regarding the work done by the entities already listed here. It is then aimed that, in the future, UMAR's website gives visibility to the entities which work in the THB and/or close areas in Portugal and internationally. As THB is a phenomenon in constant mutation it is therefore obligatory that the entities which intervene in its combat also update their intervention.

The Resources Guide is then destined for the people who work in the fight against Human Trafficking (or in close areas) and in the support to victims of trafficking. It has then interest to all the people who want to acquire knowledge about who are the leading figures in the fight against THB in Portugal and in other countries of the world.

³⁰ To obtain more information about the project please consult the CD-ROM of the Resources Guide.

³¹ The Seminar took place on the 24th and 25th of June 2010 at the Calouste Gulbenkian Foundation. For more information about the Seminar please consult the CD-ROM which is part of this Resources Guide.

Laços e Fronteiras

The Resources Guide, apart from having the Portuguese and English versions, is divided into different parts. First, there is a list of Portuguese entities divided by three different sections: government and intergovernmental institutions, criminal police and finally the entities from civil society – which develop work in the field of THB and close areas. This first part only has a brief paragraph about each one and their respective contacts. The reader can obtain a more detailed description about their work in the second part of the Guide. Some of the governmental and intergovernmental entities/structures (ACIDI, I.P.; ACT; CIG; ISS, I.P.) are listed by region³² as they have national, regional and local services. Despite this option, the same entities and the remaining ones, as well as the criminal police, have their central services highlighted. As for the entities from civil society they are listed by region in order to make the consultation of the Guide quicker and easier.

The international entities who work in the area are divided by country; apart from one entity which belongs to the government (IMC from Guinea-Bissau) the remaining entities are from the civil society. The same procedure which was applied to the Portuguese entities is applied here as well: first, a brief paragraph about their work with their respective contacts and in the second part a more complete description of their work. Throughout the elaboration of this guide there was the need to make the information from the diverse entities obey to the same structure (presentation, objectives, activities, target population, partnerships and contacts) and it was tried that each one would emphasize the work done in the field of THB. Despite this each entity has had the freedom to insert what they considered more important and the result is that some descriptions are more extensive than others.

It is necessary to mention the listed entities in this Resources Guide have different scopes and intervention degrees in what concerns the fight against Trafficking in Human Beings and in the support to the trafficked victims. There is no distinction in this Resources Guide between the entities which work directly with THB and the ones who work indirectly. This option was consciously made as such distinction could imply a hierarchy which would go against the goals of the Resources Guide itself. Another reason is that THB in Portugal is still in a primary phase. Therefore the information about each entity is, above all, what each entity considers about itself and the work it develops in the specific domain of THB.

³² In this Resources Guide it was adopted the Nomenclature of Territorial Units for Statistics – NUTS II (Northern Region, Centre Region; Lisbon Region; Alentejo Region; Algarve Region; Azores Autonomous Region; Madeira Autonomous Region). In the Resources Guide there are no listed entities from the Madeira Autonomous Region.

Laços e Fronteiras

We hope this guide can be a useful work instrument and that it may be used:

- to perceive – according to the work and geographic intervention areas – which entities (governmental, intergovernmental, criminal police or civil society), national or international (from countries as Belgium, Brazil, Guinea-Bissau, Mozambique or Nigeria) develop their work in the field of THB/close areas and in the support to victims of trafficking;
- to make visible the work done by each entity in the field of THB/close areas and in the support to its victims strengthening the laces and abolishing borders;
- to promote and strengthen the knowledge and cooperation between the Portuguese and also between the national and international entities (especially from countries identified as origin countries) as to consolidate an effective support and protection network to victims of trafficking;
- to contribute to establish a Lusophony network, constituted by different entities from the Portuguese speaking countries to develop jointly campaigns and mechanisms of prevention and victim's support.

This Guide was only possible due to the commitment of all the listed entities, we are grateful to all of them by the effort they have put to give an answer to our requests and for the trust they have put in us. We are also extremely grateful to the Scientific Committee for their valuable input which has improved the Resources Guide's content.

Laces and Borders Team
December 2010

**Governmental
and intergovernmental
entities/structures
Portugal**

ARS NORTH | AUTOESTIMA PROGRAM

Autoestima (Self-esteem) is a health program under the responsibility of North ARS, I.P.. It initiated its activity in the area of Matosinhos, in February 1998, and expanded progressively to other geographical areas from the Northern region. Bearing in mind all the difficulties faced by the women who prostitute to have access to the health services, organized for the general population, the Program focus its activity in the direct contact in places where prostitution occurs and in the creation of specific services for this population.

CONTACTS

COUNSELLING CENTRES

MATOSINHOS: R. do Godinho nº 769, 4450-145 Matosinhos, Portugal | T/F: (+351) 229 379 222 | E-mail: autoestima_mato@sapo.pt | Open hours: week days from 3pm to 8pm

BRAGA: Largo das Carvalheiras, 52, 4700-027 Braga, Portugal | T: (+351) 253 278 206 | Open hours: week days from 7pm to 8pm

VIANA DO CASTELO: Centro de Saúde de Darque, Urbanização Cidade Nova, 4900-087 Darque, Portugal |

T: (+351) 258 320 120 | Open hours: Mondays from 2pm to 6pm; Tuesdays and Thursdays from 12 o'clock to 1pm

GUIMARÃES: Centro de Saúde; R. Dr. José Pinto Rodrigues (Amorosa), 4800-015 Azurém, Portugal | T: (+351) 223 421 340 | Open hours: Mondays to Thursdays from 10am to 12 o'clock; Wednesdays from 4pm to 8pm

For more detailed information on Autoestima Program proceed to page 209.

AUTHORITY FOR WORKING CONDITIONS - ACT

The Authority for Working Conditions - ACT is a government service that aims the promotion of the improvement of working conditions through the control of the compliance of labour rules within the private sector and the promotion of safety and health at work in all activity sectors, public or private. The ACT, which assumed the former responsibilities of the Inspeção-Geral do Trabalho (General Inspection of Work) and of the Instituto para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (Institute for Safety, Hygiene and Health at Work), is based in Lisbon but it has local and regional services and jurisdiction over the entire Portuguese mainland. Three strategic axes guide the inspective activities of the Authority for Working Conditions, one of them is the promotion of dignified labour. It is in this one where we can find the fight against Trafficking in Human Beings and the protection of vulnerable groups (women, children, handicapped, foreigners).

CONTACTS

CENTRAL SERVICES

Serviço Central | Avenida Casal Ribeiro, 18-A, 1000-092 Lisboa, Portugal | T: (+351) 213 308 800 | F: (+351) 213 308 710 | E-mail: geral@act.gov.pt | Website: <http://www.act.gov.pt>

DECENTRALISED SERVICES

NORTHERN REGION

Centro Local do Alto Minho | R. Aveiro, 116, 4900-495 Viana do Castelo, Portugal | T: (+351) 258 809 100

Centro Local do Ave | Av. Conde Margaride, 822 - 1.º, 4814-518 Guimarães, Portugal | T: (+351) 253 421 760

Centro Local do Baixo Vouga | Av. Dr. Lourenço Peixinho, 98 - 1.º, 3800-159 Aveiro, Portugal | T: (+351) 234 424 469

Centro Local do Douro | Av. Carvalho Araújo, 1, 5000-657 Vila Real, Portugal | T: (+351) 259 322 083

Centro Local de Entre Douro e Vouga | Av. Combatentes Grande Guerra, 117, 3700-088 São João da Madeira, Portugal | T: (+351) 256 201 760

Centro Local do Grande Porto | Av. Boavista, 1311, 4149-005 Porto, Portugal | T: (+351) 226 085 300

Centro Local do Nordeste Transmontano | R. Alexandre Herculano, 138 - 2.º e 3.º, 5300-075 Bragança, Portugal | T: (+351) 273 331 621

Unidade de Apoio ao Centro Local do Douro | R. Dr. Justino Pinto de Oliveira, 5100-140 Lamego, Portugal | T: (+351) 254 609 400

Unidade Local de Braga | Rossio da Sé, 4704-506 Braga, Portugal | T: (+351) 253 613 365

Unidade Local de Penafiel | Av. José Júlio, 263, 4560-547 Penafiel, Portugal | T: (+351) 255 729 600

CENTRE REGION

Centro Local da Beira Alta | R. Vasco Borges, 22, 6300-771 Guarda, Portugal | T: (+351) 271 211 141

Centro Local da Beira Interior | R. Rei D. Dinis, 10 - 1.º, 6000-272 Castelo Branco, Portugal | T: (+351) 272 340 530

Centro Local da Lezíria e Médio Tejo | R. Dr. Virgílio Arruda, Lote 6 - r/c Dtº, 2000-217 Santarém, Portugal | T: (+351) 243 330 500

Centro Local do Lis | R. Egas Moniz, Bloco 4, 2410-100 Leiria, Portugal | T: (+351) 244 812 805

Centro Local do Mondego | Av. Fernão Magalhães, 447 - 1.º, 3000-177 Coimbra, Portugal | T: (+351) 239 828 021

Centro Local do Oeste | Av. 5 Outubro, 23 - 1º Esq., 2560-270 Torres Vedras, Portugal | T: (+351) 261 339 350

Unidade de Apoio ao Centro Local da Lezíria e Médio Tejo | R. Serpa Pinto, 91 - 2º Dtº, 2300-592 Tomar, Portugal | T: (+351) 249 310 380

Unidade de Apoio ao Centro Local do Mondego | R. da República, 202 r/c esq. - Edif. Fozcenter | 3080-036 Figueira da Foz, Portugal | T: (+351) 233 407 600

Unidade de Apoio ao Centro Local do Oeste | Rotunda dos Arneiros, 6-C, 2500-073 Caldas da Rainha, Portugal | T: (+351) 262 840 470

Unidade Local da Covilhã | R. Dr. Almeida Eusébio, 10, 6200-043 Covilhã, Portugal | T: (+351) 275 319 110

Unidade Local de Viseu | Av. Dr. António José de Almeida, 23 - 1º, 3510-046 Viseu, Portugal | T: (+351) 232 424 121

LISBON REGION

Centro Local de Lisboa Ocidental | R. Guilherme de Almeida, 11, 2710-573 Sintra, Portugal | T: (+351) 219 236 730

Centro Local de Lisboa Oriental | Av. 5 de Outubro, 321, 1600-035 Lisboa, Portugal | T: (+351) 217 808 700

Unidade Local do Barreiro | Av. do Bocage, 14, 2830-002 Barreiro, Portugal | T: (+351) 212 170 510

Unidade Local de Vila Franca de Xira | Rua João de Deus, 62 a 66, 2600-160 Vila Franca de Xira, Portugal | T: (+351) 263 280 380

ALENTEJO REGION

Centro Local do Alentejo Central | R. Miguel Bombarda, 58 - 1º, 7000-919 Évora, Portugal | T: (+351) 266 749 620

Centro Local do Alto Alentejo | Av. Pio XII, Lote 11 - 2º Dtº, 7301-856 Portalegre, Portugal | T: (+351) 245 300 030

Centro Local da Península de Setúbal | Av. D. Nuno Álvares Pereira, 68, 2800-177 Almada, Portugal | T: (+351) 212 721 020

Unidade Local do Litoral e Baixo Alentejo | Largo Escritor Manuel Ribeiro, 7, 7800-421 Beja, Portugal | T: (+351) 284 323 131

Unidade Local de Setúbal | R. Aviadores, 6, 2900-257 Setúbal, Portugal | T: (+351) 265 534 901

ALGARVE REGION

Centro Local de Portimão | R. Angola, 12 - r/c Esq., 8500-547 Portimão, Portugal | T: (+351) 282 420 660

Unidade Local de Faro | R. Baptista Lopes, 34-36, 8000-225 Faro, Portugal | T: (+351) 289 880 200

For more detailed information on ACT proceed to page 210.

COMMISSION FOR CITIZENSHIP AND GENDER EQUALITY – CIG

CIG is an official department under the Office of the Presidency of the Council of Ministers and currently under the tutorship of the Cabinet of the Secretary of State for Gender Equality, being therefore one of the governmental mechanisms for Gender Equality. CIG has the mission to guarantee the implementation of public policies in the area of citizenship and in the promotion and defence of gender equality. CIG is responsible for the execution of the 3 National Action Plans: National Plan for Equality, Gender, Citizenship and Non-Discrimination; National Plan against Domestic Violence and the National Plan against Trafficking in Human Beings.

CONTACTS

NORTHERN REGION

CIG Regional Delegation | R. Ferreira Borges, 69 – 2º C, 4050-253 Porto, Portugal | T: (+351) 222 074 370 | F: (+351) 222 074 398 | E-mail: cignorte@cig.gov.pt

LISBON REGION

CIG Headquarters | Av. da República, 32 – 1º, 1050-193 Lisboa, Portugal | T: (+351) 217 983 000 | F: (+351) 217 983 098 | E-mail: cig@cig.gov.pt | Site: www.cig.gov.pt

For more detailed information on CIG proceed to page 213.

HIGH COMMISSION FOR IMMIGRATION AND INTERCULTURAL DIALOGUE – ACIDI, I.P.

ACIDI, I.P. is a public institute which carries on with the attributions from the Council of Ministers’ Presidency for the issues of immigration, ethnic minorities and dialogue among cultures and religions. It has as mission to cooperate in the conception, execution and evaluation of relevant public policies for the integration of immigrants and ethnic minorities, as well as to promote the dialogue among different cultures, ethnies and religions. In 2004, ACIDI, I.P. opened in Lisbon and Porto the National Immigration Support Centres (CNAI) to give reply to the several difficulties felt by the immigrants in their integration process in Portugal. In the sphere of THB, ACIDI, I.P. is the entity, under the tutorship of Council of the Ministry Presidency, which is responsible for the execution of the measures from the Action Plan (and is also part of the Technical Support Commission to the Coordinator). In the sphere of the II Action Plan for the Immigrants Integration – which integrates THB as an intervention area – ACIDI, I.P. has the role of Coordinating the Network of Focal Points which accompany the development and enforcement of the Action Plan. Therefore it is constituted by two representatives of each Ministry and has to present to the Consultation Council for the Immigration Affairs an annual report on the execution of the predicted measures from the Plan.

CONTACTS

NORTHERN REGION

CNAI Porto | Rua do Pinheiro, 9, 4050-484 Porto, Portugal | T: (+351) 22 207 38 10 | F: (+351) 22 207 38 17 | Open hours: Mondays to Fridays from 8.30am to 4.30pm and Saturdays from 9am to 1pm

LISBON REGION

ACIDI, I.P. | CNAI Lisboa | Rua Álvaro Coutinho n.º 14, 1150-025 Lisboa, Portugal | T: (+351) 218 106 100 | F: (+351) 218 106 117 | Open hours: Mondays to Fridays from 8.30am to 6.30pm | E-mail: informacoes@cnai.acidi.gov.pt | Website: www.acidi.gov.pt

ALGARVE REGION

CNAI Faro | Loja do Cidadão, Mercado Municipal, 1º Piso, Largo Dr. Francisco Sá Carneiro, 8000-151 Faro, Portugal | informacoes@cnai.acidi.gov.pt | Open hours: Mondays to Fridays from 8.30am to 7pm and Saturdays from 9am to 1pm

SOS IMMIGRANT LINE

SOS Immigrant Line began working in March 13th, 2003. It is a phone service made available by the ACIDI, I.P. which offers general information over the problematic of immigration and is prepared to provide counselling and information whenever more serious issues appear (i.e.: attempts against the person's physical integrity; labour exploitation situations as well as abuses in housing or discrimination attitudes; THB; among others). In October 2006, the SOS Immigrant Helpline started having as objective the flagging and support to victims of trafficking, providing a service of emotional, informative and guidance support. The SOS Immigrant Helpline uses the Signalization Script for situations of trafficking, which has clearly defined indicators and secures the confidentiality of the gathered information as well as the non identification of the person who is victim of trafficking.

CONTACTS

SOS Immigrant Line | from any point in Portugal through telephone – 808 257 257 – and through mobile – (+351) 21 810 61 91) | Open hours: week days from 8.30 am to 8.30 pm

For more detailed information on SOS Immigrant Line proceed to page 218.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION – IOM

IOM, created in 1951, is the main intergovernmental organization devoted to the migration area. According to its rules the organization has the objective to promote a human and regular migration, to identify practical solutions for the challenges which arise from the migration phenomenon and to proportionate humanitarian assistance to migrants in need. The fight against THB is one of the main intervention areas from IOM and is seen holistically in the migration area. All the activities are based in three key principles: the respect for human rights; the physical, psychological and social well being of the victims and finally the sustainability of its intervention through the training and prevention of institutions and civil society. Due to its global presence, IOM offers protection to women, men and young victims of trafficking, it searches to sensitize and to deepen the knowledge about THB and provides technical support to the governments in what concerns training and elaborating law and political instruments to fight against THB.

CONTACTS

OIM | Rua José Estevão, nº137 – 8º, 1150-201, Lisboa, Portugal | T: (+351) 213 242 940 | F: (+351) 213 242 949 | E-mail: iomlisbon@iom.int | Website: www.iom.int

For more detailed information on IOM proceed to page 219.

OBSERVATORY ON TRAFFICKING IN HUMAN BEINGS – OTSH

The Observatory on Trafficking in Human Beings (OTSH), framed by the 1st National Action Plan on THB (2007-2010), and it was created in 2008, by Decree-Law no. 229/2008, 27 November, from the Ministry of Internal Affairs, as a response to European and International recommendations on building monitoring systems. The OTSH has already become a national and international reference in the analysis, knowledge and intervention on trafficking in human beings and other forms of gender violence. The mission of the Observatory is to produce, collect, analyze and disseminate information and knowledge on trafficking in human beings and other forms of gender violence.

CONTACTS

OTSH | Av. D. Carlos I, 134, 6, 1249-104 Lisboa, Portugal | T: (+351) 213 913 305 | E-mail: otsh@otsh.mai.gov.pt | Website: www.otsh.mai.gov.pt

For more detailed information on OTSH proceed to page 220.

SOCIAL SECURITY INSTITUTE – ISS, I.P.

The Social Security Institute (ISS, I.P.) is a legal collective person of public law endowed with administrative, financial and patrimonial autonomy. It has the nature of a Public Institute and is under the guardianship of the Ministry of Labour and Social Solidarity. It was created in January 2001 with the goal of establishing a new model of administrative organization, enhance its abilities of strategic management and implement national coordination. Its activities are developed all over the continental national territory through the Central Services, the 18 District Centres, the Centro Nacional de Pensões (National Centre for Pensions), the Centro Nacional de Protecção Contra os Riscos Profissionais (National Centre for Protection against Occupational Hazards), and a wide network of permanent care services. In addition, they also take action, permanently, in emergency situations through the Social Emergency National Line - LNES - 144. In a context of valorisation of the active participation, as a strategic agent for the dissemination of Project CAIM products and with the aim of consolidating a national network of support and protection to the victims of HT, ISS, I.P. took the role of mediator along the District Centres and Social Networks, organizing and holding five encounters with entities from the Social Networks in the districts identified as those where situations of trafficking occur more often. ISS, I.P. also contributed to the creation and maintenance of the Shelter and Protection Centre for Victims of Trafficking in Human Beings that gives shelter to women who were victims of HT, whether they are accompanied by their under-aged children or not; and to the implementation of the model: Flagging-Identification-Integration, with the intention of promoting a wider knowledge of the issue in Portugal.

CONTACTS

CENTRAL SERVICE

Instituto da Segurança Social, I.P. | Rua Rosa Araújo, n.º 43, 1250-194 Lisboa, Portugal | T: (+351) 213 102 000 | F: (+351) 213 102 090 | E-mail: iss@seg-social.pt

DISTRICT CENTRES FROM ISS, I.P.

NORTHERN REGION

Centro Distrital de Aveiro | Rua Dr. Alberto Soares Machado, 3804-504 Aveiro, Portugal | T: (+351) 234 401 600 | Fax: (+351) 234 427 460 | E-mail: CDSSAveiro@seg-social.pt

Centro Distrital de Braga | Praça da Justiça, 4714-505 Braga, Portugal | T: (+351) 253 613 080 | F: (+351) 253 613 090 | E-mail: CDSSBraga@seg-social.pt

Centro Distrital de Bragança | Avenida General Humberto Delgado, 5301-859 Bragança, Portugal | T: (+351) 273 302 000 | F: (+351) 273 302 001 | E-mail: CDSSBraganca@seg-social.pt

Centro Distrital do Porto | Rua António Patrício n.º 262, 4199-001 Porto, Portugal | T: (+351) 220 908 100/9 | F: (+351) 220 908 160 | E-mail: CDSSPorto@seg-social.pt

Centro Distrital de Viana do Castelo | Rua da Bandeira, 600, 4901-866 Viana do Castelo, Portugal | T: (+351) 258 810 300 | F: (+351) 258 810 301/2 | E-mail: CDSSViana-do-castelo@seg-social.pt

Centro Distrital de Vila Real | Rua D. Pedro de Castro, n.º 110 – Apartado 208, 5000-669 Vila Real, Portugal | T: (+351) 259 308 700 | F: (+351) 259 308 733 | E-mail: CDSSVReal@seg-social.pt

CENTRE REGION

Centro Distrital de Castelo Branco | Rua da Carapalha, n.º 2 – A, 6000-164 Castelo Branco, Portugal | T: (+351) 272 330 499 | F: (+351) 272 330 494 | E-mail: CDSSCasteloBranco@seg-social.pt

Centro Distrital de Coimbra | Rua Abel Dias Urbano, n.º 2 R/C, 3004-519 Coimbra, Portugal | T: (+351) 239 410 700 | F: (+351) 239 410 701 | E-mail: CDSSCoimbra@seg-social.pt

Centro Distrital da Guarda | Avenida Coronel Orlindo de Carvalho, 6300-680 Guarda, Portugal | T: (+351) 271 232 600 | F: (+351) 271 232 635 | E-mail: CDSSGuarda@seg-social.pt

Centro Distrital de Leiria | Largo da República, n.º 3, 2414-001 Leiria, Portugal | T: (+351) 244 890 700 | F: (+351) 244 890 701/91 | E-mail: CDSSLeiria@seg-social.pt

Centro Distrital de Santarém | Largo do Milagre, 49-51 – Apartado 28, 2000-069 Santarém, Portugal | T: (+351) 243 330 400 | F: (+351) 243 333 413 | E-mail: CDSSSantarem@seg-social.pt

Centro Distrital de Viseu | Avenida Dr. António José Almeida, n.º 35, 3514-509 Viseu, Portugal | T: (+351) 232 439 400 | F: (+351) 232 422 155 | E-mail: CDSSViseu@seg-social.pt

LISBON REGION

Centro Distrital de Lisboa | Avenida Afonso Costa, 6/8, 1900-020 Lisboa, Portugal | T: (+351) 218 424 200 | F: (+351) 218 460 484 | E-mail: CDSSLisboa@seg-social.pt

Laços e Fronteiras

ALENTEJO REGION

Centro Distrital de Beja | Rua Prof. Bento de Jesus Caraça n.º 25, 7801-951 Beja, Portugal | T: (+351) 284 312 700 | F: (+351) 284 329 618 | E-mail: CDSSBeja@seg-social.pt

Centro Distrital de Évora | Avenida Combatentes da Grande Guerra – Apartado 163,, 7002-502 Évora, Portugal | T: (+351) 266 760 430 | F: (+351) 266 744 426 | E-mail: CDSSEvora@seg-social.pt

Centro Distrital de Portalegre | Praça João Paulo II, n.º 7 – Apartado 18, 7301-959 Portalegre, Portugal | T: (+351) 245 339 800 | F: (+351) 245 330 278 | E-mail: CDSSPortalegre@seg-social.pt

Centro Distrital de Setúbal | Praça da República – Apartado 47, 2901-860 Setúbal, Portugal | T: (+351) 265 530 300 | F: (+351) 265 228 018 | E-mail: CDSSSetubal@seg-social.pt

ALGARVE REGION

Centro Distrital de Faro

Rua Pintor Carlos Porfírio, nº 35, 8000-241 Faro, Portugal | T: (+351) 289 891 400 | F: (+351) 289 891 409 | E-mail: CDSSFaro@seg-social.pt

For more detailed information on ISS, I.P. proceed to page 221.

SOCIAL EMERGENCY NATIONAL LINE – LNES

The Social Emergency National Line (LNES) is a nationwide public service that operates continuously and uninterruptedly for the protection and safeguard of the security of citizens in a situation of social emergency - 24 hours a day, 365 days per year – available through the phone number **144**. Trigger an immediate response to situations of social emergency and ensure the accessibility to subsequent social support and counselling in a perspective of integration and autonomy.

For more detailed information on LNES proceed to page 222.

Criminal police
Portugal

BORDERS AND IMMIGRATION SERVICE – SEF

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, abbreviated to SEF, is a security service organised vertically under the Ministry of Home Affairs and its mission includes the control of people within the Portuguese borders, whether they enter or leave the country; the control of the foreigners' activities in Portugal; the combat against smuggling, trafficking in human beings and connected crimes.

CONTACTS

SEF | DCIPAI – Direcção Central de Investigação, Pesquisa e Análise da Informação (Department for Criminal Investigation, Surveillance and Intelligence) | Rua Passos Manuel nº 40, 1169-089 Lisboa, Portugal | T: (+351) 213 189 900 | Mobile: (+351) 967 423 119 | E-mail: dcipai@sef.pt | Website: www.sef.pt

For more detailed information on SEF proceed to page 227.

JUDICIARY POLICE – PJ

The Judiciary Police, superior body of the criminal police organized hierarchically under the dependence of the Ministry of Justice, inspected in terms of the law and it is a central service from the State's direct administration and imbued with autonomous administration. In the area of criminal prevention PJ proceeds to the detection and to the dissuasion of conducting situations which may lead to the practice of crimes, namely through the inspection and vigilance of susceptible places to the practice of illicit criminal acts, naturally without detriment of the remaining organs of the criminal police. PJ is also responsible for the investigation of smuggling, trafficking in people and the falsification or counterfeiting of identity cards or of travels connected to them. **Any victim of trafficking or any person who has relevant information can go to any below mentioned unit and transmit the information it has, or equally go to the website and fill in the “electronic complaint” (queixa electrónica) available at www.pj.pt**

CONTACTS

Direcção Nacional (Headquarters) | Rua Gomes Freire, 174, 1169-007 Lisboa, Portugal | T: (+351) 218 641 000 | F: (+351) 213 304 260 | Website: www.pj.pt

Directoria do Centro (Centre Region) | Rua Venâncio Rodrigues, 16/18, 3000-409 Coimbra, Portugal | T: (+351) 239 863 000 | F: (+351) 239 833 627 | Picket: (+351) 239 828 130 | E-mail: direccao.coimbra@pj.pt

Directoria de Lisboa e Vale do Tejo | Rua Gomes Freire, 174, 1169-007 Lisboa, Portugal | T: (+351) 218 641 000 | F: (+351) 213 304 260 | Picket: (+351) 213 574 566 | E-mail: directoria.lisboa@pj.pt

Directoria do Norte (North Region) | Rua Assis Vaz, 113, 4200-096 Porto, Portugal | T: (+351) 225 582 000 | F: (+351) 225 023 642 | Picket: (+351) 225 088 644 | E-mail: directoria.porto@pj.pt

Laços e Fronteiras

Directoria do Sul | Rua do Município, 15, 8004-003 Faro, Portugal | T: (+351) 289 884 500 | F: 289 802 296 | Picket: 289 829 621 | E-mail: directoria.faro@pj.pt

Unidade Nacional de Combate à Corrupção (National Unit to Combat Corruption) | Rua Alexandre Herculano, 42-A, 1250-011 Lisboa, Portugal | T: (+351) 218 643 900 | F: (+351) 213 160 131 | E-mail: dciccef@pj.pt

Unidade Nacional Contra-Terrorismo (National Unit of Counter Terrorism) | Av. José Malhoa, lote 1680, 1070-157 Lisboa, Portugal | T: (+351) 217 243 300 | F: (+351) 217 263 050 | E-mail: unct.terrorismo@pj.pt

Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes (National Unit to Combat Drugs) | Av. Duque de Loulé, 39, 1050-085 Lisboa, Portugal | T: (+351) 218 643 600 | F: (+351) 213 141 540 | E-mail: dcite@pj.pt

For more detailed information on PJ proceed to page 229.

PORTUGUESE REPUBLICAN NATIONAL GUARD – GNR

The Guarda Nacional Republicana is a security force with military nature and jurisdiction in all the national territory, including the sea. Its mission is to secure the rights and freedom of the citizens, guaranteeing the legality and the highest security patterns and public tranquillity in the respective areas and issues of its responsibility. The territorial units from GNR by means of its subunits, particularly through its police stations and by the Criminal Investigation Divisions, has the incumbency to signal, to identify and to accompany the criminal situations, including the crime of trafficking in people; and promoting whenever is needed the specialized and personal assistance as well as the adequate and possible actions of protection to the victims. The patrol system orientated to the problem allows that certain situations are targeted with a more specific police approach, by militaries who are more conscious and alert for the problematic, and therefore capable of identifying the situations and thus signaling them to their respective captains, so that a possible accompaniment, preventive and anticipated, is possible. In the specific cases of trafficking in people, this action is set forth into a series of actions of operations and patrols, often made together with other security forces and services, in places and at timetables susceptible of occurring cases of trafficking for the purposes of sexual exploitation (pubs, brothels and other establishments of nightlife) and labour exploitation (construction and public works, seasonal activities and domestic services).

CONTACTS

GNR | Direcção de Informações – Comando Operacional da Guarda Nacional Republicana | Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa, Portugal | T: (+351) 213 217 237 | F: (+351) 213 473 924 | E-mail: co.di@gnr.pt | Website: www.gnr.pt

For more detailed information on GNR proceed to page 231.

PUBLIC SECURITY POLICE – PSP

The Public Security Police (PSP) is a security force whose mission is to secure the democratic legality, to guarantee the intern security and the rights of the citizens as predicted by the Constitution and by the law. The PSP attributions are applied to the entire national territory, excluding only the areas which are part of other forces and security services. In Azores and Madeira the mentioned attributions are done under a character of exclusivity.

CONTACTS

Direcção Nacional da PSP | Departamento de Investigação Criminal (Headquarters – Department of Criminal Investigation) | Quinta das Águas Livres – 2605-197 Belas, Portugal | T: (+351) 218 111 000 – ext. 12613 | Mobile: (+351) 927 950 527 | F: (+351) 219 809 813 | E-mail: contacto@psp.pt | Website: www.psp.pt

For more detailed information on PSP proceed to page 233.

Civil society entities
Portugal
(by region)

FAMILY PLANNING ASSOCIATION – APF | SHELTER AND PROTECTION CENTRE FOR VICTIMS OF TRAFFICKING IN HUMAN BEINGS – CAP³³

APF is the entity responsible for the coordination, administration and technical team of CAP for women/young women and their underage children who are under a situation of vulnerability, signaled or identified by the competent authorities as victims of trafficking. This centre was created in the scope of the Project CAIM – Cooperation, Action, Investigation and World Vision, Pilot-Project in the field of prostitution and trafficking in women for the purpose of sexual exploitation, financed by the Communitarian Initiative (EQUAL).

CONTACTS

CAP | Mobile: (+351) 964 608 288 | E-mail: cap.apf@gmail.com

For more detailed information on CAP proceed to page 250.

Northern region

FAMILY PLANNING ASSOCIATION – APF NORTH | ESPAÇO PESSOA PROJECT – CENTRO DE ENCONTRO E APOIO A PROSTITUTOS/AS DA CIDADE DO PORTO

The Espaço Pessoa Project (Meeting and Support Centre for Prostitutes from Porto Town), under guidance of the North Delegation from APF, is being developed since 1997; it articulates its work with other projects and institutions which, directly or indirectly, dedicate themselves to the “sexual work”, constructing therefore a good basis for a sensible work towards the problems felt by the people who dedicate themselves to prostitution.

CONTACTS

APF-Norte | Rua Anselmo Braancamp, 501, 4000-084 Porto, Portugal | T: (+351) 22 208 58 69 | E-mails: apfnorte@apf.pt and espacopessoa@gmail.com | Website: www.apf.pt | Project Working Hours: Mondays and Fridays from 4pm to midnight; Tuesdays and Thursdays from 6.30pm to midnight; Saturdays from 7pm to midnight

For more detailed information on Espaço Pessoa Project proceed to page 252.

³³ For safety reasons, we have decided not to situate CAP geographically. In doing so, we contribute to keep CAP’s address anonymous.

PORTUGUESE ASSOCIATION FOR VICTIM SUPPORT – APAV

CONTACTS

GAV BRAGA | Rua S. Vítor, 11, 4710-439 Braga, Portugal | T: (+351) 253 610 091 | F: (+351) 253 610 920 | E-mail: apav.braga@apav.pt | Open hours: week days from 2pm to 6pm

GAV PORTO | Rua Antero de Quental, 166, 4050- 52 Porto, Portugal | T: (+351) 225 502 957 | F: (+351) 225 502 959 | E-mail: apav.porto@apav.pt | Open hours: week days from 10am to 1pm and from 2.30pm to 6pm

GAV VILA REAL | Governo Civil de Vila Real, Largo Conde de Amarante, 5000-529 Vila Real, Portugal | T: (+351) 259 375 521 | F: (+351) 259 375 521 | E-mail: apav.vilareal@apav.pt | Open hours: week days from 10am to 12.30pm and from 2pm to 5.30pm

For more detailed information on APAV proceed to page 259.

SOS RACISM

CONTACTS

SOS RACISM | Rua do Almada, 254, 3.º Direito, Sala 34, 4300-254 Porto, Portugal | E-mail: sosracismoporto@gmail.com | Blog: sosracismoporto.blogspot.com | Website: www.sosracismo.pt

For more detailed information on SOS RACISM proceed to page 266.

UNIÃO DE MULHERES ALTERNATIVA E RESPOSTA – UMAR

CONTACTS

P’RA TI | Rua do Paraíso, n.º 250, 4000-376 Porto, Portugal | T: (+351) 222 025 048 | Mobile: (+351) 910 504 600 | F: (+351) 222 018 245 | Email: umarporto@sapo.pt

For more detailed information on UMAR proceed to page 266.

Centre region

EQUIPA DE INTERVENÇÃO SOCIAL ERGUE-TE: UM PRESENTE COM FUTURO

The Equipa de Intervenção Social ERGUE-TE (Social Intervention Team RISE YOURSELF: A present with a Future) is a project from the Madre Sacramento Foundation, which belongs to the Sisters Adorers. It is an innovative social intervention project which exists since November 2009 and has as target population people who prostitute and their families. The Equipa has the following principles: each intervention must be adequated to each situation; the active intervention of the person and the family; the creation of a listening area, which must be seen by the person as safe, confident and respectful towards the person's liberty. Its activity is in Coimbra's district.

CONTACTS

Sede da Equipa (Headquarters)/ Gabinete de Atendimento (Assistance Office) | Avenida Fernão de Magalhães, n.º 136, 3º-Z (Blue Building), 3000-171 Coimbra, Portugal | T: (+351) 239 820 090 | F: (+351) 239 821 202 | Mobile: (+351) 917 099 202 or (+351) 927 108 274 | E-mail: equipa.erguete@gmail.com

For more detailed information on ERGUE-TE proceed to page 248.

PORTUGUESE ASSOCIATION FOR VICTIM SUPPORT - APAV

CONTACTS

GAV COIMBRA | Rua do Teodoro, 1 (São José), 3030-213 Coimbra, Portugal | T: (+351) 239 702 363 ou 239 781 545/6 | F: (+351) 239 406 148 | E-mail: apav.coimbra@apav.pt | Open hours: week days from 10am to 1.30pm and from 2pm to 5.30pm

GAV SANTARÉM | ex Escola Prática de Cavalaria, Largo Infante Santo, 2009-002 Santarém, Portugal | T: (+351) 243 356 505 | F: (+351) 243 356 506 | E-mail: apav.santarem@apav.pt | Open hours: week days from 2pm to 7pm

For more detailed information on APAV proceed to page 259.

SAÚDE EM PORTUGUÊS | MERCADORIA HUMANA - PROJECTO DE SENSIBILIZAÇÃO EM TRÁFICO DE SERES HUMANOS

Saúde em Português (Health in Portuguese) started in April 1 (2010) the Mercadoria Humana/Human Merchandise project (Sensitization project in THB), which will last until October 8, 2011. The Project aims to break the

silence, opacity and the acceptance of society from the centre region with this crime through the combat to the lack of information and raising awareness to THB and its inherent characteristics. It aims as well to recognize and prevent the crime and inform about what can be done to help preventing it and also in its combat. If the direct and indirect recipients of this Project are well informed then they will be encouraged to denounce situations, recognize victims thus giving them support and assistance. Ultimately this will help in the prevention and characterizing the phenomenon in the centre region from Portugal. This Project is financed by the POPH/NSRF through CIG.

CONTACTS

Saúde em Português - Mercadoria Humana | Avenida Elísio de Moura 417, 1º E, 3030-183 Coimbra, Portugal | T: (+351) 239 702 723 | F: (+351) 239 705 186 | Mobile: (+351) or 960 092 989 | E-mail: mercadoriahumana@sau-deportugues.org; info@sau-deportugues.org | Blog: www.mercadoriahumana.blogspot.com | Website: www.sau-deportugues.org

For more detailed information on Saúde em Português and Mercadoria Humana Project proceed to page 262.

Lisbon region

AMNESTY INTERNATIONAL PORTUGAL – AI

Since 1961 AI fights to end the abuses against human rights, being always attentive to the way things are enrolling on national, regional and international levels, paying attention to the state of affairs and its conjuncture. The AI appeals to the governments, organizations, intergovernmental organizations and other agents, either belonging to the state or not, demanding the respect for human rights and, as such, it develops a work of deep investigation all over the world. AI has concrete actions with each country, as some appeal more to trafficking than others, either for its economical, social and cultural features, or by the law and strict (or not) fulfilment of the norms. AI wishes to disseminate a global conscience over the gravity of the phenomenon of Human Trafficking, in its complete sphere, as only through the knowledge of its roots, more or less standard behaviours, environment in which operates, can be possible to recognize a victim and understand the importance of signaling and thus eliminating the existent prejudices. AI wishes to equally strengthen people's conscience for a responsible consumerism – to have the notion that, sometimes, people can be buying a product made of labour exploitation, just because it is cheaper.

CONTACTS

Aministia Internacional Portugal | Av. Infante Santo, 42, 2º, 1350-179 Lisboa, Portugal | T: (+351) 213 861 664 ou (+351) 213 861 652 | F: (+351) 213 861 782 | E-mail: aiportugal@amnistia-internacional.pt |

Website: www.amnistia-internacional.pt

For more detailed information on AI proceed to page 239.

ASSOCIATION LUSOFONIA CULTURA E CIDADANIA - ALCC | REDE CIDADÃ PROJECT

ALCC (Lusophony, Culture and Citizenship Association) is a non-profit association which initiated its activities in 2000 and was legally constituted in 2007. Its main goal is to provide support to all immigrants of Portuguese Language who live in Portugal. ALCC was born from the need to intervene in situations which involved immigrants of Portuguese language with the purpose of promoting their legal and social integration. Its objective is the immigrants' insertion in the Portuguese society in order to facilitate the access to the necessary services for their survival, to the maintenance of their rights and to their social insertion. In 2010 it created the Rede Cidadã (Citizen Network) Project, in partnership with Gebalis, and its main goal is the support to victims of domestic violence and their families

CONTACTS

ALCC – Associação Lusofonia Cultura e Cidadania | Rua Varela Silva lote 3 loja A, 1750-403 Lisboa, Portugal | T: (+351) 218 031 921 | E-mail: rcidada@gmail.com | Website: www.lusofonia.com.pt

For more detailed information on ALCC and Rede Cidadã project proceed to page 240.

ASSOCIATION POSITIVO | REDLIGHT PROJECT

The Redlight Project - Project to Support and Provide Information to Sex Workers is a project from the Association Positivo which aims to support people who are dedicated to prostitution in the area of Cais do Sodré and other areas from Lisbon; this project is on the field since July 2003. It also aims to promote the physical and mental health from a general perspective and, more specifically, to supply knowledge on sexually transmitted diseases. The street visits to prostitution areas in Lisbon are one of the highlights of the project Redlight.

CONTACTS

Associação Positivo - Projecto Redlight | Rua de S. Paulo nº 216, 1º A/B, 1200-429 Lisboa, Portugal | T: (+351) 213 421 69/70 | F: (+351) 213 424 346 | E-mail: info@positivo.org.pt | Website: www.positivo.org.pt

For more detailed information on Association Positivo and Redlight Project proceed to page 241.

ASSOCIATION OF WOMEN AGAINST VIOLENCE – AMCV

AMCV is an independent, secular and non-profit NGO, working since 1992 for the promotion of Human Rights, namely Women’s, Youth’s and Children’s Rights, and in the combat to all forms of Gender Violence and Discrimination. Violence against women (in its multiple forms) is one of its main intervention areas.

CONTACTS

Headquarters | Rua João Villaret – Edifício J. F. S. João de Deus, 1000-182 Lisboa, Portugal | T: (+351) 213 802 160 | F: (+351) 213 802 168 | E-mail: sede@amcv.org.pt | Website: www.amcv.org.pt
Community Centre | T: (+351) 213 802 165 | F: (+351) 213 802 169 | E-mail: ca@amcv.org.pt

For more detailed information on AMCV proceed to page 243.

CASA DO BRASIL DE LISBOA – CBL

The Casa do Brasil de Lisboa (CBL – Brazil’s House) is a civil association, without profit intentions, officially established in January 1992, by Brazilian who were living in Lisbon and by Portuguese who were fond of Brazil, and the association is open to all the nationalities. CBL defends the interests of all the immigrants that are living in Portugal, especially Brazilian and the ones with Portuguese origin, under a perspective of integration and the fight for equal rights and citizenship responsibility. CBL has been participating, together with other organizations, in the initiatives to denounce and to fight against trafficking in human beings. It has also been contacting several organisms from the Brazilian government which are involved in this area. In September 2010 CBL has gathered, in Lisbon, with the Interministerial Commission, created by the Brazilian government, to accompany the THB issues and the construction of reintegration policies for Brazilian migrants.

CONTACTS

Casa do Brasil de Lisboa | Rua Luz Soriano, 42, 1200 - 248 Lisboa, Portugal | T: (+351) 213 400 000 | F: (+351) 213 400 001 | E-mail: secretaria@casadobrasildelisboa.pt | Website: www.casadobrasildelisboa.pt
Open hours: week days from 4pm to 9pm

For more detailed information on CBL proceed to page 244.

COMISSÃO DE APOIO ÀS VÍTIMAS DO TRÁFICO DE PESSOAS – CAVITP

CAVITP is part of CIRP (Conferência dos Institutos Religiosos em Portugal – Conference of Religious Institutes in Portugal) and it was created after several training actions proposed by the UISG (União Internacional de Superiores Gerais – International Union of Superiors) to assume new social and theological spaces, through a solidary presence and by adopting concrete actions for the defence of the trafficked victims’ dignity. The Religious Institutes are “natural networks” which can develop a good service against trafficking in people by uniting efforts to rescue the victims and helping them finding life again, and “life in abundance” (Jo 10,10).

CONTACTS

CAVITP | Av. 5 de Outubro, 156 - 5ª, 1050-062 Lisboa, Portugal (official address) | E-mail: cavitp.cirp@gmail.com

For more detailed information on CAVITP proceed to page 245.

CHILD CARE INSTITUTE – IAC

IAC is a non-profit organization whose main objective is to contribute to the integral development of children, defend and promote their rights seeing the Child in a global approach as someone entitled to all rights in various areas, be it health, education, social security or leisure time.

CONTACTS

IAC Headquarters | Largo da Memória, 14, 1349-045 Lisboa, Portugal | T: (+351) 213 617 880 | F: (+351) 213 617 889 | Mobile: (+351) 919 000 315, (+351) 939 105 280, (+351) 969 192 738 | E-mail: iacsede@netcabo.pt | Website: www.iacrianca.pt

For more detailed information on IAC proceed to page 246.

CHILD CARE INSTITUTE – IAC | SOS CHILD

IAC created in 1988 SOS Child, which is an anonymous and confidential service which opens a possibility for Children and Youngsters to express themselves and by doing so promotes and defends their rights. SOS Child is a service having a national and international range and which targets at Children and Youngsters till the age of 18 as well as their families, professionals working in the area of Youth and also citizens preoccupied with children’s problems. SOS Child has the following free help lines: SOS Child Helpline and SOS Missing Child Helpline.

CONTACTS

IAC SOS Criança | T: (+351) 217 931 617, (+351) 116 111* (SOS Child Helpline), (+351) 116 000* (SOS Missing Child Helpline) *free call | E-mail: soscricao@net.sapo.pt

For more detailed information on SOS Child proceed to page 247.

CHILD CARE INSTITUTE - IAC | STREET WORK PROJECT - IN FAMILY TO GROW

The Street Work Project – In Family to Grow came into existence in 1989 with a primary objective to retrieve children and youngsters living in the street without forgetting about the victims of the most serious forms of children abuse at work.

CONTACTS

IAC - Projecto Trabalho de Rua – Em Família para Crescer | Rua António Patrício, 20 2º Esq., 1700-048 Lisboa, Portugal | T: (+351) 217 818 590 | F: (+351) 217 818 599 | E-mail: iacprua@netcabo.pt

For more detailed information on Street Work Project proceed to page 248.

JESUIT REFUGEE SERVICE - JRS PORTUGAL

The Jesuit Refugee Service – Portugal (JRS – Portugal) is an international Catholic organization, founded in 1980, as a work of the Society of Jesus. It is currently present in around 60 countries and celebrates this year (2010) 30 years in the world. Present in Portugal, since 1992, has as mission to accompany, serve and advocate on behalf of refugees, other forcibly displaced persons and to all migrants who live under a situation of particular vulnerability, developing several projects and services to support this population.

CONTACTS

JRS Portugal | Rua 8 ao Alto do Lumiar, nº 59, 1750 Lisboa, Portugal | T: (+351) 217 552 790 | F: (+351) 217 552 799 | Mobile: (+351) 937 541 620 | E-mail: jrs@jrportugal.pt | Website: www.jrportugal.pt

For more detailed information on JRS Portugal proceed to page 254.

LAR JORBALÁN

The Madre Sacramento Foundation is a private institution of social welfare with a religious background as it is part of the Congregation of the Sisters Servants of the Blessed Sacrament and Charity. This Congregation is in Portugal since 1936 and its objective is to shelter women/youngsters who are in a situation of social vulnerability. The Foundation, apart from other social help it gives, has at the moment an Insertion Community which gives shelter to women who are at risk (victims of prostitution, trafficking, exploitation, violence, etc.). This social instrument is called Lar Jorbalán/Jorbalán Home and its main objective is to reinsert the women/youngsters in the society by providing them the development of their capacities and helping them to achieve competences on different levels: personal, social, affective and professional.

CONTACTS

Lar Jorbalán | T: (+351) 213 968 435 | F: (+351) 213 951 631 | E-mail: fundacaomsacramento@gmail.com

For more detailed information on Lar Jorbalán proceed to page 255.

OBRA SOCIAL DAS IRMÃS OBLATAS DO SANTÍSSIMO REDEDENTOR - OSIOR

The main objective of OSIOR (Social Work of Oblate Sisters) is the development of a process for the dignity of Women in context of prostitution. Throughout this process, it aims to promote the autonomy of women by expanding possible alternatives in their lives, where they are the protagonists. All this monitoring is done in partnership with the women and is oriented to the needs and evaluations done by them.

CONTACTS

CAOMIO | Rua Antero de Quental, n.º 6-A, 1150-043 Lisboa, Portugal | T: (+351) 218 880 192 | F: (+351) 218 880 206 | E-mail: centrocaomio@sapo.pt

ENCONTRO NA RUA - Equipas de Rua | Mobile: (+351) 961 793 225 | E-mail: equipasruaoblatas@gmail.com

For more detailed information on OSIOR proceed to page 257.

O NINHO

O Ninho is a private charitable institution and its aim is the social and human promotion of women victims of prostitution and sexual exploitation. Born in 1967, in Portugal, it is based on the French *Mouvement du Nid* which was founded in Paris by the Priest André Marie Talvas, in 1936. It started working in order to help prostitutes and the methodology adopted is based on a daily intervention which is adequate according to each reality.

CONTACTS

O Ninho | Rua Luciano Cordeiro 59, 4º, 1150-212 Lisboa, Portugal | T: (+351) 213 530 273 |
F: (+351) 213 527 444 | E-mail: geral@oninho.pt | Website: www.oninho.pt

For more detailed information on O Ninho proceed to page 258.

PANTERAS ROSA - MOVIMENTO DE COMBATE À LESBIGAYTRANSFOBIA

Maintaining, since 2007, a regular presence on a prostitution area (both on the street and in bars) in Lisbon, and having strengthened bonds with other organizations which develop work with sex workers, Panteras Rosa (Pink Panthers – Combat Movement Against LesBiGayTransfobia) have been feeling the need to work on issues closely related to prostitution, such as labour exploitation, sexual abuse, crimes by police officers, or the exploitation of aid to immigration by illegal companies. Having closely seen some of the effects of the commoditisation of people, Panteras Rosa believe in the need for an integrated fight against marginalising prejudices and processes, coordinating its work with that of other organizations and seeking to build and enhance synergies in social movements.

CONTACTOS

Panteras Rosa | E-mails: panteras.lisboa@gmail.com and panterasporto@gmail.com |
Blog: panterasrosa.blogspot.com

For more detailed information on Panteras Rosa proceed to page 258.

PORTUGUESE ASSOCIATION FOR VICTIM SUPPORT - APAV

The Portuguese Association for Victims Support (APAV) was founded in 1990, as a private institution of social welfare. It has offices nationwide and its headquarters are located in Lisbon. Its mission is to support victims of crime

Laços e Fronteiras

in a personal, professional, free and confidential way through the provision of emotional, legal, psychological, social and practical support. It is a non-profitable institution with many volunteers who give individual, adequate and qualified support to victims of crime (such as THB). The services are free and confidential and the focus is on the assistance at diverse levels: moral, social, legal, psychological and economical.

CONTACTS

APAV - Headquarters | Rua José Estêvão, 135 A, Pisos ½, 1150-201 Lisboa, Portugal | T: (+351) 21 358 79 00 | F: (+351) 21 887 63 51 | E-mail: apav.sede@apav.pt | Website: www.apav.pt

NATIONAL NETWORK OF VICTIM SUPPORT OFFICES

(open hours are subject to change)

GAV CASCAIS | Centro Comercial S. Pedro, Rua Nunes dos Santos, 2º Piso - Loja 28, São Pedro do Estoril, 2765 - 546 Estoril, Portugal | T: (+351) 214 664 271 | F: (+351) 214 681 727 | E-mail: apav.cascais@apav.pt | Open hours: week days from 10am to 1pm and from 2pm to 7pm; Saturdays from 10am to 2pm

GAV LISBOA | Rua José Estêvão 135-A, Piso 0, 1150-201 Lisboa, Portugal | T: (+351) 213 587 900 | F: (+351) 218 876 351 | E-mail: apav.lisboa@apav.pt | Open hours: week days from 10am to 1pm and from 2pm to 5.30pm

GAV ODIVELAS | Av. Amália Rodrigues, 10-A, Urbanização da Ribeirada, 2675-623 Odivelas, Portugal | T: (+351) 219 328 382 | F: (+351) 219 328 382 | E-mail: apav.odivelas@apav.pt | Open hours: week days from 10am to 1pm and from 2pm to 5.30pm

GAV SETÚBAL | Edifício do Tribunal de Família e Menores de Setúbal | Rua Manuel Livério Edifício Esplanada, 2900-541 Setúbal, Portugal | T: (+351) 265 534 598 | F: (+351) 265 534 598 | E-mail: apav.setubal@apav.pt | Open hours: week days from 9.30am to 12.30pm and from 1.30pm to 4pm

For more detailed information on APAV proceed to page 259.

PORTUGUESE ASSOCIATION FOR VICTIM SUPPORT - APAV | UNIDADE DE APOIO À VÍTIMA IMIGRANTE E DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL OU ÉTNICA - UVAVIDRE

In 2005, APAV created UVAVIDRE (Support Unit for Migrant victims of Crime and Racial and Ethnical Discrimination), a specialized unit that came together with the strategic plan to promote the rights of immigrants in the Portuguese territory and the understanding and comprehension of the issues surrounding the problematic of integration and the support to victims of discrimination. Some of the problems UVAVIDRE deals with are: sexual and labour exploitation, work or job fraud, documents' extortion or deduction, lack of salaries' payment, threats,

injuries, racial or ethnic discrimination (such as renting and shopping centres), THB, among many others. Even though it is, geographically, in Lisbon, it can intervene on a national level throughout the national network of local offices for victim support from APAV.

CONTACTS

UAVIDRE | Rua José Estêvão 135-A, 1150-201 Lisboa, Portugal | T: (+351) 21 358 79 14 | F: (+351) 21 887 63 51 | E-mail: uavidre@apav.pt | Open hours: week days from 10am to 1pm and from 2pm to 5.30pm

For more detailed information on UAVIDRE proceed to page 261.

SOLIDARIEDADE IMIGRANTE – ASSOCIAÇÃO PARA A DEFESA DOS DIREITOS DOS/AS IMIGRANTES

Solidariedade Imigrante (Association for the Defence of Immigrants' Rights) is a national organization, without profit intentions and of recognized public interest. It was constituted in June 2001 and its activity is focused in the defence of immigrant's and their families' rights and interests. It gives support to immigrants on their rights and duties and helps them with their legal status in the national territory, search for jobs; education; family reunification; humanitarian help and with many other issues they face daily. The association helps them with their most multiple needs.

CONTACTS

Sede Nacional (Headquarters) | Rua da Madalena n.º 8 - 2ºAndar, 1100-321 Lisboa, Portugal | T/F: (+351) 218 870 713 | E-mail: solidariedade_imigrante@hotmail.com | Website: www.solimigrante.org

For more detailed information on Solidariedade Imigrante proceed to page 264.

SOS RACISM

SOS Racism was born in response to the growth of neo-Nazi in Portugal. Over the past 20 years SOS Racism has observed, documented and denounced manifestations of racism in Portugal and has promoted educational events and actions. The trafficking in human beings, labour and/or sexual abuses of migrant persons and the use of racist (and other) prejudices by racist and/or "nationalist" political parties and movements are still an issue nowadays, which are strongly connected to the ideology of "closed borders" (and to other ways of segregating the "other") and demand urgent responses. The commoditisation of people dehumanizes them, weakens them, and makes it easier to exercise violence; examples are the cases of labour and/or sexual and/or physical and mental abuse of migrated and/or socially marginalized people. Violence serves both as an outlet for the frustrations and as a form of expression of a social hierarchy.

CONTACTS

SOS RACISMO | Rua Dom Luís de Noronha, 17, 1.º Esquerdo – 1069-081 Lisboa, Portugal | T: (+351) 217 552 700
| F: (+351) 217 552 709 | E-mail: sosracismo@gmail.com

For more detailed information on SOS RACISMO proceed to page 266.

UNIÃO DE MULHERES ALTERNATIVA E RESPOSTA - UMAR

UMAR (Women’s Collective Alternative and Answer) is a women’s association, feminist, formally constituted on the 12th of September of 1976. It is, since 2010, an institution of public utility. With national headquarters in Lisbon, it has a broad intervention throughout the entire national territory (Braga, Lisboa and Setúbal, Porto) and in its islands: Madeira and the Azores. At the moment UMAR has, in the Continent, support structures - assistance (personal and by phone) and accompaniment (psychological, psychosocial and juridical) – to women victims of domestic violence, having available a Daily Crisis/Risk Bank at Monte da Caparica (CAM) and Porto (P’RA TI). With the project Laces and Borders. New Methodologies to Support Trafficked Women (financed by POPH/NSRF/ESF), responsible for the elaboration of this Resources Guide, UMAR spreads its intervention work in the field of violence against women. Still within the field of THB, one must highlight the work that UMAR has been developing together with SEF in the intervention and support to women victims of this hideous crime. It must as well be emphasized the partnership between UMAR/Project Laces and Borders, Solidariedade Imigrante and Dinâmia CET – Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e do Território which resulted in GAMI – Mãos Seguras. Grupo de Apoio às Mulheres Imigrantes (Safe Hands – Support group to Immigrant Women). With the work developed by GAMI, UMAR has been increasing its knowledge in the field of immigrant women who might be suffering labour exploitation.

CONTACTS

UMAR – Headquarters | Rua da Cozinha Económica, Bloco D, 30M e 30N, 1300-149 Lisboa, Portugal |
T: (+351) 218 873 005 | F: (+351) 218 884 086 | Headquarters e-mail: umar.sede@sapo.pt | UMAR-Porto
e-mail : umar.porto@gmail.com | UMAR-Braga e-mail: umarbraga@gmail.com | Website: www.umarfeminismos.org
CAM – Centro Atendimento Mulher | Quinta da Boa Esperança, 2825-021 Monte de Caparica, Portugal |
T: (+351) 212 942 198 | F: (+351) 212 942 298 | E-mail: umar.almada@sapo.pt

For more detailed information on UMAR proceed to page 266.

Alentejo region

LAR DE SANTA HELENA

Lar de Santa Helena (St. Helen Home), in Évora, is an IPSS promoted by the congregation of the Sisters Adorers. It is designated as “Shelter” and its main objective is to provide a secure and safe shelter to the women who are victims of domestic violence and their children. The Lar is also available to give shelter to women who are under a situation of labour and/or sexual exploitation.

CONTACTS

Lar Headquarters | Rua dos Mercadores, nº 80 A, 7000 - 530 Évora | T and F: (+351) 266 706 223 | E-mail: larsantahelena.tec@sapo.pt

For more detailed information on Lar de Santa Helena proceed to page 256.

PORTUGUESE ASSOCIATION FOR VICTIM SUPPORT – APAV

CONTACTS

GAV SETÚBAL | Edifício do Tribunal de Família e Menores de Setúbal | Rua Manuel Livério Edifício Esplanada, 2900-541 Setúbal, Portugal | T: (+351) 265 534 598 | F: (+351) 265 534 598 | E-mail: apav.setubal@apav.pt | Open hours: week days from 9.30am to 12.30pm and from 1.30pm to 4pm

For more detailed information on APAV proceed to page 259.

Algarve region

FAMILY PLANNING ASSOCIATION – APF | OUTRAS MARGENS PROJECT

APF Algarve developed, between February 2007 and December 2010, the project Amar, Amar Há Ir e Voltar: Saúde Sexual e Reprodutiva para Tod@s (The love you’ll take is equal to the love you make: Sexual and Reproductive Health for Everybody). With this project APF Algarve aimed to work in Education for Sexual and Reproductive Health, with focus on HIV/AIDS prevention and other STI. Within this context the Mobile Unit of Sexual and Reproductive Health, given by the Health Board of Direction, had a privileged space for assistance. At the moment APF Algarve is developing another Project, the Project Outras Margens (Other Margins), with its beginning in

Laços e Fronteiras

January 2011 and its conclusion in December 2014. Its intention is to work in the promotion of Reproductive and Sexual Health (RSH), with the focus on HIV/AIDS and other STIs. The Project will feature a Reproductive and Sexual Health Mobile Unit, a privileged space for the service, as well as a multidisciplinary technical team who will travel to locations referenced by the target population. In what concerns THB it is important to mention that though the project was created with the purpose of intervene near sex workers, with a special focus in immigrant sex workers of different origins, it was noticed this sort of intervention promoted an almost daily contact with potential victims of THB. Within this context the project technicians tried to raise awareness to this theme through the distribution of informative material and by guiding signaled victims to the competent authorities, most of them are made by request of the victims.

CONTACTS

Associação para o Planeamento da Família – APF Algarve | Edifício Ninho de Empresas - Estrada da Penha, 8000-273 Faro, Portugal | T: (+351) 289 862 902 | E-mail: apfalgarve@gmail.com | Website: www.apf.pt

For more detailed information on the Outras Margens Project proceed to page 251.

PORTUGUESE ASSOCIATION FOR VICTIM SUPPORT – APAV

CONTACTS

GAV ALBUFEIRA | Posto da GNR de Albufeira, Av. 25 de Abril, 22, 8200-014 Albufeira, Portugal | T: (+351) 289 585 770 | F: (+351) 289 588 634 | E-mail: apav.albufeira@apav.pt | Open hours: Mondays, Tuesdays and Thursdays : from 9.30am to 12.30pm; Wednesdays and Fridays: from 1.30pm to 4pm

GAV FARO | Governo Civil de Faro, Praça D. Francisco Gomes, 1-A, 8000-168 Faro, Portugal | T: (+351) 289 820 788 | F: (+351) 289 820 787 | E-mail: apav.faro@apav.pt | Open hours: week days from 10am to 12.30pm and from 2pm to 5.30pm

GAV LOULÉ | Posto da GNR de Loulé | Travessa Charles Bonnett, 8100 Loulé, Portugal | T: (+351) 289 422 832 | F: (+351) 289 422 955 | E-mail: apav.loule@apav.pt | Open hours: week days from 2pm to 6pm

GAV PORTIMÃO | Esquadra de Portimão da PSP | Av. Miguel Bombarda | Edifício da PSP | 8500-299 Portimão, Portugal | T: (+351) 282 484 407 | F: (+351) 282 484 408 | E-mail: apav.portimao@apav.pt | Open hours: Mondays, Wednesdays and Fridays from 2pm to 6pm; Tuesdays and Thursdays from 9am to 1pm

GAV TAVIRA | Esquadra de Tavira da PSP, Av. Comunidade Lusíada, Atalaia, 8800-397 Tavira, Portugal | T: (+51) 281 320 592 | F: (+351) 281 325 473 | E-mail: apav.tavira@apav.pt | Open hours: Tuesdays, Thursdays and Fridays from 9.30am to 1pm; Wednesdays from 9.30am to 1pm and from 2.30pm to 6pm

For more detailed information on APAV proceed to page 259.

PORTUGUESE ASSOCIATION FOR VICTIM SUPPORT – APAV | SUL PROJECT – UNIDADE DE APOIO À VÍTIMA IMIGRANTE³⁴

The SUL Project (SOUTH project – Immigrant Victim Support Unit) was a project, which began in December 2008 and had its conclusion in November 2010, it was financed by POPH/NSRF. Its purpose was to increase and consolidate APAV's domain in the area of Victim Support and Prevention. SOUTH was developed in the Faro district, moving across the five counties from Algarve (taking advantage from APAV's five offices in the Algarve region: Albufeira, Loulé, Portimão, Faro and Tavira). One of its main goals was to protect and support the immigrants' victims of crime, with focus on victims of domestic violence and trafficking for sexual or labour exploitation.

CONTACTS

Projecto SUL | Victim Support Office from Tavira | Esquadra de Tavira da PSP | Av. da Comunidade Lusíada, Atalaia, 8800-397 Tavira, Portugal | T/F: (+351) 281 325 763 | E-mail: sul@apav.pt

For more detailed information on SUL Project proceed to page 260.

Azores autonomous region

PORTUGUESE ASSOCIATION FOR VICTIM SUPPORT – APAV

CONTACTS

GAV PONTA DELGADA | Rua do Mercado, 57 9500-326 Ponta Delgada | T: (+351) 296 285 399 | F: (+351) 296 304 799 | E-mail: apav.pontadelgada@apav.pt | Open hours: week days from 9am to 12 o'clock and from 1.30pm to 5.30pm (+1 hour than in the Continent)

UAVMD - Unidade de Apoio à Vítima Migrante e de Discriminação dos Açores (Migrant Victim and Discrimination Support Unit from Azores) | Rua do Mercado 57, 9500-326 Ponta Delgada, Portugal | T: (+351) 296 285 399 | F: (+351) 296 304 799 | E-mail: apav.pontadelgada@apav.pt | Open hours: week days from 9am to 12 o'clock and from 1pm to 5.30pm (+1 hour than in the Continent)

For more detailed information on APAV proceed to page 259.

³⁴ Even though at the time of publishing this Guide, the project had officially already finished, it was still decided to include it in the book given its importance to the area it was applied, as Algarve is considered a sensitive area to THB and the human and technical resources are scarce.

UNIÃO DE MULHERES ALTERNATIVA E RESPOSTA – UMAR - AZORES

UMAR-Azores ensures the daily work of the SOS-Woman Support Helpline. It ensures the work of three assistance centres in three islands, S. Miguel, Faial and Terceira. In 2005, UMAR-Azores opened a shelter in Faial.

CONTACTS

UMAR-Açores – São Miguel Headquarters | Rua São João, n.º 33 – 2º Andar, 9500-107, Matriz, Ponta Delgada, São Miguel, Açores | T and F (Ponta Delgada): (+351) 296 283 221 | T (Ribeira Grande): (+351) 296 470 360 | E-mail: geral@umaracores.org | Website: www.umaracores.org

Faial Delegation | Rua Juiz Macedo 27, 9900-078 Horta, Faial, Açores | T: (+351) 292 292 401 | F: (+351) 292 292 410 | E-mail: umar_nucleofaial@sapo.pt

Terceira Delegation | Rua da Rosa, Edifício Recreio dos Artistas, 9700-171 Angra do Heroísmo, Terceira, Açores | T: (+351) 295 217 860 | F: (+351) 295 217 861 | E-mail: umarterceira@gmail.com

For more detailed information on UMAR – AZORES proceed to page 266.

Foreign entities

PAG-ASA vzw – RECEPTION AND ASSISTANCE TO VICTIMS OF HUMAN TRAFFICKING

PAG-ASA is a specialized centre responsible for the reception and assistance to victims of human trafficking.

CONTACTS

PAG ASA vzw | Cellebroersstraat 16, 1000 Bruxelas, Bélgica | T: (+ 32) (0)2 511 64 64 | F: +32 (0)2 511 58 68 | E-mail: info@pag-asa.be | Website: www.pag-asa.be | Open hours: week days from 9am to 5pm | The case officers will pick up all the calls in case of emergency 24/7

For more detailed information on PAG ASA proceed to page 273.

PAYOKE

Payoke is one of three recognized NGO in Belgium with the mission of assisting and protecting victims of Human Trafficking. Founded in 1987, Payoke has been a pioneer in the fight against trafficking in human beings in Belgium, working relentlessly towards: providing victims the support needed to regain their rights, freedom, and dignity; “waking up” stakeholders to the realities of human trafficking; assisting in the development of a proper legal framework; developing a coordinated and cooperative approach toward victim identification, protection, and prosecution; and using our 20+ year history of lessons learned to provide guidelines and best practices to other players in the field of counter-trafficking.

CONTACTS

PAYOKE | Leguit 4, 2000 Antuérpia, Bélgica | T: (+32) 320 116 90 | F: (+32) 323 323 24 | E-mail: admin@payoke.be | Website: www.payoke.be

For more detailed information on PAYOKE proceed to page 273.

Brazil

SERVIÇO DE PREVENÇÃO AO TRÁFICO DE MULHERES E MENINAS – SMM

SMM (Prevention Service to the Trafficking in Women and Girls) was one of the pioneer organizations in introducing the theme of trafficking into the discussion inside the Brazilian society. Its main objective has been to contribute for the elaboration of a nationwide politic of repression to trafficking in women and girls for the purpose of sexual commercial exploitation, centred on the gender issues involved in this particular crime. Its work is mainly focused on the prevention of Human Trafficking.

CONTACTS

SMM | Rua Samuel Brenner, nº 13, Cep: 01122-040, Bairro Bom Retiro, São Paulo SP, Brasil |
T: (+55) 113 228 4955 e (+55) 113 228 6097 | F: (+55) 113 227 6825 | E-mail: smm@smm.org.br | Website: www.smm.org.br

For more detailed information on SMM proceed to page 275.

Guinea-Bissau

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DAS CRIANÇAS – AMIC

AMIC (Children's Friends' Association) is a Guinean NGO created on the 30th of October of 1984 and legally constituted in the terms of the law on the 28th of February of 1992. As a national, non-religious and non-political organisation having around 3000 members all over the country, the fundamental purposes of the Association AMIC are the promotion and defence of children's rights with the children themselves, their socialization agents and their local community. AMIC targets its intervention to children living under a vulnerable socioeconomic situation, namely orphans, disabled children, children without an adequate familiar and social environment; victims of trafficking; street children; working children; children at conflict with the law; etc.

CONTACTS

AMIC | Rua Vitorino Costa nº 46, Bissau, Guiné-Bissau | T: (+245) 320 2744 or (+245) 321 2193 | Mobile: (+245) 667 0688 and (+245) 537 0440 | E-mails: laudolino@hotmail.com and ferca7562@hotmail.com

Laços e Fronteiras

AMIC is part of **the program of prevention, social and professional reinsertion of minors who are victims of THB and victims of high risk migration on the level of Western Africa – WAP (PAO – Programa da África Ocidental)**. WAP's main objective is to create a transnational and long-lasting support system for the identification, social and professional reinsertion, and proportionate a followed psychological assistance to the victims. Currently, WAP has an international and solid partnership with eight countries from western Africa:

BURKINA FASO | Partnership: Association KEOOGO | 01 BP 6213 Ouagadougou 01, Burkina Faso | Contact Person: Lassina Zampou | Mobile: (+226) 788 680 59 or (+226) 503 803 24 | E-mail: zamplass@yahoo.fr | Website: www.keoogo.org

GAMBIA | Partnership: CEDAG - Child and Environmental Development Association | 70 Garba Juhumpa Road, Bakau, P.M.B 763, Serekunda, The Gambia | Contact Person: Anyin Morris | Mobile: (+220) 449 5976 | E-mail: cedag@qanet.gm

GUINEA-BISSAU | Partnership: AMIC | Contact Person: Laudolino Medina | Mobile: (+245) 667 0688 | E-mail: laudolino@hotmail.com

GUINEA-CONAKRY | Partnership: Sabou Guinée | Contact Person: Mamadou Alpha Diallo | Mobile: (+224) 602 151 78 | E-mail: malfad@yahoo.it

IVORY COAST | Partnership: BICE - International Catholic Child Bureau | Contact Person: Désiré Koukoui | Mobile: (+ 225) 079 801 72 or (+225) 202 287 07 | E-mail: desire.koukoui@bice.org | Website: www.biceafrique.org

MALI | Partnership: Enda Mali | Contact Person: Seckna Bagayogo | Mobile: (+223) 642 8883 or (+223) 222 55 64 | E-mail: seckna@yahoo.fr

NIGER | Partnership: EPAD-Niger | Contact Person: Sidikou Moussa | Mobile: (+227) 969 715 33 or (+227) 203 150 20 | E-mail: ong_epad@yahoo.fr | Website: www.ong-epadniger.org

SENEGAL | Partnership: Enda Jeunesse Action | Contact Person: Malick Sy | Mobile: (+221) 776 302 836 or (+221) 634 29 95 | E-mail: symalick2000@yahoo.fr | Website: eja.enda.sn

For more detailed information on WAP proceed to page 277.

ASSOCIAÇÃO JUVENIL FEMININA DA SOLIDARIEDADE – AJUFES

AJUFES (Feminine Juvenile Association of Solidarity) develops training courses in the areas of Human Rights and Law Enforcement, Protection and Prevention of gender-based violence. Its objectives are: to contribute to the fight against female juvenile delinquency and other social problems; to develop actions on behalf of the promotion of girls, women and children's rights; to encourage the participation of female in the social actions of the country. Among her activities the following ones are highlighted: the participation in Themed Groups on Human Rights, Gender, Prevention of Trafficking in Human Beings, Protection of victims of violence and participation in housing children who are victims of crimes (Talibé children);

CONTACTS

AJUFES SEDE (Headquarters) | Cupelom de Cima junto da RENLUV, C.P. 13, Bissau, Guiné-Bissau | T: (+245) 685 4054 ou (+245) 537 4741 | E-mail: ajufes@yahoo.com.br

For more detailed information on AJUFES proceed to page 279.

INSTITUTO DA MULHER E DA CRIANÇA – IMC

IMC (Woman and Child Institute), is a legal entity of public law, of a social and humanitarian character, legal personality, with administrative, financial and patrimonial autonomy, and with a vocation to defend and promote human rights, particularly those of women and children. The IMC operates under the Ministry of Women, Family, Social Cohesion and Combating Poverty, and has the competence to guide and follow-up the actions of IMC through annual reports that will always be delivered to the Minister. The Institute has, as its primary mission, to coordinate, supervise and promote an integrated approach of gender and the rights of women and children in programs, policies and legislation, thus ensuring a balance of equality, gender equity and women empowerment. IMC has been intervening and developing public policies in the field of THB.

CONTACTS

IMC | Av. Unidade Africana, CP-716, Bissau, Guiné-Bissau (ao lado da Presidência da República) | T: (+245) 672 0755 ou (+245) 512 770 73

For more detailed information on IMC proceed to page 279.

Mozambique

REDE CAME – A REDE CONTRA O ABUSO DE MENORES

Rede CAME (Network Against Child Abuse) results from the movement *Together for a Happy Child* and gathers more than 30 organizations from the civil society and religious beliefs, who launched on the 16th of June in 2000, in association with the Government and State institutions, at the frontier post of Ressano Garcia, the Campaign Against Child Sexual Abuse. This campaign is the fulfilment of the decisions taken during the 1st World Congress Against Sexual Commercial Exploitation of Children, which took place in 1996, in Stockholm (Sweden), and the research made on that subject in Mozambique. The birth and development of the Campaign was possible thanks to the generous support of Terre des Hommes - Germany (Tdh).

CONTACTS

Rede CAME | Bairro da Malhangalene, Avenida Milagre Mabote, 370, r/c, Maputo, Moçambique | T/F: (+258) 214 179 10 | Mobile: (+258) 823 002 949 | E-mail: antichildtrafic@tvcabo.co.mz | Website: www.redecame.org.mz

For more detailed information on Rede CAME proceed to page 280.

Nigeria

HUMAN DEVELOPMENT INITIATIVES – HDI

HDI's work spans the area of advocacy against internal trafficking of children from the poor rural areas of Nigeria or from poor neighboring countries such as Togo and Benin Republic into Nigeria for child domestic work, prostitution and work on agriculture farms or export outside the country. In the vast field of child trafficking in Nigeria, HDI has focused on internal child trafficking and child labour especially child domestic work which is tagged Combating Modern Day Slavery. HDI focus on children in domestic work because they have an uncertain future due to the lack of educational opportunities.

CONTACTS

HDI - Child Rights Education Centre | 2, Iwaya Road, Onike Lagos, Nigeria and P. O. Box 1642, Sabo, Yaba, Lagos, Nigeria | T: (+234) 179 380 74 e (+234) 176 133 22 (SOS Child Helpline) | E-mails: hudev2001@yahoo.com, info@hdinigeria.org or bowasanoye@yahoo.com (Bolaji Owasanoye) | Website: www.hdinigeria.org

For more detailed information on HDI proceed to page 282.

**Governmental and
intergovernmental
entities/
structures' description
Portugal**

ARS NORTH, I.P. | AUTOESTIMA PROGRAM

PRESENTATION

Autoestima (Self-esteem) is a health program under the responsibility of North ARS, I.P.. It initiated its activity in the area of Matosinhos, in February 1998, and expanded progressively to other geographical areas from the Northern region. Bearing in mind all the difficulties faced by the women who prostitute to have access to the health services, organized for the general population, the Project focus its activity to the direct contact at the places where prostitution occurs and in the creation of specific services for this population. The Autoestima/Self-esteem made part of the European network TAMPEP 8 - European Network for HIV/STI Prevention and Health Promotion amongst Migrant Sex Workers, which has produced three guides (*Work Safe in Sex Work*; *Sex Work Migration Health*; *Sex Work in Europe Report*) and one website: <http://tampep.eu/index.asp>

OBJECTIVES

- To increase sex workers' health by protecting them from HIV infection risk and other sexually transmittable infections (STI);
- To increase the knowledge about STI/HIV and other infections/diseases; to promote the use of condoms; to diagnose and take care at an early stage STI, uterus and breast cancer;
- To improve the access to health centres and social services;
- To promote psychological support; to spread the number of people vaccinated against tetanus and hepatitis B;
- To create and maintain a database of epidemiology;
- To share information, experiences and methodologies with the partnerships and other projects which also develop work with the same target population.

ACTIVITIES

- To establish close contact with sex workers through mobile units;
- To provide assistance at counselling centres;
- To give medical consultation;
- To diagnose and treat STI;
- Family planning;
- To track uterus and breast cancer;
- Nurse Consultation;
- Vaccination (Tetanus and Hepatitis B);
- Psychology consultation;
- Social service assistance;
- To distribute condoms;
- To distribute informative materials;

- To distribute and exchange syringes;
- To provide a place for hygienic care (shower and laundry).

TARGET POPULATION

Sex workers (street and abridged).

PARTNERSHIPS

Institute on Drugs and Drug Addiction, I.P.; City Halls of Matosinhos, Guimarães, Famalicão and Póvoa do Varzim; ULS/EPE of Matosinhos; USL/EPE of Alto Minho; National Health Institute Dr. Ricardo Jorge; Hospital from São Marcos; National Coordination for HIV/AIDS Infection; National Association of Pharmacies and TAMPEP 8.

GEOGRAPHICAL AREAS

Matosinhos; Maia; Porto Industrial Area; Vila Nova de Gaia; Santo Tirso; Valongo; Póvoa do Varzim; Vila do Conde; Braga; Viana do Castelo; Barcelos; Guimarães; Vila Nova de Famalicão; Póvoa de Lanhoso; Serra da Lameira; Sandim; Serra da Lustosa.

AUTHORITY FOR WORKING CONDITIONS – ACT

PRESENTATION

The Authority for Working Conditions (ACT) is a government service that aims at the promotion of the improvement of working conditions through the control of the compliance of labour rules within the private sector and the promotion of safety and health at work in all activity sectors, public or private. ACT, which assumed the former responsibilities of the Inspeção-geral do Trabalho (General Inspection of Work) and of the Instituto para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (Institute for Safety, Hygiene and Health at Work), is based in Lisbon but has local and regional services and jurisdiction over the entire Portuguese mainland.

OBJECTIVES

a) Work conditions

- **Promotion and control of the compliance of legal, regulatory and conventional dispositions:** one of the objectives of the work inspection system is to promote and control the enforcement of legal, regulatory and conventional dispositions in a socio-occupational environment of safety and health at work;
- **Raise awareness, give information and counselling on relationships and conditions at work:** ACT has available, in all of its devolved services and Citizens' shops, information and customer services where workers and employers, as well as their representatives, may obtain information and counselling on the areas that represent their mission;

- **Evaluation of the compliance with rules that regulate the posting of workers:** ACT promotes and controls the enforcement of legal, regulatory and conventional dispositions regarding working conditions and is also the service that makes the connection with the legal dispositions of relocated workers. In this role, it cooperates with the supervising authorities of working conditions in other EU members and provides them with information about those conditions.

b) Industrial licensing

The installation, alteration and exploitation of industrial establishments are subject to industrial licensing, a process in which ACT intervenes. Regulated by the Decree-Law 209/2008 of October 29th, the industrial licensing aims: at the prevention of risks and inconveniences that may result from the operations of industrial establishments; at the public health of the workers; at the safety of people and goods; at the hygiene and safety of workplaces; at the quality of the environment and a correct territorial planning, in a framework of sustainable development and corporate social responsibility. The industrial licensing process is managed by a different coordinating authority, depending on the classification of the economic activity of the applicant company, which requests opinion from entities that expertise in the areas of environment, hygiene and sanitation, safety and health at work. The ACT is included, with the licensing authority and other participating entities, in the joint inspections at industrial establishments before they start operating or whenever they make changes to the configurations of the production processes, trying to ensure that the intervention on safety at work is made during the projecting stages (integrated safety).

c) Reception of mandatory notices and authorizations on health and safety at work

d) Promotion of Health and Safety at Work

The activity of ACT in the promotion of health and safety at work derives either from the attributions and competences that are defined in its Organic Law or from national and international commitments. Of these, we must emphasize the National Strategy for Health and Safety at Work, approved by a Ministry Council resolution on March 12th, 2008. This National Strategy defines two fundamental axes for the development of health and safety at work policies: one that relates to public policies and the other to the promotion of health and safety at work. The first axis puts the development of coherent and effective public policies in perspective, as a result of the articulation between several Public Administration departments that operate as the engine that mobilizes society around a social and economic issue that is fundamental to society and its social cohesion as a whole. On the other hand, in addition, the second axis advocates the promotion of health and safety at work as the condition for an effective improvement of working conditions. In this framework, ACT operates several regulation activities that relate to health and safety at work.

ACTIVITIES

To this end, the inspection body has a set of powers and performs a range of activities that are now enshrined in Articles 10 and 11 of the Decree-law 102/2000, of the June 2nd.

Laços e Fronteiras

The ACT identifies, as **strategic points** in their inspective activities: the promotion of health and safety at work, both in private and public sectors; the development of dynamics that reduce undeclared work in its various forms; make dignified work the minimum standard for all workers, with the recognition of guarantees of equality and non-discrimination; give dynamism to social dialogue and to the social responsibility of organizations as factors of development.

The main domains of intervention in ACT's inspective activities are the areas in which the action may result in an effective regulative asset, preferably with a multiplying effect:

- i) The reduction of work accidents and occupational diseases;
- ii) The elimination of undeclared and illegal work;
- iii) The fundamental guarantees associated with dignified work, especially the protection of salary, equality and non-discrimination and with the conditions of information, consultation and social dialogue.

The ACT inspective activities are developed under the national and international framework standards, from which priorities are identified and forms of action defined.

Based on these norms and in the doctrine of the International Labour Organization, it is possible to identify the following effectiveness criteria for ACT's inspective activities, from which we can evaluate the intervention priorities and the management of available resources:

- i) The relevance of social values to promote;
- ii) The nature and gravity of the situations;
- iii) The possible multiplying effect originated by the intervention.

Three strategic axes guide the inspective activities of the Working Conditions Authority:

I: Promotion of Health and Safety at Work

Programme 1 – Campaign of hazard evaluation and the development of prevention in micro and small businesses

Programme 2 – Promotion of health and safety at work

Programme 3 – Services and activities of health and safety at work

Programme 4 – Health and safety at temporary or mobile working sites

Programme 5 – Promotion of health and safety at work in the Public Administration

II: Promotion of Dignified Labour

Programme 6 – Undeclared or illegal work

Programme 7 – Prevention and control of discrimination at work and/or job

Human Trafficking and the protection of vulnerable groups (women, children, handicapped, foreigners) is here reflected.

Programme 8 – Organization and control of working hours

Programme 9 – The collective representation of workers and social dialogue

III: Planning of the Induced Actions

Programme 10 – Responding to requests (the actions developed after signalling or intervention requests by the

workers, employers, syndicates or others that enable us to draw important contributions to the continuation of the strategy).

TARGET POPULATION

All workers in the private sector and, concerning health and safety at work, all workers, both from the private and public sectors.

PARTNERSHIPS AND COOPERATION

National: joint activities are developed with SEF/PSP/GNR/IMTT/ASAE, etc.

International: protocols for the exchange of information with counterpart inspections from several countries (Spain, France, Poland, etc.), IALI, CARIT (Senior Labour Inspectors Committee - SLIC), OIT, Cooperation with the PALOP, etc.

COMISSION FOR CITIZENSHIP AND GENDER EQUALITY - CIG

PRESENTATION

CIG is one of the governmental mechanisms for Gender Equality. It was set up by Decree-Law no. 164/2007 from the 3rd of May.

OBJECTIVES

CIG has as mission to guarantee the implementation of public policies in the area of citizenship and in the promotion and defence of gender equality. CIG is responsible for the execution of the 3 National Action Plans: National Plan for Equality, Gender, Citizenship and Non Discrimination; National Plan against Domestic Violence and the National Plan against Trafficking in Human Beings. In what concerns THB, apart from the responsibility of coordinating the National Plan against THB, CIG, under the responsible person for the coordination, is also the entity which has the responsibility of National Rapporteur for THB.

ACTIVITIES

CIG has the following activities:

- To support the preparation and development of global and sectorial policy with regard to promoting citizenship and gender equality and to participate in its implementation;
- To contribute to the amendment of the regulatory framework, or its implementation, in particular in the mainstreamed fields of education for citizenship, equality and non-discrimination between men and women, maternity and paternity protection, reconciliation of men and women's professional, personal and family life, combat against the forms of gender violence and support to victims;

- To provide free legal information on the whole important legislation for citizenship and gender equality. This information is available by request, either by post, email or telephone. CIG has available individual assistance, with previous scheduling, in its offices;
- To promote education for citizenship;
- To promote activities designed at raising civic awareness and the adoption of good practices concerning gender equality, and to facilitate equal participation in economic, social, political and family life through the support to non-governmental organizations regarding measures, projects or activities that promote the same aims and also offering quality awards;
- To keep the public opinion informed and aware by means of the media, by producing publications and by maintaining a specialised documentation centre;
- To develop legal advice and psychosocial support services, especially in situations of discrimination and gender violence;
- To ensure adequate forms of institutional participation for non-governmental organizations that contribute to the implementation of citizenship and gender equality policies;
- To cooperate with international and European Community organizations and other equivalent foreign entities, with the view of participating in the broad guidelines concerning citizenship and gender equality and promoting their implementation at a national level.

HIGH COMMISSION FOR IMMIGRATION AND INTERCULTURAL DIALOGUE, I.P. – ACIDI, I.P.

PRESENTATION AND OBJECTIVES

ACIDI, I.P. is a public institute which carries on with the attributions from the Council of Ministers' Presidency for the issues of immigration, ethnic minorities and dialogue among cultures and religions. It has as mission to cooperate in the conception, execution and evaluation of relevant public policies for the integration of immigrants and ethnic minorities, as well as to promote the dialogue among different cultures, ethnics and religions³⁵.

ACTIVITIES

ACIDI, I. P. shall have the following duties:

- a) To promote the reception and integration of immigrants and ethnic minorities through participation in the creation, development and coordination of crosscutting, integrated, coherent public policies;
- b) To foster the civic and cultural participation of immigrants and ethnic minorities in Portuguese institutions, directly and indirectly, through their representative associations, consistent with the full expression of their citizenship;

- c) To ensure that immigrants and ethnic minorities have access to relevant information, namely concerning citizenship rights and obligations;
- d) To fight all forms of discrimination based on race, colour, nationality, ethnic origin or religious belief, through positive awareness campaigns, education and training actions, as well as through the prosecution of breaches of the law;
- e) To promote interculturality through intercultural and interreligious dialogue based on respect for the Constitution and the law, and to foster cultural diversity based on mutual respect;
- f) To encourage the immigrant support centres (at the national, regional and local levels) to coordinate the response of the various public services to the reception and integration needs of the immigrant, namely through partnerships with relevant Government departments, with local authorities, NGOs, immigrant associations and any other relevant bodies;
- g) To contribute to the improvement of the living and working conditions of immigrants in Portugal, in order to facilitate their integration with dignity, and on an equal-opportunity basis with all Portuguese nationals;
- h) To encourage immigrants to learn the Portuguese language and to gain knowledge of the Portuguese culture so that they may integrate better into Portuguese society;
- i) To promote initiatives by the civil society which aim to welcome and integrate immigrants and ethnic minorities in Portugal;
- j) To foster public awareness campaigns and the undertaking of studies on immigration, ethnic minorities, intercultural dialogue and interreligious dialogue;
- l) To promote the social inclusion of children and youth from vulnerable socio-economic backgrounds, in particular the descendants of immigrants and ethnic minorities, so as to ensure equal opportunity and the strengthening of social cohesion - and thus, ensuring the objectives of the Choices Programme;
- m) To foster dialogue with religions through knowledge of the different cultures and religions, and by encouraging an attitude of mutual respect and love for diversity, both within Portuguese territory and in the relationships that Portugal has with the rest of the world.

The ACIDI I.P. dedicates to diverse activities, with emphasis to the following ones:

- **Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante/National Immigrant Support Centre (CNAI):** opened in 2004, in Lisbon and Porto (in 2009 an extension of CNAI was opened in Faro) to give reply to the several difficulties felt by the immigrants in their integration process in Portugal. The cultural differences, the differences in the way society is organized, the differences in the judicial system, the language difficulties and the amount of diverse services to which immigrants must go have led ACIDI, I.P. to create a Centre totally adapted to the assistance to the immigrant which gathers in the same space different services, institutions and support offices. CNAI are composed by different offices, some are responsibility of public institutions, other of ACIDI, I.P.. Currently, in Lisbon's CNAI, you can find the following institutions: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras/Borders and Immigration Police, Segurança Social/Social Security, Autoridade para as Condições do Trabalho/Authority for Working Conditions, Conservatória dos Registos Centrais/Central Registry, Ministério da Educação/Ministry of Education and Ministério

da Saúde/Ministry of Health. At Porto's CNAI you can also find the same institutions apart from the Ministério da Saúde/Ministry of Health. CNAI also have specialized offices, created by ACIDI, I.P. which aim to give support and information in diverse and specific areas. These are: Family Reunification Support Office (GARF), Immigrant Legal Support Office (GAJI), Social Support Office (GAS), Housing Support Office (GAH), Employment Support Office (with two slopes, one of Professional Insertion and the other of Entrepreneur Support), Consumer Immigrants Support Office (GAIC) and the Qualification Support Office (GAQ). As support office to the general functioning of offices from CNAI there is still the Sheltering and Sorting Office (GAT) - office where sorting is made, the informative process of each person is created and where it is briefly described the issue that needs to be sorted out, proceeding to an adequate guiding of the customers who want to have access to the institutions or specific offices. In this office people are also provided with general information which does not require a specialized support.

- **Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes/Local Immigrant Support Centre (CLAI):** arise from partnerships between ACIDI, I.P. and diverse institutions, organisms and local services and they are spaces of shelter, information and decentralized support, which aim to provide help while trying to reply to the needs/problems faced by immigrants, and it has the ability to interact with local structures, having as a mission, apart from giving information, supporting the multisectorial process of sheltering and integrating immigrants at local level. CLAI works in small offices, which are organized by the local partner institution's technicians. These offices are equipped with multimedia equipment, access telephone to SOS Immigrant Helpline and informative materials. In fact, CLAI have available series of thematic pamphlets in several languages where key points, concerning the most relevant problems for immigrants are summarised: immigration law, health guide for immigrants, family reunification, voluntary return programme, education, social security, employment, etc. These also have studies from the Immigration Observatory and other materials produced by the ACIDI, I.P.

- **Immigration Observatory (OI):** With the Immigration Observatory, ACIDI, I.P. – the High Commission for Immigration and Intercultural Dialogue, seeks to deepen knowledge on the reality of immigration in Portugal, to define, implement and evaluate effective policies for the integration of immigrants.

OI has the following objectives:

- a) To gather, process and make available timely information on the issue of immigration in our country and its horizontal aspects at a global level.
- b) To encourage the collection of supplementary data or information not directly accessible from primary sources.
- c) To build up files, studies and research, in collaboration with expert scientific and academic institutions in the subject area, which appear relevant for the design, orientation and improvement of public policies on immigration.
- d) To publish and distribute publications resulting from its activities, or from other sources of interest, to improve the span of knowledge on immigration.
- e) To promote seminars, colloquia, debates and other activities targeting better understanding of the phenomena associated with population movements destined for Portugal, and with the training of actors to deal with the issues involved as a further aim.

f) Guarantee the connection between ACIDI, I.P. and similar national or foreign institutions, namely structures for observation, data collection, research and systematic analysis of movements of peoples in Portugal, Europe and the rest of the world.

For more information about the Immigration Observatory please consult www.oi.acidi.gov.pt

Other activities from ACIDI, I.P. can be consulted in www.acidi.gov.pt

ACIDI, I.P.'S INTERVENTION IN THE FIELD OF THB

ACIDI, I.P. was partner at the project CAIM – pilot project financed by the European Union Project EQUAL, whose objective was to develop an inter-institutional work in the area of prostitution and trafficking in women for the purpose of sexual exploitation under the adoption of a coordinated strategy. This would allow a shared responsibility in the fight against trafficking and in the support and protection to the victims of this crime. ACIDI, I.P. has made an effort to train mediators from the SOS Immigrant Helpline, from the CNAI Offices and immigrants associations so they could acquire more skills and knowledge in what concerns THB and more specifically, in what concerns the assistance and counselling service. The trainings had the length of 14 hours divided by fours modules; these were given by entities which were partners, such as APF, MAI/SEF, CIG and ACIDI, I.P.

In October 2006, the SOS Immigrant Helpline started having as objective to signalize and to support victims of trafficking, providing services of emotional support, information and guidance. The SOS Helpline uses the Flag Guide for situations of trafficking as it contains clearly defined indicators and it secures the confidentiality of the gathered information and the non-identification of the person victim of trafficking. In the sphere of action of the I National Action Plan against Trafficking in Human Beings the ACIDI, I.P. arose as an entity which, under the tutorship of the Council of the Ministry Presidency, was responsible for the execution of the measures from the Action Plan (and is also part of the Technical Commission of Support to the Coordinator). In the II National Action Plan Against Trafficking in Human Beings ACIDI, I.P. arises as entity which is also responsible for the execution of measures, under the tutorship of the PCM. It is predicted the creation of a technical commission for the support of the coordinator entity which is constituted by a representative of the presidency of the Council of Ministries.

In the sphere of the II Action Plan for the Immigrants' Integration – which integrates THB as an intervention area³⁶ – ACIDI, I.P. has the role of Coordinating the Network of Focal Points which accompany the development

³⁶ ACIDI, I.P. promotes frequently training about THB: National Immigrant Support Centre (CNAI) to socio-cultural mediators, to members from the Ministry offices who work at CNAI and to immigrants' associations. In 2008 CNAI promoted 3 trainings (2 in Lisbon and 1 in Porto), of 2 hours each, which were given by SEF (Borders and Immigration Police). In 2010 it was given 1 training about THB to all the mediators at Lisbon's CNAI, with CIG as partner.

In the II National Action Plan for Integration of Immigrants, there are 4 measures (87 to 90) predicted against Trafficking in Human Beings in the Intervention. It must be highlighted measure 50 in the Intervention Area

and enforcement of the Action Plan. Therefore it is constituted by two representatives of each Ministry and has to present to the Consultation Council for the Immigration Affairs an annual report on the execution of the predicted measures from the Plan. ACIDI, I.P., has since Mai 2005 a protocol with APAV (Portuguese Association for Victim Support), and co-financed by the European Fund for Integration of Third-Country Nationals (FEINPT) since 2007, for the creation and implementation of UAVIDRE ((Support Unit for Migrant Victims of Crime and Racial and Ethnical Discrimination). This unit aims to provide emotional, legal and psychological support - through a personal, qualified, free and confidential perspective - to immigrants victims of crime (among which, victims of THB).

SOS IMMIGRANT LINE

PRESENTATION AND OBJECTIVES

SOS Immigrant Line began working in March 13, 2003. It is a phone service made available by the ACIDI, I.P. to immigrant citizens and their associations, as well as to the employers and public administration, a service able to give general information regarding immigration issues. The phone line offers general information over the problematic of immigration and is prepared to provide counselling and information whenever more serious issues appear (i.e.: attempts against the physical integrity of a person, labour exploitation situations as well as abuses in housing or discrimination attitudes, THB, among others). The phone line main objectives are to offer all the information in the area of immigration, giving immediate answer to all the questions concerning the immigration law, rights and duties in access to jobs, housing, health, education and Portuguese nationality. Whenever more complex issues appear, the situation is signalized and then solved by the coordination staff. It must also refer the citizens to the adequate services whenever the issues are off the extent of this SOS phone line; to give advice and to identify cases of problematic situations; to guarantee an effective equality of rights and duties in the access to the workplace; inhabitanacy; health; education; shelter and integration of immigrants in a more dignified way.

ACTIVITIES

The immigrant citizen who contacts the SOS Immigrant Helpline can request to be assisted by a mediator in one of the following languages: Portuguese, Creole (from Cape Verde), English, French, Spanish, Russian, Ukrainian, Byelorussian and Romanian. Whenever a language is non existent in the SOS Immigrant Helpline the client can resort to the Telephone Translation Service (made available by the ACIDI, I.P.) which will help obtaining the needed clarifications with the support of a translator or interpreter in one of the 60 languages available (through the Telephone Translation Service, the ACIDI, I.P. supplies, since June 2006, the necessary means to guarantee

– Justice, the legal support to immigrants who are trafficked victims. To obtain more details about the Plan, approved by the Resolution of the Ministry Council no. 74/2010, 17 September, consult the Diário da República no. 182, Serie I, 17 September or the website from ACIDI, I.P.: <http://www.acidi.gov.pt/>.

through a conference call format, the simultaneous clarification between the technician from the institution, the translator and the immigrant, to help cross the barrier of language, one of the main hindrances to a good integration of immigrants).

TARGET POPULATION

The SOS Immigrant Helpline provides information to the general public even though its focus is: immigrants and their families; immigrants associations; NGO; unions; parishes; civil governments; city halls and counties; companies; services from the public administration. The Telephone Translation Service is available for all the people who do not speak Portuguese and to all the Portuguese who need to speak with them and thus recurring to this service, which offers the possibility of 54 translators and interpreters.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION – IOM

PRESENTATION AND OBJECTIVES

IOM, created in 1951, is the main intergovernmental organization devoted to the migration area. In the middle of 2010, it counts with 127 States Members, 17 States and 77 NGO with observer statute. The IOM acts, especially, in the following areas: 1) migration and development; 2) assisted migration; 3) regulated migration and 4) forced migration, developing in these sectors activities that include management and support to people's movements; informative services for migrants and for the general public; technical cooperation on migration; it supports voluntary return; it fights against trafficking of migrants; provides health services to migrants and promotes migrant rights giving privilege to an approach focused on the gender dimension of migrations. In Portugal since 1976, this mission of IOM is particularly active in areas such as voluntary return, migration and development, circular migration and technical cooperation and government advisory body.

ACTIVITIES

The OIM team participates actively in conferences, seminars, discussion groups and workshops about THB. It still has available to the national partners the network of focal points of IOM worldwide which are involved in the field of combating THB. IOM provides assistance and accompaniment at Lisbon airport to victims of THB which are in transit in Portugal, with processes of voluntary return managed by other IOM offices.

In the combat against THB, the office in Lisbon, participated at the CAIM (Cooperation – Action - Investigation – World Vision) project. The IOM participated in the identification of training groups (experts in the trafficking field), identified the needs of training on several training groups and contributed to the elaboration of the training content and to the applied methodologies, having also organized the actions of training for the trainees. IOM has had the responsibility of the definition and execution for the communication strategy of CAIM project. The general objectives of this activity were to increase the visibility of the problematic of trafficking in women for the purpose

of sexual exploitation and prostitution. The specific objectives were to inform and raise awareness of the public opinion for trafficking in women for sexual exploitation, to raise the awareness of media and of journalists for the importance of the approach regarding trafficking in women and its spreading, avoiding the promotion of stereotypes and false representations of reality near the public opinion and diffusion of the project activities and its results. Still inserted in CAIM, IOM contributed to the realization of an International Seminar on Trafficking and Exploitation, in 2006, which had as main objectives the promotion of transnational cooperation and the exchange of experiences in what concerns the combat, prevention, protection and social integration of the victims, as well as the support in the adoption of political measures which aim to give answers to the protection needs of trafficking and sexual exploitation victims; the improvement of knowledge over the dimension and characteristics of the phenomenon; the sensitization of specific professional groups (journalists, authority agents and public entities, etc) and the civil society. Currently, an expert of Rome IOM comes to Portugal regularly to provide a continuous training to the Conference of Religious Institutes (CIRP) in the field of THB.

OBSERVATORY ON TRAFFICKING IN HUMAN BEINGS – OTSH

PRESENTATION

The Observatory on Trafficking in Human Beings (OTSH), framed by the 1st National Action Plan on THB (2007/2010), and it was created in 2008, by Decree-Law no. 229/2008, 27 November, from the Ministry of Internal Affairs, as a response to European and International recommendations on building monitoring. The OTSH has already become a national and international reference in the analysis, knowledge and intervention on trafficking in human beings and other forms of gender violence.

OBJECTIVES

The mission of the Observatory is to produce, collect, analyze and disseminate information and knowledge on trafficking in human beings and other forms of gender violence.

COMPETENCES AND ACTIVITIES

- To produce, collect, analyze and disseminate information and knowledge on THB and other forms of gender violence;
- To support political decision-making;
- To promote and develop technological applications to support data collection and analyses;
- To promote research and publications on trafficking of human beings;
- To maintain an up-to-date bilingual website with diverse information on THB such as news reports, legislation, research papers, studies and other relevant information;
- To maintain an OTSH site in the INTRANET from the Ministry of Internal Affairs;
- To consolidate the Monitoring System on THB.

TARGET POPULATION

The beneficiaries of the Observatory activities are the Ministry of Internal Affairs, the Ministry of Foreign Affairs, the Directorate-General for Justice Policy, enforcement agencies, NGOs or other bodies that work closely with trafficking in human beings and the civil society.

OTSH INSTITUTIONAL RELATIONS

It keeps institutional relations with national bodies, such as the Directorate-General for Justice Policy, the General Directorate for Internal Administration; the Ministry of Internal Affairs, the Secretary General of Internal Security; the Commission for Gender Equality, the I National Action Plan Against THB and NGO's; as well as international bodies, namely International Organizations, European institutions, Peers Institutions, National Rapporteurs and Embassies.

SOCIAL SECURITY INSTITUTE – ISS, I.P.

PRESENTATION

The Social Security Institute (ISS, I.P.) is a legal collective person of public law endowed with administrative, financial and patrimonial autonomy. It has the nature of a Public Institute and is under the guardianship of the Ministry of Labour and Social Solidarity. It was created in January 2001 with the goal of establishing a new model of administrative organization, enhance its abilities of strategic management and implement national coordination. Its activities are developed all over the continental national territory through the Central Services, the 18 District Centres, the Centro Nacional de Pensões (National Centre for Pensions), the Centro Nacional de Protecção Contra os Riscos Profissionais (National Centre for Protection against Occupational Hazards), and a wide network of permanent care services.

Under the framework of the Guidelines Law of the Social Security System, ISS, I.P. assumes a decisive importance, including the Sistema de Protecção Social de Cidadania, o Sistema Previdencial e o Sistema Complementar (System for the Social Protection of Citizenship, the Welfare System and the Complementary System).

In conformity with the decentralization and subsidiary principles laid down in the Social Security Basic Law and, in particular, with the proximity to the citizens, this Institute has, besides the District Centres mentioned before, Local Services for the Social Action. Their aim is to provide assistance, information, guidance and technical support to individuals and families with complex social problems. In addition, they also take action, permanently, in emergency situations through the Social Emergency National Line - LNES - 144.

VISION

Ensure the protection and social integration of citizens.

MISSION

The management of the Social Security regimes, including treatment, recovery and compensation for diseases or disabilities resulting from occupational hazards; the recognition of rights and the fulfilment of the obligations that derive from the Social Security regimes and the practice of Social Action; ensure the implementation of international instruments on Social Security and Social Action.

OBJECTIVES

ISS, IP's strategic objectives:

- Reinforce social protection;
- Improve the performance of the allocation of benefits;
- Increase contributory compliance;
- Improve and standardize the quality of the service;
- Increase the efficiency of services.

SOCIAL EMERGENCY NATIONAL LINE – LNES

PRESENTATION

The Social Emergency National Line (LNES) is a nationwide public service that operates continuously and uninterruptedly for the protection and safeguard of the security of citizens in a situation of social emergency - 24 hours a day, 365 days per year – available through the phone number **144**.

GENERAL OBJECTIVE

Trigger an immediate response to situations of social emergency and ensure the accessibility to subsequent social support and counselling in a perspective of integration and autonomy.

SPECIFIC OBJECTIVES

- Identify and give immediate response to social emergency situations;
- Forward the emergency situations where there is danger to the physical, psychological and social integrity of the individuals to services that provide healthcare and shelter;
- Ensure conditions of protection in situations of vulnerability with associates risks;
- Flag and submit into monitoring the situations of severe social exclusion.

IN THE AREA OF HUMAN TRAFFICKING

ISS, I.P., being the public entity responsible for the implementation of social politics measures, for the width of the social issues it accompanies, for the scope of its territorial action (national) and for its connections with other entities aimed at social intervention, integrated a Partnership for the Development of Project CAIM – Cooperation, Action, Investigation and World Vision.

In a context of valorisation of the active participation, as a strategic agent for the dissemination of Project CAIM products and with the aim of consolidating a national network of support and protection to the victims of THB, ISS, I.P. took the role of mediator along the District Centres and Social Networks, organizing and holding five encounters with entities from the Social Networks in the districts identified as those where situations of trafficking occur more often. ISS, I.P. also contributed to the creation and maintenance of the Shelter and Protection Centre for Victims of Trafficking in Human Beings that gives shelter to women who were victims of THB, whether they are accompanied by their under-aged children or not; and to the implementation of the model: Flagging-Identification-Integration, with the intention of promoting a wider knowledge of the issue in Portugal.

The I National Action Plan Against Trafficking in Human Beings (2007-2010) presented itself as an indispensable tool in the sharing of responsibilities between the different government entities and the civil society and imposed the necessary and appropriate measures of protection and support in the best interest of the victims. ISS, I.P. was one of the responsible entities for the execution of measures and integrated a Technical Commission that gave support to the coordinator. In the second National Plan, ISS, I.P. is still one of the responsible entities for carrying out the measures that are included in its area of competence.

For a more detailed description of the ISS, I.P., go to <http://www2.seg-social.pt/ingles/>

**Criminal police's
description
Portugal**

BORDERS AND IMMIGRATION SERVICE – SEF

PRESENTATION AND OBJECTIVES

Borders and Immigration Service, abbreviated to SEF, is a security service organised vertically under the Ministry of Home Affairs. It has administrative autonomy and its fundamental objectives within the internal security policy include border control of persons, leave to stay and the activities of foreigners in Portugal, as well as the study, promotion, coordination and execution of measures and actions related to these activities and migratory flows. SEF acts especially in four main areas: regulation of migratory flows, promotion of legal migration, combat against smuggling and trafficking in human beings and also the promotion of the immigrant’s integration. The main legal instrument of this policy is the Decree-Law 23/2007 from the 4th of July.

Its activity is imbued by the respect for everybody’s Human Rights, particularly the ones from immigrants, having as main priority the combat against the phenomenon which despise and violate them and against whom SEF has a fight without truce as in the case of THB. In fact, the Criminal Police Law (Decree-Law 38/2009, July 20) has specific objectives: “to vent, to suppress and to reduce the violent, severe or orga-nized criminality, including (...) the repression of criminal groups dedicated to THB (...) or to smuggling and defining THB as one of the priority crimes in what concerns prevention and investigation, an therefore establishing immigrants as highly vulnerable victims.”

It is up to the Immigration Law to proceed to the support to victims of THB and of smuggling, namely, to grant a renewable authorization of residence for a year, to give access to information regarding the victim’s rights to receive support and protection, as well as the grant to a reflection period from 30 (minimum) to 60 days (maximum) regardless from the authorization of residence.

It is up to the Direcção Central de Investigação, Pesquisa e Análise da Informação (Department for Criminal Investigation, Surveillance and Intelligence) – DCIPAI - from SEF the development of actions which aim to prevent, to enquiry and to investigate the activities which are related with smuggling and connected crimes, as well as with THB.

PARTNERSHIPS AND ACTIVITIES

SEF cooperates with other entities from the criminal police and “civil” society, nationally and internationally; the international cooperation with the police can be direct, bilateral or multilateral and it happens through the contact with entities as EUROPOL and INTERPOL, and also with EUJUST. This cooperation is important for a successful intervention from SEF.

SEF has officials in Ukraine, Russia, Brazil, Cape Verde, Senegal, and immigration officials in Sao Tome e Principe, Guinea and Mozambique. It’s important to mention the information exchange between the connecting officials and their fundamental role in the visa permission and eventual processes of voluntary return of victims of trafficking.

To fight against THB is necessary training and prevention. Thus, SEF participates and gives training about THB to other enforcement agents, NGO and other entities in Portugal and outside the country, namely to similar services.

SEF has also been developing several awareness and sensitization actions against THB, such as the Campaign “Não estás à Venda” (“You are not for sale”). This Campaign was also launched in Cape Verde, Brazil, São Tomé e Príncipe and Angola, and in 2011 its actions proceed and have as target the civil society, particularly students, health personnel and officials who deal with social problems. So the actions are being done at schools and in health centres. In Portugal, inspectors from SEF have gone to circa 350 schools, 13.500 enquiries were replied, and 35.000 books from the Campaign “Não estás à venda” were distributed.

Recently it was launched the Campaign “SaferDicas” (“Safertips”) which alerts for the dangers and cautions one must have in the Internet, namely the recruitment for THB.

SEF organizes frequently national events in partnership with international entities with focus on the prevention and fight against THB, such as:

- Seminar co-organized with IOT about “Indicadores de Tráfico de Seres Humanos para exploração laboral e estudo sobre adaptação destes indicadores à investigação” (THB factors for the purpose of labour exploitation and research on adapting the factors to the investigation, [T.N.]). The Seminar had the presence of magistrates from 18 states and several representatives from the criminal police and NGO;
- Luso-Brazilian Seminar about the Internet “Navegar com Segurança” (“Navigate with Safety”) which alerted to the dangers of recruitment for THB through the Internet. This Seminar had the presence of several entities and operators from the New Technology’s area;
- International Conference on “Direitos Humanos e Migrações” (Human Rights and Migrations) organized by MAI and SEF and co-organized with the Assembly of the Republic, in particular the Commission for Constitutional Affairs, Rights, Freedom and Guarantee from the Assembly of the Republic, together with the Sub-commission for Migrations, Refugees and Population from the Parliamentary Assembly of Europe’s Council, with the European Committee for Migrations from the European Council and with the participation from ONHCHR and from ACNUR. This conference had the presence of 200 people, 50 of them coming from other countries;
- SEF’s participation as partner in the project approved by the European Commission with IOM, Sweden, Belgium and 5 more member states on “Novas Estratégias para o combate ao TSH” (“New Strategies to fight THB”) which organized the Ministry Conference against THB, among others;
- To develop a project in partnership with Brazil and IMPD against THB to define strategies for the place of origin of Brazilian victims.

SEF also writes and publishes studies and researches about THB, such as:

- Study and analysis of 13.500 enquiries replied throughout the campaign “Não estás à Venda” with conclusions on the knowledge about THB, way to acquire them, importance of the campaign, perception of THB and possible contact with victims of THB;

Laços e Fronteiras

- Edition of the EC's book *Não estás à venda* in Portuguese language, a comics book with four different stories which show the most common cases of THB;
- Edition of *Saferdicas* to raise awareness on the dangers existent in the Internet for the recruitment of THB;
- *Testemunhos de TSH. O Caso Nicolae (Testimonies of THB. The Nicolae Case)* gathers testimonies from THB victims in a case investigated by SEF and whose traffickers had extreme penalties, as the investigation shows and resumes the conviction by the court.

JUDICIARY POLICE - PJ

PRESENTATION

The Judiciary Police, superior body of the criminal police organized hierarchically on the dependence of the Ministry of Justice and fiscalized in terms of the law and it is a central service of the direct administration from the State and imbued with autonomous administration.

MISSION AND COMPETENCES

PJ has as mission to support the judiciary authorities in the investigation, to develop and to promote the prevention, signalling and investigation actions which are part of its competences or which are attributed to it by the competent judiciary authorities, proceeding with the competences defined in the respective Organic Law, according to the Organization Law for Criminal Investigation and to the Board of Law of the Criminal Policy.

PJ supports the judiciary authorities in processes related to crimes whose detection or investigation is their duty or when it seems to be necessary the practice of acts which are previous to the trial and which require knowledge or special measures, acting then in the process under the direction of the judiciary authorities and under their functional dependency, without detriment of the respective hierarchic organization and autonomous technique and tactics.

PJ is also responsible for the functioning of the Interpol and Europol Offices for effects of its own mission and to share information according to the rules predicted by law.

To develop its competences PJ has available a Laboratory of Scientific Police, technically prepared for the execution of criminal investigation on the several domains of the forensic sciences, namely ballistics, biology, documents, handwriting, physics, lofoscopy, chemistry and toxicology, and contains as well a criminal information system on a national level.

ACTIVITIES

PJ, in what concerns prevention and criminal detection, is able to:

- a) Promote and execute actions destined to enhance the general prevention and to reduce the number of victims of crime, by motivating the citizens to adopt precautions and to reduce acts or situations which facilitate or hurl the occurrence of criminal acts;
- b) Proceed to the adequate diligences to clarify the situations and to gather the circumstantial evidence.

In the area of criminal prevention PJ proceeds to the detection and to the dissuasion of conducting situations which may lead to the practice of crimes, namely through the inspection and vigilance of susceptible places to the practice of illicit criminal acts, without detriment of the remaining organs of the criminal police.

The competences of PJ in what concerns the criminal investigation are defined in the Organization Law for Criminal Investigation. Thus it is a reserved competence of PJ the investigation of the generality of the crimes, which violate the main juridical goods, which are tutored legally and to which it corresponds a higher censorship from the point of view of the sanction, which is applied to them. Apart from these it is also PJ's responsibility large number of crime investigations whose production of evidence reveals to be more complex and disseminated, particularly when the investigation assumes a special complexity by force of the multiple localization of the behaviours of even by the plurality of the officers or of the victims; when the facts have been committed by means of elevated organization or assume a transnational character; or even when the investigation requires, constantly, knowledge or means of high technical skills.

Finally, it is also PJ's responsibility the investigation of smuggling, trafficking in people and the falsification or counterfeiting of identity cards or of travels connected to them.

TARGET POPULATION

PJ is an CP entity especially endowed, prepared and doted of human resources and material necessary to the prevention and investigation of the most severe forms of criminality, such as the crimes against people and, in particular, victims of the diverse forms of human trafficking. Therefore PJ besides having highly qualified inspectors has been making an effort to adapt its offices to diminish the crime effects over the victims.

PJ has also been deepening the relation with diverse organizations from the civil society, namely, in what concerns social assistance. Apart from this profound interaction with the civil society, PJ has been participating in numerous prevention, training and counselling actions of several public and private institutions to leak out the detection forms of the phenomenon no of trafficking in human beings and the legal mechanisms that must be followed by victims and NGO.

At last and similarly as to what happens with the other organs of criminal police with intervention in this area, PJ has been cooperating in the depth of this criminal phenomenon.

INTERVENTION AREA

PJ is organized in national units with specialized competences – Unidade Nacional de Contra-Terrorismo (National Unit of Counter Terrorism), Unidade Nacional de Combate à Corrupção (National Unit to Combat Corruption) and Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes (National Unit to Combat Drugs), all of them with headquarters in Lisbon – and in Directorships of general competences – North Directorship, at Porto, Centre Directorship, at Coimbra, Directorship of Lisbon and Vale do Tejo, and South Directorship, at Faro. Apart from these, PJ still has a department of criminal investigation in Aveiro, Braga, Funchal, Guarda, Leiria, Ponta Delgada, Portimão and Setúbal.

Any victim of human trafficking or any person who has relevant information can go to any organic unit³⁷ and transmit the information it has, or equally go to the website and fill in the “electronic complaint” (queixa electrónica) available at www.pj.pt

PORTUGUESE REPUBLICAN NATIONAL GUARD – GNR

PRESENTATION

The GNR is a security force of military nature, with jurisdiction in all the national territory, including the sea territory³⁸, which has as mission to secure the rights and freedom of the citizens, guaranteeing the legality and the highest security patterns and public tranquillity in the respective areas and issues of its responsibility.

ATTRIBUTIONS

Among the attributions which are legally attached to the GNR the following ones are highlighted:

- To guarantee the public order and the tranquillity, as well as the protection of people and of the goods;
- To prevent criminality in cooperation with the remaining security forces and services;
- To develop actions of criminal investigation attributed to it by law, delegated by the judiciary authorities or requested by the administrative authorities;
- To participate in the control of the entry and exit of people and goods in the national territory;
- To protect, help and assist the citizens, defend and preserve the good which are under dangerous situations; to look after the security of citizens;

³⁷ In order to know more about the organic units and their addresses, please proceed to the page 175 from this Resources Guide.

³⁸ In case of simultaneous attributions to the Police of Public Security, the responsibility area from the Guard is then defined by the Tutor Ministry, reaching about 94% (86.597.4 km²) of the national territory and about 54% of the population (5.756.027 inhabitants).

Laços e Fronteiras

- To secure, within its mission, the surveillance, the patrol and the interception at land and sea, throughout the entire coast and territorial sea from the continent and from the autonomous regions, as well to control and inspect the vessels, its passengers and cargo.

To carry out the above attributions, GNR has available several units and organs; where the territorial units, located in all the districts from the continent and islands, are detached. These execute all the designated functions in the areas they are responsible for. These units have as base structure the police station spread all over the country. At the moment the number of police station is 477.

ACTIVITIES

1. The territorial units from GNR by means of its subunits, particularly through its police stations and by the Criminal Investigation Divisions, has the incumbency to signal, to identify and to accompany the criminal situations, including the crime of trafficking in people; and promoting whenever is needed the specialized and personal assistance as well as the adequate and possible actions of protection to the victims;
2. The patrol system orientated to the problem allows that certain situations are targeted with a more specific police approach, by militaries who are more conscious and alert for the problematic, and therefore capable of identifying the situations and thus signaling them to their respective captains, so that a possible accompaniment, preventive and anticipated, is possible. In the specific cases of trafficking in people, this action is set forth into a series of actions of operations and patrols, often made together with other security forces and services, in places and at timetables susceptible of occurring cases of trafficking for the purposes of sexual exploitation (pubs, brothels and other establishments of nightlife) and labour exploitation (construction and public works, seasonal activities and domestic services);
3. The perceived situations are then guided to the competent judiciary authority which determines which actions must be taken, by the skilled OCP³⁹ as well as the adequate measures to protect the victims;
4. The GNR performance is made bearing in mind a global vision of the criminal problematic, which contemplates as well the prevention and victim's support areas. In this particular field it must be detached the IAVE Project, constituted by 24 Divisions for Investigation and Support to Specific Victims (18 at the headquarters from the districts and 6 decentralized), whose militaries have specific and specialized training of criminal investigation and victim's support. This new area, focused in the prevention, accompaniment and investigation⁴⁰ of violence exercised over the victims who have specific needs, such as victims of trafficking, has been allowing the GNR to improve its operational answer in the sphere of violence committed against groups of people who are more vulnerable and who constitute a social phenomenon of high complexity. It is still up to the Guard to guide the victims to the more adequate associations which belong to the victim's support network within the existent partnerships.

³⁹ The crime of trafficking in human beings (article 159 from the Penal Code) is a crime whose investigation belongs to the Judiciary Police and to the Border and Immigration Police.

⁴⁰ When the crime is part of the Guard competences.

PARTNERSHIPS/COORDINATION

In its specific action in THB, the Guard cooperates with several organs and institutions which are linked to this problematic, namely:

1. With other forces and security services through the established coordination mechanisms: Sistema de Coordenação Operacional (SICOP – System of Operational Coordination); Coordenação Técnica e Operacional – SEF – Technical and Operational Coordination – Border and Immigration Police; Unidades de Coordenação e Intervenção Conjunta (UCIC – Coordination and Joint Intervention Units);
2. With the Observatory on Trafficking in Human Beings (OTSH), through an official named as focal point to all the issues in the field of that organism;
3. With entities and governmental organizations and NGO, such as: CIG, APAV, APF or UMAR.

In the sphere of making studies about the thematic of THB, the Guard has been cooperating in several projects, which are being developed by university institutions, in example, the Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais (Institute of International Strategic Studies) and the Permanent Observatory of the Portuguese Justice (OPJ) from the Centre of Social Studies from the University of Coimbra, as well as researchers who dedicate to the elaboration of works in this field.

PUBLIC SECURITY POLICE – PSP

PRESENTATION

The Public Security Police (PSP) is a security force whose mission it to secure the democratic legality, to guarantee the intern security and the rights of the citizens as predicted in the Constitution and by law. The PSP attributions are applied to the entire national territory, excluding only the areas which are part of other forces and security services. In Azores and Madeira the mentioned attributions are done under a character of exclusivity. PSP is at the service of the citizens 24/7, 365 days per year nationwide. In normal situations, its activities are developed according to the objectives and goals of the internal security policy. In particular situations, its attributions are according to the national defence legislation, state of siege and emergency state.

OBJECTIVES AND ATTRIBUTIONS

To guarantee the rights of citizens, to give a proper and adequate support and protection to the victims of crime, such as victims of trafficking in human beings, are the current concerns of PSP. The development of the police activity near the population, the visibility of the security forces and its effective capacity to sort out the concrete problems of the citizens are objectives that correspond to what is nowadays designated as Proximity Patrolling.

PSP has as main attributions:

- To guarantee the security conditions which allow the right to liberty and freedom and the respect for citizens

guarantees, as well as the full development of the democratic institutions in the respect for the law and for the principles which belong to the state by law;

- To guarantee the public order, tranquility, the citizens' and goods' security and protection;
- To prevent criminality together with other criminal forces;
- To prevent the practice of acts which are against the law and the statutes;
- To develop actions of criminal investigation and ordinance which are attributed to PSP by law, or delegated by the judiciary authorities or requested by the administrative authorities;
- To watch over the law enforcement and regulations regarding the earth roads and the road transports, to promote and guarantee the road security, through the inspection, planning and traffic discipline;
- To guarantee the application of the administrative acts which aim to prevent law failure or its continuous violation;
- To participate in the control of people and goods that enter and leave the national territory;
- To protect, give aid and help the citizens and to defend and preserve the goods that are in danger, due either to human beings or to nature;
- To maintain the surveillance and protection in specific points, namely bus, train stations and airports, public buildings and other critical points;
- To guarantee the security in the sport and other leisure events;
- To prevent and detect traffic situation and consume of drugs or other forbidden substances through vigilance and patrolling of areas known as trafficking or consume points;
- To participate, according to the law and commitments made, national and international treaties and conventions, in the application of the external policy in what concerns international management of crisis situations, peace and humanitarian. It cooperates with other police forces on international and European Union level and in the representation of the country within international organisms and institutions;
- To contribute for the training and information in security issues;
- To develop the remaining attributions which belong to this force by law.

Other attributions from PSP are:

- To give licence and control the production, storage, commercialization, use and transport of weapons, munitions and explosive substances which do not belong to the armed forces and other security services;
- To give licence and control the activities from the private security and provide its respective training, in cooperation with the remaining forces and security services and with the inspection of the Internal Administration;
- To secure a permanent contact point for an international exchange of information related to violence events associated to sport.

ACTIVITIES

PSP, as full body of police, develops several activities of prevention and fight against THB and connected crimes:

- In the field of criminal prevention, PSP develops several actions of control to places of nightlife, patrolling in

critical zones and in areas linked with THB and connected crimes;

- In the field of THB several investigations are developed in areas such as panderism, diverse robberies (victims of trafficking are used for the practice of these crimes), domestic violence, nightclubs, among others.

PSP has **Proximity and Victims Support Teams (EPAV)** responsible for the security and for the proximity patrol, in the respective sector which is part of the responsibility of the sub-units and according to the security diagnosis made by each command they focus in the prevention and vigilance:

- in commercial areas;
- in residential areas mainly inhabited by elderly citizens;
- for the prevention of domestic violence;
- for the victim's support and accompaniment post-victimization;
- for the identification of problems which might interfere in the security of the citizens and in the detection of unreported crimes.

The police elements which are part of these teams are designated as **Proximity Officers**. These officers have a mission which embraces the visibility patrol, the resolution and managing of conflicts/occurrences, the strengthening of the relation police-citizen and the detection of situations which might constitute social problems or from which criminal practices might occur. The proximity officers are dependent of a determined number of rules of empowerment or delegation of powers and of responsibility. They establish contacts with the civil population, services from the county and city halls, courts, social assistance technicians, boards of direction from schools, traders and other citizens. The responsibility of the proximity officers constitutes another fundamental part of the program⁴¹, namely, through the definition of protocols which delineate procedures, formularies and performance norms which aim to bonds them to identify problems and to act in situations which, directly or indirectly, can influence the public security and road safety (abandoned cars, public light, graffiti, damaged or destroyed road signs, derelict houses, identification of minors at risk or abandon).

TARGET POPULATION

Any citizen who has been a victim of crime can count with the support of PSP. PSP has specialized knowledge and services for people with certain problems, such as women who are victims of domestic violence and mistreated children. A considerable number of police stations have already more modern and comfortable spaces to give more privacy during assistance. These are called support rooms and assistance offices to victims of crime. These rooms aim for a specific public: domestic violence, victims of violent crimes; disabled people.

⁴¹ Program Integrated in the Proximity Patrol (PIPP). [T.N.]

**Civil society
entities' description
Portugal**

AMNESTY INTERNATIONAL PORTUGAL – AI

PRESENTATION

AI does not forget for whom it works. Since 1961 AI fights to end the abuses against human rights, being always attentive to the way things are enrolling on national, regional and international levels, paying attention to the state of affairs and its conjuncture. The excessive globalization has led to a high disparity among rich and poor and to people taking advantage from the frontiers' opening to search for a better life. AI is aware that poverty is a result from the numerous violations of human rights, but also a cause for it. It is a phenomenon to combat as the ones who suffer more from the lack of dignified living conditions and face more difficulties are the most poor and discriminated people. AI looks at this never-ending cycle of poverty and demands "Demand Dignity" with its current campaign. People in the search of employment and provisions to guarantee their subsistence are more vulnerable in the hunt for work in other countries and are, quite often, controlled by criminal organizations which take advantage of their vulnerability. The WOMAN is still the representative of most victims, because poverty speaks too many times on the feminine. Prejudice against the woman, among so many other prejudices and stereotypes such as nationality or ethnicity, become in the brutal enemy of the respect of human rights.

ACTIVITIES

The AI appeals to the governments, organizations, intergovernmental organizations and other agents, either belonging to the state or not, demanding the respect for human rights and, as such, it develops a work of deep investigation all over the world. Whatever is not respected, protected, and not supervised is denounced to the civil society, to other governments and to the international community. Every year AI publishes the Annual Report and searches to mention regions and countries with focus on what has not yet been achieved, what has been missing, but also what has changed for better. It develops urgent actions, specifically related to concrete cases, demanding the respect for then human rights, where faces, names and lives under danger and pressure are introduced. In such actions AI demands that the abuses against those people come to an end, and then, the pen and the e-mail travel very far away, helping to have better results, helping to release people and to improve people's lives, as it has been happening throughout the last years. AI has concrete actions within each country, as some appeal more to trafficking than others, either for its economical, social and cultural features, or by the law and strict (or not) fulfilment of the norms. AI wishes to disseminate a global conscience over the gravity of the phenomenon of Human Trafficking, in its complete sphere, as only through the knowledge of its roots, more or less standard behaviours, environment in which operates, can be possible to recognize a victim and understand the importance of signaling and thus eliminating the existent prejudices. AI wishes to equally strengthen people's conscience for a responsible consume – to have the notion that, sometimes, people can be buying a product made of labour exploitation, just because it is cheaper. It is indispensable to alert the social conscience that people can be part of the Human Trafficking conspiracy even though they are not aware of it. AI works in partnership with the most diverse organizations, continuously or more periodically, trying together to give input on the reality of HT, on gender discrimination, among other themes, either researches, law decrees, concrete activities

of trainings, or raising awareness and information. AI gives its best, learns and receives from other organizations, in an attempt to reach together to the last and common objective – the respect for human dignity.

ASSOCIATION LUSOFONIA CULTURA E CIDADANIA – ALCC | REDE CIDADÃ PROJECT

PRESENTATION

ALCC (Lusophony Culture and Citizenship Association) is a non-profit association which initiated its activities in 2000 and was legally constituted in 2007. Its main goal is to provide support to all immigrants of Portuguese language who live in Portugal. ALCC was born from the need to intervene in situations which involved immigrants of Portuguese language with the purpose of promoting their legal and social integration. Its objective is the immigrants' insertion in the Portuguese society to facilitate the admission to the necessary services for their survival, to the maintenance of their rights and to their social insertion. In 2010 ALCC created the Project Rede Cidadã (Citizen Network), in partnership with Gebalis, and whose main goal is the support to victims of domestic violence and their families. Rede Cidadã Project is involved in the introduction of a service of institutional promotion and articulation which targets the interaction and involvement of the society in the defence of Human Rights and in the fight against sexual and domestic violence, with the objective of underpinning an effective system of detection, prevention and treatment/guidance to victims of violence through the social services and networks and by developing sensitization sessions and thus mobilizing the society for the woman's value and the respect for the Human Rights in our society.

PROJECT'S OBJECTIVES

To provide counselling in the following areas: Social Assistance, Legal Issues, Psychology and Sociology with the services of diagnosis, guidance and accompaniment of the clients. This Project also considers the gender, race/ethnic and power relations as this is a transverse phenomenon and affects the whole society and its members of diverse origins.

PROJECT'S ACTIVITIES

- Psychological Support;
- Juridical Support;
- Social Support;
- Reception and guidance of clients;
- Clothing Bank;
- Multiple arts' workshops.

PROJECT'S TARGET POPULATION

Victims of domestic violence and their families. There are no age or gender restrictions.

PROJECT'S INTERVENTION AREA

Ameixoeira and outskirts – Lisbon.

PROJECT'S PARTNERSHIPS

APAV – Portuguese Association for Victim Support; Banco do Bebê; Health Centre from Lumiar; Social and Parochial Centre from Charneca Galinheiras; CIG – Commission for Citizenship and Gender Equality; MDV – Movimento de Defesa da Vida (Movement for Life Defence); PAV – Ponto de Apoio à Vida (Support to Life); Raízes (Roots); UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta (Women's Collective Alternative and Answer).

ASSOCIATION POSITIVO | REDLIGHT PROJECT

PRESENTATION

Association Positivo, officially founded in 1993, has been fighting throughout the years for the rights and inclusion of people infected with HIV. It is a support and gathering place for these people and their families, partners, among others. In 1998, Positivo has opened the Espaço Positivo (Space Positive) in Lisbon, giving thus support through pair and self-help groups. For the first time these services are done by people who are infected with HIV and with training to do it. Positivo is then an association of people infected with HIV working for people infected with HIV and thus giving privilege to the involvement of these ones in the national and international policies on HIV/AIDS and in the resolution of their own problems. It offers diverse services of support: individual; medical and nurse care; psychological; social; phone/e-mail assistance; legal office; support groups and socio-cultural groups. Since July 2003, the Association Positivo has been developing the RedLight Project - Project to Support and Provide Information to Sex Workers which aims to support people who are dedicated to prostitution in the area of Cais do Sodré and other areas from Lisbon. It aims to promote the physical and mental health from a general perspective and, more specifically, to supply knowledge on sexually transmitted diseases.

PROJECT'S OBJECTIVES

- To improve the self-esteem of the target population;
- To improve the conditions of physical, mental and social health of the target population, as well as improving the information of their rights as citizens;
- To increase the health habits and decrease the incidence of risk behaviours;
- To decrease the infection incidence by HIV and other STD;

Laços e Fronteiras

- To decrease the number of HIV infections and other non diagnosed STD, raising awareness for the HIV tests and other STD;
- To ease some basic needs near the target population through the realization of a Clothing Bank, Accessories, Toys and objects for the House, at the Associação Positivo;
- To organize educational initiatives which promote health habits;
- To provide support in different areas: medical, nursing, social, legal and psychological to the target population;
- To elaborate an enquiry about social conditions and the prevention habits of this population in order to try to build an effective programme of AIDS prevention and other STD and to improve the life situation of the target situation;
- To work the adhesion to the instituted therapeutic;
- To promote education and information;
- To encourage autonomous habits in the search of health care.

PROJECT'S ACTIVITIES

- **Street Visits** to the area of Cais do Sodré and other areas of Lisbon (Praça da Figueira, Martim Moniz, Artilharia 1, Técnico, Conde Redondo). These street visits aim to inform about the project and the different existing supports at the Associação Positivo, to inform about health care and to distribute condoms and other materials from the project;
- **Medical Support** in the preventive, healing and rehabilitation area, prescriptions and diagnosis help are provided. There is also the possibility of initial check-up of the STD (AIDS/HIV, Hepatitis B and C, Syphilis and HPV – Human Papilloma Virus). The association can also do blood analysis and cytology;
- **Individual Nursing Care** and primary and secondary health care;
- **Psychological Support** in the field of support psychotherapy, to intervene in crisis, to give counselling or a more *on going* psychotherapy, in case it is required and adequate;
- **Social Support** so that the clients' rights as citizens become effective. Through a social diagnosis made with the involvement of the client, the Associação Positivo tries to give a proper solution to each case, always according to the desire, expectations and needs of the clients. The diverse situations are accompanied as well as the solutions required and/or more adequate;
- **Legal Support** to promote information and counselling of the clients so they are aware of their rights and duties as citizens.

All the services are free. Illegal immigrants can have access to all the services without fear of being deported.

ASSOCIATION OF WOMEN AGAINST VIOLENCE – AMCV

PRESENTATION

AMCV is an independent, secular and non-profit NGO, working since 1992 for the promotion of Human Rights, namely Women's Youth's and Children's Rights, and in the combat to all forms of Gender Violence and Discrimination. Violence against women (in its multiple forms) is one of its main intervention areas.

PRINCIPLES

- Women, youngsters and children's rights are Human Rights;
- Violence against Women, Youngsters and Children is a responsibility for the whole society;
- Violence perpetrated by men against women is gender violence.

OBJECTIVES

- To inform and to raise society's awareness on the issues of violence against Women, Young People and Children;
- To challenge the attitudes, beliefs and cultural patterns which perpetuate and legitimate violence against Women, Young People and Children;
- To train professionals in the field of violence against Women, Young People and Children;
- To lobby in order to ensure the promotion of Women's, Youth's and Children's Rights;
- To develop local, national and international networks to promote models of best practices;
- To assess the needs of Women, Young People and Children Survivors of violence and to advocate for their rights;
- To provide specialized support to Women, Young People and Children survivors of violence;
- To offer temporary refuge to Women, Young People and Children Survivors of violence.

PRINCIPLES OF INTERVENTION

AMCV's intervention model is based in an educational and empowerment (strengthening) perspective of Women, Young People and Children according to the following principles:

- Recognize and value women's experiences;
- Respect and their perspective and decisions;
- Recognise and support that Women, Young People and Children have the right to be informed in order to increase their power to choose and decide;
- Recognise their right to confidentiality;
- Recognise the right to an intervention that ensures the safety of Women, Young People and Children.

SERVICES

AMCV offers the following services free of charges:

- Advocacy and counselling;
- Legal advice;
- Supported employment;
- Psychological support for Women, Young People and Children;
- Self-help groups;
- Young people forum;
- Documentation Centre;
- Shelters for Women survivors of violence and their children.

AMCV has available training packages to professionals, namely: lawyers, judges; magistrates; police officers; psychologists; teachers; nurses; doctors; social assistants; etc for the following areas: domestic violence; child abuse; bullying; trafficking in women.

CASA DO BRASIL DE LISBOA – CBL

PRESENTATION AND OBJECTIVES

The Casa do Brasil de Lisboa (CBL – Brazil’s House) is a civil association, without profit intentions, officially grounded in January 1992, by Brazilian who were living in Lisbon and by Portuguese who were fond of Brazil, and the association is open to all the nationalities. CBL defends the interests of all the immigrants that are living in Portugal, especially Brazilian and the ones with Portuguese origin, under a perspective of integration and the fight for equal rights and citizenship responsibility. CBL acts as a reflection place, promotes thematic debates and intervenes directly in questions related with the immigration politics in Portugal and in the fight against racism and xenophobia, among others. CBL is an immigrants’ association recognized as such by the Law 115/99, from August 3, 1999. Through its president, CBL represents the Brazilian community at the COCAI – Consultant Council for Immigration Affairs from the Presidency of the Council of Ministers⁴², at the CMIC – Council Municipality for Interculturality and Citizenship and at the European Brazilian Network. Its president is part of the Commission for Equality and against Racial Discrimination (CICDR)⁴³, as elected person by the remaining consultants for the triennium 2009-2011. CBL has been participating, together with other organizations, in the initiatives to denounce and to fight against trafficking in human beings. It has also been contacting several organs from the Brazilian government which are involved in this area. In September 2010 CBL has gathered, in Lisbon, with the Interministerial

⁴² To obtain more details about COCAI, consult ACIDI, I.P. website: <http://www.acidi.gov.pt/>.

⁴³ To obtain more details about CICDR, consult its website: <http://www.cicdr.pt/>.

Commission, created by the Brazilian government, to accompany the THB issues and the construction of reintegration policies for Brazilian migrants.

ACTIVITIES

- CAJ – Centro de Atendimento Jurídico (Legal Assistance Centre);
- GIP - Gabinete de Inserção Profissional (Professional Insertion Office);
- General office;
- Dance classes;
- English Language classes;
- Cinema sessions;
- Debates about diverse themes, connected to the Brazilian and Portuguese cultures and also to the political and social issues which concern immigration in Europe and in Brazil;
- Musical nights with groups of *chorinho* and Brazilian popular music;
- Theatre workshops;
- *Capoeira*.

PARTNERSHIPS

Association Olhar; Association Lusofonia, Cultura e Cidadania – ALCC, among others.

COMISSÃO DE APOIO ÀS VÍTIMAS DO TRÁFICO DE PESSOAS – CAVITP

CAVITP is part of CIRP (Conferência dos Institutos Religiosos em Portugal – Conference of Religious Institutes in Portugal) and it was created after several training actions proposed by the UISG (União Internacional de Superiores Gerais – International Union of Superiors) to assume new social and theological spaces, through a solitary presence and by adopting concrete actions for the defence of the trafficked victims’ dignity. The Religious Institutes are “natural networks” which can develop a good service against trafficking in people by uniting efforts to rescue the victims and helping them finding life again, and “life in abundance” (Jo 10, 10).

OBJECTIVES

- To promote specific training;
- To know the problem and its dimension in Portugal and in the world;
- To sensitize the Consecrated Life about this crime;
- To share experiences;
- To create a network to unite efforts among Religious Congregations;
- To do sessions of prevention in educational areas and others.

ACTIVITIES

- To participate in training courses from IOM-UISG and other organisms;
- Monthly meetings;
- Translation and divulgation of texts;
- Celebration of the European Day Against Trafficking in Human Beings;
- Elaboration and divulgation of a text sample from several religions about the theme.

CHILD CARE INSTITUTE - IAC

PRESENTATION

Child Care Institute (Instituto de Apoio à Criança – IAC) is a private institution of social welfare founded on the 14th of March 1983 by a group of people from different professional backgrounds – medicine doctors, judges, teachers, psychologists, lawyers, sociologists, social workers, educators, etc. IAC is a non-profit organization whose main objective is to contribute to the integral development of children, defend and promote their rights seeing the Child through a holistic approach as someone entitled to all rights in various areas, be it health, education, social security or leisure time. It aims at encouraging, supporting and spreading the work of all those concerned with the pursuit of new solutions of Portuguese children's problems and needs as well as it aims at undertaking cooperation with similar institutions, both national and international.

OBJECTIVES

- To contribute to the defence and promotion of Children's Rights on both national and international level;
- To publish, since 1988, a quarterly newsletter which reflects its intervention in different areas;
- To act in the fields not covered by the state projecting, developing and implementing programmes which target at multifaceted approaches towards the child;
- To work in partnership with different institutions promoting a constructive dialogue with the civil society highlighting a special focus on workers interacting in areas connected with Child's issues. To pursue their objectives, several departments of IAC collaborate together and participate, in an active manner, in the workability of IAC's institutional policy.

ACTIVITIES

Congresses, debates, seminars; training targeted at workers, families and youngsters; supervision of academic and vocational apprenticeship; execution and supervision of technical-scientific studies/research work; creation of thematic institutional information; cooperation/technical projects-oriented counselling.

NATIONAL PARTNERSHIPS

Ministries; Calouste Gulbenkian Foundation; City Halls; Local Governments; NGOs; Charity organizations (IPSS) and companies.

INTERNATIONAL PARTNERSHIPS

Action for Sick Children; AKIK-Bundesverband; APACHE; Associazione per il bambino in ospedale (APIO); Association pour l'Humanisation de l'Hôpital en Pédiatrie (HU); Child Focus; Child Helpline International (CHI); Children in Hospital Ireland (CHI); European Association for Children in Hospital (EACH); European Foundation for Street Children (EFSC); European Social Action Network (ESAN); European Toy Library Group (ETL); International Association for the Child's Right to Play (IPA); International Center for Missing and Exploited Children (ICMEC); International Toy Library Association (ITLA); Kind en Ziekenhuis; Missing Children Europe – European Federation for Missing and Sexually Exploited Children; Nobad-Nordisk forening for syke barns benov; Réseau Européen Anti-Pauvreté (EAPN); SPARADRAP; Verband Kind und Spital; Verein Kinderbegleitung.

CHILD CARE INSTITUTE | SOS CHILD

PRESENTATION

IAC created in 1988 SOS Child, an anonymous and confidential service, which opens a possibility for Children and Youngsters to express themselves and by doing so promotes and defends their rights. SOS Child is a service having a national and international range and which targets at Children and Youngsters till the age of 18 as well as their families, professionals working in the area of Youth and also citizens preoccupied with children's problems.

ACTIVITIES

- **SOS Child Helpline** provides information, directs and guides those who solicit and need assistance in the field of Children's Rights; it enhances an immediate collaboration among competent entities having as an aim to re-direct certain situations to proper departments; aspires to develop self-confidence and self-esteem of the person asking for help stimulating his/her capacities to react properly as well as mobilizing the person to take attempts at changing the situation; re-evaluates and mediates the process of intervention in the community searching at the same time to make the resources profitable on the technical, material, psycho-social levels to the Children's advantage
- **SOS Missing Child Helpline** provides information, psychological and social assistance to the Child/Family which requires help in a situation when there is a missing Child (runaways, parental abduction, kidnapping, lost/injured or non-accompanied minors), as defined by the EC Decision 2007/698, the service: a) takes calls reporting missing children and passes them on to the Police; b) offers guidance to and supports the persons responsible for

the missing children; c) supports the investigation. The SOS Missing Child Helpline enhances an immediate collaboration among competent authorities having as an aim to assist the child/family, either nationally or beyond borders, as member of the Missing Children Europe; it provides free psychological, social and legal support, either by telephone or personally.

CHILD CARE INSTITUTE | STREET WORK PROJECT – IN FAMILY TO GROW

PRESENTATION

The Street Work Project – in family to grow came into existence in 1989 with a primary objective to retrieve children and youngsters living in the street without forgetting about the victims of the most serious forms of children abuse at work.

ACTIVITIES

- Sensitization /training youngsters who are perceived as agents of change in the social mediation;
- Activate society, raise a power of solidarity aiming at changes of attitudes and contributing to the establishment of integrated policies in the area of childhood and youth;
- Contribute to the creation and/or development of the integrated projects in the mother communities of children and youngsters at risk.

TARGET POPULATION

Children and Youngsters at risk who spend the majority of their time in the streets betraying the conduct of risk as well as those who feel preoccupied with the problem of Children at risk.

EQUIPA DE INTERVENÇÃO SOCIAL ERGUE-TE: UM PRESENTE COM FUTURO

PRESENTATION AND PRINCIPLES

The Equipa de Intervenção Social ERGUE-TE (Social Intervention Team RISE YOURSELF: A present with a Future) is a project from the Madre Sacramento Foundation, which belongs to the Sisters Adorers. It is an innovative social intervention project which exists since November 2009 and has as target population people who prostitute and their families. The Equipa has the following principles: each intervention must be adequate to each situation; the active intervention of the person and the family; the creation of a listening area, which must be seen by the person as safe, confident and respectful towards the person's freedom. Its activity is in Coimbra's district.

ACTIVITIES

- To facilitate the encounter of the person within her prostitution and familiar context under the purpose of providing information, support and alternatives to her situation;
- To offer a reference place which contributes to the integral development of the person and her family and which facilitates her socio-labour situation;
- To smooth the progress of assessment for a shelter space in emergency cases;
- To work in the sensitization and in raising awareness of civil society in what concerns the issue of prostitution and gender violence;
- To provide alternatives to the people which allow them to live autonomously and in liberty;
- The team develops two big distinct, though complimentary, actions: at the Headquarters/ Assessment office and in Strolls outside which are made with the help of a Mobile Unit adapted to the activity. The assessment office works in a daily basis and offers social and psychological assistance, legal advice and guiding to the national health service, brochures and pamphlets and STI prevention's information; orientation for training and labour insertion; among other. The Strolls made outside the office are daily and are made in the streets of Coimbra, district national roads, pubs, pensions and apartments which are known for the prostitution practice.

PARTNERSHIPS

Cooperation Agreement with the Social Security Centre from the district of Coimbra. As a social intervention project which belongs to the Congregation of the Irmãs Adoradoras/Sisters Adorers, congregation with presence in 4 continents, the team ERGUE-TE has a huge array of partnerships and collaborations with other social intervention projects of the same Congregation, similar and complementary on a national and international level. Apart from these, the team has also formal and informal partnerships, namely with the security forces, National Health Service, Family Planning Association, National Coordination of Fight against AIDS, Assessment Centre and Precocious Tracking of HIV (CAD) and Local Immigrant Support Centre (CLAI) and it is also a member of the Social Network from Coimbra.

TARGET POPULATION

People who prostitute and their families.

GEOGRAPHIC AREA

Coimbra district.

FAMILY PLANNING ASSOCIATION – APF

PRESENTATION

APF is a non governmental association, which is part of a wider intervention network in the field of education and in the defence of sexual and reproductive rights, the International Parenthood Planning Federation (IPPF), responsible for the volunteer work of all the associations which are part of it and which are present in many and different countries. Founded in 1967, APF has, at the moment, one national delegation and seven regional delegations. Its privileged intervention area is health, and more particularly, sexual and reproductive health, developing therefore work in these areas, as well as in equal opportunities, gender equality and defence of human rights. APF promotes a number of activities carried out by its Regional Delegations, resorting to the help of its technicians and volunteers trained in the different areas of health, education and social welfare.

FAMILY PLANNING ASSOCIATION – APF | SHELTER AND PROTECTION CENTRE FOR VICTIMS OF TRAFFICKING IN HUMAN BEINGS – CAP

PRESENTATION

APF is the entity responsible for the coordination, administration and technical team of CAP for women/young women and their underage children who are under a situation of vulnerability, signaled or identified by the competent authorities as victims of trafficking. This centre was created in the scope of the Project CAIM – Cooperation, Action, Investigation and World Vision, Pilot-Project in the field of prostitution and trafficking in women for the purpose of sexual exploitation, financed by the Communitarian Initiative (EQUAL).

OBJECTIVES

- To assure temporary shelter to women and their underage children, in a safe place, providing them a cosy environment which promotes their physical and emotional balance, and thus promoting their integration in society;
- To provide conditions for security and protection;
- To give answer to their medical, emotional stability, well-being and survival;
- To secure the access to information in what concerns their rights – legal and social protection;
- To encourage clarified and self-determined decisions;
- To endorse women with instruments for their future autonomy, independently of the chosen place for their integration.

ACTIVITIES

- Secure the basic needs (nurturing, hygiene, protection);
- Provide specialized supports: legal, psychological, social, training and/or insertion in employment.

Laços e Fronteiras

With the creation of these supports it is launched the support platform which was needed to build an Individual Plan of Support for each woman which comes to the centre. This Individual Plan of Support must reflect the options of the individual woman, her autonomy, her autonomy path and empowerment inside CAP.

PARTNERSHIPS

Ministry of Labour and Social Security Ministry through the Social Security Institute, Ministry of Internal Affairs, Presidency of the Ministry Council through the Commission for Citizenship and Gender Equality and Ministry of Justice.

FAMILY PLANNING ASSOCIATION - APF ALGARVE | OUTRAS MARGENS PROJECT

PRESENTATION

APF Algarve is developing the project Outras Margens (Other Margins), initiated in January 2011 and ending in December 2014. The project Outras Margens (Other Margins) arises as the follow up of a previous project developed by APF Algarve, between February 2007 and December 2010, the Amar, Amar Há Ir e Voltar: Saúde Sexual e Reprodutiva para Tod@s (The love you'll take is equal to the love you make: Sexual and Reproductive Health for Everybody). The project Outras Margens (Other Margins) aims to work in the promotion of Sexual and Reproductive Health, with focus on HIV/AIDS prevention and other STI. The Project will feature a Reproductive and Sexual Health Mobile Unit, a privileged space for the service, as well as a multidisciplinary technical team who will travel to locations referenced by the target population.

OBJECTIVES

- Improve the general knowledge regarding Reproductive and Sexual Health and Rights, specifically in what concerns the effective means of fighting HIV and other STIs;
- Improve the knowledge of serologic conditions concerning HIV;
- Improve the access to effective means of HIV and other STIs prevention;
- Improve the access to adequate healthcare;
- Promote assertive attitudes by the public, regarding their own RSH;
- Improve the individual and interpersonal competences of those concerned, aiming at the adoption of healthy sexual behaviours.

ACTIVITIES

- Raise awareness and give information on RSH, and the distribution of informative materials;
- Intervention in RSH through a service of counselling and referral (if necessary) at two levels: a) the RSH Mobile Unit; b) sending technical teams to locations referenced by the target population;
- Provision of regular and emergency contraception;
- Performing pregnancy tests;
- HIV screening and the early detection of other STIs;
- Conducting briefing and informative sessions near the target population;
- Psychosocial support to people infected or affected by HIV;
- Distribution of condoms and lubricants under the services provided to the target populations.

TARGET POPULATIONS

All sex workers and men who have sex with men from Faro, Loulé, Albufeira, Silves and Olhão counties.

In what concerns Human Trafficking, it is important to mention that, although it is not a specific concern of the project, which was created with the aim of intervening by sex workers and focusing mainly on immigrant sex workers from different origins, the intervention by this target population promotes an almost daily contact with HT victims. Within this context, the project technicians have been trying to raise awareness to this theme through the distribution of informative materials and the referral of flagged victims to the competent authorities, most cases at their own request.

INTERVENTION AREA

Faro, Loulé, Albufeira and Silves' counties.

FAMILY PLANNING ASSOCIATION – APF NORTH | ESPAÇO PESSOA PROJECT – CENTRO DE ENCONTRO E APOIO A PROSTITUTOS/AS DA CIDADE DO PORTO

PRESENTATION

The project Espaço Pessoa Project (Espaço Pessoa Project – Meeting and Support Centre to Prostitutes from Porto Town), under guidance of the North Delegation from FPA, is being developed since 1997; it articulates its work with other projects and institutions which, directly or indirectly, dedicate themselves to “sexual work”, constructing therefore a good basis for a sensible work towards the problems felt by the people who dedicate themselves to prostitution.

OBJECTIVES

- To deepen the knowledge of the population which resorts to the project and give consolidated contributions to the understanding of the prostitution phenomenon, in its diverse forms and dimensions;
- To promote the life quality of the people who dedicate to prostitution;
- Recognition of the Centre as a resource to the support and social intercourse of the targeted population, constituting itself as an Insertion Community;
- To diminish the problematic of risk associated to the phenomenon of prostitution;
- To establish and deepen the help relations through the Street Teams at places where street prostitution occurs;
- To reduce significantly risk situations, namely AIDS and sexually transmittable diseases;
- To raise the articulation work between the Insertion Community and the Street Teams, as well as promoting through the same structures the access to other resources from the community;
- To promote social insertion by accompanying facilitating the insertion;
- To endorse alternative life projects.

SERVICES

The Espaço Pessoa has at the moment two main spheres related with distinct intervention contexts, namely the work inside the centre – **Insertion Community** – and the work outside the Centre – **Street Teams**. The Insertion Community and the Teams of Direct Intervention have as goals the promotion of the personal and communitarian developments through the participation of each person in the resolution of their problems bearing in mind the personal, interpersonal and transpersonal dimensions on health care, psychological and social levels.

ACTIVITIES FROM THE INSERTION COMMUNITY

- Healthcare Office: the work of the entire technical team, and in particularly the one from the people who constitute the Healthcare Office, is based on the current perspective that there are no risk groups, but risk behaviours;
- Psychology Office;
- Social Intervention Office;
- Community entertainment – room for social intercourse;
- Distribution of condoms;
- Syringe exchange;
- Bathing place and laundry.

ACTIVITIES FROM THE STREET TEAMS

The work is done outside the physical area of the centre, on the street, and in direct contact with the target population in their activity area. Bearing in mind the accumulated experience, it is considered there is a significant part of the population which due to several restraints cannot resort to the Insertion Community. So, the work carried by the Street Teams has an increasing value near the same population for the support, counselling, information and guidance provided.

PARTNERSHIPS

Social Security's Regional Centre from Porto (financing entity) and Porto's City Hall (promoting entity and provides logistical support).

TARGET POPULATION

People who dedicate to prostitution to improve their life's quality.

JESUIT REFUGEE SERVICE – JRS PORTUGAL

PRESENTATION

The Jesuit Refugee Service – Portugal (JRS – Portugal) is an international Catholic organization, founded in 1980, as a work of the Society of Jesus. It is currently present in around 60 countries and celebrates this year (2010) 30 years in the world. Present in Portugal, since 1992, has as mission to accompany, serve and advocate on behalf of refugees, other forcibly displaced persons and to all migrants who live under a situation of particular vulnerability, developing several projects and services to support this population. It is a priority of the service to be where nobody else is and where it is more missed. Beyond its performance in the area of immigrants' intervention, JRS-Portugal puts forth actions of advocacy, based on the reflection made from the intervention on the field, whether on national or on international level. Examples of this work are the promotion of the immigrants' human rights, namely from asylum applicants and irregular immigrants in detention situation and from immigrants deprived from their rights.

SERVICES AND ACTIVITIES (IN PORTUGAL)

- Social support – especially intervention with migrants who are living a situation of high social vulnerability;
- Psychological support and counselling;
- Legal support;
- Guidance and support to the integration of the immigrant (CLAI);
- Support to job search (GIP);
- Support to qualified immigrants;
- Shelter to homeless migrants, living in a situation of high social vulnerability – Centre Pedro Arrupe;
- Medical and medication support;
- Portuguese language courses;
- Training to promote human rights, to promote an intercultural dialogue and inter-religious and education for the development;
- Psychosocial support to migrants who are in detention centres.

PARTNERSHIPS

ACIDI-IP; SEF; Social Security; Ministry of Health; Calouste Gulbenkian Foundation; IOM; City Hall from Lisbon (Plan Lx); Employment Inspection/Inspeção-Geral do Trabalho; Foundation AMI; Catholic Commission for Migrations; Caixa Geral de Depósitos; PSP; Centre Priest Alves Correia; among others.

LAR JORBALÁN

PRESENTATION AND OBJECTIVES

The Madre Sacramento Foundation is a private institution of social welfare with a religious background as it is part of the Congregation of the Sisters Servants of the Blessed Sacrament and Charity. This Congregation is in Portugal since 1936 and its objective is to give shelter to women/youngsters who are in a situation of social vulnerability. The Foundation, apart from other social help, has at the moment an Insertion Community which gives shelter to women who are at risk (victims of prostitution, trafficking, exploitation, violence, etc.). This social instrument is called Lar Jorbalán/Jorbalán Home and its main objective is to reinsert the women/youngsters in the society by providing them the development of their capacities and helping them to achieve competences on different levels: personal, social, affective and professional. All of the competences will help them to organize and put in practice their life project, which will give them posterior autonomy. The Jorbalán Home aims to provide the youngsters/women a familiar space and a different life experience throughout the shelter period. Apart from this, it also searches, through an interdisciplinary support, to contribute to their full integration in society by creating the conditions for their a-dequate social, familiar and professional (re)insertion by promoting the motivation for a life with projects.

SERVICES

Throughout the shelter period, the Insertion Community provides the following services:

- Shelter;
- Provision of basic needs;
- Social and psychological support;
- Promotion/development of relational competences, capacities and potentialities of the users which aim to help them on their social and professional integration;
- Accompaniment in the social insertion;
- Development of the following activities: work the personal and social abilities; bio-psycho-social accompaniment: development of a Life Project to empower the users as well as their life autonomy; promote a family life for the users whenever is possible; creation of informal support networks; cultural activities.

TARGET POPULATION

The Insertion Community has capability to give shelter to 12 users with the following characteristics:

- Young female/women in a vulnerable situation, with or without children;
- Women who are part of ethnic and cultural minorities who are in a risk situation;
- Women aged 18-40.

PARTNERSHIPS

The Jorbalán Home has formal partnerships with the Social Solidarity Institute, Food Bank against Hunger, Donated Goods Banks and Interhelp; ant it also articulates with local structures of support, informally, such as the Border and Immigration Police, IEFP (Employment and Vocational Training Institute), CNAI (National Immigration Support Centre), Health Centre from S. Mamede/Sta. Isabel, local schools.

LAR DE SANTA HELENA

PRESENTATION AND ACTIVITIES

Lar de Santa Helena (St. Helen Home), in Évora, is an IPSS promoted by the congregation of the Sisters Adorers. It is designated as “Shelter” and its main objective is to provide a secure and safe shelter to the women who are victims of domestic violence and their children. The Lar is also available to give shelter to women who are under a situation of labour and/or sexual exploitation. It has a technical office to accompany the women, and has three phases on social and pedagogical levels: shelter in the community, shelter in autonomy, socio and labour insertion.

The Lar de Santa Helena, whenever required, develops sessions subordinated to the following themes: raise awareness and sensitize for the prevention of gender violence, defence and guarantee of women’s rights, gender equality and trafficking in human beings.

TARGET POPULATION

Women who are victims of domestic violence and their children.

OBRA SOCIAL DAS IRMÃS OBLATAS DO SANTÍSSIMO REDEDOR - OSIOR

PRESENTATION

The main objective of OSIOR (Social Work of Oblate Sisters) is the development of a process for the dignity of Women in context of prostitution. Throughout this process, it aims to promote the autonomy of women by expanding possible alternatives in their lives, where they are the protagonists. All this monitoring is done in partnership with the women and is oriented to the needs and evaluations done by them. The freedom, the possibility of change, the respect, the exemption from trial, the empathy, the tolerance and a constant attitude of receptiveness, are the values that rule our action as we accompany women, encouraging them to be active agents of their own lives, in a sense of change and social justice.

ACTIVITIES

Every intervention is integrated in an Inclusion Program with the woman in the context of street prostitution: “I Am a Woman and a Citizen”. OSIOR has the following services and projects:

- **“Street Meetings with Women in Context of Prostitution”**, project which comprises the street teams, having as objectives: to monitor and to support women in the street context; to prevent sexual behaviours of risk; to inform and refer to the community services and to CAOMIO (The Oblate Sisters’ Reception and Guidance Centre for Women). The daily outings, as well as condom distribution, are aimed at building a relationship of confidence and empathy with women;
- **GARA - Gabinete de Acompanhamento em Regime Ambulatório (Support Office in Outpatient Regime)**, which runs social, psychological and legal support. It provides a space for welcoming, information, guidance, motivating for an alternative life project;
- **Personal Identity and New Opportunities – School Certification**: development of daily activities from Monday to Friday with the purpose of increasing competences, self-esteem and at the same time the level of apprenticeship;
- **Training for Immigrant Women**, conduct weekly sessions of Portuguese, IT and healthcare;
- **Health Education (sessions and screenings)**, conduct awareness-raising activities in the area of sexual and reproductive health.

TARGET POPULATION

Women in the context of street prostitution.

INTERVENTION AREA

1 - Around the Instituto Superior Técnico, 2 - Around Rua Rodrigo da Fonseca and Rua da Artilharia Um; 3 - Intendente, mainly Rua dos Anjos; 4 - Praça da Figueira, Poço do Borratém.

PARTNERSHIPS

Junta de Freguesia dos Anjos; Parish and Social Centre from Nossa Sra. dos Anjos; Inovinter; Food Banking; Entreeajuda; CEM – Centro em Movimento; AMROP- Company of Executive Search.

O NINHO

PRESENTATION

O Ninho is a private institution of social welfare and aims the social and human promotion of women victims of prostitution and sexual exploitation. Born in 1967, in Portugal, it is based on the French *Mouvement du Nid* which was founded in Paris by the Priest André Marie Talvas, in 1936. It started working in order to help prostitutes and the methodology adopted is based on a daily intervention which is adequated to each reality.

ACTIVITIES

The services have been created according with the needs of those women and, as time went on, the technicians have been learning a lot in order to answer to the daily needs of that group.

SERVICES

- Psychological intervention in prostitution situations;
- Assistance centre;
- Shelter;
- Workshops and introduction to work experiences;
- Psychological support;
- Professional training;
- Support service;
- Information;
- Kiosk.

PANTERAS ROSA – MOVIMENTO DE COMBATE À LESBIGAY TRANSFOBIA

PRESENTATION

Panteras Rosa - Movimento de Combate à LesBiGayTransfobia (Rosa Pink Panthers – Combat Movement Against LesbiGayTransfobia) was founded in 2004, with the aim of accelerating the process of change in mentalities, necessary for the recognition of the diversity of human sexualities and relationship models and the emancipation of all persons oppressed by the normative system that prescribes compulsive gender binarism, heterosexuality,

monogamy and sexism as the only possible and “healthy” model. Aware of the intersection of various prejudices and of the need for integrated responses to discrimination processes, Panteras Rosa have been a critical voice of the obedient alignment with the state apparatus and of the narrowing of the institutional speech around the lesbian, gay, and (more recently) transsexual “belly button”.

ACTIVITIES

Maintaining, since 2007, a regular presence on a prostitution area (both on the street and in bars) in Lisbon, and having strengthened bond with other organizations which develop work with sex workers, Panteras Rosa have been feeling the need to work on issues closely related to prostitution, such as labour exploitation, sexual abuse, crimes by police officers, or the exploitation of aid to immigration by illegal companies. Having closely seen some of the effects of the commoditisation of people, Panteras Rosa believe in the need for an integrated fight against marginalising prejudices and processes, coordinating its work with that of other organizations and seeking to build and enhance synergies in social movements.

PORTUGUESE ASSOCIATION FOR VICTIM SUPPORT – APAV

PRESENTATION

The Portuguese Association for Victims Support (APAV) was founded in 1990, as a private institution of social welfare. It has offices nationwide and its headquarters are located in Lisbon. Its mission is to support victims of crime in a personal, professional, free and confidential way through the provision of emotional, legal, psychological, social and practical support. It is a non-profitable institution with many volunteers who give individual, adequate and qualified support to victims of crime (such as THB). The services are free and confidential and the focus is on the assistance at diverse levels: moral, social, legal, psychological and economical.

OBJECTIVES

- To promote the protection and support available to victims of crime in particular those victims with fewer economic resources. To achieve this by means of information, personalized counselling and guidance, and all kinds of moral, social, legal, psychological and economical assistance;
- To liaise with all relevant entities and stakeholders: the police, social security agencies, health centres, local authorities, autonomous regions, and any other private or public bodies dealing with crime and victims of crime;
- To foster and promote social solidarity, particularly through the creation of networks of volunteer collaborators and social sponsors, as well as through victim-offender mediation and other practices for restorative justice;
- To promote and participate in programmes, projects and in informative and raising awareness sessions aimed at the general public;
- To contribute to the adoption of laws, regulations and administrative measures which will increase the defence,

protection and support to the victim of crime so that the risk of victimization decreases together with its effects;

- To establish networks with international organizations and to collaborate with similar entities in other countries.

ACTIVITIES

- **National network of Victim Support Offices (GAV)** created to face the local needs of the victims of crime and their families, promoting the local identity from APAV at the local communities. These offices strive to develop close relationships within the community, using the available resources in the most effective way to provide support to the victims of crime in the community;
- **National Network of Shelters for Battered Women and their Children** to given temporary housing, namely in situations of physical or psychological injuries and sexual crimes, with or without children, for emergency, transitory a/or more prolonged crisis intervention situations.

PORTUGUESE ASSOCIATION FOR VICTIM SUPPORT – APAV | SUL PROJECT – UNIDADE DE APOIO À VÍTIMA IMIGRANTE⁴⁴

PRESENTATION

The SUL Project (SOUTH project – Immigrant Victim Support Unit) was a project, which began in December 2008 and had its conclusion in November 2010; it was financed by POPH/NSRF. Its purpose was to increase and consolidate APAV’s domain in the area of Victim Support and Prevention. SOUTH project was developed in the Faro district, moving across the five counties from Algarve (taking advantage from APAV’s five offices in the Algarve region: Albufeira, Loulé, Portimão, Faro and Tavira). One of its main goals is to protect and support the immigrants’ victims of crime, with focus on victims of domestic violence and trafficking for sexual or labour exploitation.

OBJECTIVES

Its main objectives can be resumed through the following way:

- To protect and to support the immigrants victims of crime, with focus on victims of domestic violence and trafficking for sexual or labour exploitation;
- To give support in an adequate, free and confidential way on diverse levels: psychological and social;
- To prevent and raise awareness;
- To establish networks/to develop a series of good practices, which can be later used as guidance practices in the work to be developed with the victims.

⁴⁴ Even though at the time of publishing this book, the project had officially already finished, it was still decided to include it in the book given its importance to the area it was applied, as Algarve is considered a sensitive area to THB and the human and technical resources are scarce.

ACTIVITIES

- Sensitization actions near public and private institutions (from December 2008 to November 2010);
- SOUTH Seminar (18th to 20th November 2009): whose main goal was to promote the exchange of experiences, knowledge and good practices on the phenomenon of migration and fight against THB. This activity was concluded with success and had a huge adherence from the private and public institutions, not only from Algarve, but also on a national level, having had the presence of 224 participants;
- Prevention and support to migrant victims of gender violence and THB. The following methodology was applied:
a) Prevention: Throughout the years 2009/2010 a cycle of sensitization/publicity actions were put forth in the region of Algarve, covering 16 counties, and they were build up near IPSS, Authorities, Public Ministry, Health centres, CPCJ, among others. It was elaborated a procedures guide; **b) Direct support to the victims:** SOUTH has given free and confidential support to migrant citizens victims of crime at three level basis: legal, psychological and social support. The victims' support was done throughout the several counties from Algarve (assistance to the victims at the victim support offices from APAV with the possibility of going to them every two weeks or whenever a previous arrangement was set up). Furthermore, assistance was also given in other places (according to the possibility of the migrant population going to the places) through the establishment of informal partnerships (CLAI, Border and Immigration Police, county authorities, IPSS, local authorities, health centres).

TARGET POPULATION

Immigrant victims of crime and THB.

PORTUGUESE ASSOCIATION FOR VICTIM SUPPORT | UNIDADE DE APOIO À VÍTIMA IMIGRANTE E DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL OU ÉTNICA - UVAIDRE

PRESENTATION

UVAIDRE (Support Unit for Migrant victims of Crime and Racial and Ethnical Discrimination), was created in 2005⁴⁵, through a protocol celebrated between APAV and ACIDI, I.P.⁴⁶, in which ACIDI, I.P. supports monetarily APAV, so that it can provide emotional, legal and psychological support through a qualified, free, personalized and confidential way, to immigrants' victims of crime (among which the THB crime). Some of the problems UVAIDRE deals with are: sexual and labour exploitation, work or job fraud, documents' extortion or deduction, lack of salaries' payment, threats, injuries, racial or ethnic discrimination (such as renting and shopping centres), THB, among many others. Even though it is, geographically, in Lisbon, it can intervene on a national level throughout the national network of local offices for victim support from APAV.

⁴⁵ Co-financed by the European Fund for the Integration Third-Countries Nationals, since 2007.

⁴⁶ For more information about the cooperation between UVAIDRE and ACIDI, I.P. consult the page 217.

ACTIVITIES

To support the clients with the help of a multidisciplinary team, who has specific training in the migration and discrimination fields. The team has knowledge of different languages such as English, Spanish and Russian. At UVAIDRE, immigrant victims of crime and discrimination may obtain free and confidential information about their rights and how to exercise them. They have the possibility of receiving psychological, legal and social support in a safe environment. The unit provides help in the elaboration of complaints and other legal documents, whether it's a judicial process where the immigrant has no lawyer, or in other situations where the language and the bureaucracy prevent the immigrant to put in practice his/her rights. All the support is provided regardless of the immigrant's situation: legal, illegal, with or without judicial process.

APAV, through UVAIDRE, has made three workshops in Angola, by invitation and under the organization of IOM. The workshops had the theme of "Fight against Human Trafficking" and took place in the cities of Cabinda and Luanda, between the 8th and 15th of October (2009). The recipients of these workshops were the law enforcement agencies and NGO.

SAÚDE EM PORTUGUÊS | MERCADORIA HUMANA – SENSITIZATION PROJECT IN TRAFFICKING IN HUMAN BEINGS

PRESENTATION

Saúde em Português (Health in Portuguese – Association of Professionals of Primary Health Care in Countries of Portuguese Language) is a NGO for Development with international headquarters in Coimbra, Portugal. It is an Institution of Public Utility, Member of the Portuguese Platform for NGOs for Development, Associated Member of the Ibero-American Confederation of Family Medicine, Consultant Observatory Member from the Community of the Countries of Portuguese Language and Founder Member of the Non Governmental Forum for Social Inclusion. With 17 years of developed work in favour of the needed, Saúde em Português, most ancient member from Coimbra of the NGO Platform, has already developed several international projects, not only of humanitarian help (such as the support to the victims of the Haiti earthquake, the tsunami in Sri Lanka and the water flows in Mozambique), but also support on development level (such as the project Mais saúde, melhor Saúde por Bafatá (More health, better health for Bafatá) in Guinea-Bissau and the project Unité de Santé Familial in Haiti and which is also founded by the Organization of the United Nations. Apart from the international projects, it has, at the same time, made projects and actions in Portugal which aim to train and sensitize in the following areas: Health, Equal Opportunities for Men and Women and Social Inclusion. It has recently developed the projects O Outro Sexo – Plano de Iniciativas para a Promoção da Igualdade de Género (The other sex – Initiative Plan for the promotion of Gender equality) and Liberta-te do Tabaco (Release Yourself From Smoking). At the moment it is developing the project Mercadoria Humana – Projecto de Sensibilização em Tráfico de Seres Humanos (Human Merchandise – Sensitization Project in Trafficking in Human Beings). Saúde em Português has already developed

activities in all countries from the CPLP (including throughout the war in Guinea-Bissau and after the massacres in Timor), Argentina, China, Cuba, Sri Lanka (support to the tsunami victims) and Thailand.

Saúde em Português started in April 1 (2010) the project Mercadoria Humana (Human Merchandise), which will last until October 8, 2011. The project aims to break the silence, opacity and the acceptance of the society from the centre region with this crime through the combat to the lack of information and raising awareness to THB and its inherent characteristics. It aims as well to recognize and prevent the crime and inform about what can be done to help preventing it and also in its combat. If the direct and indirect recipients of this project are well informed then they will be stimulated to denounce situations, recognize victims and thus giving them support and assistance. Ultimately this will help in the prevention and characterizing the phenomenon in the centre region from Portugal. This project is financed by the POPH/QREN through CIG.

PROJECT'S OBJECTIVES

- To prevent/sensitize/inform and to raise awareness about the problem of THB for the purpose of sexual and labour exploitation;
- To fight against the society's alienation towards the phenomenon of THB and towards the opacity of the same and to promote the individual and collective responsibility for the phenomenon.

PROJECT'S ACTIVITIES

- To develop sensitization actions;
- Theatre play;
- Sensitization campaign in public transports and in the radio;
- Mobile exhibition of mannequins and photography;
- Production; edition and divulgation of informative materials;
- Final seminar.

PROJECT'S RECIPIENTS

Partners; NGO workers; immigrants' associations; university students; school students; teachers; educators; auxiliaries at schools and parents' associations; workers from companies; security forces and services; workers' unions and ownership unions; women; children and immigrants; health technicians and administrative employees from health institutions; social services employees; social assistants and other social technicians and the general public.

SOLIDARIEDADE IMIGRANTE – ASSOCIAÇÃO PARA A DEFESA DOS DIREITOS DOS/AS IMIGRANTES

PRESENTATION

Solidariedade Imigrante (Association for the Defence of Immigrants' Rights) is a national organization, without profit intentions and of recognized public interest. It was constituted in June 2001 and its activity is focused in the defence of immigrant's and their families' rights and interests. Its president is an effective member of COCAI, as representative of the associations which are not part in any of the already represented communities (countries of Portuguese language and the three most numerous immigrants communities – Chinese, Moldavia and Ukraine) in the triennium 2009-2011. It is also a member from MIGREUROPE, from NO VOX, from the Portuguese coordination from the World March of Women; from CMIC; from the Rede Informal contra a pobreza e a exclusão social (Network against poverty and exclusion)- where the following organizations also are AMI, CAIS⁴⁷, Cáritas Portuguesa, the National Unit from the Salvation Army, O Companheiro -, from the European Network against Poverty and Social Exclusion, among others. Solidariedade Imigrante is part from the promoting entities of the 1st Portuguese Social Forum, and subscriber from the Declaration from Coimbra, from the 1st Congress of Associative and Participative Democracy and of the Platform article 65. – Household for Everybody. It participated as speaker in the 1st, 2nd, 3rd and 4th European Social Forums in Florence, Paris, London and Athens; in the 4th World Social Forum in Bombaim (India) and in the 5th World Social Forum in Portalegre (Brazil); in 2006 in Caracas and Bamako and in 2009 in Belém do Pará, it participated as well in the World Migrations Forum in Madrid, in September 2008.

OBJECTIVES

- To involve the immigrant communities in actions to create a conscious active citizenship and a feeling of belonging, by promoting their participation and organization in diverse activities. This involvement is done under a perspective of autonomy, responsibility and empowerment;
- To promote the immigrants and their families' social and labour integration;
- To combat racism and xenophobia by valuing interculturality and diversity;
- To promote the knowledge to the Portuguese society on the reality of immigration in Portugal, raising its awareness in a perspective of human rights, equal opportunities and social justice.

Thus, Solidariedade Imigrante aims to give voice to the immigrants as main actors by attributing them responsibilities and involving them in the movement of their own rights and culture's defence the way they believe it is correct and therefore contributing for a growing participation of these in society.

264 ⁴⁷ CAIS has the mission of contributing to the improvement of life conditions from people who have no home or place to stay and who are economic and socially vulnerable, or in situations of privation, exclusion and risk.

ACTIVITIES

Solidariedade Imigrante, with headquarters in Lisbon and Beja, has more than 19.800 associates from diverse nationalities thus developing work in the area of Lisbon, Oeiras, Cascais, Coimbra, Alentejo, Algarve, Mafra - Ericeira. It gives support to immigrants on their rights and duties and helps them with their legal status in the national territory, search for jobs; education; family reunification; humanitarian help and with many other issues they face daily. The association helps them with their most multiple needs.

Solidariedade Imigrante has an intercultural area which aims to give value to each immigrant's knowledge, culture and experience. Several cultural activities are developed in the area of music, dance, poetry, world tales, plastic arts and video, and these are complemented with world cuisine prepared by the immigrants.

Solidariedade Imigrante believes in the value of education for the development of the human being and therefore promotes informal classes of foreign languages and of Portuguese, as well as computer classes. It equally promotes debates and sessions about immigration in neighbourhoods, schools and universities. In this field, the association felt the need to create a Documentation and Multimedia Room in order to place in the same area the cultural and scientific publications and audiovisual materials as to increase the knowledge on the existent cultural diversity which exists in this global village we call world.

COMMITMENTS FROM SOLIDARIEDADE IMIGRANTE IN THE FIGHT AGAINST THB

The worst of migration policies in Europe and in Portugal is what is put aside and deepens the expulsion and repression mechanisms over millions of people who become fragile in Europe, because they are kept up to today in a situation of illegality and a tremendously precarious life. Sometimes they are living under conditions close to the slavery we know from a previous time, but we can clearly call it modern slavery at the hands of the mafias who feed part of the recognized 23% of the informal economy in Portugal. A recent report from OECD states: "ao mesmo tempo que as quotas estabelecidas pelos Governos para a entrada de imigrantes ficam por preencher, os trabalhadores indocumentados continuam a entrar no mercado de trabalho europeu e português"⁴⁸. One cannot speak seriously about a new generation of migration policies and bury the head in the sand as if people do not exist and disregarding this unavoidable reality. About this issue, the immigration policies remain without mentioning it and immigrants do not lack hollow promises or favours, but instead they need clear and fair rules and to be respected as people in their dignity and fundamental rights.

Solidariedade Imigrante is committed, since its beginning and with the participation of its associates, in the fight against THB, against the mafias who exploit and enslave immigrants; in the immigrants' protection and their legalization, as it is aware of its positive effects in society and knowing such measures can drastically reduce the disposable, cheap and illegal workforce used by those who run away from declaring the finances and the social security. Courage is needed to face the mafia interests and to emancipate their victims.

⁴⁸ "At the same time that the quotas established for the entrance of immigrants by the governments remain unfulfilled, the undocumented workers keep entering the European and Portuguese labour market." [T.N.]

Solidariedade Imigrante is committed to contribute for a responsible solidarity in the creation of adequate mechanisms for the protection of victims of slavery exploitation, fighting for their regularization and encouraging them to denounce the abuses they are victims of in this country.

SOS RACISM

PRESENTATION

SOS Racism was born in response to the growth of neo-Nazi in Portugal. In the late '80s, after essaying the display of racist and Nazi symbols at soccer matches, groups of confident neo-Nazi quickly moved on to beatings and assassinations. Over the past 20 years SOS Racism has observed, documented e denounced manifestations of racism in Portugal and has promoted educational events and actions. In that line it has strengthened bonds with feminist, LGBTQ+ and other movements that, on a daily basis, fight against prejudice and discrimination. The trafficking in human beings, labour and/or sexual abuses of migrant persons and the use of racist (and other) prejudices by racist and/or “nationalist” political parties and movements are still an issue nowadays, which are strongly connected to the ideology of “closed borders” (and to other ways of segregating the “other”) and demand urgent responses. The commoditisation of people dehumanizes them, weakens them, and makes it easier to exercise violence; examples are the cases of labour and/or sexual and/or physical and mental abuse of migrated and/or socially marginalized people. Violence serves both as an outlet for the frustrations and as a form of expression of a social hierarchy.

ACTIVITIES

SOS Racism articulates its work with that of other organizations, pursuing the efficient utilization of available human and material resources, supporting integrated and coherent answers to the causes of exclusion and social injustice. This performance has been achieved in various ways: monitoring and critique of government policies, presenting complaints to the competent institutions, providing legal assistance, referring people to organizations better suited to provide adequate response to certain situations, raising awareness and debating with other organizations to define integrated responses to situations of discrimination and exclusion.

UNIÃO DE MULHERES ALTERNATIVA E RESPOSTA – UMAR

PRESENTATION AND OBJECTIVES

UMAR (Women’s Collective Alternative and Answer) is a women’s association, feminist, formally constituted on the 12th of September of 1976. It is, since 2010, an institution of public utility. With national headquarters in Lisbon, it has a broad intervention throughout the entire national territory (Braga, Lisboa and Setúbal, Porto) and in its islands: Madeira and the Azores. UMAR is in the Azores since 1992. Due to the big development of the Azores’

Delegation, it was considered it would be better for the development of its work if it had its own juridical identity, thus in 2008 it was created UMAR-Azores - Associação para a Igualdade e Direitos das Mulheres (Association for Gender Equality and Women's Rights).

Throughout the years UMAR's philosophy of intervention has been the defence and promotion of women's rights in the law and in life and the combat against all discrimination forms, where we include classicism, racism, homophobia and other oppression forms which end up putting women in social disadvantage. UMAR has then always had the main goal of intervening in favour of gender equality and equal opportunities between women and men, fighting for their integration in all the policies of social and economical development.

ACTIVITIES IN THE FIELD OF GENDER VIOLENCE

Since the decade of 1990 that UMAR has been highlighting its work in the field of violence against women and especially in gender violence in intimate relationships. At the moment UMAR has, in the Continent, support structures - assistance (personal and by phone) and accompaniment (psychological, psychosocial and juridical) – to women victims of domestic violence, having available a Daily Crisis/Risk Bank at Monte da Caparica (CAM) and Porto (P'RA TI). It is responsible for two shelters from the national network of shelters for battered women and their children. In 2004, UMAR launched the OMA - Observatório das Mulheres Assassinadas (Observatory on Assassinated Women) whose objectives consist in deepen the study of homicide and attempt of homicide caused by gender reasons, in Portugal, knowing the human, social, economical and familiar consequences, value the women and proposing measures which help in the prevention of this crime against women. The data of this "femicide" crime is divulged every year.

Since 1997, UMAR-Azores ensures the daily work of the SOS-Woman Support Helpline, from 8am to midnight and ensures the work of three assistance centres in three islands, S. Miguel, Faial and Terceira (through CIPA). In 2005, UMAR opened a shelter in Faial with the help of a project for the fight against poverty; the shelter's work is now dependent from a cooperation agreement with the DRSSS/IAS. In the Azores, UMAR also coordinates and puts into practice training and sensitization actions throughout the year within diverse themes.

With the project *Laces and Borders. New Methodologies to Support Trafficked Women* (financed by POPH/NSRF/ESF), responsible for the elaboration of this Resources Guide, UMAR spreads its intervention work in the field of violence against women. Still within the field of THB, one must highlight the work that UMAR has been developing together with SEF in the intervention and support to women victims of this hideous crime. It must as well be emphasized the partnership between UMAR/Project Laces and Borders, Solidariedade Imigrante and Dinâmica CET – Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e do Território which resulted in GAMI – Mãos Seguras. Grupo de Apoio às Mulheres Imigrantes (Safe Hands – Support group to Immigrant Women). With the work developed by GAMI, UMAR has been increasing its knowledge in the field of immigrant women who might be suffering labour exploitation.

In 2010, UMAR has launched, together with the embassy from the Netherlands and with the support from the State Secretary for Gender Equality, a project in the field of sexual harassment: UMARTIVISMO - Rota dos Feminismos contra o Assédio Sexual no espaço público, na rua e no trabalho (Feminism Route against Sexual Harassment in the public space, street and work). With this project, UMAR proposes a series of measures and sensitization actions to develop in diverse cities. The goal is to facilitate the denunciation and the victim's support, as well as raising awareness for this phenomenon and the need to do legal and structural changes. This project will have its high peak with a final Seminar on the 24th of September of 2011.

OTHER ACTIVITIES

The Documentation Centre and Feminist Archive Elina Guimarães is one of the priority areas from UMAR as its goal is to contribute for the preservation of the feminisms historical memory and for a society of knowledge for everyone by promoting the divulgation of historic documentation in the field of Equality and Feminisms through new technologies. Already with a huge historical capture, the centre has a free website: <http://www.cdofeminista.org/home/index.php>

Another important area from UMAR has been the primary prevention from gender violence/violence against women. Thus, UMAR has been developing sessions to raise awareness and sensitize diverse publics for these themes. The project *Mudanças com Arte - Jovens Protagonistas na Prevenção da Violência de Género*⁴⁹ (Changes with Art – Youngsters as leading figures in the prevention against gender violence) and whose intervention area is in Porto region. Its objective is the prevention of gender violence and the promotion of human rights near youngsters from the secondary school, and also near parents and tutors, teachers and educators. With the project *BIG – Bibliotecas pela Igualdade de Género*⁵⁰ (Libraries for Gender Equality) - financed by POPH/NSRF/ESF - UMAR has also been doing several thematic sessions, some of them about gender violence and violence in dating at schools and public libraries from several counties (Almada, Amadora, Cascais, Lisboa, Montijo, Odivelas).

Since 2003, UMAR-Azores has been developing a sustainable and important work for women's equality and valorisation in the area of fishing. Currently is developing the project *Caminhos em Terra e no Mar: As mulheres na Pesca nos Açores* (Paths on Land and Sea: Fisherwomen in Azores).

Other intervention areas from UMAR are: deepen the Reflection and Action around a Feminist Agenda and Women (i.e. Feminist Congress in 2008; Feminist Manifesto launched in 2009 and which had the contribution from several people and entities; Group from Treze); Abortion, Sexual and Reproductive Rights; Gender and Education; Observatory on Gender Representations in the Media; Realization of Studies, Se-minars, Publications (i.e. Feminist Routes); Work and Immigration.

UMAR is member of the Consultant Council from the Commission for Citizenship and Gender Equality (CIG). It is

⁴⁹ Project financed by POPH/NSRF/ESF, initiated in November 2008 and concluded in December 2010.

⁵⁰ Project financed by POPH/NSRF/ESF, initiated in November 2008 and concluded in December 2010.

also member from the program Rede Social (Social Network) and is therefore part of diverse partnerships and of the local social councils in the counties where it develops its activity (i.e. Almada, Lisboa, Maia, Porto and Seixal). UMAR-Azores is part of the Regional Council for Women's Rights. UMAR and UMAR-Azores are both part of the Portuguese Coordination of the World March of Women.

TARGET POPULATION

Battered women and their children; immigrant women; fisherwomen; youngsters; civil society.

PARTNERSHIPS (INSTITUTIONAL AND INFORMAL)

In Continental Portugal: Aletta - Institute for Women's History; AALC; Associação de Mulheres de Cabo-Verde; Associação Solidariedade Internacional; Banco Alimentar; Body Shop; Comissões Alargadas das CPCJ Porto Ocidental, Oriental e Central; CIG; CASCA - Cooperativa de Animadores Socioculturais e Afins; Centro de Novas Oportunidades - Escola Secundária do Monte de Caparica; CIEE-UP; CRL; Embaixada dos Países Baixos; Entrajuda - Apoio a Instituições de Solidariedade Social: Banco de Bens Doados; Espaço T; Facas de Eva/FCSH/UNL; FPCEUP; Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia; Fundação Mário Soares; Gabinete de Inserção Profissional da Escola Raul Dória; Governo Civil do Porto; Instituto Egas Moniz - Cooperativa de Ensino; Instituto de Segurança Social; ISMAI; Legião da Boa Vontade; Ministério da Educação; Parteneriado de apoio às pessoas em situação de sem abrigo; POPH/NSRF/ESF; Segurança Social. **In the Azores:** AIPA; Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - ALRAA; Associação Académica da UA; Associação Arrisca; Associação de Paralisia Cerebral; Associação Ilhas em Rede; Associação de Mulheres Empresárias dos Açores; Associação de Mulheres de Pescadores e Armadores da Terceira - AMPA; Associação Novo Dia; Associação Seniores de São Miguel; Associação de Surdos de São Miguel; Ballet Teatro Paz; Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada; Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada; Câmara Municipal de Ponta Delgada; Câmara Municipal da Ribeira Grande; Centro de Apoio à Mulher; Centro de Apoio ao Emigrante; CIPA; Comissão Consultiva Regional para os Direitos das Mulheres; Conservatório Regional de Ponta Delgada; Descalças - Cooperativa Cultural RL; Direcção Regional da Juventude; Direcção Regional da Solidariedade e Segurança Social; Direcção Regional do Trabalho e Formação Profissional; Escola Secundária Antero de Quental; Escola Superior de Enfermagem de Ponta Delgada; Regional Directorate for Equality of Opportunities - DRIO; European Network of Women in Fisheries and Aquaculture - AKTEA; Grupo Teatral Brincando e Rindo; Hospital do Divino Espírito Santo; Jornal Açoriano Oriental; Jornal Correio dos Açores; Jornal Diário dos Açores; Mudança de Maré; Museu Carlos Machado; Núcleo de Estudantes de Sociologia da UA; RDP Açores; RTP Açores; Secretaria Regional dos Assuntos Sociais; Teatro Micaelense.

Foreign entities'

PAG-ASA vzw – RECEPTION AND ASSISTANCE TO VICTIMS OF HUMAN TRAFFICKING

PRESENTATION

PAG-ASA is a specialized centre responsible for the reception and assistance to victims of human trafficking.

ACTIVITIES

Assistance which consists of:

- Reception and psychosocial support to victims at a confidential address. PAG-ASA can accommodate up to 16 persons;
- Non residential psychosocial support to victims with no need for accommodation in our reception centre;
- Legal and administrative assistance: follow-up of the judicial file and the administrative situation of the victim.

PAG-ASA not only wants to offer humanitarian assistance, but also wants to fight against the phenomenon of human trafficking. Sensitization and the supply of information are important in this regard. Meaning:

- Organization of training in order to explain the issue of human trafficking and the specific task of PAG-ASA;
- Participation at conferences and projects, both at national and international level.

PAYOKE

PRESENTATION AND OBJECTIVES

Payoke is one of three recognized NGO in Belgium with the mission of assisting and protecting victims of Human Trafficking. Founded in 1987, Payoke has been a pioneer in the fight against trafficking in human beings in Belgium, working relentlessly towards: providing victims the support needed to regain their rights, freedom, and dignity; “waking up” stakeholders to the realities of human trafficking; assisting in the development of a proper legal framework; developing a coordinated and cooperative approach toward victim identification, protection, and prosecution; and using our 20+ year history of lessons learned to provide guidelines and best practices to other players in the field of counter-trafficking. Payoke has an extensive network with NGOs, IOs, and Governments, military, police and judicial services throughout more than 75 countries. Because Payoke was the first NGO of its kind in Belgium to tackle trafficking head-on and has more than 20 years working in this field, many other countries want to learn about the Belgian and Payoke models to develop similar approaches in their own countries. Objectives: reintegrate the victim in society, either in Belgium or in his/her own country, through legal,

psychological, social, and administrative assistance; training at the local, national, and international levels, with beneficiaries including military personnel, police, NGOs, universities, labour unions, and government officials.

ACTIVITIES

DOMESTIC SERVICES: clients are provided with services that cover the full spectrum of victim assistance and support, with a focus on human rights and confidentiality. A team of specialists provides support and services to clients in the form of:

- **Residential care:** offer safety through placement in shelters; provide support in coping with traumatic experiences; offer an individualized support package with focus on social skills; familiarise clients with country specific norms and values;
- **Legal assistance:** advise and assist through legal procedures; make contacts with police, justice and legal professions and provides mediation; start legal proceedings in name of the client and/or in name of Payoke;
- **Administrative support:** request residence documents and work permits; make arrangements with social services, health insurance services, etc;
- **Psychosocial support:** provide support with trauma; assist in rebuilding of life; develop realistic plans for the future; attend to social contacts, culture, sports;
- **Information and training:** sensitise public opinion; provide accurate information concerning the protection and assistance possibilities for victims; respond to questions raised; formulate recommendations towards authorities concerned;
- **Ambulant care:** continue to assess client progress and development; provide support and problem-solving in everyday life situations.

INTERNATIONAL SERVICES: provides technical assistance to outside organisations and government officials and bodies in the form of assessments, training program design and delivery, expert consultation, and if needed project/program evaluation. Whether it is training NGO staff members on shelter operations, providing government officials with processes for stakeholder cooperation (using the Belgian counter-trafficking model), training police on victim identification, or educating peacekeepers on the phenomenon of trafficking, we bring a practical approach to counter-trafficking, focused on the real needs of victims. Specific international services:

- **Conducting Needs Assessments:** through consultation with key country stakeholders, observation of current country-level operations, and research of country legislation and trafficking data, Payoke identifies areas where countries can focus efforts to fill potential gaps and enhance victim services;
- **Training Key Stakeholders:** Payoke provides training to all counter-trafficking stakeholders, whether it is NGO or shelter staff members, police, border control, prosecutors/judges, government officials, or the general public. Also, provides training in numerous areas including shelter operations and management, victim support and assistance, victim identification, stakeholder cooperation, trafficking and organised crime, destabilisation, and general overviews of the phenomenon. The training comes in many forms, depending on the needs of the requesting country. Payoke's approach emphasizes hands-on and practical techniques, through the use of case studies and interactive learning methodologies that ensure participants can apply newly acquired knowledge and skills to the

realities in their countries;

- **Providing Expert Consultation:** a wide scope and range of technical expertise from the policy level to the field. Payoke's victim assistance specialists also provide first-hand knowledge on current trafficking trends and victim requirements in this ever-expanding global crime.

Brazil

SERVIÇO DE PREVENÇÃO AO TRÁFICO DE MULHERES E MENINAS – SMM

PRESENTATION AND OBJECTIVES

SMM was founded in 1991 and was originally designated Serviço à Mulher Marginalizada (Service to the Marginalized Women); it received its current designation in 2009. SMM was one of the pioneer organizations in introducing the theme of trafficking into the discussion in the Brazilian society. Its main objective has been to contribute for the elaboration of a nationwide politic of repression to trafficking in women and girls for the purpose of sexual commercial exploitation, centred on gender issues involved in this particular crime. Its work is mainly focused on the prevention of Human Trafficking. SMM strongly declares that in prevention the civil society “goes with the flow” as the responsibilities of the crime and of assistance to the victim belong to the state. The work of SMM is based on three pillars: communication, education and articulation. SMM is a member of the Global Alliance Against Trafficking in Women – GAATW, and takes part in several seminars, discussions and international conferences. In Brazil it coordinates the Movimento contra o Tráfico de Pessoas – MCTP (Movement Against Trafficking in People), which has the participation of 50 entities of the Brazilian civil society. As SMM does not believe HT can be faced without articulation among entities, it has established partnerships with diverse organizations from civil society, and also develops joint actions together with the government.

ACTIVITIES

- Production of knowledge, training and educative materials, direct actions in articulation forums in fighting against HT and in the women's, ethnic, race and migration movements, as well as accompanying the parliamentary actions and the Federal Government concerning HT
- The raising awareness and sensitization programme from SMM has three different slopes:
 - Sensitization made by spreading the theme: communication sector with communications available online and traditional, clippings of Brazilian and international newspapers through the internet, taking part in seminars at universities and associations, participating in circular dialogues, campaigns, etc;
 - Lobby and advocacy by pressing the Brazilian Government to reinforce Public Policies to fight HT. SMM is part of the workgroup which constructed the National Politic and the I National Action Plan to Combat Human Trafficking. SMM is also a member, since its beginning, of the Committee of the City of S. Paulo that Fights Against

HT, being considered one representative of civil society;

– Prevention Programme to the Trafficking of Young Women and Teenagers initiated in 2006, at public schools of second degree in the cities of Uruaçú (Goiás) and São Sebastião (São Paulo) to youngsters of 14 to 19 years old. Throughout these five years of work a high sense of awareness regarding the subject has grown up in youngsters, teachers, communities’ and municipalities where this work has been developed. The programme is interdisciplinary and introduced transversally through the diverse school subjects. The proposal of SMM is that the Brazilian government transforms this programme as a public educational policy.

Guinea-Bissau

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DAS CRIANÇAS - AMIC

PRESENTATION

AMIC (Children’s Friends’ Association) is a Guinean NGO created on the 30th of October of 1984 and legally constituted in the terms of the law on the 28th of February of 1992. As a national, non-religious and non-political organisation having around 3000 members all over the country, the fundamental purposes of the Association AMIC are the promotion and defence of children’s rights with the children themselves, their socialization agents and their local community.

ACTIVITIES

- Education, Culture and Leisure;
- Health and Environment;
- Defence and Protection of Children’s Rights: denouncement, taking care and assisting children suffering from sexual abuse, child abuse, physical punishments and humiliated treatment (limbs or fingers amputation, hands and other human body parts burns); juridical advisement, negotiation and orientation (FGM, parents’ segregation, forced marriage, kidnap and traffic, rape, child abuse); temporary shelter in social centres and in replacement families and psycho-social assistance;
- Lobby and playdoyer for the CCR and children’s issues;
- Consultation made to the children;
- Trafficking and children labour exploitation:
 - Kidnaps and children trafficking (Talibé Children): signalization and assistance to the child in the receiving country; search and localization of the child in the origin country; preparation of the return and reintegration of the child; reinsertion and accompaniment of the child at the origin country; transnational cooperation; development of communitarian actions;

- Working children and street sellers;
- Children raised in other families in return of home services.

TARGET POPULATION

Children living under a vulnerable socioeconomic situation, namely orphans, disabled children, children without an adequate familiar and social environment; victims of trafficking; street children; working children; children at conflict with the law; etc.

PARTNERSHIPS

The State; Ministry of Social Affairs, Family, Woman and Fights Against poverty, Institute of the Woman and of the Child, Ministry of Education, Ministry of Health and regional governments

PROGRAM OF PREVENTION, SOCIAL AND PROFESSIONAL REINSERTION OF MINORS WHO ARE VICTIMS OF THB AND OF HIGH RISK MIGRATION ON THE LEVEL OF WESTERN AFRICA - WAP

PRESENTATION

WAP began on November 2005, after several exploratory missions and seminars taken place in the sub-region, namely in Guinea-Bissau. The exploratory missions from WAP have given the push needed to initiate a pilot phase with the involvement of three countries, Guinea-Bissau, Mali and Senegal. Problems initially faced by WAP:

- Considerable number of children victims of trafficking in Western and Central Africa;
- Difficulties related to the implementation of CDC and of CADBEC by the African states;
- Early migration and at risk, underage children searching for better living conditions (risk of THB);
- Children living in difficult situations on the main cities of the sub-region from Western Africa (Talibe Children and street children, etc.);
- WAP program breaths the spirit from the CDC, CADBEC, from the Common Platform for Action from Libreville and Abuja, from the bilateral conventions on repatriation signed by the States of the same region; and from the reinforcement in the capability of the partnerships in the domain of children's rights.

WAP'S MAIN OBJECTIVE

Creation of a transnational and long-lasting support system for the identification, social and professional reinsertion, and proportionate a followed psychological assistance to the victims.

WAP'S SPECIFIC OBJECTIVES

- To develop a network of transnational cooperation to help the isolated minors and victims of THB;
- To secure shelter, assistance and the orientation in each one of the member countries;
- To develop the individual projects of social and professional reinsertion of the victims;
- To mobilize resources (state/NGO/IO) on a national and international level.

ACTIVITIES

WAP's activities are developed around 6 programmatic slopes:

- Identification and accompaniment of children at the destination country;
- Search and accompanying the children at the destination country;
- Preparation for the return and reintegration of the children;
- Reinsertion and personal accompaniment of the children on their origin country;
- Transnational cooperation;
- Communitarian activities.

WAP has had an evaluation after the first months of its implementation in the partner countries. It was recommended its implementation in other countries of western Africa where the phenomenon of trafficking is also a serious issue. The partner organization of each country involved in this transnational network has three main chores: a) to actuate as responsible for each child/youngster supported; b) to activate the national network to search for the necessary resources correspondent to the identified needs and c) to assure the social transnational work. The main financial supporters and technical partnerships from PAO are the following: International Social Service (ISS); Child Development Institute (CDI); International Organization for Migration (IOM) and UNICEF.

RESULTS ACHIEVED BY WAP:

- Creation of a network of reliable partners which allow the voluntary return and the effective reintegration of the children/youngsters from one African country to another;
- Transnational social evaluations and effective returns carried out between Senegal, Guinea-Bissau, Mali, Burkina Faso, Guinea-Conakry, Ivory Coast, Niger and Gambia;
- More than 2000 children and youngsters, from which 25% from Guinea-Bissau, were rescued from the streets and reinserted in their families and then personally accompanied on their insertion country (from 2005 to 2010);
- Development of perspectives for the future (education, professional training, AGR, agriculture, communitarian projects, etc.);
- The program is under a process of reintegration of other countries, namely Nigeria, Benin and Togo.

ASSOCIAÇÃO JUVENIL FEMININA DA SOLIDARIEDADE – AJUFES

PRESENTATION AND OBJECTIVES

AJUFES (Feminine Juvenile Association of Solidarity) develops training courses in the areas of Human Rights and Law Enforcement, Protection and Prevention of gender-based violence. Its objectives are: to contribute in the fight against female juvenile delinquency and other social problems; to develop actions on behalf of the promotion of girls, women and children's rights; to encourage the participation of female in the social actions of the country.

ACTIVITIES

- Training of paramilitary groups in the field of attendance and psychosocial assistance to women and children victims of violence and, in particular, to victims of sexual exploitation and abuse;
- Coordination of the training work on training and sensitization on GBV, alcoholism, prostitution and VIH/AIDS;
- Participation in Themed Groups on Human Rights, Gender, Prevention of Trafficking in Human Beings and Protection of victims of violence;
- Training of youth and women on civic education;
- Participation in the creation of the Women's Political Platform on Human Rights in the districts and schools;
- Dissemination of the Universal Declaration of Human Rights;
- In the field of THB it participates in providing shelter for trafficked children (Talibé children).

TARGET POPULATION

Youngsters, women and children.

INSTITUTO DA MULHER E DA CRIANÇA – IMC

PRESENTATION AND OBJECTIVES

IMC (Woman and Child Institute), is a legal entity of public law, of a social and humanitarian character, legal personality, with administrative, financial and patrimonial autonomy, and with a vocation to defend and promote human rights, particularly those of women and children. The IMC operates under the Ministry of Women, Family, Social Cohesion and Combating Poverty, and has the competence to guide and follow-up the actions of IMC through annual reports that will always be delivered to the Minister. The Institute has, as its primary mission, to coordinate, supervise and promote an integrated approach of gender and the rights of women and children in programs, policies and legislation, thus ensuring a balance of equality, gender equity and women empowerment. IMC has been intervening and developing public policies in the field of THB.

IMC'S WORK WITHIN THE NATIONAL COMMITTEE FOR THE PREVENTION AND FIGHT AGAINST TRAFFICKING IN HUMAN BEINGS

- Creation of the National Committee for the Prevention and Fight against Trafficking in Human Beings, with a particular focus on women and children;
- Training migration police officers, border guards, associations of carriers and fiscal guards;
- Visits to residential and temporary welcoming centres;
- Visits to borders;
- Regular meetings with local authorities;
- Repatriation of children through the NGO AMIC;
- Reintegration of children in communities through AMIC;
- Monitoring and evaluation by the secretariat of the committee;
- Ongoing study on *Talibé* children;
- Existence of a proposed law for trafficking;
- Ongoing bilateral agreement with neighbouring countries.

Mozambique

REDE CAME – A REDE CONTRA O ABUSO DE MENORES

PRESENTATION

Rede CAME (Network Against Child Abuse) results from the movement *Together for a Happy Child* and gathers more than 30 organizations from the civil society and religious beliefs, who launched on the 16th of June in 2000, in association with the Government and State institutions, at the frontier post of Ressano Garcia, the Campaign Against Child Sexual Abuse. This campaign is the fulfillment of the decisions taken during the 1st World Congress Against Sexual Commercial Exploitation of Children, which took place in 1996, in Stockholm (Sweden), and the research made on that subject in Mozambique. The birth and development of the Campaign was possible thanks to the generous support of Terre des Hommes - Germany (Tdh). Following this event, the Movement *Together for a Happy Child* achieved successfully a campaign from 2000 until 2004 with a National Plan of Action whose main goal was to mobilize the society to “break the silence” against all forms of abuse, including child trafficking. The results of this campaign were so positive that a program was outlined with the purpose of encouraging the prevention and fight against child abuse on a long term, and it was this effort which resulted in the foundation of the Rede CAME, in 2005. From 2005 to 2009 the Rede CAME encouraged, enabled and consolidated the establishment of Child Protection Networks in all the provinces of the country, which resulted in the First National Meeting of the Protection Provincial Networks, which took place in December 2009. Here 10 provincial nets were formally accepted and some mechanisms of relationship and activities were set up, for a short, medium and long term.

MAIN AREAS OF PERFORMANCE

- Sexual Abuse of Children;
- Child Trafficking;
- Child Protection;
- Child Legislation.

ACTIVITIES

Throughout its existence, Rede CAME has developed actions whose results have been felt in Mozambique and in the region of Austral Africa. Among the actions developed the following are highlighted:

- 1999: Research on “Prostitution, Sexual Abuse and Child Labour in Mozambique”, which helped to implement the Action Plan that launched the activities of the movement *Together for a Happy Child*;
- 2000: Campaign against Child Sexual Abuse at the Frontier Post of Ressano Garcia is launched;
- 2002: Regional Campaign Against Child Trafficking is launched and it culminated in a contribution to the establishment of a wide regional movement in 2002 of the SANTAC (Southern Africa Net Against the Trafficking and Abuse of Children) and the opening of its regional bureau in Mozambique under the guidance of the FDC (Foundation for the Development of the Community) and with the sponsorship of two major human rights activists in Africa and in the world: Mrs Graça Machel and the Archbishop Desmond Tutu;
- 2003/2004: Training of 920 agents for the Humanitarian Action about “Protecting Women and Children Against Sexual Exploitation and Abuse in Situations of Humanitarian Crisis”. This program was developed in 8 provinces of the country. It was sponsored by the UNICEF, PMA and Save the Children;
- 2006: A pilot project was initiated to adopt the system of multisectorial and multidisciplinary aid system to protect children who were abused, with a special focus on the prevention work, denounce and follow up work near the communities, made by the Units Against Child Abuse (UCA Mwana). This Program is supported by Save the Children – Sweden;
- 2007: A protocol is signed with the American organization Women’s Legal Rights Initiative (WLRI) and the Ministry of Justice of Mozambique to help in the process of writing the Law against Human Trafficking, in special of Women and Children. The Law was approved by the Council of Ministries and the Parliament, it was later published by the President of the Republic, in June 2008, in a package that includes the Child Protection Ground Law and the Child Jurisdictional Organization Law;
- 2007: Rede CAME is admitted as observer in the International Child Help Line after participating in the African Conferences at Durban, Kampala, Windhoek and at the International Conference in Stockholm;
- 2008: Rede CAME receives the prize “Special Mention”, attributed by the Human Rights Committee of the French Republic;
- 2005-2009: Rede CAME provides training in all provinces to more than 1000 professionals from Magistracy, Police, Migration Office, Customs, as well as Religious and Community Leaders, in subjects referring to the Children’s Rights, particularly on Sexual Abuse and Human Trafficking;
- 2009: Official opening of the telephone line “Linha Fala Criança 116”/“SOS Child Helpline 116”, in a partnership

Laços e Fronteiras

with Plan International, the French Embassy, Rede da Criança, Foundation for the Development of the Community (FDC), Instituto Nacional de Comunicações/National Institute of Communications (INCM), Internal Affairs Ministry and Woman's Ministry. This line was officially opened on November 19th, the Day for Child Protection;

- 2009: Networks for Child Protection were established in the 10 provinces of the country, including the city of Maputo and the First Meeting of the Networks for Child Protection takes place, gathering representatives from all the 10 provinces of the country;
- 2010: Rede CAME becomes a member of the Conselho Nacional da Criança (Children National Council - CNAC), an institution created by Decree of the Ministry Council and whose mission is to provide advise to the government on the politics to adopt so that Children's rights are promoted and respected.

PARTNERSHIPS

Terre des Hommes Germany; Terre des Hommes Switzerland; Threshold Foundation; African Network for the Prevention and Protection against Child Abuse and Neglect (ANPPCAN); International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect (ISPCAN); Parenting in Africa Network (PAN); Stichting Kinderpostzegels Nederland (SKN); UNICEF; USA Embassy; Office To Monitor and Combat Trafficking in Persons (US GTIP); World Food Programme; Permacultura America Latina (PAL); Save the Children Sweden; Save the Children Mozambique; Child Helpline International (CHI); Plan International; Swedish International Development Cooperation Agency (SIDA); France Embassy; Rede da Criança; Association for Community Development (ADC); Hope for African Children Initiative (HACI); Diakonia; Academy for Educational Development (AED); Icco Kerk in Actie; HIVOS; Instituto Nacional de Comunicações (National Institute of Communications - INMC); Ministry of Internal Affairs (Mozambique), Ministry of Woman and Social Affairs (Mozambique).

Nigeria

HUMAN DEVELOPMENT INITIATIVES - HDI

PRESENTATION

HDI spans work in the area of advocacy against internal trafficking of children from the poor rural areas of Nigeria or from poor neighboring countries such as Togo and Benin Republic into Nigeria for child domestic work, prostitution and work on agriculture farms or export outside the country. In the vast field of child trafficking in Nigeria, HDI has focused on internal child trafficking and child labour especially child domestic work which is tagged Combating Modern Day Slavery. HDI focus on children in domestic work because they have an uncertain future due to the lack of educational opportunities. This area is not the only one where HDI develops work, HDI acts as well in other areas, such as gender violence and widow's rights in Nigeria.

ACTIVITIES

- Collaboration with the ILO-IPEC (CB and WACAP) and IOM on media education and sensitization;
- Prevention and withdrawal of children in domestic work and children working in cocoa farms in the South West part of Nigeria by direct action in receiving and sending communities. Children in sending states received educational support materials posters, T-shirts and other informational materials. HDI has developed activities in sending states which include drama, songs and folklore. Events at sending communities targeted traditional leaders, law enforcing agents, and the potential victims (i.e. children in the communities). Vulnerable parents received life skills in economic empowerment, especially: poor families in sending communities who admit to have sent or trafficked their children and are willing to have them recalled; potential exporters of children; and parents of children who voluntarily withdraw;
- Development of projects with special focus on prevention, rehabilitation, withdrawal, advocacy and public education;
- Popularization of the Children’s Rights Act 2003 passed to federal level and the Trafficking in Persons Prohibition Law of the same year;
- Collaboration with local CBOs, local media, government agencies and law enforcement agencies;
- Sensitization workshop targeted Government agencies, religious organizations, representatives of professional women groups, media, law enforcing agents, and CBOs in sending and receiving states;
- Workshops focused on the ills of child trafficking and the ills of using children as domestics and implications for the sender and receiver;
- Partnership with selected CBOs especially primary schools in sending communities for massive “keep them at home and in school” campaigns;
- Training included micro finance for tools to trade;
- Intervention for children comprised assistance to return to school; support to learn a vocational trade and provision of tools upon completion of trade;
- Use of IEC and public education materials - IEC materials like posters, flyers, handbills, stickers and T-shirts were designed to depict the problems of child domestics and trafficking; documentation – by newsletter and collaboration with other NGO;
- Establishment of a Helpline phone facility for trafficked children and domestics provided legal and psychosocial counseling to callers and gave health intervention to those who required it.

**Listagem
de siglas
e acrónimos**

**List of acronyms
and initialisms**

ACIDI, I.P. – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural I.P. | High Commission for Immigration and Intercultural Dialogue

ACNUDH - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

ACT - Autoridade para as Condições de Trabalho | Authority for Working Conditions

AED - Academia para o Desenvolvimento Educacional | Academy for Educational Development

AGR - Actividade Geradora de Rendimentos

AI – Amnistia Internacional | Amnesty International

AIPA - Associação de Imigrantes nos Açores | Immigrant’s Association from Azores [T.N.]

AJUFES - Associação Juvenil Feminina da Solidariedade (Guiné-Bissau) | Feminine Juvenile Association of Solidarity (Guinea-Bissau) [T.N.]

AKTEA - Rede Europeia das Organizações de Mulheres da Pesca e Aquacultura | European Network of Women’s Organisations in Fisheries and Aquaculture

ALCC - Associação Lusofonia, Cultura e Cidadania | Association of Lusophony, Culture and Citizenship [T.N.]

ALRAA - Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores | Legislative Assembly of the Azores Autonomous Region [T.N.]

AMCV – Associação de Mulheres Contra a Violência | Association of Women Against Violence

AMI – Assistência Médica Internacional | International Medical Assistance [T.N.]

AMIC – Associação dos Amigos das Crianças (Guiné-Bissau) | Children’s Friends Association (Guinea-Bissau) [T.N.]

AMPA - Associação de Mulheres de Pescadores e Armadores da Terceira | Association from fishermen and shipowners’ wives from the Terceira island (Azores) [T.N.]

ANPPCAN - Rede Africana para a Prevenção e Protecção contra o Abuso Infantil e Negligência | African Network for the Prevention and Protection against Child Abuse and Neglect

APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima | Portuguese Association for Victim Support

APF - Associação para o Planeamento da Família | Family Planning Association

APIO - Associazione per il Bambino in Ospedale

ARS Norte – Administração Regional de Saúde do Norte, I.P.

ARS North - Regional Health Administration [T.N.]

ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica | Food and Economic Safety Authority

ASEAN – Associação de Nações do Sudeste Asiático | Association of Southeast Asian Nations

BICE - International Catholic Child Bureau

CAD - Centro de Atendimento e Detecção Precoce de VIH | Assessment Centre and Precocious Tracking of HIV [T.N.]

CADBEC - Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança

CAIM – Cooperação, Acção, Investigação, Mundivisão | Cooperation, Action, Investigation and World Vision

CAJ – Centro de Atendimento Jurídico | Legal Assistance Centre [T.N.]

Laços e Fronteiras

- CAM** – Centro de Atendimento Mulher da UMAR | UMAR’s Daily Crisis/Risk Bank [T.N.]
- CAP** - Centro de Acolhimento e Protecção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos | Shelter and Protection Centre for Victims of Trafficking in Human Beings
- CARIT** - Comité dos Altos Responsáveis das Inspeções do Trabalho
- CÁRITAS PORTUGUESA** – Portuguese Cáritas from Caritas Internationalis
- CASCA** - Cooperativa de Animadores Socioculturais e Afins | Socio Cultural Animators’ Cooperative [T.N.]
- CAVIPT** – Comissão de Apoio às Vítimas do Tráfico de Pessoas | Commission of Support to Victims of Human Trafficking [T.N.]
- CB** – Projecto de Construção da Capacidade da OIT [N.T.] | Capacity Building Project of the ILO
- CBL** – Casa do Brasil de Lisboa | Brazil’s House from Lisbon [T.N.]
- CBOs** – Organizações baseadas na Comunidade [N.T.] | Community Based Organisations
- CDC** - Convenção dos Direitos da Criança | UN Convention on the Rights of Children
- CECRIA** - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Brasil) | Reference Center for Studies and Actions in Favor of Children (Brazil) [T.N.]
- CEDAG** – Child and Environmental Development Association
- CEM** – Centro em Movimento
- CHI** - Rede Global de Linhas de Apoio à Criança | Child Help Line International
- CHI** – Children in Hospital Ireland
- CICDR** - Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial | Commission for Equality and Against Racial Discrimination
- CIG** - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género | Comission for Citizenship and Gender Equality
- CIIE-UP** - Centro de Investigação e Intervenção Educativas – Universidade do Porto | Centre for Research and Intervention in Education - Porto University
- CIPA** - Centro de Informação, Promoção e Acompanhamento de Políticas de Igualdade | Centre for Information, Promotion and Accompaniment of Gender Equality Policies [T.N.]
- CIRP** - Conferência dos Institutos Religiosos | Conference of Religious Institutes
- CITE** – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego | Commission for Equality in Labour and Employment
- CLAII** – Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes | Local Immigrant Support Centres
- CMIC** - Conselho Municipal para a Interculturalidade e a Cidadania | Council Municipality for Interculturality and Citizenship
- CNAC** - Conselho Nacional dos Direitos da Criança (Moçambique) | National Council for the Rights of the Child (Mozambique)
- CNAI** - Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante | National Immigrant Support Centres
- COCAI** - Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração da Presidência do Conselho de Ministros | Consultant Council for Immigration Affairs
- COE** – Conselho da Europa | Council of Europe

Laços e Fronteiras

- CPCJ** - Comissão de Protecção de Crianças e Jovens | Commission for the Protection of Children and Young People
- CPJP** – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa | Community of Portuguese speaking countries
- DCIPAI** - Direcção Central de Investigação, Pesquisa e Análise da Informação | Central Directorate for Investigation, Research and Information Analysis
- DINÂMIA-CET** – Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e do Território | Research Center on Socioeconomic Change and Territory
- DREN** – Direcção Regional de Educação do Norte | Northern Authority for Education
- DRIO** - Direcção Regional da Igualdade de Oportunidades | Regional Directorate for Equality of Opportunities
- DRSSS** – Direcção Regional de Solidariedade e Segurança Social (Açores) | Regional Directorate for Solidarity and Social Security (Azores)
- DSSR** – Direitos e Saúde Sexual e Reprodutiva
- EACH** - European Association for Children in Hospital
- EAPN** – Réseau Européen Anti-Pauvreté
- ECCAS** - Economic Community of Central African States
- ECOWAS** – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental | Economic Community of West African States
- EFSC** - European Foundation for Street Children
- ENDA** - Environmental Development Action in the Third World
- EPAV** - Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima | Proximity and Victims Support Teams
- EPE** – Entidade Pública Empresarial | Corporate Public Entity
- ESAN** - European Social Action Network
- ESF** – European Social Fund
- ETL** - European Toy Library Group
- EU** – European Union
- EUROJUST** – European Union’s Judicial Cooperation Unit
- EUROPOL** - Serviço Europeu de Polícia | European Police Office
- F** – Fax
- FCSH/UNL** – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa | Social Sciences and Humanities Faculty/New University of Lisbon
- FDC** - Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (Moçambique) | Foundation for Community Development (Mozambique) [T.N.]
- FEINPT** - Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros | European Fund for Integration of Third-Country Nationals
- FGM** – Female Genital Mutilation
- FPCEUP** – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto | Faculty of Psychology and Education Science of the University of Porto
- FSE** – Fundo Social Europeu
- GAATW** - Global Alliance Against Trafficking in Women

Laços e Fronteiras

- GACI** - Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas | Roma Communities Support Office
- GAH** - Gabinete de Apoio à Habitação | Housing Support Office
- GAIC** - Gabinete de Apoio ao Imigrante Consumidor | Consumer Immigrants Support Office
- GAJI** - Gabinete de Apoio Jurídico ao Imigrante | Immigrant Legal Support Office
- GAMI** – Grupo de Apoio às Mulheres Imigrantes
- GAQ** - Gabinete de Apoio à Qualificação | Qualification Support Office
- GARA** - Gabinete de Acompanhamento em Regime Ambulatório | Support Office in Outpatient Regime
- GARF** – Gabinete de Apoio ao Reagrupamento Familiar | Family Reunification Support Office
- GAS** - Gabinete de Apoio Social | Social Support Office
- GAT** - Gabinete de Acolhimento e Triagem | Sheltering and Sorting Office
- GAV** - Rede Nacional de Gabinetes de Apoio à Vítima | National Network of Victim Support Offices
- GEBALIS** – Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa
- GIP** - Gabinete de Inserção Profissional | Professional Insertion Office
- GNR** – Guarda Nacional Republicana | Portuguese Republican National Guard
- GRETA** – Grupo de Peritos sobre a Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos [N.T.] | Group of Experts on Action against Trafficking in Human Beings
- HACI** – Hope for African Children Initiative
- HDI** - Human Development Initiatives
- HIV/AIDS** - Human Immunodeficiency Virus/Acquired Immune Deficiency Syndrome
- HIVOS** - Instituto Humanista para a Cooperação com os Países em Desenvolvimento | Humanist Institute for Cooperation with Developing Countries
- HPV** - Human Papilloma Virus
- HSH** – Homens que têm Sexo com Homens
- HT** – Human Trafficking
- HU** - Association pour l’Humanisation de l’Hôpital en Pédiatrie
- IAC** – Instituto de Apoio à Criança | Child Care Institute
- IALI** – Associação Internacional de Inspeção do Trabalho | International Association of Labour Inspection IAS - Instituto de Acção Social (Açores) | Social Support Institute (Azores)
- IAVE** - Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas | Investigation and Support to Specific Victims
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística | Brazilian Institute of Geography and Statistics
- ICACT** – Campanha Internacional contra o Tráfico de Crianças [N.T.] | International Campaign Against Child Trafficking
- ICMEC** – International Center for Missing and Exploited Children
- ICMPD** – Centro Internacional para o Desenvolvimento de Política Migratória | International Centre for Migration Policy Development
- IDE** – Instituto Internacional dos Direitos da Criança | International Institute for the Rights of the Child

IEC – Materiais de Informação, Educação e Comunicação [N.T.] | Information, Education and Communication Materials

IEFP, I.P. – Instituto do Emprego e Formação Profissional

ILO – International Labour Organization

ILO_IPEC – Programa pela Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil da Organização Internacional de Trabalho [N.T.] | International Labour Organization International Program on the Elimination of Worst Forms of Child Labour

IMC – Instituto da Mulher e da Criança (Guiné-Bissau) | Institute from the Woman and Child (Guinea-Bissau) [T.N.]

IMTT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres | Institute for the Mobility and Land Transports

INCM – Instituto Nacional de Comunicações | National Institute of Communications

INTERPOL - Organização Internacional de Polícia Criminal | International Criminal Police Organization

IO – International Organizations

IOM – International Organization for Migration

IPA - International Association for the Child's Right to Play

IPPF - International Parenthood Planning Federation

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social | Private Charitable Institution

ISMAI – Instituto Superior da Maia | Maia Institute of Higher Education

ISPCAN - Sociedade Internacional para a Prevenção do Abuso e Negligência de Crianças | International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect

ISS, I.P. - Instituto da Segurança Social, I.P. | Social Security Institute, I.P.

IST - Infecções Sexualmente Transmissíveis

ITLA - International Toy Library Association

JRS - Serviço Jesuíta aos Refugiados | Jesuit Refugee Service

LGBTQ+ - Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, Queer

LNES - Linha Nacional de Emergência Social | Social Emergency National Line

MAI – Ministério da Administração Interna | Ministry of Internal Affairs

MCA – Millennium Challenge Account

MCTP - Movimento contra o Tráfico de Pessoas (Brasil) | Movement Against Trafficking in People (Brazil) [T.N.]

MDV – Movimento de Defesa da Vida | Movement for Life Defence [T.N.]

ME – Ministério da Educação | Ministry of Education

MGF – Mutilação Genital Feminina

MIGREUROP – Camps d'étrangers et politiques d'externalisation

MJ – Ministério da Justiça | Ministry of Justice

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros | Ministry of External Affairs

MS - Ministério da Saúde | Ministry of Health

MTSS – Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social | Ministry of Labour and Social Solidarity

Laços e Fronteiras

NAPTIP - Agência Nacional para a Proibição do Tráfico de Pessoas (Nigéria) [N.T.] | National Agency for the Prohibition of Traffic in Persons and Other Related Matters (Nigeria)

NGO - Non-Governmental Organization(s)

NO VOX – Rede Mundial dos sem Voz

NSRF - National Strategic Reference Framework

NUTS - Nomenclaturas de Unidades Territoriais para fins Estatísticos | Nomenclature of Territorial Units for Statistics

OCEEA – Gabinete da OSCE para as Actividades Económicas e Ambientais [N.T.] | OSCE Office of Economic and Environmental Activities

ODIHR – Gabinete da OSCE para as Instituições Democráticas e os Direitos Humanos [N.T.] | OSCE Office for Democratic Institutions and Human Rights

OHCHR – Gabinete do Alto Comissário para os Direitos Humanos [N.T.] | Office of the High Commissioner for Human Rights

OI - Organizações Internacionais

OI – Observatório da Imigração

OIM – Organização Internacional para as Migrações

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMA - Observatório das Mulheres Assassinadas | Observatory on Assassinated Women [T.N.]

ONG - Organização Não Governamental

ONHCHR – United Nations High Commissioner for Human Rights

ONU - Organização das Nações Unidas

OPC – Órgãos de Polícia Criminal

OPJ - Observatório Permanente da Justiça Portuguesa | Permanent Observatory from the Portuguese Justice

OSCE – Organização para a Segurança e Cooperação na Europa | Organization for Security and Co-operation in Europe

OSIOR - Obra Social das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor | Social Work of Oblate Sisters [T.N.]

OTSH – Observatório do Tráfico de Seres Humanos | Observatory on Trafficking in Human Beings

PAG ASA – Centro de acolhimento e assistência a vítimas de tráfico de seres humanos (Bélgica) [N.T.] | Reception and assistance to victims of human trafficking (Belgium)

PAL - Permacultura America Latina

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa | Portuguese Speaking Countries

PAN - Rede de País em África | Parenting in Africa Network

PAO - Programa de prevenção, reinserção social e profissional de menores vítimas de TSH e de migração de risco ao nível da África Ocidental

PAV - Ponto de Apoio à Vida | Support to Life [T.N.]

PCM – Presidência do Conselho de Ministros | Presidency of the Council of Ministers

PESTRAF - Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial

(Brasil) | Study on Trafficking in Women, Children and Adolescents for Commercial Sexual Exploitation (Brazil)

PIPP - Programa Integrado de Policiamento de Proximidade

PJ – Polícia Judiciária | Portuguese Judiciary Police

PMA – Programa Mundial de Alimentação

PNCTSH – Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos | National Action Plan Against Trafficking in Human Beings

PNETP - Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Brasil) | National Action Plan Against Trafficking in People (Brazil) [T.N.]

POPH - Programa Operacional do Potencial Humano | Human Potential Operational Programme

P'RA TI – Centro de Atendimento e Acompanhamento a Mulheres Vítimas de Violência (UMAR) | Monitoring Service and Accompaniment of Women Victims of Violence (UMAR) [T.N.]

PSP – Polícia de Segurança Pública | Public Security Police

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

RAPVT – Rede Nacional de Apoio e Protecção às Vítimas de Tráfico | National Trafficking Victims Support and Protection Network

Rede CAME - A Rede Contra o Abuso de Menores (Moçambique) | Network Against Child Abuse (Mozambique) [T.N.]

RENLUV - Rede Nacional de Luta contra Violência no Género e na Criança - Guiné-Bissau | National Network of Combat Against Gender and Child Violence - Guinea-Bissau [T.N.]

SADC - Comunidade de Desenvolvimento da África Austral | Southern African Development Community

SANTAC - Rede da África Austral Contra o Tráfico e Abuso de Crianças | Southern Africa Regional Network against Trafficking and Abuse of Children

SAP - Programas de Ajustamento Estrutural | Structural Adjustment Programmes

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras | Borders and Immigration Service

SICOP - Sistema de Coordenação Operacional | System of Operational Coordination [T.N.]

SIDA - Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento | Swedish International Development Cooperation Agency

SKN - Stichting Kinderpostzegels Nederland

SLIC - Senior Labour Inspectors Committee

SMIM – Serviço de Prevenção ao Tráfico de Mulheres e Meninas (Brasil) | Prevention Service to the Trafficking in Women and Girls (Brazil) [T.N.]

SPMU – Unidade Estratégica de Matéria Policial [N.T.] | Strategic Police Matters Unit

SRH – Sexual and Reproductive Health

SS – Segurança Social | Social Security

SSI – Fundação Suíça do Serviço Social Internacional | Swiss Foundation of the International Social Service

SSR – Saúde Sexual e Reprodutiva

SST – Segurança e Saúde no Trabalho

STD – Sexually Transmitted Disease

Laços e Fronteiras

STI – Sexually Transmitted Infection

STT – Serviço de Tradução Telefónica | Telephone Translation Service

T – Telefone | Telephone

TAMPEP – European Network for HIV/STI Prevention and Health Promotion among Migrant Sex Workers

Tdh – Terre des Hommes International Federation

THB – Trafficking in Human Beings

TIP – Trafficking in Persons

TIPPLEA - Trafficking in Persons (Prohibition) Law Enforcement and Administration Act (Nigeria)

TIm – Telemóvel

TP – Tráfico de Pessoas

TS – Trabalhadores/as do Sexo

TSH – Tráfico de Seres Humanos

UA – Universidade dos Açores | University of the Azores

UAVIDRE – Unidade de Apoio à Vitima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica | Support Unit for Migrant Victims of Crime and Racial and Ethnical Discrimination

UCIC - Unidades de Coordenação e Intervenção Conjunta | Coordination and Joint Intervention Units [T.N.]

UE – União Europeia

UISG - União Internacional de Superiores Gerais | International Union of Superiors [T.N.]

ULS – Unidade Local de Saúde | Health Local Unit [T.N.]

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta | Women’s Collective Alternative and Answer

UMAR Açores – Associação para a Igualdade e Direitos das Mulheres

UMAR Azores – Association for Gender Equality and Women’s Rights [T.N.]

UN – United Nations

UNHCR – United Nations High Commissioner for Refugees

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância | United Nations Children’s Fund

UNICRI – United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute

UNODC – Gabinete das Nações Unidas para o Controlo das Drogas e Prevenção do Crime [N.T.] | United Nations Office on Drugs and Crime

US GTIP – Gabinete de Monitoria de Tráfico de Seres Humanos dos EUA [N.T.] | Office To Monitor and Combat Trafficking in Persons, U.S Department of State

VBG – Violência Baseada no Género

VIH/SIDA – Vírus da Imunodeficiência Humana/Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida

WACAP – Projecto do Cacau e da Agricultura Comercial da África Austral da OIT [N.T.] | West Africa Cocoa Agriculture Project of ILO

Laços e Fronteiras

high-risk migration on the level of Western Africa

WFP – World Food Programme

WLRI - Iniciativa dos Direitos Legais da Mulher [N.T.] | Women's Legal Rights Initiative

WLSA – Mulheres e Lei na África Austral | Women and Law in Southern Africa